

# PRIMEIROS estudos

Revista de Graduação em Ciências Sociais  
Edição n. 3 | ISSN 2237-2423 | Ano 2 | Outubro, 2012



# PRIMEIROS estudos

REVISTA DE GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

EDIÇÃO N. 3 | ISSN 2237-2423

ANO 2 | OUTUBRO, 2012

BRASIL – SÃO PAULO

A **Primeiros Estudos - Revista de Graduação em Ciências Sociais** é uma publicação eletrônica de caráter científico, com periodicidade semestral, organizada por estudantes de graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH-USP). Seu objetivo é estimular e aproximar os graduandos de todo o país ao cotidiano da produção e publicação de artigos, resenhas e traduções científicas com temas vinculados às três grandes áreas que compõem o curso de Ciências Sociais, a saber: Antropologia, Ciência Política e Sociologia.

## EQUIPE EDITORIAL

### EDITOR RESPONSÁVEL

Prof. Dr. Alexandre Braga Massella

### COMISSÃO EDITORIAL

Barbara Cristina Soares Santos  
Carolina Cordeiro Mazzariello  
Daniele Soares da Silva  
Gabriela Rodrigues da Guia Rosa  
Henrique Pougy  
Isabel Furlan Jorge  
Leonardo Viana Braga  
Romulo Lelis  
Ugo Urbano Casares Rivetti

### CONSELHO EDITORIAL

Adrian Gurza Lavalle – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Alexandre Braga Massella – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Álvaro Comin – King's Brazil Institute, King's College London, Reino Unido

## CONSELHO EDITORIAL

Álvaro de Vita – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Ana Claudia Duarte Rocha Marques – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Ana Lúcia Marques Camargo Ferraz – Depto. Antropologia, Univ. Federal Fluminense (UFF), Brasil  
Ana Lúcia Modesto – Depto. Sociologia e Antropologia, Univ. Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil  
Ana Paula Hey – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
André Vitor Singer – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Antonio Mitre – Depto. Ciência Política, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Brasil  
Bernardo Ricupero – Depto. de Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Dominique Tilkin Gallois – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Eduardo Marques – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Eduardo Viveiros de Castro – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil  
Elizabeth Balbachevsky – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Eunice Ostrensky – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Fernanda Peixoto – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Fernando Limongi – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Gabriel Cohn – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Gabriel Feltran – Depto. Sociologia, Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR), Brasil  
Heitor Frúgoli Jr. – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Heloisa Buarque de Almeida – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Jean-Pierre Chaumeil – CNRS – Centre EREA de l'UMR7186, Institut Français d'Etudes Andines, França  
João Paulo Candia Veiga – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
José Guilherme Cantor Magnani – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
José Jeremias de Oliveira Filho – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
José Maurício Arruti – Depto. Antropologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Brasil  
Leopoldo Waizbort – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Mário Antônio Eufrásio – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Mauricio Moya – Depto. Ciência Política – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil  
Matthew McLeod Taylor – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Marta Arretche – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Maria Hermínia Tavares de Almeida – Depto. Ciência Política, Univ. de São Paulo (USP), Brasil  
Maria Fernanda Lombardi – Depto. Ciências Sociais, Univ. Federal de São Paulo (UNIFESP), Brasil  
Marcio Goldman – Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil  
Márcia Lima – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Nadya Araújo Guimarães – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Paolo Ricci – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Patricio Tierno – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Paula Montero – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Renato Sérgio de Lima – Fundação SEADE, Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Brasil  
Renato Sztutman – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Ronaldo Almeida – Depto. Antropologia, Universidade de Campinas (UNICAMP), Brasil  
Rogério Arantes – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Rolf Rauschenbach – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Rose Satiko Gitirana Hikiji – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Rossana Rocha Reis – Depto. Ciência Política, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Ruy Braga – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Sandra Cristina Gomes – Depto. Políticas Públicas, Univ. Fed. do Rio Grande do Norte (UFRN), Brasil  
Vagner Gonçalves da Silva – Depto. Antropologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil  
Vera da Silva Telles – Depto. Sociologia, Universidade de São Paulo (USP), Brasil

**EXPEDIENTE**

**Revisão:** Barbara Cristina Soares Santos, Carolina Cordeiro Mazzariello, Gabriela Rodrigues da Guia Rosa, Henrique Pougy, Isabel Furlan Jorge, Leonardo Viana Braga, Romulo Lelis, Ugo Urbano Casares Rivetti

**Diagramação:** Camila Rodrigues

**Capa:** Michelle O. Santos / Vitor Flynn Paciornik

**Imagem da capa:** Carolina Cordeiro Mazzariello

Ficha catalográfica elaborada pela Comissão Executiva da Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais com base nos parâmetros do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP (SIBI-USP)

Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais.  
– Edição n.3 (2º Semestre 2012); -- São Paulo: Universidade de São Paulo,  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2012 -

Semestral.  
ISSN 2237-2423

1. Ciências Sociais. 2. Antropologia. 3. Ciência Política. 4. Sociologia. I.  
Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.  
II. Título: Primeiros Estudos

CDD 300

Depósito Legal na Biblioteca Nacional, conforme Decreto Nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004.

**Universidade de São Paulo**

Prof. Dr. João Grandino Rodas – Reitor; Prof. Dr. Hélio Nogueira da Cruz - Vice-Reitor

**Pró- Reitoria de Graduação**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Telma Maria Tenorio Zorn

**Pró- Reitoria de Pesquisa**

Prof. Dr. Marco Antonio Zago

**Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Margarida Nitrini – Diretora; Prof. Dr. Modesto Florenzano – Vice-Diretor

**Primeiros Estudos – Revista de Graduação em Ciências Sociais**

[www.fflch.usp.br/primeirosestudios](http://www.fflch.usp.br/primeirosestudios)

[primeirosestudios@gmail.com](mailto:primeirosestudios@gmail.com)

[www.facebook.com/primeirosestudios](https://www.facebook.com/primeirosestudios)

Twitter - @prim\_estudos

**Editorial**

- 05 Por Romulo Lelis

**Artigos**

- 07 *Uma apresentação crítica dos conceitos de globalização hegemônica e contra-hegemônica à luz das novas manifestações populares internacionais*  
Isabella Gonçalves Miranda & Fábio André Diniz Merladet
- 25 *A casa e a câmera: em tempo de compartilhar - análise do narrador de Santiago, de João Salles*  
Eduardo Brandão Pinto
- 44 *Compondo Chiquinha: para uma análise antibiográfica*  
Rafael do Nascimento Cesar
- 64 *Desigualdade e diferença: estrutura social, identidades e processo político a partir da teoria rawlsiana*  
João Vinicius Marques & Catarina Correa Von Sperling
- 84 *Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro*  
Aline Rodrigues Chiaramonte
- 104 *O fim do fim do trabalho: uma crítica à chamada sociedade pós-industrial e sua relação com os movimentos de trabalhadores*  
Gabriel Gomes Lourenço
- 122 *O rio e a montanha: uma análise comparativa das fontes budistas em Sidarta de Hermann Hesse e Os vagabundos iluminados de Jack Kerouac*  
Jorge Gonçalves de Oliveira Júnior

**Resenha**

- 138 TROTTA, Felipe (2011). *O samba e suas fronteiras: "pagode romântico" e "samba de raiz" nos anos 1990*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ  
Luã Ferreira Leal

**Traduções**

- 143 *Emma Cohen – Antropologia do conhecimento*  
Por Daniela Quirino Medalla
- 159 *Argelina Cheibub Figueiredo – Coalizões governamentais na democracia brasileira*  
Por Gabriela Rodrigues da Guia Rosa & Leandro de Pádua Rodrigues

**Entrevista**

- 197 *Entrevista com José de Souza Martins*  
Por Isabel Furlan Jorge & Romulo Lelis

## Editorial

Por Romulo Lelis

É com grande satisfação que lançamos a terceira edição da *Primeiros Estudos*. Essa satisfação advém, sobretudo, das conquistas obtidas rumo a um processo editorial cada vez mais rigoroso e de qualidade, possibilitando uma verdadeira experiência editorial a seus membros e colaboradores. Seja pela qualidade do material publicado, seja pelo reconhecimento institucional de nossa iniciativa, o processo de edição deste terceiro número marcou uma nova etapa de consolidação do nosso projeto.

A primeira novidade diz respeito ao *Open Journal System* (OJS), o software para gerenciamento e publicação de nosso sítio. Em 2010, o OJS era visto com desconfiança por muitos; começamos a utilizá-lo sem qualquer suporte, por nossa conta e risco. Em compensação, neste ano de 2012, o Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, em parceria com a Seção Técnica de Informática da FFLCH, promoveram o treinamento em OJS para editores – do qual participamos – com vista à implantação do novo portal de periódicos da USP. Essa consolidação do OJS foi fundamental para a *Primeiros Estudos*, que agora possui o suporte adequado para seu processo editorial. Agradecemos a Thiago Gomes Veríssimo, da Seção Técnica de Informática da FFLCH, pelo suporte técnico e pelo incentivo à utilização de softwares de código aberto, como o OJS. Agradecemos também a André Serradas, da Seção de Apoio ao Credenciamento de Revistas do Sistema Integrado de Bibliotecas da USP, pelo treinamento realizado e pelo reconhecimento de nossa iniciativa.

A segunda novidade é que a partir desta edição a responsabilidade da editoração de todas as edições da *Primeiros Estudos* ficará por conta do Serviço de Editoração e Distribuição da FFLCH. Dessa maneira, esperamos dar um caráter cada vez mais profissional e de qualidade às nossas publicações. Agradecemos à Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sandra Margarida Nitrini, Diretora da FFLCH, e a Helena Rodrigues, Coordenadora Editorial do Serviço de Editoração e Distribuição, pelo apoio institucional e por acolherem o projeto editorial da *Primeiros Estudos*.

A terceira novidade é sobre a retomada de nosso projeto de traduções para as próximas edições. Depois da primeira chamada, fomos forçados a suspender a cha-

mada para traduções por falta de recursos para obtenção dos direitos autorais. Mas graças ao apoio dos departamentos de Antropologia, Ciência Política e Sociologia – que oficializaram parceria com a *Primeiros Estudos* para o desenvolvimento deste projeto – teremos, daqui em diante, os recursos financeiros para disponibilizar traduções de textos relevantes para a graduação em Ciências Sociais. Deixamos aqui registrado nosso agradecimento aos chefes dos três departamentos, especialmente ao prof. Dr. Vagner Gonçalves da Silva, chefe do departamento de Antropologia, pelo incentivo e por todo auxílio para solucionar essa e outras dificuldades.

A quarta e última novidade é a respeito de nossa próxima edição, número quatro, que será um número especial contendo os melhores trabalhos apresentados no 1º Encontro ANPOCS de Iniciação Científica. Os coordenadores dos Grupos de Trabalho (GT) do Encontro indicarão os melhores trabalhos de cada GT para publicação na *Primeiros Estudos*. Agradecemos à ANPOCS pela parceria, em especial a Mirian da Silveira.

Esta terceira edição é composta por sete artigos, uma resenha, duas traduções e uma entrevista com o prof. Dr. José de Souza Martins, professor Emérito desta Faculdade. A entrevista abrange temas de grande interesse para estudantes de Ciências Sociais, alinhada à nossa proposta editorial de realizar entrevistas que contribuam para a reflexão sobre a nossa graduação. Mais que um depoimento, trata-se de uma oportunidade ímpar de ver um intelectual da envergadura do prof. Martins refletindo sobre questões latentes para a formação em Ciências Sociais.

Não poderia deixar de lembrar o quanto a realização de um projeto como esse só é possível graças ao trabalho de muitas mãos. Apesar de não ter condições de mencionar todos aqueles que de alguma forma contribuíram, quero manifestar meu apreço aos meus colegas da Comissão Editorial, que foram capazes de realizar a vocação da *Primeiros Estudos*, isto é, de um trabalho coletivo e colaborativo. Sinto orgulho de fazer parte desta equipe.

Por fim, cabe uma nota em homenagem ao prof. Dr. Antônio Flávio de Oliveira Pierucci, falecido em 8 de junho de 2012. O *professor Pierucci* – como era chamado por seus alunos – além de destacado pesquisador, era um dedicado professor, que marcou a graduação de muitos de nós. A *Primeiros Estudos* lamenta o seu falecimento repentino e expressa aqui o seu pesar.

## Uma apresentação crítica dos conceitos de globalização hegemônica e contra-hegemônica à luz das novas manifestações populares internacionais

Isabella Gonçalves Miranda & Fábio André Diniz Merladet\*

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo dialogar com as teorias contemporâneas da democracia na era da globalização, propondo uma reflexão apurada sobre a emergência de novos fenômenos, atores e arranjos pós-nacionais. Na primeira parte é contextualizada a situação de crise da democracia na era da globalização e o problema do *déficit* democrático nas esferas transnacionais; em seguida, são apresentados dois projetos políticos, o hegemônico e o contra-hegemônico, que buscam redefinir os valores e procedimentos dessa prática política. Por fim, o texto debruça-se sobre as possibilidades de desenvolvimento de uma sociedade civil global capaz de democratizar as instâncias pós-nacionais, em diálogo com a renovação da teoria deliberativa.

**Palavras-chave:** globalização, democracia, deliberação, hegemonia, contra-hegemonia.

### Introdução

No início do século XXI, o mundo inteiro assistiu a um conjunto de processos de contestação política. As variadas manifestações e os levantes populares, como as contestações à OMC (Organização Mundial do Comércio) que ocorreram em 1999 em Seattle, o Fórum Social Mundial que, partindo de Porto Alegre, internacionalizou-se rapidamente, e mais recentemente, os ataques hackers, as ocupações de espaços públicos como ocorreram na Espanha com os Indignados, no Chile com o Movimento Estudantil e em Nova Iorque com o *Occupy Wall Street*, revelam-nos um mosaico de revoltas que, embora devam ser contextualizadas e tenham suas particularidades, trazem em comum um quadro de insatisfações diante da democracia minimalista e das lógicas de mercado hegemônicas que se globalizaram, o que se manifesta por meio de seus discursos e práticas e na defesa do que atualmente denomina-se *democracia real*<sup>1</sup>.

---

\* Graduandos em Ciências Sociais - UFMG.

<sup>1</sup> *Democracia real* é um termo recentemente cunhado pelos novos movimentos de contestação política para denominar as aspirações e as práticas desses movimentos e levantes populares que questionam os modelos hegemônicos de democracia, a saber, os modelos minimalistas.

A insatisfação geral com os procedimentos de tomada de decisões, organização da vida e formação de governos em vigor na maioria dos países tidos como democráticos, que se manifesta por meio das recentes manifestações contra-hegemônicas, tem sido objeto de ampla discussão na Ciência Política desde a década de 70, causando acalorados debates entre os que defendem a democracia minimalista e os que concebem a democracia como um conceito abrangente que integra a participação política para além da disputa por votos e cargos públicos.

Ao mesmo tempo em que se formou, desde o final do século XX, um consenso ocidental sobre a desejabilidade da democracia<sup>2</sup>, persistiu um debate amplo e difícil de conciliar em torno dos valores que essa prática política deveria abarcar e dos seus procedimentos. Por um lado, os diversos movimentos da sociedade civil e intelectuais da ciência política, que apostam em formatos participativos e deliberativos, tais como Jürgen Habermas e Claus Offe, atribuem essa crise à falta de democracia. Por outro, economistas e cientistas políticos, como Joseph Schumpeter e Samuel Huntington, mais voltados para a dimensão dos procedimentos da democracia representativa e a sua compreensão como uma disputa entre elites, atribuem dita crise ao excesso de democracia.

Para entender como se divide esse embate, recorro ao conceito de hegemonia criado por Gramsci (1987) e à sua utilização por Santos (2002), que emprega o conceito para dividir as correntes teóricas da democracia em contra-hegemônicas e hegemônicas. A corrente contra-hegemônica coloca em questão o conteúdo democrático e social do contrato social subjacente aos Estados nacionais modernos. Segundo eles, tais formatos políticos foram incapazes de gerar sociedades mais livres e igualitárias, pois haviam abandonado os ideais de soberania do povo e a participação popular em nome de um modelo elitista assentado exclusivamente na representação baseada no voto esporádico.

Essa discussão veio a aprofundar-se nas últimas décadas do século XX e início do século XXI pela emergência de práticas democráticas inovadoras que tomaram lugar nos países recém-democratizados do Sul global, como os conselhos deliberativos no Brasil, os conselhos comunais na Venezuela ou o orçamento participativo

---

<sup>2</sup> Embora haja ainda quem questione a democracia e suas qualidades, é inegável que, pelo menos no ocidente, ela tem sido cada vez mais o único procedimento minimamente legítimo de formação de governos.

que, iniciando-se na cidade de Porto Alegre, hoje serve de inspiração para milhares de cidades em toda a América Latina e em muitos países da Europa, da África e, surpreendentemente, até mesmo nos Estados Unidos, onde experiências estão ocorrendo nas cidades de Chicago e Nova Iorque. Tais práticas abarcam novos arranjos participativos que invocam a experimentação e a criatividade da democracia pela reinserção da sociedade civil no âmbito das deliberações das políticas locais e nacionais confrontando-se com uma “concepção hegemônica da democracia” elaborada no Norte Global<sup>3</sup>.

A segunda corrente, hegemônica, fortemente representada pela Comissão Tri-lateral de 1975, composta pelos teóricos Samuel Huntington, Michel Crozier e Joji Watanuki, defende que a democracia está em crise por se encontrar sobrecarregada com direitos e reivindicações. Para eles, a solução para tal crise seria controlar as pressões da sociedade relativamente ao Estado, reduzindo as formas de inclusão e participação democráticas. Posteriormente assimilada pelo chamado Consenso de Washington<sup>4</sup>, essa concepção deu origem a um modelo neoliberal de Estado, em que democracia e capitalismo globalizado podiam conviver mais harmonicamente.

Em ambos os casos é denunciada uma crise do contrato social subjacente à crise da democracia. De acordo com Santos (2006), os processos sociais da globalização neoliberal estariam entre os fatores responsáveis pela crise contratual. O teórico defende que o contrato social moderno é a instância em que se definem os termos de inclusão e exclusão dos indivíduos dentro de um Estado Nacional, e, por isso, é em torno desses termos que, na primeira modernidade (século XX), se processaram as lutas por emancipação e justiça social. Com a globalização, são colocadas em cheque a unidade e a soberania do Estado Nação, e grande parte das decisões que

---

<sup>3</sup> É importante destacar que a utilização dos termos Sul e Norte ocorre como uma definição política e não geográfica. O Norte define-se basicamente pelos Estados Unidos, Canadá, Oceania e Europa, entretanto, está também nos espaços nacionais super elitizados de nações pobres. O Sul, por sua vez, é constituído pelo conjunto de todos os outros países e comunidades do globo que têm uma experiência política comum de exploração e marginalização, o que resulta em uma posição particular de subordinação na nova economia global que persiste até hoje. Esses países e comunidades seguem sendo, nesse novo modelo do capitalismo global, fonte de mão-de-obra hiper-explorada e de matéria prima mal paga.

<sup>4</sup> O Consenso de Washington é um conjunto de medidas criado no final da década de 80, logo após a dissolução da URSS e do fim da Guerra Fria, com o objetivo de expandir a visão neoliberal ao conjunto de países da América Latina. Tal “Consenso”, imposto de cima para baixo, era composto por dez regras básicas, a saber: 1. Disciplina fiscal, 2. Redução dos gastos públicos, 3. Reforma tributária, 4. Juros de mercado, 5. Câmbio de mercado, 6. Abertura comercial, 7. Investimento estrangeiro direto com eliminação de restrições, 8. Privatização das estatais, 9. Desregulamentação das leis econômicas e trabalhistas, 10. Direito à propriedade intelectual.

afetam a vida das pessoas agora ultrapassa a esfera nacional. Como reação a isso, várias lutas por emancipação também se deslocam para uma esfera transnacional sem, no entanto, abandonar as esferas local e regional. Surgiram também lutas políticas essencialmente globais que reivindicam, entre outras coisas, a democratização de organismos internacionais, como a ONU, o FMI e a OTAN, e do sistema financeiro global, como ocorreu recentemente por meio dos protestos em Wall Street.

Entendemos emancipação, da mesma forma que Santos, como aquelas ações que carregam a aspiração de uma sociedade em que as diferentes relações de poder sejam substituídas por relações de autoridade partilhada. Adotamos normativamente essa concepção por ser ela mais abrangente e focada mais no processo transformativo do que nos estágios finais e resultados da transformação social.

Em consonância com as ideias desse autor, procuramos indagar quais os desafios lançados pela globalização à democracia na atualidade, bem como os desafios para a construção de práticas contra-hegemônicas de democracia na esfera transnacional.

Primeiramente, analisamos os processos da globalização com base na sua classificação, feita por Boaventura de Sousa Santos, em hegemônicos e contra-hegemônicos. Em um segundo momento, discutimos as teorias da deliberação à luz de tais fenômenos. Por fim, trazemos os atuais movimentos e as manifestações de uma contra-hegemonia global para a discussão da democracia deliberativa a fim de indicar o que poderia ser uma semente de uma sociedade civil globalmente articulada capaz de interpelar os poderes instituídos. Trata-se, portanto, de uma análise das possibilidades de organização social e popular que possam levar à emergência de lutas políticas em nível transnacional.

### **Os processos da globalização**

O conceito de globalização foi e é largamente utilizado para caracterizar um projeto ideológico de integração de todo o mundo em um sistema único de mercado baseado na lógica da economia capitalista e na alta circulação de bens, informações, produtos e pessoas. Segundo essa concepção ideologizada de globalização, o livre mercado resultaria no desenvolvimento econômico de todos os países e na ampla difusão das inovações tecnológicas, que aumentariam a qualidade de vida dos seres humanos.

Contudo, a integração das diferentes pessoas e dos diferentes Estados no mundo globalizado não se dá de forma horizontal, contínua e homogênea, mas por meio de transformações complexas que afetam de maneira diversa classes/identidades em diferentes espaços.

Como indica a Comissão Mundial sobre a Dimensão Social da Globalização, a globalização neoliberal hegemônica não é benéfica para todos como a sua ideologia faz crer. Na verdade, ela ocorre conjuntamente a uma série de transformações positivas e negativas que afetam, de maneira desigual, países e pessoas no interior de cada país.

Nos últimos trinta anos, a desigualdade na distribuição dos rendimentos entre países aumentou dramaticamente. A diferença de rendimento entre o quinto mais rico e o quinto mais pobre era, em 1960, de 30 para 1, em 1990, de 60 para 1 e, em 1997, de 74 para 1. As 200 pessoas mais ricas do mundo aumentaram para mais do dobro a sua riqueza entre 1994 e 1998 [...] A riqueza dos três mais ricos bilionários do mundo excede a soma do produto interno bruto dos 48 países menos desenvolvidos do mundo (PNUD, 2001) [...] Segundo o Relatório do Programa para o Desenvolvimento das Nações Unidas de 2001 (PNUD, 2001), mais de 1,2 bilhão de pessoas (pouco menos do que 1/4 da população mundial) vivem na pobreza absoluta, ou seja, com um rendimento inferior a um dólar por dia e outros 2,8 bilhões vivem apenas com o dobro desse rendimento. (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE A DIMENSÃO GLOBAL DA GLOBALIZAÇÃO apud Santos, 2001, p. 40).

Para entender os processos de globalização, é preciso ligar as teorias sobre a globalização a situações concretas, buscando entender o seu impacto na vida de diferentes grupos humanos, bem como a forma como estes reagem a essas transformações. Conectando as análises locais às globais, podem-se construir teorias sobre a globalização bem mais fundamentadas. É preciso fazer estudos que nos aproximem do entendimento do fenômeno que Michael Budawoy define como *Grounded Globalization*:

We wanted to construct perspectives on globalization from below, as experienced on the ground, the ways globalization attaches itself to everyday life, the way neoliberalism becomes common sense. [...] we search for theories that would help us stretch from local to global (BUDAWOY, 2000, p. 339).

Boaventura de Sousa Santos (2001), ao operar tal análise, esboça um quadro teórico que, dialogando com a teoria de Gramsci, divide os processos de globalização em hegemônicos e contra-hegemônicos, incorporando a conflitualidade nas dinâmicas de transição dos modelos de Estado, de Economia e dos modelos culturais e so-

cietais. Os processos hegemônicos, segundo ele, são orientados para a acumulação e apropriação capitalistas, e a sua hegemonia assenta-se na identificação dos interesses do bloco no poder com interesses gerais, ou seja, em um consenso que favorece os grupos dominantes. Os processos contra-hegemônicos, por sua vez, agrupam os diversos movimentos locais, por vezes articulados globalmente, que lutam contra os efeitos perversos da globalização hegemônica e são orientados para a solidariedade e o bem comum. Apesar de distintos, esses processos são complexos e, por vezes, interpenetram-se e confundem-se, sendo necessário analisá-los de caso a caso.

### **A globalização hegemônica e a democracia**

A globalização hegemônica não é um processo novo. Muitos teóricos, como Fernando Coronil, Anibal Quijano, Edgard Lander e Immanuel Wallerstein argumentam que o processo de integração das diferentes partes do mundo em um sistema de acumulação de capital iniciou-se logo no século XV com a descoberta da América. Desde aquela época, os diferentes espaços foram sendo organizados em dominantes e dominados, o que transformou as periferias e semi-periferias do mundo em espaços de subordinação política e econômica para a expropriação de riquezas por parte dos países centrais, processo que, obviamente, não foi livre de contradições e oposições<sup>5</sup>. Foi, contudo, a partir da década de 1970 até os dias atuais, que a globalização hegemônica intensificou o processo de integração mundial com o avanço das tecnologias de comunicação e transporte que possibilitou transações internacionais mais rápidas e intensas. Essa integração, nos últimos anos, vem acompanhada da difusão dos pressupostos e das práticas econômicas e políticas do neoliberalismo.

Assentado no chamado Consenso de Washington, o neoliberalismo defende medidas diversas para alavancar a economia de mercado, o sistema financeiro e a concorrência em nível mundial, apresentando soluções para a crise do período antecessor, marcado por forte intervenção estatal na vida econômica e social<sup>6</sup>. Na

---

<sup>5</sup> Há, na história dos países dominados, incontáveis demonstrações de resistência das classes populares, das minorias étnicas, dos escravos e da população como um todo contra a dominação exercida pelas elites que cooptavam com o projeto de expropriação e subordinação durante o colonialismo e, até mesmo, na fase pós-colonial. Se olharmos de forma mais profunda e minuciosa para a história da América Latina, percebemos que não houve nem um único dia em que não ocorreu alguma expressão de resistência ao poder e ao dinheiro

<sup>6</sup> Embora seja legítimo dizer que ninguém mais acredita no Consenso de Washington, o fato é que a doutrina neoliberal de desregulamentação da economia continua na pauta de reformas impostas pelos organismos in-

prática, o que neoliberalismo busca defender é um Estado mínimo para as políticas sociais e, ao mesmo tempo, um Estado máximo para a Economia. Além disso, esse paradigma considera a desigualdade um fator essencial para o bom funcionamento do mercado sendo, por isso, até mesmo desejável. Em suma, a acumulação flexível neoliberal baseia-se na desigualdade e a produz incessantemente.

Em um contexto de grande pessimismo e desesperança que marcou o fim do último século, com o fracasso das experiências socialistas ocorridas no Leste Europeu, com a chamada “morte das utopias” e com o enfraquecimento dos movimentos de resistência e da esquerda tradicional, o neoliberalismo realizou um enorme esforço para apresentar-se como a única forma de organização social, política e econômica possível no mundo. Dessa forma, as medidas que propõe passaram a ser empregadas com intensidade a partir dos anos 1980, orientando-se, em termos gerais, para a liberalização do comércio internacional, a expansão dos investimentos externos, a crescente privatização de serviços públicos, a flexibilização de direitos trabalhistas e a crescente desregulação da economia.

David Harvey (2008), em seu texto *O neoliberalismo: história e implicações*, mostra como as mudanças estruturais na economia, promovidas pelas reformas neoliberais, deslocam o poder de classe, com a perda da qualidade de vida pela parcela da população correspondente à classe média e à classe baixa, e com a ascensão de um novo grupo de pessoas muito ricas relacionadas com as operações no sistema financeiro e com os novos ramos da produção, como as novas tecnologias de informação, a biotecnologia, as multinacionais de produção de energia, de cultivo de sementes transgênicas, etc. Esse grupo poderia ser definido como uma espécie de classe hegemônica transnacional “porque seus membros, apesar da diversidade dos seus interesses setoriais, partilham uma situação comum de privilégio socioeconômico e um interesse comum de classe nas relações do poder político e do controle social que são intrínsecas ao modo de produção capitalista” (EVANS apud Santos, 2001, p. 38). Nos últimos anos, essa dita classe conseguiu manter uma relação privilegiada com o poder estatal dos diferentes países e com os organismos internacionais, constituindo uma enorme capacidade de influenciar processos políticos.

---

ternacionais aos países subdesenvolvidos. De qualquer maneira, a questão agora não é saber se o Consenso de Washington ainda vive, é saber o que deverá substituí-lo.

Outras consequências importantes da reestruturação da ordem mundial ainda em curso são a perda de centralidade e poder de decisão do Estado em detrimento das empresas, dos organismos internacionais (União Europeia, OTAN ONU, etc) e dos organismos financeiros (OMC, Banco Mundial, FMI); a redução da autonomia política e soberania efetiva dos Estados periféricos e semiperiféricos em detrimento dos Estados centrais; a formação de monopólios baseados em grandes corporações e multinacionais; as modificações na organização das empresas e na distribuição global do trabalho e a expansão para várias partes do mundo do modelo de democracia liberal e das legislações inspiradas em países “centrais”<sup>7</sup>.

Nesse contexto, surge um novo marco regulatório pós-nacional que integra os novos e antigos atores da globalização hegemônica, baseado na inter-relação entre os setores público e privado transnacionais, com forte presença dos organismos internacionais políticos, financeiros e regulatórios. A esse marco, a literatura tem dado o nome de governança:

Governo significa um conjunto de atividades que são levadas a cabo por autoridades formais, pelo poder público [...] enquanto governança se refere a atividades assentes em valores partilhados, resultantes ou não de responsabilidades impostas formalmente pela lei, e que não requerem inevitavelmente o apoio do poder político para ultrapassar as resistências e garantir o seu efetivo cumprimento. (ROSENAU apud Pureza, 2002, p. 101).

Santos (2006) defende que a governança é a matriz política da globalização neoliberal. Ela joga com ideais de abertura, participação e horizontalidade, sendo uma rede auto-ativada, porém somente pode ser acessada por um conjunto de atores seletos identificados com interesses comuns de acumulação capitalista. Como não aceita o binômio dentro/fora característico dos contratos sociais, a governança dá pouca ou nenhuma chance aos excluídos de converterem-se em atores incluídos. Eles são entendidos mais como inexistentes do que como atores em possível via de inclusão. Em seu marco fluido tampouco ficam claras questões como “quem governa?”, “a quem se deve responsabilizar determinadas decisões?”, “qual é o poder de *enforcement* das instituições reguladoras pós-nacionais diante de países hegemôni-

---

<sup>7</sup> Utilizo os termos central, periférico e semiperiférico conforme o sentido dado a esses termos por Wallerstein (2004).

cos?”, ou mesmo, “é possível se pensar em espaços deliberativos democráticos na matriz da governança?”:

Para identificar o significado político da governança neoliberal, temos que prestar atenção não apenas àquilo que ela diz, mas também àquilo que silencia. São os seguintes os silêncios mais importantes da matriz da governança: as transformações sociais, a participação popular, o contrato social, a justiça social, as relações de poder e a conflitualidade social (SANTOS, 2006, p. 13).

A ausência de espaços deliberativos democráticos institucionalizados em nível global, a existência de esferas não reguladas democraticamente, como o mercado financeiro, as assimetrias de poder de pressão das instituições reguladoras internacionais diante dos países centrais em relação aos países periféricos, a precariedade do princípio da isonomia nas instituições internacionais, como o Conselho de Segurança da ONU, e outras questões indicam que existe um *déficit* democrático na esfera transnacional.

As grandes preocupações da democracia no século XX que, enquadradas no território nacional, discutiam questões como soberania estatal e soberania popular, *accountability*, representação, autorização e sociedade civil nacional, deixam de ter um sentido claro quando enquadrados na esfera internacional. Nancy Fraser (2009), em seus estudos recentes, identificou esse problema de enquadramento que, segundo ela, está gerando um novo tipo de injustiça social de caráter metapolítico. Para a autora, justiça requer arranjos sociais que permitam a todos participarem como pares na vida social. A dimensão política da justiça diz respeito ao palco em que se expressam as lutas por reconhecimento e redistribuição, a critérios de pertencimento social, regras da decisão e procedimentos. Segundo ela, as reivindicações por justiça ao longo do século XX aconteciam no interior dos Estados territoriais e concerniam as relações entre os cidadãos: “as reivindicações por redistribuição geralmente se focalizavam em desigualdades econômicas dentro dos Estados territoriais, as demandas por reconhecimento geralmente se dirigiam às hierarquias de *status* internas” (FRASER, 2009, p. 12).

O problema é que, com a globalização econômica, os processos sociais que afetam a vida das pessoas transbordam as fronteiras nacionais. Contudo, os afetados ainda não conseguem influir ou lutar por justiça em tais esferas de maneira eficiente, pois não existe uma efetiva institucionalidade democrática em nível transnacio-

nal. Dessa forma, ela conclui que as lutas por justiça devem agora abarcar as lutas contra o mau enquadramento, por uma democracia metapolítica.

Como resposta a esse *déficit* democrático e também como consequência da globalização, os velhos e os novos atores da sociedade civil, como os hackers, os *occupiers* e também os sindicatos, passam a se organizarem em novas arenas democráticas para a formulação de uma luta política global contra-hegemônica que, várias vezes, carrega traços anti-globalização, anti-neoliberalismo e anti-imperialismo, e tecem um esboço do que poderia ser um espaço público pós-nacional.

### **A globalização contra-hegemônica e a democracia**

O capitalismo demonstra, ao longo de sua história, uma enorme capacidade para adaptar-se às sistemáticas crises e para aprofundar-se ainda mais. No entanto, para além das muitas crises no capitalismo, pode ser que estejamos assistindo neste momento à crise do capitalismo, que não consegue mais dar respostas para os problemas que criou. A manifestação mais evidente dessa crise do capitalismo advém da constatação atual da sua capacidade destruidora que, se não for retraída, deverá ter consequências ecológicas e humanas drásticas, como o aumento da desigualdade e a redução da biodiversidade.

Atualmente, estamos passando por tempos de crise do sistema capitalista e crise de legitimidade das instituições democráticas formais, ambas estão dando lugar à emergência de novas formas de participação política. Desde as manifestações de Seattle em 1999 e de Gênova em 2001, o mundo inteiro assiste a um processo de proliferação das manifestações contra-hegemônicas, seguida da construção de Fóruns mundiais, regionais e locais, da renovação do pensamento de esquerda e dos movimentos sociais tradicionais. Essa intensa renovação tornou possível a organização de movimentos e de atores contra-hegemônicos em nível transnacional, como ocorreu, por exemplo, no caso dos povos indígenas do Equador em luta contra as multinacionais petrolíferas, a reorganização de sindicatos globalmente, a mobilização para as manifestações na Grécia e para as ocupações que têm ocorrido na Espanha, em Wall Street e em diversas cidades do mundo, assim como tornou possível o surgimento de novos e numerosos movimentos sociais e grupos da sociedade civil que reivindicam uma outra realidade diferente da que existe.

Essas diversas manifestações de resistência que propõem alternativas ao sistema em curso atuando no nível local cada vez mais estão se organizando e se articu-

lando no nível global construindo uma governança contra-hegemônica insurgente, que de acordo com Santos:

[...] implica a articulação e a coordenação entre uma imensa variedade de movimentos sociais e de organizações da sociedade civil, com a finalidade de combinar estratégias e táticas, de definir agendas, e ainda de planejar e levar a efeito ações coletivas (SANTOS, 2006, p. 22).

Apesar de distintos, esses movimentos convergem as suas lutas de resistência no combate à dominação do capital, ao neoliberalismo e ao imperialismo. Isso ocorre, pois todos eles, de alguma forma, lutam contra as consequências da universalização da submissão ao capitalismo globalizado e a lógica da acumulação. Ao negarem a perspectiva liberal, que define as pessoas como seres econômicos de racionalidade calculista que deveriam buscar sua emancipação individual por meio das oportunidades oferecidas pelo mercado e afirmarem uma perspectiva das pessoas como seres sociais capazes de se organizarem em processos de solidariedade e ação coletiva, eles restauram a crença na capacidade humana de alterar o curso da história.

Boaventura de Sousa Santos (2002) identifica algumas das características centrais desses novos movimentos sociais com base na análise do Movimento Zapatista que, segundo ele, é uma manifestação fundadora desse projeto contra-hegemônico: 1) a ampliação do conceito de opressão pela identificação de que a exclusão social não é única e monolítica, não diz respeito a uma classe e sim a toda a humanidade, e por isso, devem ser plurais as lutas emancipatórias; 2) a exigência de equivalência entre a igualdade e a diferença (os indivíduos têm o direito de expressar a sua pluralidade em condições iguais de direitos e dignidade e têm de ser tratados como diferentes quando a igualdade os oprime); 3) a valorização da via democrática, participativa, “desde abaixo” para a conquista do poder e para a realização de inovações no Estado, com a construção de vias mais diretas; 4) a construção de um “cosmopolitismo subalterno” que envolve ações que combatem a opressão não apenas atacando o centro, o Estado e a Empresa, mas o vasto conjunto de interações sociais estruturadas pela desigualdade de poder.

A expressão mais forte da articulação desses movimentos na atualidade é o Fórum Social Mundial (FSM) que é levado a cabo em conformidade com a carta de princípios de Porto Alegre, contra as diversas formas de exclusão e opressão provocadas ou possibilitadas pela atual fase do capitalismo, conhecida como globaliza-

ção neoliberal. Disseminando o princípio da incompletude, segundo o qual não pode existir um só ator no processo de transformação social, mas vários em decorrência da complexidade do mundo atual e da diversidade das formas de opressão, o FSM preocupa-se em não dar prioridade a nenhuma organização e abre espaço para um diálogo horizontal intermovimentos. Isso é o que se pode perceber com a ênfase dada a algumas instâncias de diálogos e trocas de saberes, como a Assembleia dos Movimentos Sociais que ocorre a cada Fórum e a Cúpula dos Povos para o Rio mais 20, que ocorreu no Fórum Social Temático de 2012. Por meio da escuta mútua, do compartilhamento de angústias, esperanças e objetivos, torna-se possível a superação de antigas concepções que viam a diversidade como um obstáculo à unidade e à igualdade e pode-se construir espaços de convivência e de aprendizagem mútuos entre os diversos atores sociais para “Um Outro Mundo Possível”.

As mais diversas propostas desses grupos e movimentos têm buscado intensificar, aprofundar e (re)significar a democracia, quer reivindicando a legitimidade da democracia participativa, quer pressionando as instituições da democracia representativa no sentido de torná-las mais inclusivas, ou ainda, buscando formas de complementaridade mais densas entre a democracia participativa e a representativa. Tratam-se de tentativas diversas, nos planos prático e teórico, de criar uma nova institucionalidade da democracia o que envolve, primeiramente, a ampliação do cânone democrático. A democracia passa, assim, a ser pensada como uma prática social e não somente como um método de constituição de governos. Isso significa ampliar as esferas de participação democrática e de exercício da soberania popular com os novos arranjos institucionais participativos, que permitem o controle dos cidadãos sobre orçamentos, sobre medidas administrativas do governo, sobre a execução de políticas sociais e, por que não em um futuro, das próprias decisões do Estado acerca da economia? Significa também criar novas formas de representação, que sejam capazes de incluir agendas de identidades específicas, de minorias na nação como, por exemplo, o reconhecimento de movimentos sociais como novos e legítimos atores políticos.

Esses movimentos, buscando também superar as estruturas hierárquicas, autoritárias e pouco participativas, criam novos espaços de abrangência para as práticas democráticas. A busca da autogestão e do convívio horizontal nas ocupações de espaços públicos e nos espaços do Fórum Social Mundial, em especial o Acampamento Intercontinental da Juventude, transparecem uma forma especial de organi-

zação das lutas por emancipação social que ensaiam novas formas de organização que querem ver no trabalho, nos governos, no Estado, nas escolas, nas casas, no mercado, nas diversas organizações e nas associações da sociedade civil, reestruturando os movimentos sociais tradicionais, em especial o sindicato, tornando-os mais horizontal e aberto ao diálogo com outros movimentos.

Uma das contribuições dos movimentos sociais novos ou renovados da atualidade tem sido a de ampliar os espaços onde se dão relações horizontais e dialógicas entre as pessoas, espaços onde se desenvolve uma cultura cívica, ou uma cidadania social para o século XXI, mais ativa, participativa, politizada e crítica, capaz de interpor os poderes instalados (ESTANQUE, 2006).

Ao mesmo tempo em que tentam democratizar o Estado, construindo uma nova gramática de relação entre Estado e Sociedade, esses movimentos e essas organizações da sociedade civil articulam-se e operam lutas em nível global. As manifestações em Seattle e Gênova contra a OMC e o próprio Fórum Social Mundial são exemplos de ações articuladas globalmente que esboçam o que poderia vir a ser considerado um espaço público deliberativo pós-nacional.

Antes, contudo, é preciso tentar enquadrar a teoria da democracia deliberativa às esferas transnacionais, já que estas foram pensadas dentro de um espaço territorial nacional.

### **Repensando a democracia deliberativa em uma esfera pública pós-nacional**

A democracia deliberativa surge como uma teoria que se contrapõe à concepção hegemônica da democracia centrada na agregação de pessoas por meio do voto. Ela defende que, antes e para além das eleições, existe um espaço denominado esfera pública, onde os indivíduos e grupos são capazes de tecer, por meio de discussões, suas opiniões e preferências, valores e identidades.

Simone Chambers (2009, p. 240) define deliberação como “o debate e a discussão que têm como propósito produzir opiniões racionais e bem informadas nas quais os participantes são convidados a revisar preferências à luz da discussão de novas informações e das demandas feitas pelos demais participantes”. Ângela Marques (2009, p. 15), no mesmo sentido, considera que “a deliberação pode ser compreendida como uma atividade discursiva capaz de conectar esferas comunicativas formais e informais, nas quais diferentes atores e discursos estabelecem um diálogo, que tem por principal objetivo a avaliação e a compreensão de um problema coletivo ou de uma questão de interesse geral”.

Para que tal processo ocorra com legitimidade e simetria, Avritzer (2009) defende que algumas regras e princípios normativos devem ser respeitados: a) igualdade, b) publicidade, c) reciprocidade, d) reflexividade, e) *accountability*, f) autonomia, g) ausência de coerção, h) respeito mútuo.

Os grandes encontros das organizações civis e dos movimentos sociais nacionais e internacionais, nos quais pessoas de todo o mundo discutem estratégias políticas fundadas em diferentes concepções de mundo e traçam, muitas vezes, ações globais conjuntas, tais como o Fórum Social Mundial, podem significar a emergência dessa esfera pública acima descrita. Leonardo Avritzer, que também teoriza a dimensão pós-nacional dos movimentos da sociedade civil, defende que nesses espaços de encontro e fóruns transnacionais, assiste-se à “operação um elemento próprio dos espaços políticos nacionais: a agregação de atores sociais com o objetivo de impedir a ação de atores antagônicos” (AVRITZER, 2002, p. 115).

O Fórum Social Mundial (FSM), além de outras tantas articulações transnacionais contra-hegemônicas, como as mídias alternativas e as articulações globais de movimentos locais, podem indicar a existência de um espaço público transnacional em gestação nesse início de século XXI com potenciais de democratização das esferas nacional e transnacional. Entretanto, encontramos algumas barreiras teóricas e práticas para tecer tais afirmações.

Antes de qualquer coisa, existe o problema da identidade, que corresponde a uma questão de enquadramento, fator decisivo para a delimitação de uma sociedade civil. Para alguns, a democracia deliberativa precisa de um *demos* relativamente coerente e vinculado, que compartilhe uma identidade coletiva e, por isso, a democracia realmente não seria apropriada para a esfera internacional<sup>8</sup>.

De acordo com Habermas, “qualquer comunidade política que deseja entender a si própria enquanto uma democracia precisa, ao menos, traçar uma distinção entre membros e não membros [...] Mesmo se tal comunidade está estruturada sobre princípios universalistas de um Estado constitucional democrático, ela ainda compõe uma identidade coletiva, no sentido de que interpreta e realiza esses princípios universalistas à luz de sua própria história e no contexto de sua própria forma de vida particular. Esse auto-entendimento ético-político dos cidadãos de uma vida democrática está faltando em uma comunidade inclusiva e mundial de cidadãos” (HABERMAS apud Chambers, 2009, p. 255).

---

<sup>8</sup> Ver Tompson (apud Chambers, 2009).

Tais afirmações nos deixam em uma posição difícil diante do novo paradigma da governança neoliberal. Por isso, cabe questionar o princípio da identidade nacional como pré-condição para a democracia. Por acreditarmos que o debate acerca das pré-condições à democracia nos leva sempre a mais a retrocessos do que a avanços, recorremos a teóricos que compreendem a diferença e diversidade, antes como riqueza do que como barreira ao desenvolvimento democrático.

Iris Marion Young (2001), por exemplo, critica a unidade como pressuposto e como objetivo da prática deliberativa. Segundo ela, as ideias de bem comum e racionalidade neutra politicamente não existem, pois até mesmo os discursos carregam relações de poder implícitas que podem gerar a dominação da perspectiva do grupo dominante sobre os demais, a exclusão e a perpetuação de privilégios. Além do mais, a autora defende que a unidade como condição prévia retira a riqueza da pluralidade, impossibilitando a transcendência e o aprendizado com o diferente. Ela defende que “as diferenças de cultura, perspectiva social ou comprometimento particularista sejam compreendidos como recursos a serem usados na compreensão da discussão democrática, não como divisões a serem superadas” (YOUNG, 2001, p. 369).

Um princípio recente do pensamento de Nancy Fraser, o “princípio de todos os afetados”, segundo o qual todos os afetados por uma política tenham o direito à palavra, pode ser bastante útil para pensar a democracia deliberativa em um contexto em que políticas são pensadas no nível internacional.

Essas perspectivas parecem-nos mais consonantes aos processos deliberativos no interior do FSM, que rejeitam visões totalizantes de emancipação social e partem da ideia da incompletude de todas as formas de pensamento, condição fundamental para a transcendência e para o aprendizado com o outro. Ao não definir o “Outro Mundo Possível”, o FSM abre as possibilidades para que todos os diferentes projetos políticos se expressem e dialoguem em seu interior, atuando como uma verdadeira esfera pública democrática para a expressão do pensamento e das práticas contra-hegemônicas.

Para dar conta de fenômenos como o FSM, teóricos, como Dryzek e Bohman, estão desenvolvendo modelos pós-nacionais de democracia centrados não em uma vontade coletiva, mas na ação de tornar instituições e governos mais responsáveis (*accountable*) diante da pluralidade de uma sociedade civil transnacional reunida por causas comuns. Para tal, desenvolvem a concepção de democracia descentralizada, que também é proposta por outros autores, como Warren, na qual:

[...] uma pluralidade de forças de comunidades e grupos sociais informais se engaje em campanhas globais de persistência discursiva. Uma democracia descentralizada delega a voz democrática a uma sociedade civil amplamente descoordenada e à esfera pública (WARREN apud Chambers, 2009, p. 278).

Essa concepção, embora interessante, não é suficiente. Retomando Fraser e a sua aposta na construção de uma democracia metapolítica, defendo que a sociedade civil global somente será capaz de influir verdadeiramente nas decisões políticas nos níveis transnacionais se for capaz de pressionar para a construção de instituições democráticas e participativas em nível global, espaços institucionalizados onde um processo deliberativo mais estável e eficaz, do ponto de vista da efetivação das preferências, pode ocorrer.

Tal questão perpassa uma discussão dentro do campo da teoria da democracia deliberativa acerca das formas como o espaço público se torna capaz de influir nas esferas políticas. Para alguns teóricos, como Habermas, as discussões oriundas das esferas públicas são capazes de penetrar na esfera política influenciando nas decisões governamentais. Outros teóricos, como Leonardo Avritzer, defendem que as influências indiretas da esfera pública na esfera política são insuficientes para garantir a participação dos grupos sociais nas discussões e deliberações políticas, é preciso que a sociedade civil pressione o poder instituído para que sejam criados arranjos participativos, espaços institucionalizados.

## **Conclusão**

Diante das recentes alterações no quadro social, cultural, político e econômico mundial, decorrentes em grande parte dos processos da globalização, tanto a teoria como a prática democrática em crise está, paradoxalmente, passando por um rico e diversificado processo de transformação. Na tentativa de contribuir para a análise desse processo, neste artigo, foram apresentadas as duas formas de globalização com que nos defrontamos no momento presente.

Por um lado, temos a estratégia da globalização hegemônica de difusão de uma “democracia de baixa intensidade”<sup>9</sup> nas esferas nacionais dos diversos países

---

9 Termo utilizado por Boaventura de Sousa Santos no seminário de celebração dos 10 anos do Fórum Social Mundial em Porto Alegre.

do mundo, em prejuízo aos processos de deliberação pública, *accountability* societal<sup>10</sup> e soberania popular. Também parece ser parte de sua estratégia a construção de uma matriz de Governança que, na maioria dos casos, só permite uma participação transnacional seletiva e pouco democrática.

Por outro lado, assistimos a uma globalização contra-hegemônica que procura radicalizar o conceito e a prática democrática ampliando-a para todos os espaços, desde as relações cotidianas entre os indivíduos até as esferas globais, passando pelas lutas locais e nacionais.

A globalização contra-hegemônica, apesar de ainda fraca e em processo de formação, tem méritos significativos. Ela conseguiu criar e dar visibilidade a diversos projetos revolucionários de sociedade; pôde denunciar situações diversas de opressão e de produção de injustiças em todo mundo; e deu forças às lutas locais dos movimentos sociais. Ela está criando um espaço para a construção conjunta de um futuro pelos diversos movimentos e atores sociais incorporando abrangentes demandas, cosmovisões, noções de opressão e projetos alternativos de mundo. A indeterminação que carrega a frase promulgada pelo FSM, “um outro mundo é possível”, é marca fundamental das relações democráticas, onde as diferenças podem dialogar para a construção de algo novo.

É certo que essa globalização contra-hegemônica enfrenta e enfrentará enormes desafios para a instituição de uma verdadeira democracia em todos os níveis. Se a contra-hegemonia questiona a democracia liberal, é porque pretende radicalizar a palavra democracia e transformá-la em um imperativo de liberdade, de realização humana e de dignidade de vida para todos.

## **Referências**

AVRITZER, L. (2002). “Globalização e espaços públicos: a não regulação como estratégia de hegemonia global”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63.

\_\_\_\_\_. (2009). “Prefácio”. In: MARQUES, A. C. S. (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. São Paulo, Autêntica.

---

<sup>10</sup> *Accountability* exercido pela sociedade civil.

BUDAWOY, M. (2000). "Grounded Globalization". In: \_\_\_\_. *Global Ethnography*. London, University of California Press.

CHAMBERS, S. (2009). "A teoria democrática deliberativa". In: MARQUES, A. C. S. (Org.). *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. São Paulo, Autêntica.

CROZIER, M. J.; HUNTINGTON, S. P.; WATANUKI, J. (1975). *The crisis of democracy: report on the governability of democracies to the trilateral commission*. New York, New York University.

ESTANQUE, E. (2006). "A questão social e a democracia no século XXI. Participação cívica, desigualdades sociais e sindicalismo". *Revista Finisterra*, Lisboa, vol. 55-56-57.

GRAMSCI, A. (1987). *Cadernos do Cárcere: os intelectuais e a organização da cultura*. 5ª edição. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

HARVEY, D. (2008). "Liberdade é apenas mais uma palavra". In: \_\_\_\_. *O neoliberalismo: história e implicações*. Tradução: Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo, Loyola.

MARQUES, A. C. S. (2009). "As interseções entre o processo comunicativo e a deliberação pública". In: \_\_\_\_. *A deliberação pública e suas dimensões sociais, políticas e comunicativas*. São Paulo, Autêntica.

PUREZA, J. M. (2002). "Quem governa? Portugal e as novas teias da governação global". *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 63.

SANTOS, B. S. (2001). "Os processos de Globalização". In: \_\_\_\_. *Globalização: fatalidade ou utopia?*. Porto, Afrontamentos.

\_\_\_\_\_. (2002). *Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. (2006). *A gramática do tempo: para uma nova cultura política*. São Paulo, Cortez.

\_\_\_\_\_. (2008). "El Foro Social Mundial y la izquierda global". *Informe El Viejo Topo*, n. 240.

SANTOS, B. S.; AVRITZER, L. (2002). "Introdução para ampliar o cânone democrático". In: SANTOS, B. S (Org.). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

YOUNG, I. M. (2001). "A comunicação e o outro: além da democracia deliberativa". In: SOUZA, J (Org.). *Democracia hoje: novos desafios para a teoria democrática contemporânea*. Brasília, Ed. UNB.

WALLERSTEIN, I. (2004). *World-Systems analysis: an introduction*. Durham, Duke University Press.

*Recebido em setembro/2011*  
*Aprovado em março/2012*

## A casa e a câmera: em tempo de compartilhar – análise do narrador de *Santiago*, de João Salles

Eduardo Brandão Pinto\*

**Resumo:** Trata-se de uma crítica de *Santiago*, de 2007, filme de João Moreira Salles, que tem por tema sua tentativa fracassada de realizar um documentário sobre seu ex-mordomo, Santiago, em 1992. Proponho uma análise do narrador a fim de interpretar a tomada de consciência do sujeito autorial da obra sobre a desigualdade de poder entre o diretor e o objeto. Tentando uma abordagem que se aproxime da sensibilidade humana requisitada pela obra, compreendo que o filme desenvolve a expressão de uma tragédia epistêmica e social que provoca o dilaceramento da percepção subjetiva, e cuja existência já estava ancorada na relação patrão/empregado sob a qual o cineasta e seu personagem se conheceram e travaram afeto.

**Palavras-chave:** crítica de arte, Sociologia do cinema, documentário, narrador, sujeito.

*And all these words  
They mean nothing at all  
Just a cruel remedy  
A strange tragedy  
Of what will be*

(Da canção “Lonely Carousel”, de Beth Gibbons)

No último plano do filme, vemos o personagem-título dançando; mas dançando não *esta* música, pois *esta* – já nos havia advertido o narrador, cuja voz fala em nome do diretor – *só vim a conhecer mais tarde*.

### Às voltas com o tempo fissurado: tentativa de narrar

Minuto 1. Uma fotografia envolta por uma moldura está disposta solitária sobre uma mesinha, vista em plano médio. O próprio plano que vemos, com o preto-e-branco que nos acompanhará por todo o filme (quebrado apenas na exibição de trechos de uma filmagem familiar da infância do narrador e de um filme com Fred Astaire e Cyd Charisse), sugere uma outra fotografia: por trás da mesinha, podemos ver um estilizado jogo de luzes e sombras que nos indica estarmos diante de uma

---

\* Graduando em Audiovisual – UFF.

construção visual elaborada, em que são sobrepostas duas fotos: uma está sendo filmada e a outra é a própria filmagem. Podemos depreender a existência de três tempos distintos, articulados nessa construção: um primeiro tempo, mais distante e remoto, a respeito do qual “fala” a fotografia sobre a mesa, isto é, quando ela foi tirada; um segundo tempo, intermediário, sobre o qual “fala” a fotografia que é o próprio plano cinematográfico, compreendendo o instante em que a filmagem foi realizada e que o retrato sobre a mesinha era observado; e um terceiro tempo dado no presente em que é fruída a edição da fotografia do plano cinematográfico.

Segue-se a este plano outros dois, semelhantes, em que são mostradas outras duas fotografias emolduradas. Em todos os três, a câmera descreve um lento *traveling* para a frente, o que nos possibilita ver com mais detalhe o conteúdo das fotos. Todas elas mostram interiores de um prédio, vazios e com poucos móveis. Essa semelhança nas formas entre as fotografias – a que está dentro do plano e a que é o próprio plano – nos indica, já de início, um vínculo entre os tempos, distintos, em que ambas foram arquitetadas e clicadas.

A construção do filme como representações sobre o tempo passado é indicada nas primeiras palavras que ouvimos de uma *voz-off*<sup>1</sup>: “Há treze anos [...]”. Enquanto informa sobre estar retomando um projeto malfadado de um filme, o narrador, cumpliciado com as imagens, embrenha-se numa imersão metalinguística em que desnuda as opções estéticas manejadas na construção daqueles três planos iniciais. São mostrados os três conteúdos dos retratos que vimos emoldurados, agora exibidos como objeto direto da filmagem, e não intermediados por uma segunda câmera. Os três tempos anteriormente construídos se recompõem em apenas dois, pois o tempo do retrato sobre a mesinha e o tempo do plano cinematográfico passam a ser os mesmos. A tessitura temporal anterior é sugestivamente revelada como uma construção artificial, que, assim como um dia foi montada, pode um dia ser desmontada. É como se assistisse aos bastidores do momento em que foi dado o clique na câmera, a partir de um ponto de vista que deixa ver alguma coisa que antes ficava fora de quadro. Num dos planos, um membro da equipe aparece com uma câmera na mão.

---

<sup>1</sup> Uso o termo *voz-off* no sentido amplo, de voz cujas falas são ouvidas pelo espectador sem que esteja em quadro a imagem dono da boca que as pronuncia, muito embora algumas vezes tem-se preferido o termo *voz-over* para os casos em que o personagem emite suas palavras estando em outro espaço ou tempo ficcionais (como é o caso do narrador de Santiago), deixando a expressão *voz-off* apenas para situações em que o personagem está efetivamente de corpo presente em cena, mas cujo corpo fica omitido pelos limites do enquadramento.

Entre as falas do narrador, somos informados do enredo deste documentário: em 1992, o diretor que levou a cabo o presente projeto, e que *ficcionalmente* é o mesmo indivíduo que o espectador ouve pronunciar-se na primeira pessoa nas palavras da *voz-off*, realizava um filme tendo por personagem o antigo mordomo da casa dos pais, Santiago. O material bruto, herdado do projeto abandonado, é composto por cinco dias de entrevista com o personagem no pequeno apartamento onde ele, já velho, morava, acrescido de tomadas atuais da casa, desabitada, onde diretor e personagem moraram num passado mais distante; além dessas, conta com várias cenas em estúdio – um trem elétrico em miniatura circulando sobre o trilho, duas rosas brancas, um boxeador treinando, duas sacolas plásticas que, após serem manejadas por um par de mãos, são soltas para voarem ao vento (esta última, não em estúdio), e outras tomadas que o narrador diz existir, mas que jamais nos são mostradas. Por motivo que em momento algum nos é indicado com clareza, o projeto foi deixado para trás, sendo retomado em 2005, resultando numa reflexão sobre os recursos audiovisuais usados, ou projetados para usar, pelo diretor de 1992 a fim de dar expressão ao personagem e ao seu passado.

A forma comum a toda narração pressupõe a construção de dois tempos narrativos colocados em contato: um tempo passado, cujos episódios fornecem a matéria-prima a ser transformada pelo narrador em expressão; e um tempo presente, quando o narrador de fato narra, articulando os insumos oferecidos pelo tempo passado, e alguém frui o resultado dessa narração. Nesse segundo momento, criam-se significados e juízos sobre aquele tempo a respeito do qual se fala, operação feita em partilha por narrador e fruidor. A narração em *Santiago* é apresentada, logo de saída, como resultante de uma frustração. O insucesso do narrador-personagem na composição do filme de 1992 é experiência que agora se transforma em matéria bruta, pronta a abastecer uma nova tentativa de narrar. Porém, fala-se de uma experiência passada que já se propunha a tomar por objeto outras experiências passadas. Trata-se de uma narração sobre outra narração, um *mais-narrar*, que produzirá a substituição do objeto principal sobre o qual se fala: em vez de ter como ponto de chegada o passado longínquo – internalizado pelos dois indivíduos, João Salles e Santiago, na forma de memória –, a narração se volta para si mesma, coloca-se em espaços distintos do percurso discursivo; ela é, ao mesmo tempo, forma e assunto, ponto de partida e ponto de chegada, processo e resultado.

Pode-se dizer que a estrutura temporal de *Santiago* está dividida em três eixos, instaurados na inserção de um tempo intermediário aos dois extremos da narração.

Para facilitar as referências ao longo deste texto, irei nomeá-los e circunscrevê-los; proponho o seguinte esquema: chamarei *infância* ao tempo em que o narrador era criança, seus pais estavam vivos, Santiago servia-lhe como criado e os episódios relatados enchiam a casa da Gávea de vida ativa; *passado-recente* – tempo intermediário, datado de 1992, quando o narrador, já então adulto e cineasta, tentou, sem sucesso, levar a cabo a ideia que dá mote ao filme; e *presente*, ano de 2005, quando o diretor retoma o projeto e a narração de fato se torna experiência compartilhada com o espectador. O primeiro está presente no filme apenas pelas reminiscências das palavras da *voz-off*, salvo pela exibição breve de uma filmagem particular da família de Santiago, à qual já me referi. Enquanto ouve-se no relato do narrador episódios da *infância*, recheados de personagens e enfeitados de experiências a serem compartilhadas, os planos visuais dão o contraste: os corredores vazios da casa e os móveis cobertos por panos – que remetem ao *passado-recente*, quando essas filmagens foram realizadas – atestam o perecimento do tempo anterior; à riqueza de casos daquele tempo mais remoto, opõe-se o vazio humano de 1992. A *infância* tem como *locus* a casa da Gávea, onde os dois personagens conviveram e experimentaram o que agora é lembrado. O *passado-recente* está espacialmente descontínuo; as filmagens foram feitas em três locais distintos: na mesma casa da Gávea, agora vazia, no apartamento onde, então, vivia Santiago e algumas cenas em estúdio, esse anti-lugar cuja existência só é válida no interior do microcosmo ficcional. Ao *presente*, entretanto, não é possível associar espaço físico algum, pois ele habita o filme pela voz do narrador e pela edição das trilhas sonoras e visuais; é um espectro diluído e sem cores que ronda e conduz a narrativa; para capturá-lo, é preciso olhar para a forma discursiva como são articulados os elementos fílmicos, como são construídos os personagens e os tempos e, principalmente, de quais sujeitos emanam e como são distribuídas – se de fato o são – as vozes que compõem a obra.

Por todo o filme, os espectadores assistem à polarização de dois caracteres sociais: João Salles, identificado como burguês, homem de posse, o dono da câmera e antigo filho do proprietário da casa onde trabalhava Santiago, e este último, posicionado no outro extremo, empregado e personagem submetido às ordens do diretor. A caracterização de “Joãozinho” – como o chama Santiago – como homem crescido no berço caro da burguesia começa nos planos da casa vazia, grande e portentosa. Outras pistas ao longo do filme reafirmam, sem deixar dúvida, esse olimpo de classe com o qual o personagem-narrador é abençoado. Já não é comum uma família

carioca ser servida por um empregado sob o ostentoso título de mordomo, que é atribuído a Santiago, revelando uma marca de *status*; ademais, aos dois minutos e cinquenta segundos, o narrador diz que a casa contava com *muitos* empregados, era palco de jantares de negócios, bailes e grandes festas.

A voz do narrador foi gravada por Fernando Moreira Salles, irmão do diretor João Salles, conforme podemos ler nos créditos finais. No entanto, a todo momento a voz pronuncia-se na primeira pessoa, referindo-se ao personagem-diretor como *eu*. A *voz-off* emana de um personagem ficcionalizado, algo como um eu-lírico que, não obstante represente uma pessoa real, João Salles, tem sua existência tecida e desenhada no interior do quadro fílmico. A voz do narrador atua como elemento orientador dos fatos expostos, estruturador e diretor do filme, sendo dela que procede a sequência dos conteúdos, o fluxo dos planos e da trilha sonora. No entanto, por um procedimento inusitado, a voz que conduz *Santiago* aponta brechas na sua condição de autoridade, acusa-se como manipuladora e incita o espectador a procurar, nas entrelinhas de suas incertezas, os instrumentos retóricos com que o cineasta procura orientar o sentido do olhar do receptor. O narrador, num espírito incontido de autoacusação, lança o espectador num exercício de questionamento que coloca em cheque a autenticidade das vozes do cineasta, narrador e personagem, articuladas no filme. Até que ponto é possível entrar em contato com Santiago, ver seu modo de ser, ouvir as palavras que, supostamente, expressam seus sentimentos e opiniões? O personagem-título construído no filme corresponde ao *eu* espontâneo de Santiago? Ou tudo não passa de um diretor-manipulador usando a imagem e a voz de outro para falar de si, tão-somente de si, projetando no seu personagem sua própria visão de mundo?

### **A casa e a câmara: em tempo de compartilhar**

Santiago construía uma enciclopédia dos homens e das famílias mais notáveis da história. Ao longo de 50 anos, despendeu um trabalho minucioso de pesquisa e escrita que, certamente já sabia ele, em nada daria, não encontraria nenhum proveito, nenhum leitor; seria tão-só um amontoado de papel ornamentando, com orgulho solitário, a mobília de sua sala. Sua empreitada – dispendiosa, já que produziu mais de duas mil páginas escritas – não tem outra razão de ser que o gozo de um capricho que se encerra nele mesmo. Uma construção que exige o empenho obsessivo de braços em esforço, mas cujo fim é o próprio trabalho de construção. E o espírito

artesanal de Santiago vai além da pesquisa e da escrita: após findas, as páginas são cuidadosamente agrupadas em ordem cronológica (em relação ao assunto *sobre o qual* falam) e amarradas em blocos, por um laço vermelho que Santiago mandava vir de Paris. O mesmo capricho do personagem, vemos nos cômodos da casa, tomados em planos de conjunto, em que a mobília é cuidadosamente disposta, compondo um cenário esteticamente calculado ainda que materialmente pobre. Na cozinha, contamos ao menos seis panelas penduradas em ganchos suspensos em um estreito espaço entre o fogão e um armário; suas latarias amassadas nos lembram a condição economicamente simples de Santiago, no instante das filmagens; elas, mais do que servir à alimentação do único morador da casa – seis panelas de tamanho e formato semelhantes não são muitas para uma só pessoa? –, são elementos manuseados, como esculturas, na construção de um espírito que o ambiente conota por todos os cantos. As panelas de Santiago, ao fundo do quadro, falam de sua personalidade e de seus caprichos, de sua obsessão em organizar e fazer de coisas banais meios de expressão, nos quais ele imprime um estilo de vida.

O narrador relembra um episódio passado na *infância*, que me parece, pela força poética, o auge da caracterização do personagem-objeto e que se dá logo aos 10 minutos:

Me lembro que, certo dia, meus pais disseram a Santiago que iam jantar fora, que ele podia fechar a casa e se recolher. Eu era menino, dormia cedo. Por volta da meia-noite, acordei com uma música. Percebi que alguém tocava o piano que ficava no início dessa galeria; que, agora me dou conta, talvez devesse ter filmado à noite. Me levantei nas pontas dos pés e fui até lá. Quando cheguei no salão, vi Santiago. Ele vestia o fraque que usava nos dias de grandes festas. Não me espantei com a música – não era raro ver Santiago ao piano – me espantei com o fraque. Perguntei: “Por que essa roupa, Santiago?” Ele me respondeu apenas: “Porque é Beethoven, meu filho!”.

As imagens não fazem outra coisa senão contra-illustrar a narração, com planos da casa desabitada, lembrando o contraste entre o vazio humano das fotografias do filme, no seu preto-e-branco melancólico, e a vida pulsante rememorada nos relatos. Mas o que me interessa na narração transcrita é a caracterização com que o narrador vai formatando seu personagem. Há de se convir que vestir um fraque, usado apenas em condições especiais, para usufruí-lo sozinho, no escuro da noite, parece contrário ao que é socialmente convencionalizado como a função das roupas: elas são usadas para serem vistas e, se possível, apreciadas. Santiago constrói, segundo o narrador, uma relação entre o compositor, cuja música ele executa, e a

roupa que deve usar, mesmo desamparado de qualquer plateia ou apreciador. Um fraque usado em solitário, no escuro, é um capricho satisfeito em si mesmo, sem conduzir a fins úteis ou a ganhos individuais; é como uma enciclopédia que nunca vai ser lida, senão pelo seu próprio autor, ou como filmagens e edições que nunca viraram filme, jamias sendo utilizadas ou exibidas, ou ainda como um filme totalmente fracassado em público.

Minuto 66. Planos de detalhe dos escritos de Santiago cobrem todo o enquadramento. Alguns trechos vão sendo lidos pela voz do diretor-narrador. São pequenas narrativas sobre pessoas que viveram em tempos distantes, famosas o suficiente para terem o nome numa enciclopédia extensa, mas não a ponto de serem populares ou identificadas com alguma familiaridade pelo espectador. Os escritos de Santiago parecem não fazer parte do mundo moderno. Estão sempre transportados para um tempo remoto, quando as histórias pessoais ainda eram passíveis de serem narradas, quando a experiência vivida ainda não estava desmontada e guardada num baú psicológico, cujos pedaços só estão acessíveis ao indivíduo introspectivo. No mundo resgatado por Santiago, a experiência ainda tem alguma partilha coletiva, de modo que a biografia de um homem notável da nobreza francesa de séculos atrás seja capaz de despertar interesse. O fio da história que religa um passado remoto ao presente ainda não estava fissurado. Bastava que alguma entidade subjetiva, munida de um pouco de sabedoria e paciência, se propusesse a recuperar esse vínculo, para que as temporalidades se intercomunicassem.

No universo particular de Santiago a construção, o artifício e o ornamento estão onipresentes, a fim de, com eles, incutir algum sentido em objetos que, se tomados em sua suposta voz própria, estariam silenciosos e esteticamente vazios. O filme *Santiago* é fundido ao personagem Santiago; no microcosmo sublime de um e outro, tudo é construção! Qualquer aparente despropósito foi planejado; os detalhes mais marginais carregam-se de significado e intenção estética. Tanto o espírito sublime do filme, como o ar de elevação que Santiago, o personagem, inspira, resultam da costura discursiva articulada por uma inteligência criadora que mobiliza os recursos ao seu alcance, com o propósito de dar expressão àquilo que sozinho não o teria.

O minuto 40 exacerba o que já era sugerido. Conforme nos vão sendo mostradas cenas das filmagens de 1992, o narrador comenta o processo construtivo que se passava por detrás delas. Mostra um plano aberto da piscina da casa da Gávea; avisa que vários planos iguais a esse foram tomados repetidamente até que fosse

obtido um, capaz de potencializar aquilo que se quer expressar. Em seguida, após dois cortes, uma folha cai à direita do quadro, o que é comentado pela *voz-off*. Depois de outro corte, num plano semelhante ao anterior, o narrador pergunta: “Mas quais são as chances de, logo no *take* seguinte, outra folha cair bem no meio da piscina?” E, simultaneamente, a imagem faz cumprir a hipótese anunciada. Em seguida, vê-se uma terceira folha caindo no meio da piscina, e o narrador questiona se o leve movimento que vemos na água fora causado pelo vento, ou por uma mão deslocada do enquadramento e movida por algum membro da produção, a fim de causar o efeito desejado – e seria a mesma mão que jogara a folha na água, simulando a referida coincidência?

Passa-se aos *takes* dos cômodos desabitados da casa. Os móveis estão cobertos pela colcha que indica o abandono, os chãos vastos e desocupados, as cortinas pesadas e imóveis, os quadros de retrato quase invisíveis pela falta de luz... Com alguns cortes, mas mantendo a câmera no mesmo ponto, o narrador nos faz ver e ouvir que os móveis eram alterados segundo os objetivos da filmagem. A mão construtora do artista parece contaminar tudo que a princípio tivesse algum traço de espontaneidade. Não fica nada livre da manipulação guiada pelos propósitos de construção dos sentidos.

Entre os minutos 41 e 54, são postas em sequência inúmeras cenas contendo as mais bruscas intervenções de João Salles nas falas do seu personagem, Santiago, que se revela não apenas um entrevistado, mas um ator conduzido por um diretor interessado em perseguir uma performance capaz de dar voz à sua ânsia de expressão. Os planos estão no mesmo tom dos que já vimos até então, mostrando Santiago, em plano geral, apertado dentro de um dos minúsculos cômodos de seu apartamento, normalmente sentado, declamando seus depoimentos como poesias decoradas. Noutras vezes já havíamos ouvido a voz do personagem-diretor, que interceptava as falas do personagem-objeto para estimular questões. Agora, porém, essas intervenções são-nos apresentadas na forma de um imperativo que coage e condiciona, dirige, orienta e até oprime as falas e toda a performance do entrevistado, reduzido-o a não mais que um corpo e um nome emprestados à ação construtora da ficção, que serve quase despoticamente ao personagem-diretor. O cineasta faz mais do que instruir, ele ordena a Santiago como agir, às vezes até com sinais de impaciência e rispidez.

Dos minutos 63 a 65, temos todos os elementos que sugerem a construção de uma ficção. Vê-se o personagem, transvestido de ator, buscando o tempo certo para a ação, tentando relembrar a fala que lhe faltou à memória durante o último *take* de

filmagem. Primeiro, Santiago discursa em tom poético sobre a vida, citando uma frase de Ingmar Bergman. Em seguida, após um corte, o personagem e a câmera estão no mesmo lugar, mas agora entre eles está a claquete. Santiago vai começar a falar; antes, olha para alguém fora de quadro, certamente o diretor, e pede algo como uma orientação ou permissão. Ouve-se a voz do personagem-diretor, que comanda o seu dirigido. Depois de um novo corte, a placa sobe e estala novamente, e Santiago, outra vez, declama a citação de Bergman; o personagem, porém, se atrapalha no meio da fala e emenda no fim uma frase que, fica sugerido, deveria ter dito no começo – como o ator que percebe ter “comido barriga” durante a performance e indica ao diretor que é preciso iniciar uma nova tomada. Por fim, temos outra tentativa, cujo resultado fílmico parece satisfatório. Note-se: apenas este último *take*, numa obra sem a mesma pretensão autorreflexiva, seria o material aproveitado para fazer parte da composição final do filme, descartando todas as tomadas insatisfatórias anteriores.

O trabalho construtor do cineasta chega ao ponto de ser sugerido como fruto de decisões que beiram o arbitrário. Se Santiago, com seus nobres e suas castanholas, modela para si um mundo que funciona segundo seus caprichos e satisfaz a gratuidade de seus gostos, João Salles aprendeu com o antigo mordomo, e parece tecer um filme ao sabor das suas veleidades de artista e criador. Para isso, ele se aproveita da facilidade de ser o proprietário da câmera e estende seu capricho sobre o outro, cuja imagem está sob seu poder. O diretor orienta Santiago a falar sobre os arranjos de flores que ele ornamentava na casa da Gávea, e o narrador relembra: “Não sei porquê, mas pedi a Santiago que contasse isso em pé, olhando para a parede”.

Ao se ouvir a voz imperativa do diretor sobre o personagem, imediatamente leva-se o espectador a imaginar o garoto Joãozinho, sob o mimo dos pais, dando ordens ao empregado, adulto culto, cujos prazeres estão reduzidos, pela desigualdade econômica, ao gozo da submissão. O desnível de poder entre as vozes de Santiago e de João Salles está alicerçado em estruturas anteriores e fincadas na carne dos dois homens, que agora ficam frente à frente, um de cada lado da câmera.

Num dos momentos mais melancólicos do filme, dos minutos 72 a 74, o narrador lamenta seu desinteresse sobre um relato em que possivelmente falaria a voz do personagem Santiago, com alguma ponta de espontaneidade. “E, no fim, quando Santiago tentou me falar do que lhe era mais íntimo, eu não liguei a câmera”. Uma tela preta evidencia visualmente o que acabou de ser dito: a câmera está desligada,

certamente para poupar filme, preocupação que por mais de uma vez ouvimos na voz do diretor ao longo das suas intervenções; somente ruídos e vozes são ouvidas, o gravador de som continua ligado. Santiago, com um timbre inseguro na voz, pede docilmente ao cineasta que grave seu depoimento sobre uma história que nos fica desconhecida, algo sobre ele pertencer “a um núcleo de seres malditos”. No entanto, Joãozinho não lhe dá atenção e rapidamente desqualifica a importância do relato para o filme.

A operação discursiva de João Salles faz despontar um efeito reverso, que remete o espectador ao que pode ter sido articulado como artifício na narrativa construída em 2005 – não mais apenas sobre o material bruto de 1992; isto é, as manipulações para as quais nossos olhos são despertados, não acusam somente o cineasta que filmou as conversas com Santiago, mas também o narrador, que emite juízos sobre o que vemos e que é, ficcionalmente, a mesma pessoa que compôs o discurso audiovisual do filme. O narrador, tão desconfiado do seu projeto de 1992, parece possuir, a um primeiro olhar, a mais honesta das vozes; porém o vírus da desconfiança, com o qual ele contagia, invoca uma suspeição que se volta contra ele próprio. Pergunta-se: teria mesmo o cineasta de 1992 desligado a câmera naquele breve momento em que Santiago começou a falar sobre seu vínculo com o tal “núcleo de seres malditos” e mantido ativo o gravador de som? Ou teria sido uma artimanha implantada pelo cineasta de 2005 que, foragido em sua ilha de edição, deixa a tela escura a fim de inventar uma situação sobre as filmagens, que caísse bem para o que pretendia expressar? O recurso de deixar a tela preta e manter rodando a trilha sonora é usado inúmeras vezes ao longo do filme; na maioria delas, certamente estaria justificado pelo corte necessário a toda câmera de filmar não digital, imposto pela troca do negativo. Entretanto, as telas pretas abundam pelo filme para além dessa necessidade técnica e material; algumas vezes construindo transições, outras simplesmente para deixar que a voz do personagem ou do narrador não sofra interferência de alguma imagem. Nota-se, sem equívoco, que muitas vezes o escurecimento total do plano visual responde a uma opção estética. No minuto 17, por exemplo, durante alguns segundos ouve-se *O Barbeiro de Sevilha* no escuro. O filme faz brotar no espectador a suspeita de que *possivelmente* o “fade out” dos minutos 72 a 74, em vez de ser resultante do desligamento da câmera e do desprezo de João Salles pelo comentário que Santiago tanto queria fazer constar naquilo que acredita-

va ser *sua* cinebiografia, foi manejado pela edição de 2005, por intuítos expressivos<sup>2</sup>. O espectador é instigado a questionar se, possivelmente, tudo não passou de mais uma manipulação do diretor sobre os recursos cinematográficos a seu alcance, na pretensão de obter uma sequência que funcionasse como argumento audiovisual à seguinte tese: num documentário, assim como na vida, produzimos incessantes artifícios segundo nossos interesses, como solução incerta, para dar às coisas o sentido que elas por si só não teriam.

Não somente existe um conflito entre elementos distintos articulados na composição do discurso tecido na obra – entre o narrador que fala do alto do ano de 2005 e o diretor que entrevistava Santiago em 1992 –, como há também, mais ao fundo da fossa que o filme escava, crises internas a um mesmo elemento: a *voz-off* do narrador, além de destrinchar o *modus operandi* do projeto de 1992, chega ao ponto de lançar uma crítica quase desconcertante sobre si mesma, provocando o espectador a tomar consciência dos mecanismos através dos quais ele entra em relação com o filme a que assiste. É sabido que a assimetria de poder entre o diretor e o personagem dificulta a inclusão deste último, no filme, como um sujeito com voz ativa e produtor de discurso, de modo a parecer impossível falar-se em um documentário polifônico. No entanto, as fissuras vistas dentro da única voz que nos fala implodem a continuidade e a coesão que ela poderia ter, e assim, em meio a esses destroços que se dispersam, reergue-se uma polifonia formada, não pela junção de vários sujeitos interlocutores, mas pelo dilaceramento de um único, fragmentado em muitas vozes que discutem num mesmo dialeto.

A mobilização de múltiplos recursos expressivos do documentário – como a exposição, a reflexão, a problematização da participação do diretor no processo de filmagem – e a tripartição do tempo narrativo realizadas no filme, fazendo-o assemelhar-se a um torneio confuso de linguagens, *não* propõem a instauração de um novo paradigma discursivo, mas, antes, afirmam que nenhum padrão de linguagem

---

<sup>2</sup> Vale notar que não se propõe neste artigo qualquer questionamento acerca do que de fato aconteceu no *set* de filmagens; em outras palavras, pouco importa para o raciocínio aqui desenvolvido a informação se a câmera teria mesmo sido desligada ou não pelo diretor. O modo como, e o momento em que, o problema do desligamento da câmera é enunciado no filme deixa ao receptor a sugestão de que um episódio aparentemente espontâneo poderia ser resultado de uma manipulação que lhe impõe um direcionamento expressivo, de modo que esse episódio, a princípio fortuito, passe a carregar sentido dentro de um discurso e seja proveniente de uma possível intenção autoral. Dessa maneira, o filme não chega a romper com um pacto firmado com o espectador, mas propõe um instante de dúvida que chama a atenção para a existência e os limites deste pacto discursivo. Trata-se de levar para o nível do efeito estético experimentado pelo receptor a forma da desconfiança diante de tudo o que pareça espontâneo ou natural.

organizado e coerente é expressivamente potente para expressar o dilaceramento da experiência que dá insumo à memória e tutano ao presente, pois não se pode expressar uma percepção fragmentada em um discurso que se queira contínuo. Os recursos inter e autoconflitantes articulados no filme procuram faiscar ambiguidades, não no propósito de alcançar a totalidade da expressão através da ampliação dos sentidos artísticos, mas, sim, para nos comunicar sobre o modo incerto e instável como o cineasta percebe sua relação com o mundo.

A autoridade do diretor das entrevistas de 1992 sobre o personagem pobre e velho, do menino rico sobre o mordomo culto e cheio de ensinamentos, e a autoridade do cineasta de 2005 sobre o projeto herdado de treze anos antes, são, ao mesmo tempo, recobertas por uma afetividade e uma sensação tão profunda de dependência de um pelo outro, que não permitem ao homem João Salles formar qualquer fio de percepção contínuo ou coerente. O filho do patrão e o mordomo, na relação pessoal que travaram em vida, compartilharam uma experiência a um tal ponto ambígua – lavrada pelo trabalho que os tornava opostos e aquecida pela mútua admiração que os reaproximava – que nenhuma linguagem previamente ordenada ou coerência artificialmente forjada teriam potencial para expressar. O dilaceramento da linguagem é a forma que expressa o dilaceramento da percepção, com suas contrariedades, incertezas e irresoluções.

Aos 8 minutos de filme, o narrador anuncia a “única sequência que sobrou da montagem de 1992”. A montagem, então, é mostrada em seu formato bruto, exibindo inclusive o cronômetro que seria excluído após a finalização. Com esse recurso, o espectador é transportado para dentro da ilha de edição, onde pode fazer contato com as carcaças de um projeto naufragado. É notável, na montagem original, a livre colagem feita pelo editor, interrompendo frequentemente a trilha visual e mostrando, enquanto Santiago fala, planos ao gosto do diretor, inserindo, inclusive, as tomadas feitas em estúdio. Por outro lado, a edição assistida ao longo do filme deixa ver uma tentativa angustiada de dar a imagem de Santiago ao próprio Santiago; mostra-o enquanto ele fala e procura respeitar a continuidade dos seus depoimentos. É como se João Salles, em 2005, procurasse amarguradamente respeitar as palavras e os gestos corporais que seu ex-empregado descrevia ao falar, como se quisesse a qualquer custo reequilibrar uma desigualdade opressiva de poder que data de há muito tempo e é causada por razões que vão muito além do que pode fazer um filme documentário.

Enquanto Joãozinho brincava de mordomo equilibrando bandejas ao lado da piscina e sua família era servida por um empregado cheio dos melindres da alta clas-

se, um serviçal que, embora serviçal, se identificava com a antiga nobreza de Florença e se deleitava imaginando-se um Modigliani ou um Cézanne; enquanto ambos estavam cingidos pela curva arrasadora da posição econômica, alguma coisa os coabitava, um mesmo barro humano os tornava comuns entre si. Nem o dono da casa, tampouco o empregado, são sujeitos soltos, flutuantes num suposto vazio de orientações que permitiria a cada qual criar, a partir do nada, em pleno exercício de liberdade, o seu modo individual e subjetivo de ver e lidar com o mundo. Ambos se reencontram como seres culturais, interligados numa mesma cosmologia de verdades e possibilidades, enredados em um mesmo tecido, retalhado, de percepção de mundo.

Nesse sentido, retorna-se às dúvidas. De quem é essa voz, dilacerada, que a custo se equilibra sobre a ossatura cambaleante de uma linguagem em ruínas? A câmera de João Salles teria sido capaz de devolver a Santiago alguma ponta, ainda que mínima, de sua subjetividade e deixá-lo tomar a palavra? Enfim, quem fala no filme é Santiago? Quem fala é João, e tão-somente João? Mas qual deles, o cineasta que alçou o projeto em 1992, encantado com o sonho do “cinema direto”? Ou o homem mais maduro e amargurado que decidiu em 2005 enfrentar a brutalidade do material passado? Ou, ainda, quem fala é a casa da Gávea, grande o suficiente para abrigar tantas contrariedades, cujas paredes encerravam o mordomo no quarto dos fundos, mas lhe serviam de única plateia quando ele sentava a tocar piano, sozinho, noite a fora?

Há uma teia de englobamento que sequestra a visão de mundo do empregado e a promove fundida à visão de mundo do proprietário – seja de uma casa, seja de uma câmera. O interesse de João por Santiago e a curiosidade do mordomo pela vida de luxo e pela nobreza – que, em sua vida, fora representada pela família Salles – são o dispositivo transcendente que abre a fina brecha em que torna-se possível ao indivíduo olhar para fora do círculo restrito em que está inscrito e fixado pela sua condição social, ainda que a visão, do lado de fora, permaneça translúcida e turvada: o homem rico busca atizar sua empatia pelo homem pobre, tentando promover um reencontro tornado impossível pela demarcação dos espaços desenhada pelo capitalismo. Se a posse da câmera é indicativo irrefutável de poder – assim como noutro tempo o foi a posse da casa –, o cineasta deve *dar* ao outro um espaço em sua lente, a fim de desmanchar a hierarquia que os torna distintos e recuperar, assim, a proximidade perdida – tal qual o patrão buscava simpatizar com o empregado *convidando-o* para compartilhar alguns instantes da festa ou da piscina. Mas infelizmente o cineasta e o proprietário só conseguem, na melhor das hipóteses, abrandar por poucos

instantes a ruptura levantada pela desigualdade; basta deixar a câmera ligada por mais alguns minutos para que vejamos aquilo que se escondia fora do quadro: a submissão incontornável que marca a relação entre o diretor e o personagem ou o patrão e o empregado.

O discurso montado por João Moreira Salles em *Santiago* tenta uma desconstrução autorreflexiva das possibilidades de expressão a fim de apontar a incapacidade do sujeito em erigir uma concepção plena e contínua de mundo, frente à ruptura que subtrai o outro, este ser fundamental na formação de qualquer identidade. A percepção do homem-cineasta se dilacera quando a supressão da alteridade impõe-lhe uma lacuna violenta. Nesse sentido, tanto faz dizer que a voz que geme no filme é a de João ou a de Santiago, já que ambos compartilham a mesma fala entrecortada pelo silêncio da estupefação sentida pelo sujeito ao tomar ciência de sua impotência frente o curso da tragédia social que vê ao seu redor... e essa tragédia social, podemos dizer, transforma-se em tragédia cognitiva, caos epistêmico, esfacelamento perceptivo, tornada visível e material nas tensões do discurso fílmico.

Aos 46 minutos, o diretor pede que Santiago fale sobre sua memória, questionando se ele “se espanta” por ainda preservar viva tantas lembranças de um passado distante, habilidade certamente não muito comum em um senhor de 80 anos. Diante de uma resposta negativa do personagem, o entrevistador refaz a indagação, obtendo um novo “não”. No entanto, o diretor – de quem apenas ouvimos a voz, baixa mas poderosa – permanece insatisfeito e reformula pela terceira vez a pergunta, substituindo o termo “espanta” por “surpreende”, o que nos deixa entrever seu interesse fixo em obter do entrevistado uma resposta positiva, pois certamente ele a julgava mais funcional e expressiva para os propósitos do filme. Santiago, ao ouvir novamente a mesma pergunta, vestida em palavras novas, exhibe uma insegurança quase infantil, que mais parece clamar por piedade e apontar a própria culpa, como quem percebe não ter dado a resposta “certa”, decepcionando, assim, a expectativa de seu ex-patrão e atual diretor. O espectador o vê colocando as mãos ao ouvido para escutar melhor a inquirição que lhe é dirigida e entender as instruções que se escondem por detrás dela; por fim, ele completa com um entusiasmado “sim, me surpreende” e atribui sua tão detalhada memória a um prêmio da Divina Providência<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Faz parte do conhecimento popular a ideia de que há em toda pergunta a própria resposta. Embora essa afirmação seja exagerada, ela expressa um problema com o qual é comum nos depararmos no cotidiano e nos

Entre o preto e o branco embevecidos da fotografia, conseguimos ver com clareza o que se passou: Santiago concorda *com João*, não com *o que este diz*, e sabe que está ali para isso. Conforme citei na nota anterior, Paulo Menezes identificou um problema análogo no antológico *cabra marcado para morrer* (que ele faz questão de grafar assim mesmo, com inicial minúscula), de 1984. Porém, o caso citado do filme *Santiago* está enriquecido por particularidades que me instigam a direcionar a interpretação para um caminho diverso daquele trilhado por Paulo Menezes na análise de *cabra*. Ao notarmos que Santiago preocupa-se menos em avaliar o conteúdo da pergunta de João, do que a intenção dele (isto é, concordar com o diretor, independente do que ele diga, pressionado pelo desnível hierárquico), percebemos um rastro de mútuo interesse humano entre eles. A intenção de Santiago desracionaliza-se: ela abre mão de um contato confiável com o mundo objetivo, em que o conteúdo da mensagem pudesse ser julgado como verdade ou mentira, a partir de uma interpretação subjetiva, sua. O que se esperava “burguesmente” de Santiago era a capacidade de afirmar sua subjetividade, superando a situação socialmente perversa que o desfavorece: vê-lo como guerreiro persistente manifestando-se espontaneamente, julgando a pergunta de João com critérios próprios. Porém, diante da frustração dessa expectativa, confirma-se a supremacia da estrutura social sobre o indivíduo; o que se vê é o sujeito abafado e oprimido, resignado a reproduzir um esquema de desigualdade previamente desenhado; o contato entre dois seres humanos está, portanto, irrevogavelmente subordinado à condição de classe e ao papel de cada um diante dos artifícios do poder.

Entretanto, opondo-me a essa interpretação, pergunto: qual situação expressaria mais contundentemente o isolamento do sujeito e sua perda de contato com o mundo exterior? Um diálogo, em que cada interlocutor procura orientar sua interlocução a partir de um juízo sobre o quanto há de verdade naquilo que ouve e diz (isto é, mais preocupado com o conteúdo da mensagem? Ou quando a intenção, em cada fala, leva em conta a expectativa do outro e procura estabelecer um contato diretamente com ela, o que pode implicar, muitas vezes, o desprezo pelo conteúdo da

---

documentários, quando, numa circunstância não raro ingênua, o entrevistador e o filme “acreditam” extrair do entrevistado a mais espontânea das respostas, enquanto sabemos que, na estrutura da pergunta e dependendo da relação de poder entre quem pergunta e quem responde, uma ou outra resposta pode estar já previamente incitada. Este problema foi comentado por Paulo Menezes (1994, p. 120-122).

mensagem? Certamente, no primeiro caso, é nitido que Santiago, diante da pergunta de João, perde o senso da objetividade e nega, assim, sua autonomia subjetiva – a capacidade de decidir e expressar com liberdade se a sua memória o surpreende ou não –, quando se olha para o filme com a sensibilidade que ele solicita do espectador, compreende-se, da atitude de Santiago, o resgate de uma intersubjetividade que posiciona os dois sujeitos interlocutores em uma relação humanamente significativa, ainda que esta posição indique uma postura submissa. Se é vista, com todas as cores, a submissão incontestada de Santiago, sente-se, por outro lado, o adensamento de um contato humano, em que vale mais a pessoa do interlocutor do que a mensagem que este emite, um religamento que é simultaneamente afetivo e hierárquico. O mesmo capitalismo que faz da hierarquia a argamassa das relações humanas e fixa nelas uma substância irreparável de submissão e dominação, torna a todos, ao mesmo tempo, aversos e repulsivos a qualquer forma de submissão que possa ser fotografada e exibida à vista, já que a imagem do homem submisso contraria a imagem do homem produtivo e dotado de domínio sobre o mundo exterior. Os cientistas sociais do século XX, preocupados em identificar e acusar as armas da opressão, interpretaram as diversas formas de submissão como indicativo triste e criticável da resignação do oprimido ao opressor. É preciso enunciar que – não somente na vida sexual – a submissão, essa deliciosa invenção do espírito humano, é forma de gozar em um meio adverso. Economicamente impedido de gozar como nobre, Santiago goza como empregado de uma família de burgueses – o que seguramente não é a mesma coisa, mas pode acalmar um irrequieto capricho humano. Submissão experimentada como prazer costuma ser definida por masoquismo; o masoquismo é o hedonismo do fraco... e os fracos somos muitos, senão todos. O personagem concorda com o diretor da mesma forma que, quando somos convidados a jantar na casa de um amigo ou parente, elogiamos o tempero da comida, qualquer que seja o prato que nos deem para comer – um misto de etiqueta e afeto, que, se por um lado pode estar negando a “verdadeira” reação do nosso paladar, por outro, é a afirmação subjetiva de um desejo mais profundo: o de não desagradar o anfitrião, pois ele, além de nosso amigo ou parente, é o dono da casa onde estamos comendo. Santiago e Joãozinho – opostos, primeiro, pelas posições de mordomo e do filho do patrão, depois, pelas funções que ocupam de cada lado da câmera – se reencontram em uma relação densa em significado humano, pela qual se estende um fio de alteridade, frágil mas ainda assim capaz de interligar diretamente um sujeito ao outro sujeito. *Just a cruel remedy!* – diz a epígrafe, de Beth Gibbons.

## A conclusão impossível

Note-se o modo como o narrador insere Santiago na narração, logo aos 3 minutos. Conta que ele, João, e seus irmãos, quando crianças, gostavam de brincar fingindo-se de mordomos, “[...] quem punha a bandeja na minha mão e me ensinava a equilibrá-la sem derrubar os copos era Santiago, o mordomo da casa”. Santiago vivia seu teatro introspectivo na experiência da imaginação em que transformava a casa da Gávea num castelo de Provença, os eventos de boxe em lutas de gladiadores. Do mesmo modo, os meninos ricos desciam pirâmide abaixo e tomavam o empregado como modelo para imitação nas brincadeiras ao lado da piscina. Doce e infantil desejo de conhecer o que é estranho; deleite de brincar de ser o outro! Uma curiosidade do menino pelo homem que não faz parte da família mas dedica a vida a servi-la; curiosidade que o levaria, quando adulto, a fazer do ex-empregado o personagem de seu filme. Se Santiago invadia, devido a seu trabalho de mordomo, a vida pessoal da família Salles, agora é o próprio Joãozinho que penetra, impulsionado pelo trabalho de cineasta, na vida privada de Santiago. É como um acerto de contas, que infelizmente – e tragicamente – jamais se concluirá, mas que, ao menos, levou os dois homens a sujarem juntos as mãos do mesmo barro comum de que são feitos.

A história de Francesca da Rímíni, a personagem preferida de Santiago em seus escritos, segundo o narrador, é esclarecedora: amante da beleza e obrigada a casar-se com um homem incrivelmente feio e deformado, ela se entrega em adultério ao cunhado, Paolo Malatesta, este, sim, belo e atraente. Um dia, o esposo os surpreende e atravessa com a espada a mulher e o amante. A beleza (incorporada por Francesca e Paolo) é punida pela feiura (incorporada pelo marido traído), já que esta lhe é mais forte devido a uma hierarquia de gênero e moral. Dante Alighieri se compadece dos amantes e os salva do esquecimento tornando-os personagens da *Divina Comédia*. Entretanto, a ideia de adultério era inevitavelmente incômoda para os costumes da época, de modo que, apesar dos esforços de Dante, não seria possível ao poeta levar longe essa absolvição *post-mortem* e transformá-la em algo como uma elegia aos amantes. Só lhes resta um lugar incômodo nas páginas do inferno. João Salles mira sua câmera sobre Santiago, salvando-o do anonimato, condição esta que é, talvez, um tanto desmerecida para um homem de sua sensibilidade e cultura. Já que *são as estruturas que descem às ruas*<sup>4</sup> e somente elas poderiam incitar alguma mudança na

---

<sup>4</sup> Essa afirmação é o oposto da frase “As estruturas não descem para a rua” que causou discórdia entre L. Goldmann e J. Lacan, arguidores da fala de Foucault em “O que é um autor?” (FOUCAULT, 2006, p. 293 e 298).

desigualdade que transpassa do círculo privado, vivido entre patrão e empregado, à tela exposta do cinema, disputada num jogo perverso por cineasta e personagem, só resta ao indivíduo João Moreira Salles usar essa mesma iniquidade e articulá-la no interior de *seus abortos mentais*, a fim de edificar alguma coisa – sempre incerta – que torne, ao menos, mais serena e passageira a imagem insuportável da vida.

Lúcia Nagib apontou o papel da utopia nos filmes brasileiros. Outrora os cineastas diziam ver, na linha do horizonte, manchas se elevando sobre as águas, que seriam, talvez, a imagem da silhueta de um novo mundo, mais justo, que lá adiante adormecia esperando pelo dia em que se chegasse a ele. Na década de 1990, a intensificação do processo capitalista levantou uma quarta parede que intercepta o percurso do olhar do artista sonhador, pondo-se entre o homem que da areia olha o mar e o alto mar, cujas águas, agora, não vão muito além do banco de areia e terminam numa crista de rochas incruzáveis, onde não vemos senão o reflexo do mesmo lado de cá (NAGIB, 2006). Nos filmes apontados por Lúcia como representantes desse momento de desencanto – entre os quais ela destaca *Cidade de Deus* e *O Invasor* –, a derrocada do sonho da utopia é vivida sempre por personagens desgraçados pelas condições econômicas e sociais, esquartejados pela pobreza e desnutridos pela violência, que olham para o mundo mirando-o do alto do morro; e ainda que, por espírito subversivo, visitem o lado de baixo e entrem em contato com a grã-finagem – como o personagem Anísio, de *O Invasor* –, não deixam de estar com a alma refugiada no barraco da favela, de onde assistem ao enferrujar-se das poucas rachaduras de céu ainda visíveis entre as fendas do zinco corroído. O caso de João Salles, o personagem angustiado de *Santiago*, é diverso e, certamente, mais incomum. Homem rico, livre, portanto, das mazelas explícitas do capitalismo, ele experimenta o fim da utopia como dilaceramento do sujeito, corte da expressão, fissura do contato humano, *quase* todo perdido. Na lente burguesa do narrador, assiste-se ao fogo cruzado do desejo subjetivo de expressar-se, que se inflama e insurge contra a percepção violentada. Ao invés do mar inundar a terra seca, como queria a profecia glauberiana, foi o sertão do oprimido que se espalhou por toda parte e chegou até à mansão da Gávea; *pena! eu lá não brinco mais*.

## Referências

FOUCAULT, M. (2006). “O que é um autor?”. In: \_\_\_\_\_. *Ditos e Escritos III – Estética: literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.

MENEZES, P. (1994). "A questão do sujeito herói em *cabra marcado para morrer*, filme de Eduardo Coutinho". *Tempo Social*, São Paulo, vol. 6, n. 1-2.

NAGIB, L. (2006). *A Utopia no Cinema Brasileiro: matrizes, nostalgia, distopias*. São Paulo, Cosac Naify.

*Recebido em setembro/2011*

*Aprovado em julho/2012*

## Compondo Chiquinha: para uma análise antibiográfica

Rafael do Nascimento Cesar\*

**Resumo:** Tendo como ponto de partida as relações histórico-sociais entre produção cultural e poder estatal, este artigo investiga, partindo das biografias escritas sobre a compositora Chiquinha Gonzaga, a construção e a mitificação desta personagem histórica analisando as estratégias discursivas de suas/seus biógrafas/os no tocante à objetificação de seu carisma e de seu renome.

**Palavras-chave:** Chiquinha Gonzaga, Sociologia da cultura, biografia.

### Pioneirismo insuspeito

*Mas quando se procura o esclarecimento final dos nexos históricos em algo misterioso, não mais passível de explicação, no mistério de uma 'individualidade em si', então não é fácil evitar a interpretação automática do prestígio social de uma pessoa, de suas realizações, características e manifestações, como valor pessoal de um indivíduo singular, como grandeza pessoal.*

*(Norbert Elias – A sociedade de corte)*

Pioneira. É curioso que o adjetivo mais comumente utilizado para definir a personagem histórica de Chiquinha Gonzaga (1847-1935) possua um sentido tão anti-histórico. E isso porque, ao ser qualificada dessa forma, ela magicamente desconecta-se de todos os vínculos sociais e culturais que a enredam, passando a pairar livremente sobre um cenário que, ora deleita-se, ora enraivece-se com a intrepidez de seu caráter. Pioneira, Chiquinha Gonzaga inauguraria, com seu modo de ser, pensar e sentir, uma mentalidade inaudita e sem precedentes entre as mulheres e homens de sua época; algo que, por um lado, seria a razão última de seu reconhecimento e renome e, por outro, a maldição que a condenou a uma vida de sofrimento e incompreensão por parte de seus contemporâneos.

Nas cinco mais conhecidas biografias escritas sobre a compositora, tal adjetivo aparece em maior ou menor frequência e com maior ou menor ênfase, mas, de um

---

\*Graduando em Ciências Sociais – USP.

modo geral, nenhuma delas escapa à transmissão deste modelo que tem por finalidade confirmar tanto a genialidade pungente da biografada, quanto denunciar as mazelas de uma sociedade sexista, maledicente e obtusa, que não estaria “preparada” para uma personalidade tão “à frente de seu tempo”.

Este artigo vem na direção oposta a uma tarefa “biográfica”. Ele busca restabelecer os vínculos sociais, culturais e *históricos* que remeteriam Chiquinha Gonzaga à rede de relações e interdependências da qual ela teria curiosamente evadido – ou sido retirada –, isso na tentativa de evitar, como alerta Norbert Elias, esclarecer os nexos históricos com “algo misterioso”, que pareceu verificar-se nos epítetos de “*livre, corajosa e pioneira*” (DINIZ, 2009, p. 17), “*pioneira que continua atual*” (MUGNAINI JR., 2005, p. 128), “*uma das mais fortes e reais precursoras do feminismo no Brasil*” (BÔSCOLI, 1978, p. 31), ou “*espírito voluntarioso, empreendedor e brilhante*” (LIRA, 1978, p. 154), isto é, alguém que encontrou em si própria as forças necessárias para suplantar as injunções e os constrangimentos externos, encarando-os como simples obstáculos a se vencer.

Para tanto, foi-me necessário recorrer aos materiais disponíveis ao público em geral: a biografia. Escolhi-os por dois motivos: primeiro, o acesso fácil a eles, uma vez que o deslocamento até os acervos documentais de Chiquinha, na cidade do Rio de Janeiro, atrasariam em muito o desenvolvimento da pesquisa; segundo, o fato das biografias estarem compreendidas num grande intervalo temporal. Seguindo uma ordem cronológica, têm-se quase setenta anos entre a primeira obra e a última. Creio ser de fundamental importância, para a compreensão desse material, levar em conta que a categoria tempo não evidencia somente uma vontade sempre renovada de voltar-se à maestrina (suas obras, seus retratos e sua memória), mas também os diferentes modos pelos quais isto foi realizado. Assim como Chiquinha não vive livre de amarras sociais, também o/a biógrafo/a não escreve livre de quaisquer constrangimentos; ele/ela está, assim como seu objeto, imerso/a numa complexa rede de relações sociais que lhe dão mais ou menos mobilidade de ação, que lhe condicionam o pensamento de uma forma ou de outra.

Na introdução à obra *Sociedade de Corte*, Elias atenta para o fato de que a tendência em considerar o indivíduo enquanto um “sistema fechado”, isto é, encerrado em sua própria individualidade e não dependente de outros, está atrelada a uma concepção muito comum na historiografia do início do século XX, que é a de considerar indivíduo e sociedade enquanto duas *substâncias*, o primeiro, referindo-se a “as-

pectos humanos que existem fora das relações de homens entre si, fora da ‘sociedade’”, e a segunda, referindo-se a “algo que existe fora dos indivíduos, como se fosse um ‘sistema de papéis’ ou um ‘sistema de ações’” (ELIAS, 2001, p. 49). As biografias analisadas mostram Chiquinha como uma obra acabada, cuja “personalidade” – esta força insondável –, fora forjada em seus primeiros anos de infância e perdurou até seus últimos dias de vida. É preciso, então, pensar em “indivíduo e sociedade” não como um par antinômico composto de duas entidades, mas sim como dois *processos*, cujas durações no tempo são distintas, mas que se encontram imbricadas de modo a interferir uma no desenvolvimento da outra.

A leitura atenta do material empírico acabou direcionando-me não a reconstituir, a partir da análise em primeira mão de documentos e fontes, a trajetória social de Chiquinha Gonzaga, mas sim a atentar para questões de cunho metodológico que emergiam do próprio material. Percebi que, apesar de todos os biógrafos tocarem em pontos comuns acerca da vida da maestrina, as biografias mais antigas continham visões discrepantes das mais recentes, tanto nos conteúdos que abrangiam, quanto na forma de retratá-los. Isso me pareceu claro em um comentário feito por Edinha Diniz, uma das biógrafas, logo na apresentação de seu livro: “Seus dois biógrafos anteriores retransmitiram, ou criaram, versões moralizadoras, que encobriam mais que revelavam” (ELIAS, 2001, p. 11). Ora, por que a disparidade<sup>1</sup> de “versões”, uma vez que tratavam da mesma pessoa? A quais causas se devem versões mais ou menos moralizadoras? A partir de tais questionamentos, pareceu-me um tanto inócuo matizar o debate a partir da “confiabilidade documental das biografias”, como se as mesmas permitissem ao leitor “refazer os passos de Chiquinha” a partir de critérios “objetivos”.

Aqui, as aspas indicam a sensação de implausibilidade epistemológica que subjaz à tendência historicista de “voltar à informação inicial” (RANKE apud Elias, 2001, p. 18) como tentativa de fazer o “registro fiel dos eventos” – sabe-se que isso foi amplamente discutido pelas correntes contemporâneas da historiografia. Por-

---

<sup>1</sup> Um exemplo interessante é a questão do feminismo. Seus biógrafos insistem em associar Chiquinha Gonzaga ao movimento feminista, seja, mais uma vez, na condição de “pioneira” – “a primeira feminista brasileira” – seja como aquela que anteciparia historicamente a emergência do mesmo, sendo chamada de profeminista. O fato é que, durante o século XIX, o feminismo inexistia, no Brasil, enquanto movimento político organizado, com pautas que tratassem exclusivamente da condição feminina e das assimetrias de gênero. Contava somente com algumas manifestações de cunho sufragista disseminadas em pontos esparsos do país (PINTO, 2007).

tanto, coube à pesquisa mapear os contextos de elaboração das biografias e retrazar as intenções dos autores, remetendo-os, portanto, ao contexto histórico-intelectual em que foram escritos. Como mostrarei ao longo deste artigo, o procedimento biográfico foi, a meu ver, responsável não por traçar um quadro definitivo da compositora, mas, sim, por recriá-la: a cada obra, ela adquiria novas características e perdia outras, sempre de acordo com o autor que se dispunha a narrar sua vida<sup>2</sup>. Desta forma, a primeira impressão de descompasso entre o real e o ficcional tornou-se estéril, uma vez que estas duas esferas de significados não se encontravam de maneira clara no universo empírico da pesquisa. No limite, o real *era* ficcional, fazia-se ficção da mesma forma que as biografias adquiriam, em algumas ocasiões, um estatuto verdadeiramente literário.

### **Uma Francisca, cinco Chiquinhas**

Foram selecionadas para análise cinco obras: *Chiquinha Gonzaga*, de Mariza Lira, sua primeira biógrafa, escrita originalmente em 1939 e publicada em 1978; *A Pioneira Chiquinha Gonzaga*, de Geysa Bôscoli, sobrinha da compositora, escrito em 1967, mas publicada onze anos depois; *Chiquinha Gonzaga: sofri e chorei. Tive muito amor* (1999), de Dalva Lazaroni; *A jovem Chiquinha Gonzaga* (2005), do jornalista Ayrton Mugnaini Jr. e, por fim, *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*, de Edinha Diniz, publicada originalmente em 1982, mas reeditada com revisão da autora em 2009.

### **Primeiros escritos: Lira e Bôscoli**

Maria Luísa Lira de Araújo Lima (ou simplesmente Mariza Lira) nasceu na cidade do Rio de Janeiro a 17 de junho de 1899 e faleceu, no mesmo local, a 4 de setembro de 1971. Formada pela Escola Normal do Rio de Janeiro, à época ainda Distrito Federal, foi uma das primeiras mulheres a se dedicar aos estudos da música popular urbana, além de ter sido, também, uma das primeiras pesquisadoras sobre a obra do flautista Joaquim Antônio da Silva Callado, o que lhe rendeu, em 1944, o artigo “As características brasileiras nas interpretações de Callado”. Em 1939, Ma-

---

<sup>2</sup> Sobre este tema ver especialmente Schwarcz (1993), Engel (1987) e Laqueur (1992).

riza Lira produziu o manuscrito *Chiquinha Gonzaga: grande compositora popular brasileira*, publicado em 1978, na tentativa de exaltar, mais do que reconstituir, a vida daquela que foi “uma emoção e um orgulho para todo brasileiro”, como prefacia Leonor Pousada no mesmo livro.

Segundo o historiador André Diniz as análises da folclorista, musicóloga e jornalista “refletiam a simplicidade dos questionamentos da época” (2008, p. 77), isto é, sem remeter-se às fontes a partir das quais ela constrói seus argumentos, e nunca explicitá-las, a autora segue fiel ao projeto de delimitar uma “nacionalidade” para a música popular brasileira. Influenciada pela obra inaugural de Gilberto Freyre, *Casa-grande & Senzala*, de 1933, em que a figura do mestiço, resultado do processo colonial de “formação, pela poligamia [...] de uma sociedade híbrida” (FREYRE, 1992, p. 48), é apontada como algo positivo, Mariza Lira afirma que

se não fosse a exuberância da natureza, a ardência do clima e o fator máximo do cruzamento das raças que aqui chegaram, não possuiríamos, jamais, tão precioso populário musical [...]. A raça nova, com arroubos ardorosos, não podia aceitar indefinidamente a imposição de músicas de dança e canto, francesas, italianas, polonesas, espanholas, etc. (LIRA apud DINIZ, 2008, p. 74).

Tal concepção positiva da miscigenação advogada por Freyre ia de encontro às demais interpretações da época que afirmavam ser o cruzamento racial um dos grandes males da nação e responsável pelo “atraso” que nela observavam. O trabalho sobre Callado também segue esta senda de aliar os “arroubos ardorosos” da raça mestiça com uma espécie de inevitabilidade rítmica. Por “reunir em si a ancestralidade da raça” (LIRA apud Diniz, 2008, p. 74), Callado possuiria, segundo a autora, predisposições à música determinadas por sua “raça” que seriam capazes de suplantar as injunções sociais e transcender às contingências históricas. André Diniz prossegue dizendo que há controvérsias acerca das particularidades da vida de Joaquim Callado relatadas por Mariza Lira que, “no esforço intelectual de valorizar os traços de mestiçagem a brasilidade do músico” (DINIZ, 2008, p. 74), acabam dando uma interpretação mais subjetiva a fatos que, possivelmente, passariam ilesos sob o crivo da objetividade.

O livro de Diniz é interessante na medida em que busca questionar certas mistificações que insistem pairar sobre a figura de Chiquinha Gonzaga. Para o autor, “o que Chiquinha Gonzaga fez – deixar o marido, ter amantes e viver na boemia como chorona – só foi possível porque a sociedade permitia brechas para tal comporta-

mento” (DINIZ, 2008, p. 77). Neste sentido, permite-se que seja dada uma nova interpretação para algumas das atitudes e comportamentos de compositora, não mais retratada como aquela mulher “a frente de seu tempo” e capaz de transcender, por puro vigor do espírito, todo um conjunto de valores fortemente arraigados em seus contemporâneos. Diniz, além de criticar a alcunha de feminista dada à Chiquinha Gonzaga por Mariza Lira, questiona também o caráter assumidamente nacionalista da música da maestrina. “Como não poderia haver música nacional sem nação, também não haveria feminismo sem movimento feminista” (DINIZ, 2008, p. 77).

No caso de Chiquinha Gonzaga, o plano foi mais ou menos o mesmo. Os capítulos destinados à infância e à adolescência da pianista são curtos, não ultrapassando cinco páginas, e falam muito resumidamente sobre os contextos de seu nascimento, de seu matrimônio com Jacinto Ribeiro do Amaral, o desquite, o romance com João Baptista de Carvalho (cujo nome não é sequer citado), os filhos, etc, ao passo que as páginas dedicadas à repercussão de sua obra evidenciam a intenção da autora de defini-la a partir de sua música. Logo nas páginas iniciais do livro, a primeira descrição de Chiquinha feita por Lira é:

*Figura insinuante, trazendo presos aos seus encantos nomes fulgurantes do país, poderia deslizar sobre rosas, mas preferiu caminhar sobre espinhos, para alegrar três gerações com melodias e ritmos* (LIRA, 1978, p. 12, grifos meus).

As “rosas” remetem-se, certamente, à condição material favorável da compositora que, filha do Marechal José Basileu Neves Gonzaga, gozou, desde a infância, de um ambiente propício para o culto às artes. Descendente do poeta inconfidente Tomás Antonio Gonzaga e de Luis Alves de Lima e Silva, também conhecido pelo seu título de Duque de Caxias, Francisca Edwiges Lima Neves Gonzaga, seu nome de batismo, tinha em sua casa a herança cultural e econômica que mais tarde lhe seria herdada. Os “espinhos”, por outro lado, corresponde a trajetória controversa e atribulada que percorreu: o desquite com o marido, o abandono dos filhos, a separação do amante, a vida na boêmia carioca. O interessante de tal descrição é que esta trajetória aparece como fruto de uma escolha cuja motivação configurava-se como exterior ao próprio indivíduo: é por um “compromisso” com a música, e mais, com o seu público, que Chiquinha viveu a vida que teve. Os percalços, os acidentes de percurso, enfim, todo o contexto social que a cercava possuía a característica

residual do “empecilho” que não condiciona nem determina uma pessoa que, já se encontrando pronta, acabada, *perfeita*, apenas pode retirá-lo de seu caminho.

À parte estas críticas – que apenas servem de orientação metodológica para o prosseguimento da pesquisa, e não para desqualificar a biografia analisada – o trabalho de Mariza Lira adquire sua qualidade mais pela iniciativa do que pelos rendimentos finais. O intuito de trazer ao público algo que fosse além de pequenas notas na imprensa sobre a primeira maestrina brasileira não pode ser compreendido sem contemplarmos seu contexto de produção. As décadas de 1930 e 1940 representaram, sob a figura de Getúlio Vargas, um momento de centralização política que até então, com o predomínio das oligarquias cafeeiras da República Velha, ficava impossibilitado de ocorrer, graças a uma estrutura de poder difusa e calcada em relações pessoais entre as governanças dos Estados. Da mesma forma, além de promover tal centralização, “a ditadura getulista tinha um agudo senso da importância política da cultura popular como um meio de aglutinar o apoio ao governo” (SKIDMORE, 2000, p. 167). Portanto, não era incomum a alguns intelectuais da época investir tanto na questão de esmiuçar e constatar a “brasilidade” dos brasileiros, aqueles arraoados de traços e costumes culturais que dariam a todo o povo brasileiro uma identidade corporificada, indelével, *nacional*.

Também o sociólogo Renato Ortiz, em *Cultura brasileira e identidade nacional*, mostra como a “urgência” de elaboração de uma cultura propriamente nacional se constituiu ao longo do século XIX e teve seu ápice na primeira metade do século XX. “A ambiguidade da identidade do Ser nacional forjada pelos intelectuais do século XIX não podia resistir mais tempo. Ela havia se tornado incompatível com o processo de desenvolvimento econômico e social do país” (ORTIZ, 1985, p. 42). À época em que Mariza Lira realiza seus estudos sobre música popular, a “incompatibilidade” entre o ideário evolucionista e determinista de pessoas como Silvio Romero, Nina Rodrigues e Euclides da Cunha tornava-se patente. Com a eclosão do Estado Novo, verifica-se na música popular – assim como em outros setores da produção cultural – um forte direcionamento ideológico estatal que buscava substituir as características ditas “degeneradas” do povo brasileiro, isto é aquelas inerentes à “raça mestiça”, por qualidades como o trabalho, a previdência e a retidão moral.

Sem dúvida, Mariza Lira encarna os ideais getulistas ao se referir à Chiquinha Gonzaga como aquela que “revelou com rara fidelidade a alma do nosso povo” (LIRA, 1978, p. 49), ou então a quem “coube a glória de fixar na música do nosso povo o rit-

mo nacional do seu tempo” (LIRA, 1978, p. 52). Não por acaso a autora deixa na obscuridade a natureza deste “povo”: devido ao exíguo material disponível acerca da composição da população e, principalmente, de seus gostos, este amálgama cultural a qual Mariza Lira, entre outros, faz referência, é menos uma constatação estatística do que uma abstração de forte caráter ideológico.

Não quero, porém, conferir a esta obra uma “inutilidade” que ela não tem, e nem afirmar, como o fez Diniz, que sua obra refletia “a simplicidade de sua época”. Isso seria recair a um anacronismo por demais injusto. Nenhuma “época” se pensa simples, essa atribuição é própria das gerações posteriores. Se hoje os modos de análise, sejam eles nas áreas da Antropologia, da Sociologia ou da Musicologia se complexificaram foi somente devido à “simplicidade” de outrora. Por ser um documento histórico, seu valor a mim é dado de antemão, pois nele consigo identificar, mais do que a fidedignidade nos relatos de uma vida, as motivações que impulsionaram a autora a querer registrá-los; as preocupações que circulavam na época de sua publicação e a leitura que podemos fazer deles. Mariza Lira, a todo o momento, procura exaltar o pioneirismo de Chiquinha Gonzaga e dar os feitos da compositora um estatuto tão apoteótico que talvez parecesse exagero até mesmo aos olhos da velha maestrina. Mas, na verdade, o grande pioneirismo veio da biógrafa, e não da biografada.

Também o livro *A Pioneira Chiquinha Gonzaga* é dedicado à consagração da maestrina e de sua enorme relevância não só para com a música, mas também para com o teatro. A obra não surpreende pelo ar de familiaridade que se encontra diluído ao longo de suas 176 páginas. Sobrinho da compositora, Geysa Gonzaga de Bôscoli (1907-1978) formou-se, em 1927, pela Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, trabalhou como revisor no *Jornal do Comércio* além de ter sido presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), fundada por sua tia, durante seis anos consecutivos. Destacou-se no teatro musical como autor, produtor de revistas e compositor, além de ter colecionado, ao longo da vida, prêmios como melhor produtor de teatro musicado. É notável que uma carreira tão próxima dos palcos e uma herança familiar de grande quilate no tocante às artes, em geral, produzissem em Bôscoli a motivação necessária para escrever a biografia de uma parenta sem que isso se convertesse sub-repticiamente num elogio a si próprio.

Como o próprio título do livro explicita, o adjetivo “pioneira” tem a função de retirar Chiquinha de suas relações reais e lançá-la no obscuro domínio da excepção-

nalidade. Qualificá-la dessa forma, na simples preocupação de inventariar os episódios em que ela desafiou os costumes de sua época, leva a um paradoxo interessante: sem submeter tais eventos a uma análise sociológica e antropológica das relações de gênero historicamente determinadas de sua sociedade, se tem a forte impressão, pelo menos a meu ver, de que Chiquinha Gonzaga consegue suplantar as injunções e determinações exteriores (sua identidade de gênero, sua classe social, a cor de sua pele, etc.) passando a viver sua vida a despeito e, mais importante, *consciente* delas. No entanto, o ar de magnificência que é dado a este fato pelas suas biógrafas e pelos seus biógrafos releva o quanto tal esforço foi árduo (pioneiro) e fruto de uma personalidade fora de série (única). Em outras palavras, ao mesmo tempo em que Chiquinha, tal como é narrada, tinha para si a liberdade para agir como lhe convinha, é tacitamente sabido que isto corresponde a um grande feito, provavelmente impossível para a esmagadora maioria de mulheres de sua época.

As circunstâncias que levaram Bôscoli a escrever o livro remontam ao ano de 1967, quando o autor, após a realização de uma palestra intitulada “Você sabe quem foi Chiquinha Gonzaga?”, foi encorajado a publicar o que o próprio autor chama de “uma simples reportagem” por Magalhães Júnior, membro da Academia Brasileira de Letras e diretor da SBAT à época. Assim como aparece na biografia de Mariza Lira, os fatos da vida privada de Chiquinha Gonzaga evanescem quando comparados aos feitos musicais da grande maestrina. Mais do que citá-los *en passant*, o autor chega mesmo a omitir alguns dos detalhes íntimos que mais tarde revelar-se-ão em biografias posteriores. Dois exemplos. O primeiro seria a figura de João Baptista de Carvalho, homem com o qual Chiquinha teve um relacionamento breve do qual resultou numa filha, Alice. No livro, ele é apenas citado como um “jovem engenheiro” cujo passado, nem o presente, nada se sabe. Até mesmo as circunstâncias da separação do casal não ficam muito claras. Bôscoli apenas diz que

Chiquinha, altiva, nobre como sempre, corajosa, abnegada, compreendeu que não devia sacrificar o nome e o futuro do seu dedicado companheiro, embora essa deliberação lhe custasse um enorme sacrifício (BÔSCOLI, 1978, p. 27).

O que aparece aqui como um ato de altruísmo em que a jovem, ao encarar a dura e preconceituosa aderência de seu círculo social aos costumes tradicionais, preferiu a separação aos comentários maledicentes, o desterro solitário à “má fama”. Contudo, outras fontes alegam que tal separação deu-se por motivos internos ao ca-

sal. “A impressão era a de que João Baptista não correspondera à grande paixão que ela sentira por ele” (DINIZ, 2009, p. 74). Minha sugestão é que, diante deste tema ainda tabu para a época em que Geysa Bôscoli escreveu a biografia – em meados da década de 1960 –, a melhor alternativa encontrada por ele foi de enaltecer as qualidades de Chiquinha.

Outro ponto curioso reside em outra figura masculina, também de nome João Batista. Definido como “o mais querido filho de Chiquinha”, João Batista Gonzaga seria seu filho mais novo, tendo 36 anos a menos que sua mãe. Mas, em nenhum momento, o autor menciona o pai deste rapaz, que, seguindo uma linha cronológica elementar, deveria ter tido relações sexuais com Chiquinha quando esta teria 52 anos. De fato, João Batista foi apresentado aos conhecidos da compositora e ao público em geral como sendo seu filho, mas a relação entre ambos não era, por assim dizer, biológica (que, no início do século XX, era o único vínculo possível entre mãe e filho). João Batista Gonzaga era, antes da adoção, João Batista Fernandes Lage, um rapaz que, aos 16 anos, enamorou-se de Chiquinha e com ela passou a ter um relacionamento que duraria até 1935, com o falecimento dela. Consciente da repercussão inevitavelmente escandalosa que tal acontecimento teria, Chiquinha tratou de registrá-lo como seu filho, adotando-o.

Antes de prosseguirmos com a análise do discurso de Bôscoli, isto é, com a análise da forma como ele expõe vida e obra da compositora seria interessante um pequeno comentário retomando a relação entre cultura e Estado. Se, durante a ditadura estadonovista, a maior preocupação do Estado foi definir teoricamente em que consistia o fenômeno do “povo brasileiro”, isto é, conferir-lhe uma unidade (como o fizeram as teorias raciológicas da mestiçagem) e vinculá-la à noção de Estado nacional, na ditadura militar, a intervenção do poder estatal incidirá diretamente sobre a elaboração e gestão das práticas culturais. Por ter ensejado uma série de mudanças estruturais, sejam elas no âmbito político-jurídico (com a promulgação dos Atos Institucionais), seja no âmbito econômico, a atuação do Estado no que se refere à cultura (entendida aqui não em sua acepção antropológica) e ao planejamento cultural é uma consequência, aponta novamente Ortiz, deste processo de intensa modernização o país. A criação, em 1966, do Conselho Federal de Cultura (CFC) e, posteriormente, de diversas instituições como, por exemplo, a FUNARTE, a EMBRAFILME, a RADIOBRÁS e o CONCINE, só reforçam a ideia de que a cultura era entendida pelo regime dos generais como um meio de *integração nacional*.

Ao contrário do que comumente se pensa e diz, o período ditatorial não foi marcado pela absoluta e irrestrita repressão às formas de manifestação cultural, pelo contrário, estas foram incentivadas numa escala até então desconhecida. Obviamente, a este incentivo não se somava a liberdade de expressão de contextos democráticos. Por se tratar de um regime autoritário, a questão da censura era essencial ao controle, por parte do próprio Estado, dos conteúdos veiculados pelos diversos meios de comunicação, agindo como uma espécie de “repressão seletiva” (ORTIZ, 1985, p. 89) impedindo a emergência de possíveis materiais “subversivos”. Para que se pudesse elaborar um “plano nacional em favor da cultural” era necessário contar com a ajuda de uma *intelligentsia* ideologicamente favorável ao regime. E isto, como se sabe, era raridade.

Recrutados nos Institutos Históricos e Geográficos e nas *Academias de Letras*, esses intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada irão se ocupar da tarefa de traçar as diretrizes de um plano cultural para o país (ORTIZ, 1985, p. 91, grifos meus).

A vinculação destes intelectuais à preservação da tradição, no sentido das expressões e manifestações típicas do passado da história brasileira, e à ideologia oitocentista de um Brasil “mestiço”, apontam para um tipo de orientação das práticas culturais calcado no duplo aspecto da diversidade de um “continente arquipélago”, de um lado, e da unidade nacional, por outro. É, portanto, na tentativa de “manter viva a memória nacional, assegurando a perenidade da cultura brasileira” (PLANO NACIONAL DE CULTURA apud Ortiz, 1985, p. 97), que se torna propício para figuras como Geysa Bôscoli a publicação de sua “reportagem”. O incentivo que recebe de homens como Magalhães Júnior e Ney Machado corrobora com as diretrizes deste plano, de bases nacionais, de memorialismo edificante e nostálgico.

O fim do livro, no entanto, tem um interesse especial. É nele que afloram os laços de familiaridade entre biógrafo e biografado que resultam num desenlace tão romantizado e ideal que esboçaria até mesmo uma certa pieguice para quem o lesse com lentes de historiador. No entanto, como já declarei no início deste trabalho, não tenho o interesse de reconstituir a trajetória da compositora com base nessas fontes. Talvez isso só seja possível em outra ocasião, quando tiver em mãos os documentos a partir dos quais foram escritas estas biografias. Interessa-me mais um fator difícil de ser reconstituído na análise, que são as motivações do autor e sua

seletividade naquilo que escreve. Somente assim faz sentido debruçar-se sobre este livro: o que ele traz implicitamente em seu discurso é aquilo que procuro explicitar não para desqualificá-lo, mas para situá-lo no cruzamento de duas vidas, a do biógrafo e a da biografada.

### **Construção de um legado**

O outro conjunto de biografias, compreendidas nos últimos 30 anos, possuem características muito diversas deste primeiro grupo. Edinha Diniz, Dalva Lazaroni e Ayrton Mugnaini Jr., apesar de contribuírem com obras bem diferentes e não necessariamente articuladas entre si, representam um movimento de contestação – às vezes deliberada, como no caso de Diniz, às vezes implícita – ao passado de Chiquinha Gonzaga da forma como ele fora escrito outrora. Evidentemente, esse movimento é acompanhado por uma dissolução ideológica da unidade do povo brasileiro e de seu destino: o “moralismo” das primeiras biografias deu lugar à explicitação mais aguda e a desmistificação de certos episódios de sua vida pessoal. Ao abandono do lar somou-se o adultério, à maternidade somou-se a escolha de não criar os filhos e nem vê-los crescer, à adoção somou-se o relacionamento amoroso. Além disso, observa-se uma mudança radical em relação ao controle ideológico do Estado no tocante à manipulação da “memória nacional”, seja dentro das universidades e demais instituições ou fora delas. Como se viu, no período da ditadura militar, este domínio simbólico era de extrema importância ao projeto governamental de construção de uma cultura nacional que exprimisse, em seu passado, seu presente e seu futuro, os valores sólidos de uma unidade identitária brasileira.

Ora, porque subsumir estes autores, então, a um conjunto só, enquanto que as duas primeiras biografias analisadas mereceram uma exposição detalhada? A meu ver, as obras destes três autores dizem mais a respeito do processo de negociação dos sentidos e da vida de Chiquinha quando justapostos do que separadamente. O que é curioso, uma vez que o livro de Edinha Diniz está ancorado na análise documental e na reconstrução de alguns nexos históricos da sociedade carioca do *fin de siècle*, o livro de Dalva Lazaroni corresponde ao “romance de uma existência”, incorporando elementos próprios da literatura como diálogos entre personagens, descrições subjetivas, tramas paralelas, etc, e o livro de Mugnaini Jr. consiste quase que num verbete de dicionário, preocupado em pontuar muito mais a personalidade musical de Chiquinha do que os pormenores de sua carreira e vida pessoal.

Outro ponto que marca uma diferenciação em relação às demais biografias é que a separação entre a pessoa e a artista, fato que praticamente direcionava as narrativas de Lira e Bôscoli, já não é mais operada. Pelo contrário, procura-se cada vez mais buscar a indissociabilidade entre os dois de forma a corroborar a ideia de que sua trajetória pessoal foi determinante no seu modo de conceber e praticar a música e, da mesma forma, o conhecimento daquele tipo específico de música (a popular) levou-a a se relacionar com determinado público e tomar determinadas decisões.

*Insight* sensato, sem dúvida. Como já nos mostrou Elias em *Mozart* (1994), tal separação é fictícia e em nada ajuda na compreensão do fenômeno “artista”. Isto porque as duas esferas não se encontram dissociadas no domínio da experiência; elas se imiscuem de forma a comporem um só indivíduo. No entanto, a todas as biografias escapa a dimensão propriamente social (exceto, talvez, a de Edinha Diniz) da compositora. A investigação que é feita sobre sua relação com a música nunca é precedida pelo estudo de sua relação com os *músicos*, isto é, com os grupos de artistas com os quais ela tinha intenso contato e que possibilitaram sua ascensão e reconhecimento em seu *métier*. Ao não se analisar a posição de Chiquinha Gonzaga dentro destes grupos interdependentes, tudo acontece ao sabor da biografada, como se ela detivesse todo o poder de ação necessário para, racional ou instintivamente, galgar a glória.

Como se viu, há, portanto, certa ilusão inerente à narrativa (ou até mesmo *narrativização*) de sua (ou de qualquer) história de vida. Segundo Pierre Bourdieu, a este termo subjaz o pressuposto de que a vida é uma história e que essa história é necessariamente o “conjunto de acontecimentos de uma existência individual” (2006, p. 76) destinado a produzir um todo coerente e, em certa medida, teleológico. O biografado torna-se personagem de uma *estória* (aqui no sentido ficcional) cujo enredo faz-se inteligível e objetivo. As cinco obras escolhidas não escapam, respeitando-se as suas especificidades, a esta tendência “literarizante”: as peculiaridades da vida de Chiquinha Gonzaga – sua socialização em uma família de prestígio do Rio de Janeiro, sua formação intelectual e musical, os relacionamentos polêmicos e a maternidade – ora são expressas como fatos episódicos de um drama pessoal, ora eclipsam-se face à forte repercussão de sua música nos círculos de sociabilidade *popular* da capital imperial. Em suma, elas tornam-se meros obstáculos a serem transpostos pela obstinação intrépida de sua personalidade “forte e pioneira”.

No entanto, não quero dizer aqui que as biografias são “enganosas” ou que não dizem “a verdade” sobre a vida da compositora. Isto seria contraditório a ponto de

ferir meus objetivos na pesquisa. Algumas delas não tiveram, pelo que pude perceber, nenhum compromisso com a reconstrução precisa e parcimoniosa de fatos históricos, o que poderia nos direcionar, ilusoriamente, a uma verdade. Mais coube aos propósitos de sua elaboração mostrar a relevância de Chiquinha Gonzaga na música popular brasileira, algo que, ainda na década de 1930, era fenômeno muito pouco estudado. No limite, todos os autores tiveram sua fração de responsabilidade numa espécie de “invenção” da biografada, cujas características são definidas por uma coerência que lhe é sempre exterior, isto é, que é obra dos próprios biógrafos. A partir da leitura destes textos, sustento aqui que é impossível atribuir um sentido único, pautado sobre critérios objetivos, a uma vida. Toda forma de narrá-la é dar-lhe uma coerência *ad hoc*, uma teleologia tangível somente aos olhos daquele que se debruça sobre ela – seja ele o próprio biografado (no caso da autobiografia), ou não.

### **Outros parâmetros: para uma análise antibiográfica**

Depois de termos adentrado no universo da construção biográfica e constatado em que medida a inteligibilidade da história de vida de Chiquinha Gonzaga se origina da visão particular da biógrafa (ou biógrafo) que, como a biografada, está imersa num conjunto de relações de interdependências que lhe condicionam tanto *como ver* quanto *o que ver* da história de vida da compositora, temos de realizar o movimento inverso e sair dele para que possamos perspectivar os pontos de vista em jogo e comparar os conteúdos presentes nas biografias com outras fontes. Dessa forma, as categorias que aparecem à larga nas obras vistas (“mulher”, “opressão”, “sexismo”, “patriarcalismo”) podem ser refinadas uma vez que nos atenhamos ao seu significado histórico e antropológico.

Quando a questão da “mulher” apareceu pela primeira vez no pensamento brasileiro – ainda não matizada sob o termo *gênero* –, ela o fez correndo alguns riscos à época desconhecidos. Gilberto Freyre, tanto em *Casa-grande & Senzala* (1992) quanto em *Sobrados e Mucambos* (2003), sustenta o argumento de que, no Brasil, o modo produtivo patriarcal-agrário engendrou “*a extrema especialização ou diferenciação dos sexos*”, em que o “*duplo padrão de moralidade*” presente na interação entre eles conferia ao homem amplos poderes de iniciativa, fosse ela contratual (pública) ou sexual (privada), e submetia a mulher “*ao serviço e às artes domésticas, ao contato com os filhos, a parentela, as amas, as velhas, os escravos*” (FREYRE, 2003, p.

208). O sistema econômico latifundiário calcado na monocultura de produtos tropicais agiu, diz Freyre, não somente no corpo feminino deformando-o e “alargando-o as ancas”, mas também sobre sua estrutura psíquica, em que o confinamento domiciliar a aproximava da loucura, da esquizofrenia, da depressão. Tais traços seriam os responsáveis pela construção de um tipo físico, psicológico e social identificável em diversas regiões do país.

Em outras palavras, o regime colonial teria conflagrado a hegemonia da submissão feminina. Em uma sociedade intensamente estratificada como a brasileira de meados do século XVI até o XVIII, brancos e negros, senhores e escravos eram socializados de modo a internalizarem e externalizarem este tipo de dominação sexual que se espalhava em filigrana nas mais diversas dinâmicas sociais. Também Antonio Candido, no clássico ensaio “The Brazilian family”, de 1951, afirmava que o tipo de família ensejado pela grande produção latifundiária fora o modelo donde se derivou toda formação social brasileira. No entanto, esquece-se que, devido à forma parcial de ocupação de grandes extensões de terra pelos donos das sesmarias, foi possível a existência de grupos de homens e mulheres livres (aqui no duplo sentido marxista) “que não foram plenamente submetidos às pressões econômicas decorrentes dessa condição” (FRANCO, 1997, p. 14). Tais grupos humanos mantinham-se, sobretudo, a partir da pequena propriedade de subsistência, na qual o núcleo familiar servia de mão-de-obra, uma vez que não possuíam capital para a compra de escravos. Estas formas de associação e de produção engendraram um tipo de sociabilidade outra daquela encontrada nas casas-grandes e senzalas e, por conseguinte, uma dinâmica entre gêneros igualmente diversa.

Mais especificamente para a teoria de gênero, a assunção de tal submissão global encontra, *hoje*, fortes resistências. Se, na década de 1960, algumas feministas apontaram para a desigualdade de gênero como fenômeno universal – derivada do fato de serem as mulheres as encarregadas da reprodução física da raça humana – posteriormente, estas premissas foram criticadas sob um viés culturalista, que procurava identificar nas culturas dos povos a gênese de certos comportamentos sexistas, e não na constituição biofisiológica do corpo.

Não duvido que o sistema colonial no Brasil tenha engendrado formas de socialidade patriarcal, em que ao homem cabia de fato um poder decisório muito diferente do da mulher (enquanto ele administrava o cultivo das terras e dos escravos da lavoura, ela atinha-se ao cotidiano da casa-grande, à comezinha tarefa da manu-

tenção do lar, ou simplesmente ao ócio tedioso), mas, como afirma Mariza Corrêa, a família patriarcal nunca existiu sozinha como forma de organização doméstica dominante, estatisticamente falando (CORRÊA, 1993). Não foi devido ao declínio da casa-grande e do mocambo e à decadência da antiga “majestade dos tempos coloniais” (FREYRE, 2003) que ocorreu o ocaso do patriarcalismo, dando lugar a outros tipos de organização familiar no interior de uma urbanização incipiente: a diversidade já estava lá desde o início, corporificada na imagem dos “homens livres e pobres” cujas condições de existência se deveram às formas parciais de ocupação do solo pelos donos das sesmarias (FRANCO, 1997); distantes da grande propriedade rural e do ideal de “ordem” postulado, tanto pelas elites, quanto pelos teóricos que depois se detiveram sobre estes assuntos, estes integraram uma “maioria minoritária” emudecida e invisível.

Hoje, portanto, é um risco demasiado grande afirmar que: a) no Brasil, a família patriarcal, cujo senhor de engenho detinha, tanto os meios de produção econômica, quanto os de reprodução física, imperou como modelo sociológico por excelência; e b) que a submissão feminina nas terras tupiniquins, como em qualquer outro lugar, se deveu não à sociodinâmica das relações entre homens e mulheres, mas a causas de cunho estritamente biológico. A análise de Freyre, mesmo que generalize o modelo patriarcal, insiste na determinação cultural, tanto do corpo, quanto da psique feminina. Mas é necessário ir além e problematizar um pouco mais as categoriais analíticas mobilizadas neste tipo de pesquisa histórica.

Uma delas seria, portanto, a categoria “mulher”. Em todas as suas “recriações”, Chiquinha parece representar uma classe homogênea de mulheres que, inspiradas pela determinação e destemor de sua heroína, seriam capazes, também, de subverter as convenções cotidianas de gênero. Investindo-se de uma identidade transgressora, Chiquinha age transversalmente pela sociedade suplantando diferenças de classe social, cor, idade, etc. O que é preciso compreender é que, por ensejarem tipos de experiência muito distintos, estes eixos de diferenciação não podem ser subsumidos a uma unidade que, novamente, reside numa identidade anatômica e fisiológica: o corpo. Por serem negras ou brancas, ricas ou pobres, jovens ou velhas, em uma sociedade que sempre atribuiu um valor simbólico muito grande a estas características, as mulheres do Rio de Janeiro do *fin de siècle* estavam imersas em realidades muito distintas, e aquilo que pareceria moralmente condenável para a moça de certa posição social, como, por exemplo, a relação amancebada com um jo-

vem ou um tipo de trabalho desenvolvido fora da casa, colocava-se para outra como um imperativo social.

Como afirmou a antropóloga Avtar Brah:

É agora axiomático na teoria e prática feministas que ‘mulher’ não é uma categoria unitária. Mas isso não significa que a própria categoria careça de sentido. O signo ‘mulher’ tem sua própria especificidade constituída dentro e através de configurações historicamente específicas de relações de gênero (BRAH, 2006, p. 34).

O que se pode observar, sobretudo nos discursos médicos, psiquiátricos, que durante a segunda metade do século XIX e começo do século XX matizaram a questão da mulher e da feminilidade, é uma tentativa de *explicação* do ser feminino pela ontologização de seu gênero, isto é, de reduzir as suas disposições psicossociais ao seu substrato material e fisiológico, o corpo, como se lá já houvesse, de antemão, respostas a serem descobertas. Obviamente, uma análise propriamente antropológica destas questões procura, se não romper com, ao menos problematizar a procedência deste tipo de raciocínio que, ao alijar seu objeto das contingências culturais e históricas as quais ele está inexoravelmente atrelado, acaba por engessá-lo nos termos de uma natureza sempre anterior e nunca explicável.

Desde a década de 1990 até hoje, este debate mudou radicalmente e, dentre os diversos “feminismos contemporâneos”, prevalece a visão de que é impossível dar conta analiticamente dos processos de diferenciação social levando em consideração apenas um eixo de diferença. E tal mudança epistemológica decorre do fato de que cada vez mais o conceito de *experiência* enquanto processo de significação e atribuição de sentido vem sendo utilizado no instrumental teórico dos estudos de gênero e também na teoria antropológica. Entendida como “o lugar da formação do sujeito” (BRAH, 2006), esta noção opõe-se à ideia de um sujeito previamente constituído e, portanto, imune às restrições e condicionamentos externos. A experiência tem uma propriedade formadora, socializadora, ao mesmo tempo em que é a matriz, culturalmente construída, que dá sentido ao mundo do indivíduo e constitui sua subjetividade. Assim, não é possível separar na análise as relações de gênero das relações de classe, pois estas não se apresentam à experiência dissociadamente. Da mesma forma, não se pode atribuir importância maior a um marcador social do que a outro, pois todos eles agem em conjunto, ainda que possam ser mais ou menos enfatizados contextualmente (como no caso dos feminismos *negro* e *branco*, por exemplo).

Desse modo, não podemos falar em “mulher”, mas sim em “mulheres”. Chiquinha Gonzaga seria, portanto, uma mulher entre centenas de milhares, cuja socialização, educação e trajetória criaram-na de um modo específico que não pode ser generalizado, a não ser que se leve em consideração certas homologias entre sua posição na estrutura social e a posição de outras mulheres. Com isso pretende-se, de um lado, evitar qualificações exageradas – Chiquinha não fora a primeira mulher na cidade do Rio de Janeiro a abandonar o lar, o marido e os filhos, nem a primeira a enfrentar o mercado de trabalho – e, de outro, compreender com mais acuidade como ela se insere na rede de relações que a mantém conectada à vida artística e musical dos tempos da *Belle Époque*.

### Conclusão

Este artigo corresponde à reflexão de apenas um dos temas de uma problemática que considero mais ampla – tão mais ampla que tentar esgotá-la ou reduzi-la a estas páginas seria simplificar grosseiramente a sua complexidade. O estudo sobre a história de vida de Chiquinha, ou melhor, o estudo sobre o estudo da história de vida dela, não só buscar articular o olhar antropológico de gênero a um contexto historicamente determinado, como também se preocupa em analisar sociologicamente os condicionantes sociais da produção dos registros acerca da existência da compositora, isto é, da produção de um bem cultural simbólico.

A recusa em admitir que Chiquinha Gonzaga fosse de fato “pioneira” não tem o intuito de desmerecer o seu valor enquanto artista talentosa que de fato esteve presente de forma ativa em diversos processos culturais recentes, num Rio de Janeiro em busca de uma modernidade. A meu ver, o pioneirismo atribuído à Chiquinha é uma forma paradoxal de conferir-lhe *a posteriori* uma autonomia que, por se tratar de uma “mulher” – as aspas indicam a vacuidade do termo – é digna de observação e exultação. Por não fazerem, tal qual fizera Norbert Elias ao fim de sua vida, uma “sociologia de uma pioneira”, suas biógrafas e seus biógrafos preencheram onexo histórico que vincula os constrangimentos sociais e a ação individual com um elemento disruptivo e obscuro: sua personalidade. Edinha Diniz comenta sobre um curioso fato logo nas primeiras páginas de seu livro: “Aquela que mais tarde viria a ser conhecida como uma mulher de enorme audácia, a compositora Chiquinha Gonzaga, já veio à vida conhecendo o perigo e sabendo vencê-lo” (DINIZ, 2009, p. 23, grifos meus). Efeitos de retórica à parte, este excerto mostra que, ao que se seguirá nas demais páginas, o leitor deparar-se-á com um indivíduo cuja coerência de personalidade

já saltava aos olhos logo ao nascer, preexistindo, portanto, à própria experiência de vida responsável por sua formação.

Como já foi dito anteriormente, a atribuição de um único sentido a uma existência humana, de modo a torná-la coerente, clara, uma *história de vida*, é impossível. Qualquer que seja o critério utilizado, por mais que creia na sua correspondência com os “fatos”, este será sempre o resultado de uma escolha arbitrária e subjetiva como o próprio fenômeno estudado. Acredito, portanto, que a sociologia e a antropologia nos oferecem um instrumental capaz de ir além do ponto de vista daquela ou daquele cuja vida buscamos ilusoriamente reconstituir. A análise de processos sociais mais amplos e das instituições envolvidas em tais processos pode ajudar na compreensão da trajetória social de um indivíduo, uma vez que estabelece – ainda que conceitualmente – as relações sociais que o mantém vivo e atuante no jogo social. Mas, de qualquer forma, acredito que a frase de Peter Berger resume (de um modo talvez um pouco sucinto) o objetivo de busquei durante este artigo: “Temos tantas vidas quantos pontos de vista” (BERGER, 1976, p. 66).

## Referências

- BERGER, Peter. (1976). *Perspectivas sociológicas*. São Paulo, Círculo do Livro.
- BÔSCOLI, G. (1978). *A pioneira Chiquinha Gonzaga*. Natal, Departamento Estadual de Imprensa de Natal.
- BOURDIEU, P. (1996). “A ilusão biográfica”. In: \_\_\_. *Razões práticas*. São Paulo, Papirus.
- BRAH, A. (2006). “Diferença, diversidade, diferenciação”. *Cadernos Pagu*, n. 26, Campinas, UNICAMP.
- CAZES, H. (1998). *Choro: do quintal ao municipal*. São Paulo, Ed. 34.
- CORRÊA, M. (1993). “Repensando a família patriarcal brasileira”. In: ARANTES NETO, A (Org.). *Colcha de Retalhos: estudos sobre a família no Brasil*. Campinas, Ed. UNICAMP.
- DINIZ, A. (2008). *Joaquim Callado: o pai do choro*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- DINIZ, E. (2009). *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- ELIAS, N. (1994). *Mozart: Sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- \_\_\_\_\_. (2001). *Sociedade de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.
- FREYRE, G. (1992). *Casa-grande e Senzala*. São Paulo, Record.

\_\_\_\_\_. (2003). *Sobrados e Mucambos*. São Paulo, Record.

FONSECA, C. (1997). "Ser mulher, mãe e pobre". In: PRIORE, M. D. (Org). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo, Contexto.

FRANCO, M. S. de C. (1997). *Homens livres na ordem escravocrata*. São Paulo, Ed. UNESP.

LAZARONI, D. (1999). *Chiquinha Gonzaga: sofreu e chorei, teve muito amor*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira.

LIRA, M. (1978). *Chiquinha Gonzaga: grande compositora brasileira*. São Paulo, FUNARTE.

MUGNAINI JR., A. (2005). *A jovem Chiquinha Gonzaga*. São Paulo, Nova Alexandria.

ORTIZ, R. (1985). *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo, Brasiliense.

PINTO, C. R. J. (2006). *Uma história do feminismo no Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

SKIDMORE, T. (2000). *Uma história do Brasil*. São Paulo, Paz e Terra.

*Recebido em abril/2012*  
*Aprovado em junho/2012*

## Desigualdade e diferença: estrutura social, identidades e processo político a partir da teoria rawlsiana<sup>1</sup>

João Vinicius Marques & Catarina Correa Von Sperling\*

**Resumo:** Este trabalho propõe-se a desenvolver um apanhado teórico valendo-se das contribuições de John Rawls e de algumas dimensões específicas de análise e de tratamento em sua teoria de justiça, recorrendo, para isso, a um estudo dos trabalhos do autor, entrecruzando com alguns dos desdobramentos teóricos repercutidos de sua teoria nos debates em filosofia e teoria política contemporâneas desenvolvidos por outros autores do campo. No âmbito em que seus princípios são estabelecidos, as bases da concepção de Rawls acerca da ordem social e de seus princípios de redistribuição são discutidas à luz dos paradigmas de justiça redistributivos e suas implicações críticas fundamentadas acerca da ordem nas sociedades liberais. Trata-se, para além das contribuições rawlsianas acerca de justiça, das discussões situadas no multiculturalismo, nas teorias de diferença e de reconhecimento e nas contribuições pós-estruturalistas acerca de uma democracia baseada na interação e no conflito político.

**Palavras-chave:** diferença, justiça, gênero, ordem social, desigualdade, identidade.

### Introdução

O filósofo John Rawls reabriu, com uma contribuição expressiva, um campo de debates quase abandonado no momento em que lançou sua obra *Uma teoria da justiça*. Diminuído diante da vertente de estudos do positivismo jurídico (KELSEN, 2005) e da democracia liberal pluralista elitista (SCHUMPETER, 1961; DAHL, 2005), o espaço para as teorias normativas em justiça e democracia adquiriram novo fôlego com os escritos de John Rawls.

Na repercussão de seu trabalho, *Uma teoria da justiça* significou também um passo para a análise da sociedade moderna na perspectiva de fundamentos orientados à justiça social, instituída na garantia igual de direitos e baseada nos preceitos próprios da democracia que se desenvolvia no seio da sociedade liberal. Nesse sentido, os princípios rawlsianos avançavam não só na concepção de garantias e liberdades individuais, como estabeleciam também alternativas preliminares para

---

<sup>1</sup> Agradecemos os comentários preciosos e a revisão atenta dos(as) pareceristas anônimos(as) que nos renderam, durante a releitura de nosso trabalho, novas descobertas e importantes reconsiderações sobre o percurso filosófico rawlsiano.

\* Graduandos em Ciência Política – UNB.

a constituição de uma sociedade mais justa, pela distribuição de recursos e pela igualdade material entre os sujeitos. Empenhado na formulação de princípios de justiça dirigidos às instituições básicas da sociedade, Rawls propôs, à moda de um neocontratualismo kantiano, a definição de fundamentos morais específicos que se contrapunham não só às perspectivas utilitaristas e agregativas da maximização do bem-estar social da maioria como também às concepções morais difusas de justiça social que se colocavam na orientação dos valores e das possibilidades de garantia de direitos sociais. Valendo-se do resguardo às liberdades básicas iguais reservadas aos indivíduos e da sistematização de princípios básicos para a caracterização do que seria efetivamente justo para o funcionamento da ordem social, *Uma teoria da justiça* significou um marco para uma fundamentação sistemática dos princípios de justiça em um mundo de práticas e de concepções de bem tão diversificadas.

O critério que Rawls utiliza para conceber uma sociedade justa resulta da aplicação de procedimentos específicos. Os princípios enunciados por Rawls não se destinam à resposta a todos os problemas morais e à vida cotidiana em sociedade. As condições procedimentais por ele estabelecidas conduzem à escolha de princípios de justiça que regulam o que o autor intitula a estrutura básica da sociedade (RAWLS, 1999, p.84). Em seu escopo, a teoria dirige-se a um conjunto mais elementar de instituições sociais, ligadas à regulação da ordem e dos arranjos de cooperação da sociedade em seu momento inicial, voltado à delimitação de princípios mais básicos de justiça em que essas instituições fundamentais enquadrar-se-iam, estabelecendo as relações fundamentais de direitos e de deveres implicados aos sujeitos envolvidos nesse sistema de instituições principais e em suas regras.

Na perspectiva das formas integrativas da sociedade, geradoras de sistemas cooperativos nos termos da geração das relações de solidariedade na divisão do trabalho social de Durkheim (1978), nem todos os modelos de ordem social poderiam ser considerados razoavelmente justos, ainda que socialmente organizados, na medida em que os sujeitos viam-se estrangidos sob os códigos morais e sociais acima da possibilidade de suas escolhas. No contrato social rawlsiano, no entanto, a estrutura básica da sociedade estabelecer-se-ia sob princípios publicamente aceitos pelas partes desse contrato. O contrato social imaginado por Rawls situa-se em uma posição inicial hipotética e a-histórica. Nesse sentido, os sujeitos desse contrato chegariam a um consenso sobre os princípios de orientação dessa sociedade, delimitando sob que condições gerais as instituições mais importantes dessa sociedade

estabeleceriam suas regras e manteriam a abertura à diversidade de concepções de bem e de formas de vida, no sentido em que seus princípios prezariam o não favorecimento a nenhum grupo, trajetória ou posição social em particular.

Nos princípios enunciados na teoria de John Rawls, as instituições básicas da sociedade estabelecem que o conjunto de obrigações, recursos e direitos são distribuídos pela estrutura básica da sociedade a seus sujeitos. A distribuição desses bens sociais e suas contrapartidas aceitas pelos sujeitos, com base nos princípios estabelecidos em um contrato, figuram como uma das questões fundamentais de justiça para Rawls. Tais bens, objetos da distribuição social por ele idealizada, são entendidos não estritamente em seu aspecto material, mas como o conjunto de recursos fundamentais a serem garantidos pelas instituições fundamentais da sociedade para o empreendimento dos planos e das expectativas variadas dos indivíduos nela inseridos. Compreendidos, em sentido amplo, como oportunidades, liberdades, disposições materiais, bases sociais do autorrespeito, dentre outros, esses recursos básicos deveriam estar ao alcance de todas as partes independentemente da posição social em que nasceram e de seus talentos naturais, em favor de condições de igualdade e de oportunidade a todos para a efetivação de seus planos e escolhas individuais.

Sob essa perspectiva, Rawls estabelece ainda uma segunda condição dirigida aos sujeitos situados em posições menos favoráveis na sociedade. Considerando as desigualdades de riqueza e poder e as condições naturais de que se favoreceriam alguns sujeitos em detrimento de outros na sociedade, o autor estabelece o princípio da diferença, no qual a distribuição social básica de recursos e bens entre os sujeitos justificar-se-ia apenas na medida em que se dirigissem à máxima melhoria possível dos sujeitos menos favorecidos socialmente ou das condições de todos (RAWLS, 1999, p. 6). Nesse sentido, a aplicação do princípio da diferença de Rawls demarcava não apenas a preocupação com segmentos desfavorecidos em sua trajetória e/ou pertencimento social no acesso a recursos fundamentais, como também associava uma perspectiva de justiça à constituição de uma sociedade equitativa sob o eixo em que direitos, deveres e bens sociais deveriam ser distribuídos entre os sujeitos.

Os princípios de justiça de Rawls, em sua resposta sistemática ao regimento das instituições sociais básicas, acabam por se afirmar como condições não apenas empenhadas nas dimensões equitativas da distribuição social, como também reconhecidas de liberdades políticas e individuais básicas à sociedade liberal a que se

dirige o autor. Em meio a um conjunto tão amplo de preocupações de justiça para a estrutura básica da sociedade, o procedimento a que recorre Rawls é uma ordem lexicográfica<sup>1</sup> para hierarquizar seus princípios na sequência em que estes deveriam ser satisfeitos. Por fim, os princípios básicos rawlsianos resultam em que:

(i) cada pessoa deve ter um direito igual ao sistema mais extenso de iguais liberdades fundamentais que seja compatível com um sistema similar de liberdades para as outras pessoas e (ii) as desigualdades sociais e econômicas devem estar dispostas de tal modo que tanto (a) se possa razoavelmente esperar que se estabeleçam em benefício de todos como (b) estejam vinculadas a cargos e posições acessíveis a todos (RAWLS, 2008, p. 73).

O impacto, causado pela relativa novidade com que soaram as preocupações de Rawls em seu primeiro trabalho, recebeu ecos e influenciou muitas outras contribuições posteriores até os dias atuais; as contribuições de Rawls que se seguiram a ele permanecem como fonte de inspiração e de questionamento para o debate contemporâneo.

Este trabalho se propõe a desenvolver um pequeno apanhado teórico valendo-se das contribuições de John Rawls (1921-2002) e de algumas de suas dimensões específicas de análise e de tratamento em sua teoria de justiça, recorrendo, para isso, a um estudo de *A Theory of justice* (1999) e de *Political liberalism* (1996), entrecruzando com alguns dos desdobramentos teóricos repercutidos de sua teoria nos debates em filosofia e teoria política contemporâneas desenvolvidos por outras autoras e outros autores do campo. Mais que pensar as contribuições rawlsianas pela sua própria obra, este trabalho pretende partir de Rawls no sentido em que seus postulados incitaram novas reflexões sobre a justiça e o processo político nas sociedades liberais, para além até mesmo dos limites e pretensões teóricas em que se constituíram a teoria de justiça rawlsiana.

Nesse sentido, o trabalho desenvolve-se a partir de três aspectos fundamentais da contribuição de Rawls na repercussão dos debates nas teorias de justiça e, principalmente, no processo político recente: (i) na concepção de Rawls acerca da ordenação da estrutura básica da sociedade e da aplicabilidade de seus princípios nas instituições sociais; (ii) no tratamento de Rawls reservado à acomodação da

---

<sup>1</sup> Sobre a ordem lexicográfica adotada por Rawls, cf. Rawls (1999, p. 42-43 e 61-62); sobre o conceito rawlsiano de pure procedural justice, cf. Rawls (1999, p. 85-87).

diversidade de formas de vida e suas implicações na compreensão da constituição de identidades e de diferença nas sociedades contemporâneas; (iii) no desenvolvimento das contribuições rawlsianas acerca de justiça sobre o desenvolvimento do processo político nas sociedades contemporâneas e suas implicações para o funcionamento da democracia e da dinâmica do processo político nas sociedades atuais.

### **Os véus de Rawls: a posição inicial e os caminhos da justiça rawlsiana nas instituições sociais**

Na perspectiva de Rawls, não era desejável que seus princípios de justiça se traçassem em benefício de sujeitos bem estabelecidos na sociedade. Princípios de justiça criados sob as margens e as concepções de bem de grupos de indivíduos dotados de talentos ou posições de poder e riqueza na estrutura social deixariam de considerar as condições e as necessidades básicas de sujeitos cuja situação nesta sociedade não seria a mesma. Da mesma forma, o recurso a que recorre Rawls se constitui a partir de uma posição dessituada dos interesses e valores incorporados pelos sujeitos relativos à sua posição na sociedade e de forma que os princípios acordados significassem também a constância de relações duráveis de um contrato que regesse a estrutura básica da sociedade dele proveniente, de modo que seus princípios se antecipassem ao seu objeto de aplicação. É neste contexto de preocupações que Rawls estabelece a posição original desse contrato. Na teoria rawlsiana, as pessoas aceitam um princípio igual, que é determinado independentemente da posição social de cada indivíduo e de seus objetivos específicos (RAWLS, 1999, p. 31).

A posição original é um espaço de determinação da concepção de justiça, no qual todas as pessoas são racionais e conversam a partir de um juízo ponderado dos sujeitos, com a razão mais ou menos livre de instabilidades ou contingências emocionais sobre seus juízos, em que se escolhem os princípios de justiça, orientados em uma razão moral mutuamente desinteressada entre as partes. Na posição original, as contingências que definem as diferentes condições sociais atribuídas a determinadas trajetórias são invisíveis àqueles que participam, uma vez que o debate deve ser pautado puramente por princípios morais, e não por aqueles argumentos que surjam em função da própria posição social que cada indivíduo ocupa. O desconhecimento acerca das contingências e características, posição social, econômica e histórica que cada um preenche na sociedade é o que garante que os princípios advindos de tal espaço são legítimos na medida em que sua moralidade é idealmente neutra, e

suas condições específicas idealmente desconhecidas: os sujeitos morais da posição de Rawls são envolvidos no véu da ignorância<sup>2</sup>.

Na orientação de sua concepção de justiça, a neutralidade se estabelece como recurso filosófico fundamental de Rawls para o reconhecimento público de seus princípios, nos quais os sujeitos da posição original aceitariam tais princípios para a regulação das instituições básicas da sociedade deslocadas de seus valores socialmente situados e de suas experiências e interesses privados. A neutralidade contida no véu da ignorância, proposto pelo autor, definiria as condições de estabelecimento de seus princípios de justiça, em que seus sujeitos morais idealmente neutros aceitariam publicamente o sistema de regras da estrutura básica da sociedade. Por outro lado, os princípios de justiça de Rawls fundamentados na neutralidade não satisfazem uma dimensão importante das questões de justiça, em que a atenção às especificidades dos sujeitos sociais e a existência de instituições caracterizadas pela esfera privada manifestariam obstáculos e formas de injustiça para além da aceitação e a regulação pública dos sujeitos morais neutros ou imparciais. Fora do escopo e das pretensões teóricas de John Rawls, o âmbito privado da vida social dos sujeitos morais e algumas instituições socialmente relevantes dessa esfera parecem ter sido deixados de lado com o véu da ignorância.

Segundo sua própria teoria, seu objeto de análise são as diferentes instituições sociais importantes que constituem a estrutura básica da sociedade. O que parece não ser colocado substantivamente em questão, no entanto, é a relação entre as instituições e suas esferas internas de reprodução e suas possibilidades de aplicação dos princípios de justiça em consonância com os princípios de justiça regentes da estrutura social básica e seu sistema de regras públicas. No seio dessas instituições que alimentariam o ordenamento social mais abrangente, o mercado e a família monogâmica, por exemplo, estabelecer-se-iam sob concentrações relevantes de poder, mas às margens do alcance dos princípios de justiça de que se vale Rawls por se situarem em dimensões específicas e ocultas da esfera privada, ao resguardo da

---

<sup>2</sup> O véu da ignorância é um recurso filosófico fundamental da posição original ao qual recorre Rawls para construir a maneira como os princípios da justiça são estabelecidos, na medida em que os sujeitos, sob o véu, estão livres das suas contingências sociais e pensam a sociedade considerando a possibilidade de ocupar qualquer posição social que possa existir e protegendo os próprios princípios de justiça das arbitrariedades morais. Sobre o véu da ignorância, suas relações com a tradição filosófica kantiana e a preocupação de Rawls com a correção da arbitrariedade, ver Rawls (1999, p. 136-142).

publicidade dos princípios rawlsianos. Tal justiça, neste sentido, não permearia as disposições internas de poder dessas instituições, sendo a estrutura básica da sociedade um sistema abstrato e fechado dentro do qual a justiça é concebida. Pensar a aplicabilidade dos princípios de justiça de Rawls no regimento interno das instituições básicas da sociedade e nos processos da esfera privada de seus sujeitos morais constitui, possivelmente, uma preocupação importante na ampliação do próprio escopo e do potencial crítico de sua própria teoria de justiça.

É neste sentido que Okin apresenta sua crítica em *Justice, gender, and the family* (1989), sob o entendimento de que as relações estruturantes da família, uma das instituições básicas da teoria rawlsiana, configuram uma concentração de poder definidora sobre relações sociais específicas – principalmente no tocante às relações de gênero. Embora considere a teoria de Rawls promissora para a resolução das desigualdades de gênero, Okin se depara com um problema na consideração da família como parte da estrutura básica da sociedade, ora presente, ora ausente nas preocupações de justiça de Rawls, sugerindo, ainda, que gênero deve ser um fator incluído sob o véu da ignorância. A permeabilidade ambígua dos princípios de justiça de Rawls sobre a família mantém uma instituição na qual os padrões de injustiça são reproduzidos quase à revelia da moral justa presente na sociedade e em suas instituições básicas. A representação da família da perspectiva de Rawls é contrastada pela visão de Okin na medida em que as relações de desigualdade e de cerceamento internas à esfera familiar estariam escondidas sob o plano das relações de intimidade e de proteção subsumidas à concepção de família de Rawls – possível somente a uma parte dos que a constituem: segurança e intimidade ao elemento masculino em que a mesma esfera privada significaria também o espaço de opressão e de injustiça para muitas mulheres. Na perspectiva de Okin, a família seria uma das instituições fundamentais as quais os filtros dos princípios de justiça de Rawls deveriam ser aplicados, apropriando-se das fundamentações de neutralidade estabelecidas na posição original para conceber dimensões nas quais o trabalho doméstico e a conexão entre aspectos do público e do privado permeariam espaços e atividades que restringiriam a participação da mulher à esfera doméstica reafirmando o favorecimento aos homens, expressos na instituição da vulnerabilidade da mulher no casamento, por exemplo.

Para além da importância que Rawls confere à família como instituição social básica, Okin percebe as desigualdades entre gêneros no seio familiar como os

ilustres ausentes nas preocupações teóricas de Rawls sob as quais nem mesmo os aprendizados morais constituídos na família poderiam disseminar os princípios de justiça fundamentados na teoria rawlsiana<sup>3</sup>. A família, grande força interna à difusão dos preceitos morais de justiça para Rawls, é possuidora de assimetrias nas quais a justiça como equidade não poderia ser reproduzida a partir das desigualdades existentes na esfera familiar – não até que os princípios estabelecidos por Rawls tomassem a orientação prática das disposições internas das relações entre homens e mulheres na esfera doméstica, o que defende Okin (1989).

Em consonância com a forma predominante de liberalismo, Rawls preserva uma fronteira constituída entre o público e o privado em sua concepção de justiça social que é estabelecida na problematização das questões sociais compartilhadas e socialmente reconhecidas – e, de modo genérico, públicas – em contraposição a uma desconsideração das disposições injustas escondidas sob o campo livre das relações da privacidade e da esfera individualizada. Na medida em que o público separa-se do privado em suas atribuições e esferas de intervenção, a acessibilidade das instituições reguladoras e garantidoras da justiça é reduzida ou inexistente sobre a esfera privada, de forma que a família permanece internamente imune e sob um “novo véu” obscuro até mesmo ao próprio Rawls: o que separa o pessoal do público, da esfera da regulação, da intervenção ou da justiça pública; o que separa, enfim, o privado do campo de intervenções da justiça e do político. No sentido da crítica da teoria política feminista às dimensões políticas resguardadas e persistentes na esfera privada, Okin afirma que a distinção liberal entre o público e o privado é ideológica, pois apresenta a sociedade a partir de uma perspectiva masculina tradicional baseada em naturezas e papéis sociais naturalizados na distinção de gênero:

[...] poder e práticas políticas e econômicas [que] são estreitamente relacionados às estruturas e práticas da esfera doméstica, expuseram o quanto a dicotomia entre público e doméstico, também reificada e exagerada pela teoria liberal, serve igualmente a funções ideológicas (OKIN, 2008, p. 312).

---

<sup>3</sup> Sobre a importância atribuída por Rawls à família na disseminação dos princípios de justiça da conformação moral dos sujeitos, ver Rawls (1999, p. 453-467).

Em um sentido mais amplo e da concreticidade das diferentes posições sociais ocupadas pelos sujeitos, o significado subjacente à valorização da neutralidade de Rawls em sua concepção de justiça estabelece pontos de invisibilidade à percepção das distinções não apenas de gênero, mas às perspectivas culturais de modo geral, na medida em que o valor da neutralidade não só afasta dos sujeitos morais rawlsianos suas dimensões de interesse socialmente situados dos princípios de justiça estabelecidos na posição original, como também parece considerar pouco relevantes as diferenças culturais e perspectivas identitárias em suas condições definidoras e estruturantes das visões de bem e das concepções morais de justiça dos contratantes idealizados por Rawls (AVRITZER, 2000). Para Rawls, estabelecer e fundamentar os princípios de justiça à parte das condições particulares, ignorando os eventuais vieses práticos das diferenças dos sujeitos para sua definição, parece ser bem mais atrativo em suas pretensões filosóficas, no sentido em que sua teoria não pretende discorrer sobre as questões práticas e cotidianas de justiça, na medida em que se dirige à estrutura básica (e abstrata) da sociedade. Não obstante, os aspectos de sua concepção de justiça defrontam-se com obstáculos consideráveis, do ponto de vista em que seus princípios pretendem-se aplicáveis em sociedades complexas e culturalmente diversificadas<sup>4</sup>. Em uma análise das condições em que coloca a proposta de Rawls, a imparcialidade parece ser também uma alternativa para supor contempladas as necessidades de sujeitos sob condições universais, mantendo à parte as dimensões específicas em que se estabelecem necessidades básicas diferentes entre os sujeitos de uma sociedade complexa e culturalmente diversificada. Contemplar a diversidade em suas especificidades parece fugir às preocupações de Rawls, mas constitui uma das dimensões fundamentais na concepção da justiça em sociedades de grupos de pessoas com trajetórias histórico-culturais e noções de pertencimento social tão heterogêneos entre si. Em *Uma teoria da justiça*, parte das preocupações de Rawls relativas às diferenças sociais parece estar mais associada a uma dimensão mais inclinada à justiça equitativa de distribuição de bens<sup>5</sup>.

---

<sup>4</sup> Sobre o debate acerca das sociedades complexas e culturalmente diversificadas em Rawls, ver mais adiante a leitura aqui desenvolvida sobre a obra *Political liberalism* (1996).

<sup>5</sup> Sobre a distribuição dos sociais considerados por Rawls, ver a introdução deste trabalho.

Rawls emprega o princípio da diferença para condicionar a utilização dos talentos e recursos disponíveis na natureza em certos aspectos do bem comum. Nesse sentido, os talentos naturais a alguns sujeitos e a disposição escassa ou não de alguns recursos materiais no ambiente não são justos nem injustos, mas fatos ou elementos dados com que a sociedade, suas instituições e regras devem estabelecer a devida distribuição desses elementos em benefício de todos (RAWLS, 1999, p. 102), devendo acomodá-la dentro das possibilidades de estabelecimento de seus princípios de justiça. Na intenção de Rawls em extirpar as condições arbitrárias das disposições sociais herdadas de sua concepção de uma sociedade justa, tal sociedade aproximar-se-ia ao máximo de uma sociedade igualitária em oportunidades e bens a todos os indivíduos, independentemente da posição relativa dos sujeitos na estrutura social, em suas disposições de herança e na posse de talentos naturais específicos variados. A diferença, ou, melhor, a desigualdade de alguns indivíduos em relação a outros justificar-se-ia apenas na capacidade destes de tornar melhor a situação de outros sujeitos situados em condições menos favoráveis na estrutura social. Desse modo, para Rawls, em sua perspectiva igualitária de justiça, as diferenças consideradas em seu trabalho orientam-se à compreensão de desigualdades, no entendimento de que os aspectos distintivos sociais e distributivos entre os sujeitos seriam elementos transitórios e modificáveis na construção de ordem social moralmente justa, independentemente das constituições socialmente distintivas da identidade, dos costumes e do pertencimento social dos indivíduos, questões essas relativas à diferença, não necessariamente ligadas às questões de disponibilidade equitativa – ou da referida desigualdade – de recursos.

Do que Rawls parece aproximar-se, sua concepção de justiça acaba por desconsiderar aspectos constitutivos das diversas formas de vida e de elementos específicos necessários à garantia de liberdades iguais para determinados segmentos na sociedade caracterizados exatamente por sua dimensão de heterogeneidade, para os quais os princípios estipulados por Rawls seriam insuficientes do ponto de vista prático para a garantia de justiça a estes grupos. Na perspectiva de Young (1990), o tratamento reservado aos objetos de justiça como bens a serem possuídos e socialmente redistribuídos ignoraria ainda uma dimensão importante das relações sociais como processos. Nesse sentido, as situações de poder e injustiça estariam implicadas ainda em contextos institucionais e processos de tomada de decisão em que a própria estrutura social, em seus atributos simbólicos e em suas formas diver-

sas de influência sobre as relações sociais, não permitiriam que uma concepção mais ampla de justiça fosse possível a partir de uma dimensão puramente redistributiva<sup>6</sup>, seja de bens, direitos, ou poderes. A perspectiva de Young (1990) aponta para uma noção na qual a justiça não seria alcançável apenas da redistribuição de recursos ou de oportunidades, mas de uma reestruturação das disposições de poder existentes entre grupos e segmentos socioculturais diversificados, na qual as dinâmicas de poder e das diferenças, em sentido mais amplo, adquirem o status de uma variável importante na idealização de valores de justiça social.

### **Carne e ossos: a pluralidade em Rawls e o processo político na sociedade contemporânea**

Em *Uma teoria da justiça*, Rawls preocupa-se com o estabelecimento de uma sociedade bem ordenada sob os princípios de justiça enunciados em seu trabalho, os quais são dirigidos à estrutura básica da sociedade e deveriam garantir o estabelecimento de um sistema de instituições básicas justas que mantivessem a ordem e a estabilidade dessa sociedade a partir da cooperação de seus cidadãos, na medida em que aceitariam tais princípios regentes e as regras publicamente acordadas que seriam provenientes desses princípios (RAWLS, 1999, p. 454-455). Aceitos esses princípios pelas partes de sua posição original hipotética, a justiça concebida por Rawls conduziria ainda a uma ordem estável e a que os cidadãos sentir-se-iam motivados à obediência a seus princípios e à cooperação social em seu próprio benefício e no reconhecimento da igualdade e da liberdade dos demais cidadãos dessa sociedade. Na medida em que os sujeitos rawlsianos colocavam-se à aceitação de uma concepção pública de justiça, reconhecida em consonância princípios aceitos e formulados a partir de suas próprias condições na posição original proposta por Rawls, a estrutura básica da sociedade permitiria a liberdade aos seus indivíduos para buscar seus próprios fins e assegurar-lhes, igualmente, os recursos necessários para que suas iniciativas fossem alcançadas em favor também da própria sociedade e da manutenção da cooperação social.

---

<sup>6</sup> Um dos grandes debates na Teoria Política Contemporânea diz respeito à suposta transitoriedade do paradigma de justiça redistributiva para perspectivas de reconhecimento. Embora fundamental para a melhor compreensão dos temas e conceitos aqui desenvolvidos, foge ao escopo deste trabalho o esclarecimento ou a delimitação deste debate. Para ver mais, Fraser e Honneth (2003), Young (1990, p. 15-38), Fraser (1997), Cohen e Arato (1997).

Em um trabalho posterior – *Political liberalism* (1996) –, Rawls propõe-se a uma revisão das condições da estabilidade dessa sociedade sob seus princípios de justiça, atribuindo especial consideração a outro elemento das sociedades modernas e democráticas, a saber, a existência do pluralismo moral. Tomando em conta a diversidade cultural das sociedades liberais modernas, Rawls tenta desenvolver os princípios ou condições sob as quais seria possível o estabelecimento de uma sociedade justa e bem ordenada em meio ao fato de uma multiplicidade de doutrinas morais, filosóficas e religiosas conflituosas e contrapostas entre si (RAWLS, 1996, p. xix-xx). Nesse sentido, a proposta de Rawls dirige-se à constituição de valores morais e democráticos que permitissem o exercício livre dessa pluralidade ao mesmo tempo em que tornasse possível a estabilidade e a manutenção da cooperação necessária entre os cidadãos, não obstante suas dissidências de perspectivas diversas.

Para Rawls, uma das condições para a existência desejável dessas doutrinas ou perspectivas morais variadas é sua razoabilidade, a saber, à medida em que essas doutrinas e perspectivas seriam tolerantes à existência de outras perspectivas e aos princípios e bases de valores reconhecidamente públicos, apresentados não apenas nos princípios de justiça como também nos valores de liberdade política e no conjunto de direitos e contrapartidas reservadas aos cidadãos com a sociedade, de modo geral. Do ponto de vista em que Rawls propõe-se a delinear os princípios políticos que permitiriam o resguardo desses valores de liberdade, o autor estabelece ainda que as condições de formação dos princípios de justiça política deveriam ser também constituídas sem que privilegiassem ou favorecessem nenhuma doutrina moral ou filosófica em particular (Rawls, 1996, p. 13). Na perspectiva de John Rawls, o liberalismo político efetivamente aberto à multiplicidade dessas doutrinas morais razoáveis deveria fazer-se, mais uma vez, a partir da neutralidade.

No campo em que se inserem as teorizações de justiça de Rawls, sua contribuição é inegável. No enfoque atribuído em suas fundamentações morais assumido em *Uma teoria da justiça*, Rawls estabelece em que medida seus princípios de justiça na sociedade justificar-se-iam independentemente das práticas e dos valores sociais diversos na sociedade, permitindo um nível de abstração e, ao mesmo tempo, de proposição normativa para a regulação das instituições sociais que fica ainda à frente de iniciativas partidas em sentido semelhante. É na medida em que sua abstração distancia-se de confrontações mais concretas, a partir da posição original e de sua idealização do véu da ignorância, que Rawls consegue um nível de normatização es-

truturante das disposições vigentes que permite atravessar as barreiras e injustiças da realidade social, permitindo, ao mesmo tempo, que seu principialismo abstrato acomode-se aos valores e às disposições de uma sociedade liberal com necessidades de um ordenamento menos desigual, mas ainda assim aberta à pluralidade e à diversidade de formas de vida.

Em *Political liberalism*, Rawls mantém seu recurso ao definir, em linhas gerais, princípios para pensar a justiça em instituições mais ou menos abstratas. Não obstante, a nova preocupação a que o autor dirige-se sugere um deslocamento para um âmbito mais concreto e próximo da dinâmica social existente, no sentido em que tais princípios, para a tolerância e a estabilidade da sociedade moderna, deparam-se com a necessidade de reconhecer e conciliar alguns de seus conflitos e diversidades conflituosas da realidade. O objeto das preocupações de justiça de Rawls, dirigida à liberdade dos sujeitos no exercício dessas doutrinas morais razoáveis, situa-se na constituição de uma ordem ou constituição democrática, no sentido em que os dispositivos constitucionais dessa democracia garantissem, em termos gerais, o conjunto de liberdades dessas doutrinas, e à medida em que essas doutrinas fossem aceitáveis à constituição dessa sociedade livre e democrática.

Os princípios desenvolvidos por Rawls em *Political liberalism* para definir as condições de aceitabilidade das doutrinas morais existentes socialmente deveriam obedecer às condições de tolerância à pluralidade e, ao mesmo tempo, serem coerentes ou, ao menos, não influírem sob as condições do acordo social mais amplo relativo à cooperação e aos princípios de justiça apresentados pelo autor em *Uma teoria da justiça*. No campo em que esses princípios fossem estabelecidos, a tônica de sua formulação deveria ser situada na neutralidade e na condição em que esses princípios fossem também amplamente aceitos a partir das ponderações dos sujeitos morais dessa sociedade (RAWLS, 1996, p. 37). Os sujeitos ou pessoas morais concebidas por Rawls, nesse contexto, aceitariam esses princípios a partir de seus juízos ponderados, resultando em uma condição na qual, em favor da razoabilidade e do estabelecimento de uma sociedade democrática e estável, chegariam ao que o autor chama de consenso sobreposto (*overlapping consensus*) (Rawls, 1996, p. 39), estágio de aceitação das condições e princípios alcançados não necessariamente a partir de uma deliberação ou de um estágio de excepcionalidade na definição dos princípios – como o que se estabelece na posição original de Rawls para os princípios de *Uma teoria da justiça* –, mas em que os sujeitos, considerados razoáveis e de juízos racionais ponderados, chegariam à constatação da razoabilidade destes princípios.

No novo empreendimento filosófico de John Rawls, sua iniciativa parece tentar dar conta de um conjunto de novas preocupações e adaptações de seus antigos princípios com ferramentas, conceitos e arcabouços já utilizados em sua *Uma teoria da justiça*. Se, nesse sentido, suas considerações estabelecem continuidade e certa coerência com o corpo mais amplo de sua teoria e suas preocupações anteriores, os conflitos relativos ao seu novo objeto e certos aspectos relativos às pessoas morais centrais concebidas por Rawls, em *Political liberalism*, geram alguns tensionamentos relevantes em sua argumentação para tratar com questões da aceitabilidade dos princípios por esses “novos” sujeitos, situados em condições mais concretas. Na perspectiva de Jürgen Habermas, um dos filósofos sociais de extensa interlocução de simpatia com boa parte dos propósitos e das perspectivas ideais de neutralidade e racionalidade de John Rawls, a guinada argumentativa de Rawls no campo da fundamentação de seus princípios de justiça seguiu-se não sem grandes constrangimentos. Segundo Habermas (2002), a nova preocupação de Rawls orientada na justificação de como seus princípios de justiça seriam razoáveis para a aceitação de sujeitos sociais (e reais) de concepções de bem tão diferentes entre si acaba por estabelecer uma relação de transitoriedade do campo da justificação moral, predominante em sua obra anterior, para um conjunto de necessidades de fundamentação de sua aceitabilidade em sociedades complexas, como se o âmbito de justificação de seus princípios, como moralmente corretos, assumissem, em seu novo trabalho, as expectativas de justificação de sua aceitação possível. No campo em que Rawls recorre ao consenso sobreposto para justificar a aceitabilidade dos princípios liberais propostos, uma parte importante relativa aos processos de deliberação e barganha na constituição das escolhas e formação de consensos entre esses sujeitos fica às margens de suas considerações ideais acerca da aceitação de seus princípios.

Baseado na ideia do consenso sobreposto, Rawls imagina que a razoabilidade dos sujeitos morais da sociedade levaria à aceitação de seus princípios de justiça sem que fosse necessário qualquer processo de barganha ou de adaptação das escolhas morais desses sujeitos. Para Habermas (2002), Rawls ignoraria a necessidade dos processos de deliberação envolvidos na aceitabilidade ou na generalização moral destes princípios, preocupando-se em demasia com as instituições e conceitos fundamentais que orientam a construção do consenso:

é preciso que o conceito central de pessoa, sobre o qual a teoria se apoia, seja tão neutro que possa ser aceito a partir das perspectivas interpretativas de diferentes visões de mundo. [...] Diante do fórum do uso público da razão, a teoria em seu todo precisa

ser exposta à crítica dos cidadãos; trata-se aí não mais de cidadãos fictícios de uma sociedade justa, sobre os quais se pode emitir enunciados no interior da teoria, mas sim de cidadãos de carne e osso; a teoria precisa manter em aberto o término de um teste como esse (HABERMAS, 2002, p. 75).

Em um sentido mais amplo, as críticas dirigidas ao desenvolvimento das considerações e argumentos de Rawls parecem remeter a recursos e abstrações do autor já presentes mesmo em *Uma teoria da justiça*. Para além das possíveis complicações internas presentes no trabalho de John Rawls, a que se seguem inúmeras réplicas e controvérsias<sup>7</sup>, os caminhos tomados em *Political liberalism* parecem apresentar limitações importantes a serem consideradas, na medida em que os processos e dinâmicas sociais existentes, fora das pretensões filosóficas de Rawls em seu trabalho, deixaram também parte significativa dos desdobramentos da conflituosidade e da diversidade presente entre perspectivas morais, culturais e filosóficas existentes na sociedade. Dentro de outras perspectivas e abordagens da justiça e do processo político na contemporaneidade, as preocupações de Rawls são recolocadas e vistas sob outro conjunto de aspectos relevantes.

Em *Political liberalism*, Rawls estabelece uma preocupação situada em princípios que antecedem um conjunto de regras para a regulação da convivência de perspectivas de mundo diversas, em que parecem manifestar-se a partir de suas colocações acerca das condições de razoabilidade das doutrinas morais e das condições estabelecidas em seu consenso sobreposto. Em última instância, sua preocupação em conciliar esses princípios de convivência com um conjunto de instituições básicas e públicas da sociedade parece gerar um conflito relativo à regulação pública e democrática de direitos e liberdades de manifestação e exercício de grupos, minorias, e individualidades presentes na ordem pública, questão parte do amplo conjunto de implicações relativas ao público e ao privado, já esboçadas em partes anteriores deste trabalho. Na proposta de Rawls, os princípios publicamente aceitos à diversidade seriam satisfeitos, constituídos sob critérios neutros, e satisfatórios à totalidade das pessoas e suas concepções morais razoáveis variadas na medida em que não contemplava nenhuma posição em particular. O extremo oposto da imposição de uma doutrina moral, filosófica ou religiosa pelo Estado seria condição injusta

---

<sup>7</sup> Para ver debates anteriores, cf. Young (1990), Okin (1989), Mouffe, (1985, 2000, 2006) e Habermas (2002).

imponderável a uma perspectiva pluralista de justiça; não obstante, a neutralidade e o principialismo de Rawls para uma ordem constitucional democrática parece carecer da consideração de elementos de conflito e poder inerentes à própria dinâmica de interação dos grupos e diversidade existentes na sociedade, a que Rawls parece desconsiderar no escopo de sua proposta de liberalismo político a partir de sua instância filosófica do consenso sobreposto.

É neste sentido sobre o qual Habermas aponta que Rawls acaba por escamotear a conflituosidade existente sobre um consenso sobreposto em que não há preocupação com o processo concreto de barganha e deliberação; as dimensões de conflito e de luta por reconhecimento (HONNETH, 2003) na sociedade e no interior dessas estruturas são esquecidas do processo político. Um pouco mais de atenção aos argumentos de Rawls, à dinâmica subjacente à constituição das doutrinas morais e dos conflitos por reconhecimento, abririam possibilidades para a compreensão de abismos existentes entre a aceitação moral e a imposição da exclusão a partir da sobreposição de ordens simbólicas e fundamentos hegemônicos sob perspectivas e formas de vida comumente representadas como ideológicas, irracionais ou, simplesmente, dissidentes.

O que se observa é que ainda que o consenso construído a partir da sobreposição dos juízos das pessoas morais de diversas doutrinas morais e filosóficas seja aceitável do ponto de vista filosófico, o principialismo abstrato rawlsiano ignora, na concretude das lutas políticas, a lógica que rege os espaços públicos, sendo subsídio para pensar uma ordem pretensamente neutra e que exclui grupos que não se façam visíveis ou que sejam marginalizados e invisibilizados. Nesse sentido, a própria razoabilidade é definida politicamente e não é universalmente razoável e racional, conforme Rawls propõe.

Para Mouffe (2000), na medida em que o público elimina o poder sob a pretensão de obter um consenso, o que se produz é uma dimensão que não reconhece o antagonismo que decorre do pluralismo de valores existente na sociedade. Assim, Mouffe (2000) propõe a apreensão do político como algo fundamental na constituição de um modelo verdadeiramente democrático, que teria a questão do poder em seu próprio centro. Na perspectiva da autora, a objetividade constituída sob a lógica pública do consenso e da racionalidade configuraria uma estrutura de poder vigente a que a autora trata como a noção de hegemonia. A compreensão de que ordens sociais teriam uma natureza hegemônica e, portanto, objetividade e imparcialidade

na determinação dos princípios de justiça é uma forma de ocultação do poder no tratamento preferencial a determinadas trajetórias e condições sociais na estruturação da lógica própria das dinâmicas de atribuição de reconhecimento político e, mais além, do que é a política. A proposta, portanto, que Mouffe apresenta, é a de um pluralismo agonístico, que é um pluralismo que compreende a organicidade da organização da sociedade e não nega a existência do conflito na sociedade, de acordo com o qual suas instituições deveriam prover um espaço onde as pessoas e suas divergências morais e políticas pudessem ser expressas a partir do conflito (MOUFFE, 2006, p. 30). O pluralismo agonístico, assim, é compreendido na ideia de que não é necessário eliminar as paixões da esfera do público – ou seus potenciais conflituosos – mas, sim, tornar possível um consenso mobilizando as paixões e a conflituosidade decorrida das diferenças e dissensos em direção ao ideal democrático.

Ao contrário da sugestão endossada por Rawls, de que apenas a imparcialidade respeita a diferença e levaria a sério o pluralismo, na medida em que se torna possível, no campo abstrato do recurso filosófico rawlsiano da posição original, perceber igualmente a todos e todas, conforme descrito anteriormente, Young (1990) propõe que pretender a imparcialidade é negar a diferença, na mesma direção para a qual aponta Mouffe. Ao acreditar em um ideal de ética moderna que estabelece que a imparcialidade é o marco da razão moral, pauta-se ideias por um ponto de vista externo; ponto de vista que nega a particularidade, elimina a heterogeneidade e reduz a pluralidade à subjetividade (YOUNG 1990, p. 100). A razão moral da imparcialidade teria funções ideológicas de mascarar a perspectiva particular de grupos dominantes que clamam pela imparcialidade. De forma geral, Young argumenta (1990, p. 97) que o ideal de público cívico imparcial da cidadania universal é inadequado, pois seu domínio exclui segmentos identitários associados ao corpo e aos sentimentos, à irracionalidade e, de modo geral, à heterogeneidade, como negros, mulheres e indígenas, contrapondo-se à defesa liberal do universalismo a partir do qual fala Rawls. Nesse sentido, a ideia de que as contingências são ignoradas sob o véu da ignorância não seria imparcial e neutra, mas, sim, fortalecedora de uma condição social hegemônica que se traça a partir de uma trajetória primordialmente dominante – masculina, branca, social e economicamente estabelecida, dentre outras categorias sociais de segmentos dominantes. Desse modo, sob a ordem política democrática a que se desdobrariam todo o conjunto diversificado de grupos sociais e doutrinas morais estabelecidas na cooperação possível, os princípios de Rawls – em sua dimensão

pública, racional e pretensamente neutra – estariam sujeitos a uma dinâmica social mais ampla, que se valeria não apenas da ingênua aceitabilidade das condições de uma sociedade livre e estável em seu pluralismo cultural, mas de disposições estruturantes de assimetrias existentes entre os grupos em relações de dominação e de opressão consolidadas no processo político e nos espaços mais cotidianos da interação social (YOUNG, 1990), aos quais os princípios rawlsianos parecem não ter chegado para levar justiça aos lugares mais obscuros da sociedade.

### **Considerações finais**

Embora a teoria rawlsiana tenha grande contribuição como ruptura em um pensamento utilitarista de justiça, sua maior contribuição terá sido, talvez, os caminhos que suas reflexões abriram em direção a um conjunto mais amplo de preocupações relativas à justiça social, não apenas no âmbito em que se faria necessária a igualdade material e de direitos, mas na medida em que o respeito à diversidade e o reconhecimento das diferenças identitárias e culturais também se fizeram cada vez mais presentes dentre os pré-requisitos a uma sociedade mais justa.

Nesse sentido, os fundamentos da teoria rawlsiana, sob o contexto da ordem das sociedades liberais, são objeto importante para uma análise crítica que questione as condições em que direitos, liberdade e justiça são concebidos e idealizados no interior dessas sociedades. Tal análise propõe-se a considerar, sob que constrangimentos e especificidades, princípios ou valores de justiça trariam para a sociedade atual uma justiça mais substantiva, a que se deveria o esforço de ampliar e questionar os elementos necessários para tanto. A teoria de justiça de Rawls oferece um vasto campo de trabalho de crítica e de produção de análises como a de que se vale este trabalho. No longo caminho de que se valem as contribuições empenhadas na justiça das sociedades contemporâneas, o trabalho de Rawls abriu, com suas contribuições e por meio dos debates que se seguiram a seus trabalhos, a percepção de que a ordem social desigual está sustentada não apenas pela desigualdade material ou de direitos e oportunidades, mas por vários aspectos também sob os quais a injustiça resguarda-se, como dinâmica do poder, como sob o plano simbólico (YOUNG, 1990) ou como sob as condições de constituição das trajetórias sociais e sob o potencial de manifestação e de exercício de direitos dos vários grupos – muitas vezes hierarquicamente situados – em sociedade.

Mais uma vez, o trabalho de Rawls mostra-se útil em abrir para outras possibilidades e inovações na constituição de novas formas de pensar a justiça e a dinâmica de uma sociedade justa, não apenas pela justiça em si, mas pelo resgate também da crítica da própria constituição social vigente. Neste âmbito, obstáculos impostos estabelecem ainda sob o potencial de reconhecimento atribuído a determinados segmentos sociais na manifestação de suas necessidades e de sua própria identidade – em suas disputas por reconhecimento político em suas formas de vida e de expressão na esfera pública (HONNETH, 2003; FRASER, 1997), assim como a dinâmica dessas sociedades tão culturalmente diversificadas permanecem ainda sutilmente impermeáveis e silenciosas à sua própria desigualdade e às relações de poder constituintes de ordens injustas. Para uma análise crítica das condições da sociedade atual, parece ser necessário pensar a respeito do que viria ser o conceito de justiça. Por isso, talvez, os trabalhos de John Rawls ainda se valham de mais interlocuções e resgates para o futuro.

## Referências

- AVRITZER, L. (2000). “Teoria democrática e deliberação pública”. *Lua Nova*, n. 50, p. 25-46.
- COHEN, J. L.; ARATO, A. (1997). *Civil society and political theory*. Cambridge, MIT Press.
- DAHL, R. (2005). *Poliarquia: participação e oposição*. São Paulo, EDUSP.
- DURKHEIM, E. (1978). *A divisão do trabalho social*. Lisboa, Presença.
- FRASER, N. (1997). *Justice interruptus: critical reflections on the “postsocialist” condition*. New York, Routledge.
- \_\_\_\_\_; HONNETH, A. (2003). *Redistribution or recognition? A political-philosophical exchange*. London, Verso.
- HABERMAS, J. (2004). *A inclusão do outro: estudos e teoria política*. 2ª edição. São Paulo, Loyola.
- HONNETH, A. (2003). *Luta por reconhecimento: a gramática moral dos conflitos sociais*. São Paulo, Ed. 34.
- KELSEN, H. (1990). *Teoria geral do Direito e do Estado*. São Paulo, Martins Fontes.
- MOUFFE, C. (2000). *The democratic paradox*. London, Verso.
- MOUFFE, C. (2006). *On the political*. New York, Routledge.

MOUFFE, C; LACLAU, E. (1985). *Hegemony and socialist strategy: towards a radical democracy politics*. London, Verso.

OKIN, S. M. (1989). *Justice, gender and the family*. New York, Basic Books.

\_\_\_\_\_. (2008). "Gênero, o público e o privado". *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440.

RAWLS, J. (1996). *Political liberalism*. New York, Columbia Press.

\_\_\_\_\_. (1999). *A theory of justice*. Cambridge, Belknap.

\_\_\_\_\_. (2008). *Uma teoria da justiça*. 3ª edição. São Paulo, Martins Fontes.

SCHUMPETER, J. (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.

YOUNG, I. M. (1990). *Justice and the politics of difference*. New Jersey, Princeton University Press.

*Recebido em outubro/2011*

*Aprovado em março/2012*

## ***Doxa intelectual: conceito e emprego em um caso brasileiro***<sup>1</sup>

**Aline Rodrigues Chiaramonte\***

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo apresentar o conceito de doxa intelectual situando sua concepção junto às análises de Pierre Bourdieu a respeito dos campos intelectual, filosófico e jornalístico. Na primeira parte, o texto se concentra sobre o trabalho de produção da doxa, em como se dá essa produção, e em como é feito o trabalho de imposição simbólica de uma visão do mundo social. Num segundo momento, apresentar-se-á o contexto de elaboração do conceito, ressaltando seu potencial explicativo para os objetos de pesquisa especificamente franceses. Para isso, serão utilizados os trabalhos de Bourdieu sobre os diversos campos de produção cultural (jornalístico, intelectual, filosófico e literário), entremeados com outros estudos realizados por pesquisadores ligados ao autor sobre os campos em questão. Nesse sentido, pretende-se, ainda, explorar as implicações que a noção traz para o nosso entendimento sobre o que seja um intelectual. Na porção final do artigo será dado o exemplo de um objeto de pesquisa que permitiu o emprego do conceito como ferramenta explicativa, demonstrando sua validade para a análise de problemas semelhantes em contexto nacional.

**Palavras-chave:** doxa intelectual, intelectuais, campo.

*Não ler o que escrevo como se fosse um leitor. A menos que esse leitor trabalhasse, ele também, nos solilóquios do escuro irracional. Se este livro vier jamais a sair, que dele se afastem os profanos. Pois escrever é coisa sagrada, onde os infiéis não têm entrada. Estar fazendo de propósito um livro bem ruim para afastar os profanos que querem 'gostar'. Mas um pequeno grupo verá que esse 'gostar' é superficial e entrarão adentro do que verdadeiramente escrevo, e que não é 'ruim' nem é 'bom'.*

*(Clarice Lispector)*

### **Introdução**

Este texto nasceu da tentativa de entender um conceito elaborado num contexto intelectual diverso do brasileiro. Procurava-se, sobretudo, descobrir se uma noção estrangeira poderia ajudar a explicar um objeto construído tendo por referência os campos intelectual e jornalístico nacionais<sup>1</sup>. Desse modo, foi feito um “tra-

---

<sup>1</sup> Agradeço aos pareceristas pelos comentários ao texto, com base nos quais reformulei partes consideráveis do artigo. Sou especialmente grata às professoras Ana Paula Hey e Sylvia Gemignani Garcia e aos integrantes do GP-SECC (Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação, Cultura e Conhecimento), por terem lido a primeira versão do artigo e feito observações valiosíssimas, as quais ajudaram na reformulação do artigo.

\*Graduanda em Ciências Sociais – USP.

<sup>1</sup> O “trabalho genealógico” a ser referido decorreu da necessidade de fundamentar o resultado das reflexões iniciais desenvolvidas a partir da minha pesquisa de iniciação científica que, de modo geral, versa sobre o espaço

balho genealógico”, no qual se buscou descobrir os movimentos que resultaram no uso do conceito por Bourdieu e pelo grupo de pesquisadores ligados a ele.

No começo do artigo, o foco recai em apresentar a *doxa intelectual*, tornando visível seu modo de produção e circulação, isto é, o modo como certa configuração do campo intelectual francês favoreceu a construção de determinado tipo de produção simbólica híbrida, retrato da visão do mundo social que alguns de seus ocupantes veiculam por meio do acesso à mídia.

A segunda parte é dedicada a expor a gênese do conceito, demonstrando sua articulação com objetos de estudo, mais precisamente, com as análises centradas nos campos intelectual, filosófico e jornalístico francês. A *doxa intelectual* oferece, assim, um meio de explorarmos algumas propriedades da noção de “campo” elaborada e transformada gradualmente por Bourdieu ao longo de sua obra<sup>2</sup>.

A partir das considerações tecidas, pretende-se expor os pressupostos que envolveram a criação do conceito de *doxa intelectual*, dando destaque para o que significa ser um intelectual de acordo com a acepção bourdieusiana.

Já no final do texto, volta-se às preocupações que orientaram a produção do artigo, demonstrando a maneira pela qual o conceito ajudou a entender a formação de determinado tipo de “saber” de senso comum que aos poucos vem substituindo as explicações mais “eruditas” sobre violência escolar.

### **A *doxa intelectual* como produção híbrida**

Antes de tudo, faz-se necessário apresentar o conceito de *doxa intelectual* tal como foi inicialmente desenvolvido por Louis Pinto (2009):

*A doxa intelectual*, esse conjunto relativamente sistemático de palavras, de expressões, de slogans, de questões e de debates cujas evidências compartilhadas delimitam o pensável e tornam possível a comunicação, é o produto coletivo e anônimo das trocas que tendem a se instaurar entre jornalistas e intelectuais ou, mais precisamente, entre os mais intelectuais dos jornalistas e os mais jornalistas dos intelectuais, nos lugares neu-

---

social das representações construídas pela mídia escrita sobre violência escolar no Brasil, durante o período de 2000 a 2010. A análise de tal espaço revela como e porque certas maneiras de explicar a violência escolar prevaleceram sobre outras no período estudado, dando destaque para o papel da mídia e dos “porta-vozes” na produção da doxa dessa temática específica.

<sup>2</sup> Por ora, cabe definir campo como: “[...] um campo de forças (há relações de forças num campo, a distribuição diferencial de forças) e um campo de lutas para transformar ou conservar a estrutura de distribuição de energia, de capital, de poder, e os lucros aferentes” (BOURDIEU, 1999, p. 7; tradução nossa).

tros propícios à atenuação das diferenças e ao acúmulo de capitais relativamente heterogêneos (p. 6; tradução nossa)<sup>3</sup>.

A formulação sugere que nos concentremos na configuração atual do campo filosófico francês<sup>4</sup>, pois ela nos ajudará a entender posteriormente a dinâmica do campo intelectual. Gestada a partir dos anos 1960, sua principal característica é ser marcada por mudanças morfológicas, pelas “mudanças de número, de volume e de tamanho das audiências, do *corps*<sup>5</sup>, o aumento do corpo de professores, o fato de que lá onde havia um professor, agora há dez” (BOURDIEU, 1999, p. 22; tradução nossa). Durante esse período, com o afluxo de estudantes de origens sociais até então excluídas do sistema de ensino<sup>6</sup>, cria-se a necessidade de aumentar o recrutamento de indivíduos para compor o corpo professoral. Se antes eram privilegiadas determinadas categorias – no caso da filosofia, estudantes da Escola Normal Superior, homens, parisienses – agora esse privilégio se vê ameaçado: “Quando não há mais *normaliens agrégés* homens, admitem-se os *agrégés* não-*normaliens* ou mulheres; e assim por diante” (BOURDIEU, 1999, p. 23; tradução nossa). Disso resulta uma série de medidas empreendidas pelo corpo professoral em defesa de seus privilégios. Há, assim, por exemplo, o aumento das distâncias entre os professores detentores dos cargos mais prestigiosos e o “baixo clero”, formado pelos mestres-assistentes, mestres de conferência etc., que questionam cada vez mais as instâncias de consagração do *corps*, os concursos de cooptação e a *Agrégation*, por exemplo. Decorre desse “mecanismo de defesa” a formação de uma espécie de “*intelligentsia* sub-proletaróide”, agentes passíveis de consumir (junto ao número crescente de estudantes em geral) e produ-

---

<sup>3</sup> Optou-se pela tradução das passagens em francês para melhor fluência do texto.

<sup>4</sup> A noção de doxa intelectual foi cunhada por Louis Pinto com base em suas pesquisas sobre o campo filosófico francês, por isso a escolha por retrazar em linhas gerais a história social desse campo. Cabe ressaltar aqui a centralidade que a filosofia desfrutava no campo acadêmico francês, fazendo com que a definição de intelectual passasse obrigatoriamente pelo campo filosófico. Pode-se citar aqui a figura de Sartre, que aliou à sua formação filosófica na Escola Normal Superior a vocação de escritor, intervindo enquanto intelectual no campo político com o respaldo da totalidade dos campos de produção cultural.

<sup>5</sup> “Há um *corps* quando um conjunto de indivíduos é relativamente homogêneo do ponto de vista dos princípios de diferenciação dominantes num universo social considerado e unido por uma solidariedade fundada sobre a participação em comum no mesmo capital social e simbólico” (BOURDIEU, 1999, p. 11; tradução nossa).

<sup>6</sup> Situação analisada por Bourdieu em seus trabalhos sobre o sistema de ensino. De uma forma embrionária em “A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura” (1966) e, de forma mais desenvolvida, em “Os excluídos de interior” (1992). Disponíveis em Bourdieu (1998).

zir obras de um novo tipo, transgressoras dos rótulos acadêmicos e das fronteiras entre as disciplinas.

Outro fator determinante que marca a configuração atual do campo filosófico francês – e que nos diz respeito mais diretamente – é o desenvolvimento das mídias, que inaugura um mercado para uma produção filosófica de feição midiática. O “novo filósofo” é formado pela e para a exposição na mídia, frequentador assíduo que é dos meios de comunicação (BOURDIEU, 1997). Esse tema será desenvolvido mais adiante. Por ora, cabe pôr em relevo a estrutura bipolar (gestada desde os anos 1960) que compõe o campo filosófico atualmente. Por um lado, o polo do corpo de professores, formado de acordo com os cânones filosóficos nacionais. De outro, o polo midiático, introduzido pelo “equivoco estrutural no qual a vanguarda filosófica se viu do mesmo lado que os jornalistas na fase ascendente dos anos 1960” (PINTO, 1994, p. 30; tradução nossa).

Por certo, a estrutura observada é resultado de uma série de desenvolvimentos anteriores do campo filosófico<sup>7</sup>. Passando de *corps* a campo, o universo filosófico conheceu outras instâncias de consagração que não o julgamento pelos pares. A emergência de Sartre e suas atitudes heréticas de intelectual total que falava em nome de campos sociais até então separados – o campo acadêmico filosófico e o campo dos escritores – forneceram um repertório de papéis intelectuais a serem midiaticizados pelos “novos filósofos”, que deixam de lado aquilo que é mais importante do ponto de vista da consagração pelo *corps*: a obra.

As novas instâncias de consagração impostas pela mídia ao campo em questão vão desde a aparição constante nos jornais e revistas (os *habitués* das mídias ou, como os chama Serge Halimi (1998), os “intelectuais de corte”, profissionais super-solicitados que devem às relações de interconhecimento sua presença constante nos meios midiáticos), até a realização de enquetes sobre “Quem são os (as) três intelec-

---

<sup>7</sup> De acordo com Bourdieu (1999), antes do final do século XIX, a filosofia francesa era feita por não profissionais, matemáticos e politécnicos em sua maioria (Comte, por exemplo). Nos anos 1880, formou-se um *corps* de filósofos que lutaram para se diferenciar dos outros não profissionais por meio do ensino da disciplina e da concentração de esforços em torno do fortalecimento da História da Filosofia. Daí o estabelecimento de um conjunto de textos canônicos que constituem repertório obrigatório dos filósofos daquele país. Até os anos 1900, os filósofos funcionaram enquanto *corps*, impondo um alto direito de entrada àqueles que pretendiam participar da tradição filosófica. A partir dos anos 1900, começou a ser gestada a estrutura que, grosso modo, impera até hoje: de um lado, tem-se a filosofia acadêmica, ortodoxa, que funciona ainda como *corps*. De outro, os filósofos-jornalistas, heréticos e dissidentes.

tuais vivos de língua francesa cujos escritos parecem exercer profundamente maior influência sobre a evolução das ideias, das letras, das artes, das ciências etc.?", cujo *ranking*, recheado de intelectuais midiáticos, reflete a composição arbitrária do júri, com a sobrerrepresentação de “juízes” oriundos da imprensa escrita (BOURDIEU, 1984). A imposição de outros sistemas de classificação que não o reconhecimento da obra pelos pares fez com que se instaurasse a heteronomia em um campo que até então era relativamente autônomo. Invertendo a lógica segundo a qual se formaram os campos de produção cultural (BOURDIEU, 2010), o polo midiático do campo filosófico francês introduziu a demanda social imediata como princípio avaliativo dos produtos filosóficos.

Às mudanças morfológicas e ao crescente papel assumido pela imprensa como instância de consagração, conjuga-se uma série de transformações na hierarquia das frações da classe dirigente e no campo das Grandes Escolas<sup>8</sup>. Pinto (2009) observou que a ascensão das Escolas ligadas à economia e à política teve, por contrapartida, o declínio do prestígio das Escolas mais antigas de orientação intelectual e científica. Essas últimas tiveram que redefinir seus programas, tendo por objetivo fornecer a seu público os valores de uma cultura voltada para a ação. Uma das retraduições dessa dinâmica no campo intelectual é uma inversão da hierarquia dos saberes; se antes eram valorizados os saberes desinteressados (filosofia, literatura, ciências sociais puras), hoje em dia são os saberes de dimensão temporal que “estão em alta” (Economia, Ciência Política, História política contemporânea, Sociologia dos problemas sociais).

No plano das obras, a produção dos “novos filósofos” apresenta diferenças tanto de natureza quanto de número. Contra a produção rotineira e ascética, de caráter, na maior parte das vezes, demonstrativo, produção laboriosa que leva tempo, cujos temas revelam o culto aos cânones da disciplina, os “novos filósofos” oferecem em seus livros anuais “pensamentos prontos”, rápidos, dando uma demão de verniz intelectual sobre assuntos em evidência: o “fim da história”, o “individualismo”, a “pós-modernidade” etc.

No campo intelectual, essa postura se reflete na politização de todo e qualquer discurso:

---

<sup>8</sup> Ver Bourdieu (1989) *La Noblesse d'État: grandes écoles et esprit de corps*, um estudo específico sobre a particularidade do sistema francês de formação das elites.

Eles [os “intelectuais de novo tipo”] falam quase sempre de política, mas de uma forma suficientemente elevada, para que seus comentários não pareçam uma simples reedição do que se diz na mídia [...]. Eles não se contentam em falar, eles agem quando a situação exige (PINTO, 2009, p. 14; tradução nossa).

A produção reflete a configuração do campo: assim como o campo filosófico, o campo intelectual francês também está sujeito à heteronomia. Na verdade, todos os campos de produção cultural estão sujeitos à heteronomia quando são obrigados a reverter capitais que antes não eram válidos nesses universos<sup>9</sup> – tem-se hoje, assim, a reconversão de capital social, da rede de relações que faz com que determinados “intelectuais” apareçam constantemente na mídia, em capital cultural, instaurando uma verdadeira situação de anomia nesses campos.

Explorando a ideia de “opinião pública” em seu livro *A Distinção: crítica social do julgamento*, Bourdieu nos expõe as peculiaridades que constituem o caráter do campo intelectual:

A ideia de ‘opinião pública’ [...] exprime, desde a origem, os interesses dos intelectuais, pequenos produtores independentes de opiniões, cujo papel se desenvolve paralelamente à constituição de um campo de produção especializado e de um mercado para os produtos culturais e, em seguida, de um subcampo especializado na produção das opiniões políticas (com a imprensa, os partidos e todas as instâncias representativas). O fato de produzir uma resposta a um questionário sobre política, como o fato de votar, ou, em outro nível de participação, de ler um jornal de opinião ou aderir a um partido, é um caso particular de encontro entre uma oferta e uma demanda: por um lado, *o campo de produção ideológica*, universo relativamente autônomo, em que se elaboram, na concorrência e no conflito, os instrumentos de pensamento do mundo social objetivamente disponíveis em determinado momento e em que, ao mesmo tempo, se define *o campo do pensável politicamente* ou, se quisermos, *a problemática legítima*; por outro, agentes sociais que ocupam posições diferentes no campo das relações de classe e definidos por uma *competência política específica* em maior ou menor grau [...] (BOURDIEU, 2008, p. 372;).

Situado na intersecção entre o campo político e os campos de produção cultural, o campo intelectual participa do campo de produção ideológica. Espaço de lutas

---

<sup>9</sup> “[...] sendo capital uma relação social, ou seja, uma energia social que existe e produz seus efeitos apenas no campo em que ela se produz e se reproduz, cada uma das propriedades associadas à classe recebe seu valor e sua eficácia das leis específicas de cada campo: na prática, ou seja, em um campo particular, nem sempre todas as propriedades incorporadas (disposições) ou objetivadas (bens econômicos ou culturais), associadas aos agentes, são eficientes simultaneamente; a lógica específica de cada campo determina aquelas que têm cotação nesse mercado, sendo pertinentes e eficientes no jogo considerado, além de funcionarem, na relação com este campo, como capital específico e, por conseguinte, como fator explicativo das práticas” (BOURDIEU, 2008, p. 107).

entre diferentes grupos que disputam para impor sua visão como legítima do mundo social (sindicalistas, políticos, escritores, acadêmicos etc), o campo intelectual francês definiu sua autonomia somente quando, no fim do século XIX, com o processo de diferenciação entre tal campo e o político, os intelectuais afirmaram-se como autores capazes de impor a definição legítima das problemáticas sociais de maneira independente do poder político (SAPIRO, 2009). O caso Dreyfus ilustra bem essa posição, na medida em que os intelectuais intervieram enquanto tais na arena política, rejeitando as interpretações que o campo político lhes oferecia. Pode-se fornecer outro exemplo: o de quando Sartre engajou-se em defesa dos direitos humanos, apelando pelo apoio ao inimigo durante a guerra da Argélia. Ou seja, em nome de “direitos universais” e valores gerais concernentes a toda a humanidade, Sartre vai contra a “Razão do Estado” francês (BOURDIEU, 2010). Essa postura dos intelectuais faz parecer que nos encontramos diante de uma situação de concorrência advinda da total independência entre os campos político e intelectual. Entretanto, como propriedade geral de todo campo de produção cultural, tem-se que sua autonomia é sempre relativa. Assim como o grau de autonomia varia de um campo para outro, as diferentes posições no campo podem ser também mais ou menos autônomas. Por conseguinte, as transformações estruturais acima mencionadas contribuíram para a formação, no cerne do campo intelectual, de uma zona intermediária, onde “os mais intelectuais dos jornalistas” e “os mais jornalistas dos intelectuais” obtêm vantagens de sua posição híbrida, harmonizando a aparência intelectual de seus produtos com a constante visibilidade na mídia. Certa produção logra maior lucro simbólico por causar nos consumidores um erro de percepção, a *alodoxia*, que consiste em tomar uma coisa por outra, isto é, iludir-se quanto à autenticidade de determinado produto cultural, supondo que a notoriedade de determinados nomes substitui o julgamento da obra do produtor pelos pares (PINTO, 2009).

Até o momento, a análise da definição de *doxa intelectual* nos revelou que o campo intelectual, devido às suas próprias características – onde ele está situado, a fronteira que faz com outros campos etc –, está duplamente sujeito à heteronomia; quer pela invasão da mídia, quer pela injunção de determinados tópicos do campo político tidos como de tratamento obrigatório. Convém ressaltar que a produção desses “pensadores do novo” deve suas características à posição ocupada dentro da zona intermediária introduzida no campo intelectual. Louis Pinto (2009) distinguiu três regiões, dentro das quais se observa maior ou menor proximidade com os cam-

pos político e midiático. Tem-se, por exemplo, na região direita, uma maior aproximação dos intelectuais com o campo político. Esse é o lugar dos *think tanks* e do indivíduo meio pensador meio agente de negócios. Seus estudos são feitos tendo em vista sua aplicabilidade à realidade, sendo suscetíveis de se tornarem reais. Nessa região, elabora-se a crítica ao que é velho, provinciano, nacional, ao direito adquirido, ao corporativismo, em oposição à exaltação da novidade, do dinamismo, do risco e da globalização. Aqui, se constrói uma representação do mundo social afeita aos interesses das classes dirigentes, sendo a maior parte de sua “população” politicamente de direita. A região central caracteriza-se pela diversidade ideológica, política e estratégica dos indivíduos e pela presença maciça dos intelectuais midiáticos. Se há alguns terrenos de desacordo, todavia, os agentes concordam no que concerne aos temas que mereçam ser relegados ao plano do arcaico: o marxismo, o estruturalismo e as ciências humanas em geral. Concordam, também, quanto aos novos objetos de estudo: a democracia, o cidadão, os direitos do homem, a liberdade, sempre pensando o mundo histórico de maneira “realista”. A região esquerda é composta pelos intelectuais mais afastados do poder político. São radicais, em sua maior parte de esquerda, mas jamais chegam ao dogmatismo ou ao sectarismo. “Jovens hegelianos”, os indivíduos dessa região tomam as revoluções no papel por revoluções na ordem mundial. São críticos de todos os pontos de vista, menos do deles próprios. Criticando a “velha esquerda”, eles pregam uma “nova esquerda”, tomando por base o “novo proletariado” e os “novos agentes da revolução”.

Ainda que distintas em alguns pontos, essas regiões apresentam em comum o fato de recorrerem aos pares de oposição que constituem a *doxa intelectual*: novo/velho, complexo/simples, nacional/global, reforma/conservação etc., suprimindo o debate típico dos campos culturais e científicos que contribui para a formação do repertório intelectual das diferentes disciplinas. A *doxa* contrasta com qualquer tipo de trabalho científico<sup>10</sup>: se ela substitui o pensamento, uma vez que seu conteúdo é afastado daquilo que é passível de ser pensado e discutido, o discurso científico se opõe a ela como tese contestadora da ordem e do senso comum.

Esse fundo comum de classificações sociais é produto do que Pinto (2009) chamou por “lugares neutros”, em clara alusão ao trabalho de Bourdieu e Boltanski

---

<sup>10</sup> Sobre o campo científico, cf. Bourdieu (2004).

(2009) sobre a ideologia dominante. São espaços criados para a troca de ideias, de informações e de temas entre agentes sociais dos campos mais diversos. Assumem a forma de colóquios, reuniões e comissões. Jornais e revistas também podem servir como lugares neutros, pois permitem o “debate” entre detentores de capitais extremamente diversos. A produção simbólica resultante desses espaços, de aparente pluralidade e neutralidade, obscurece a lógica discursiva unitária que governa a produção dos lugares-comuns da *doxa intelectual*.

### **O campo jornalístico e a *doxa intelectual***

Muitos dos pressupostos da gênese do conceito de *doxa intelectual* entre Bourdieu e seus colaboradores já foram destacados na análise precedente, principalmente aqueles que se relacionam mais diretamente com as propriedades específicas do campo intelectual. Por isso, o texto se concentrará no exame das particularidades do campo jornalístico francês, ao passo que seu estudo favorece o entendimento de algumas das propriedades gerais inerentes aos campos de produção cultural.

É válido lembrar, nesse ponto, as considerações de Champagne (2007) a respeito do campo jornalístico; temos que ele é menos um campo específico<sup>11</sup>, no sentido de possuir uma legitimidade própria, um direito de entrada elevado e princípios explicativos internos (não recorrendo a outros universos), do que

um espaço de lutas que está na intersecção de três campos (no senso restrito) com princípios de legitimidade diferentes: o campo político, o campo econômico e o campo profissional (ou intelectual), porque a produção de informação deve ser composta levando-se em conta as leis próprias desses três campos. A ‘informação’ ou ‘atualidade’ comporta, com efeito, três dimensões indissociáveis: é um bem simbólico cuja produção supõe certo trabalho intelectual, mas que, além disso, deve ser economicamente rentável (isto é, vendável) e que, por outro lado, pode produzir objetivamente, querendo ou não, efeitos políticos de publicação (CHAMPAGNE, 2007, p. 51; tradução nossa).

Essa configuração torna-se mais compreensível quando passamos a considerar, em breves linhas, a história do jornalismo na França. Assim, na primeira metade

---

<sup>11</sup> Champagne toma como modelo de campo específico o campo científico, analisado por Bourdieu no artigo “Le champ scientifique” (1976). Ele é tratado como “idealtípico realizado (ou caso limite) da noção de campo (no senso restrito de microcosmo), isto é, de universo que, historicamente, tendo conquistado sua autonomia e achado seu princípio de legitimação próprio, sua inclinação natural seria a de funcionar como uma quase autarquia, ou de utilizar menos os outros campos em seu proveito” (CHAMPAGNE, 2007, p. 46).

do século XIX, os termos “jornal”, “jornalista” e “imprensa escrita” eram subprodutos do campo político. Tratava-se de uma imprensa de opinião, direcionada às elites. Já na segunda metade desse século, desenvolve-se a imprensa de grande tiragem, organizada de forma industrial, subordinada à publicidade e à lógica econômica, cujas publicações se restringem a folhetins e artigos mais ajustados ao gosto do grande público. Assim, no final do século XIX tem-se a oposição entre a imprensa dita “séria”, política, burguesa e de baixa tiragem, e a imprensa “sensacionalista”, popular e de grande tiragem. Oposição essa que se complica com o aparecimento de um terceiro ator, o mundo intelectual, que impôs suas exigências próprias, de rigor intelectual e defesa da verdade (cujo modelo por excelência é o “*J'accuse*” de Zola), ajudando na elaboração dos códigos de deontologia da profissão. Dessa maneira, foi gestada a estrutura que se observa hoje em dia, sobre a qual Champagne nos chamou atenção: um “campo”, cuja falsa autonomia resulta da instabilidade gerada na luta entre princípios de legitimidade diferentes.

Temos, dessa forma, que a influência do campo jornalístico, submetido como está às exigências do mercado – e tudo o que de mais nefasto isso possa acarretar: as notícias fáceis de serem assimiladas, os “fatos-ônibus”, a concorrência pelo furo, o efeito de real que ele cria ao fazer existirem grupos e problemas, “o problema dos subúrbios” na França, por exemplo – ao entrar em contato com o campo intelectual acaba por impor a lógica da notoriedade e do índice de audiência a esse campo. Aqui, devemos ter em mente que, como todos os campos de produção cultural, o campo jornalístico também tem suas posições dominadas e dominantes, mais ou menos autônomas, caso estejam mais próximas do polo intelectual ou do campo político e econômico. Isso é válido tanto para os agentes quanto para os órgãos de difusão. Sendo o campo jornalístico também um espaço de produção cultural, a lógica de apreciação pelos pares apareceria como “restrições e controles cruzados, cujo respeito funda as reputações de honorabilidade” (BOURDIEU, 1997, p. 105). O que se observa, porém, é o contrário: os jornalistas não estão sujeitos a nenhuma sanção pelos pares, sendo critérios puramente econômicos que orientam o julgamento dos produtos jornalísticos.

Os “efeitos de intrusão” de um campo no outro, no nível individual, tomam a forma de um acordo entre a posição ocupada pelos jornalistas no interior dos campos de produção cultural e o poder único que a conjuntura lhes proporciona: apesar de ocuparem uma posição dominada, eles detêm o monopólio de difusão dos

produtos culturais em uma sociedade onde os indivíduos cada vez mais recorrem aos meios de comunicação como maneira de informar-se e de conhecer o mundo (BOURDIEU, 1997). Nos campos de produção cultural, essa influência se traduz através da intervenção de agentes menos dotados de capital cultural, situados nos pólos mais heterônomos desses campos, os “jornalistas-intelectuais” ou “intelectuais-jornalistas”, os *doxósofos*<sup>12</sup>, que, segundo Bourdieu (1998), não passam de técnicos da opinião que se creem cientistas.

### **Modos de ser intelectual e a *doxa intelectual***

*Considerando que o volume do capital econômico cresce de maneira contínua, no mesmo momento que decresce o volume do capital cultural, quando se passa dos artistas para os empresários da indústria e do comércio, vê-se que a classe dominante organiza-se segundo uma estrutura em quiasma” (BOURDIEU, 2008, p. 108).*

Os intelectuais diferenciam-se segundo sua posição no campo: autônomos ou heterônomos. No entanto, pela estrutura do espaço social ser organizada de tal forma que os intelectuais ocupam posições dominadas no interior da classe dominante – possuidores de um capital global no qual se observa maior volume de capital cultural, eles se distinguem da elite econômica que ocupa posição dominante pela razão de ser o capital econômico o princípio principal de estruturação do espaço social –, o modo como se relacionarão com o campo político é reflexo da busca por valorização de seu capital (SAPIRO, 2005).

Seguindo nessa chave, Sapiro (2005) propõe que analisemos os modos de intervenção política dos intelectuais franceses e sua evolução ao longo do século XX, colocando em relação o volume de capital simbólico detido pelo intelectual, a autonomia que ele possui em relação ao campo político e seu grau de especialização. A autora estabelece, assim, uma tipologia<sup>13</sup>, analisando sete modelos de intervenção intelectual, concentrando-se nas

---

<sup>12</sup> Bourdieu tratou de forma sistemática da questão da doxa em suas pesquisas sobre os intelectuais e sobre a mídia. Em artigo dos anos 1970, ele cunha o termo *doxósofo*, para se referir a certos especialistas que: “revelam, por uma inversão tipicamente socrática, sua ignorância do princípio da eficácia dessas perguntas, a saber: a inconsciência feliz da incompetência científica politicamente competente que faz com que o *doxósofo*, como teria dito Platão, especialista da doxa, opinião e aparência, sábio aparente e sábio de aparência, esteja fadado a dar aparências de ciência a um terreno em que as aparências sempre são a favor da aparência” (BOURDIEU, 1985, p. 154).

<sup>13</sup> Convém deixar claro que Sapiro não pretende estabelecer tipos fixos, mas sim modelos que se definem uns em relação aos outros.

formas que se revestem as tomadas de posição do ponto de vista discursivo (do panfleto ao diagnóstico), as modalidades de intervenção (repertório de ação individual ou coletivo, tais como a petição, o manifesto, o agrupamento etc.), e os conteúdos das tomadas de posição (SAPIRO, 2005, p. 9-10; tradução nossa).

Desse modo, tem-se, em primeiro lugar, o intelectual crítico universalista, que retém grande quantidade de capital simbólico associado ao seu nome, orientando, por isso, grande parte das interpretações sobre o mundo. Ilustrado pelas figuras de Sartre e Zola, esse tipo de intelectual fala em nome dos valores e direitos intelectuais mais gerais – liberdade de expressão e justiça, os direitos humanos etc. Tal qual a figura do profeta analisada por Max Weber, o intelectual crítico universalista tem postura herética, correndo o risco de ser reprimido pelos poderes ortodoxos. Consoante a sua posição, seu modo de intervenção, pessoal e pontual, tem lugar nos momentos de crise.

O segundo modelo de intervenção intelectual na política refere-se ao guardião da ordem moralizadora, que pensa ser impossível o pensamento sem vinculação ao Estado ou à Igreja. Conforme sua concepção, a atividade intelectual deve estar subordinada à ordem social, contribuindo para mantê-la. Dentro do esquema quiasmático das classes dominantes, esses intelectuais ocupam posições mais próximas do polo econômico do que do cultural. Heterônomos, seu prestígio decorre mais da sua ligação com instituições de produção cultural e dos postos que ocupam no campo do poder do que do volume de capital simbólico acumulado. Veiculam seus produtos por meio da grande imprensa, de conferências e de ensaios. Suas objeções quanto aos intelectuais críticos tomam a forma de um anti-intelectualismo: rejeitando o pensamento “puro”, eles exaltam o pensamento simples, defendendo-o como livre escolha intelectual.

No terreno das formas coletivas e autônomas de ação, Sapiro nos apresenta o modelo do agrupamento intelectual contestador e a vanguarda. Críticos e autônomos tanto quanto o intelectual crítico universalista, esses intelectuais diferem dele quanto ao volume de capital simbólico. Pobres nesse quesito, eles recorrem a formas de intervenção coletivas: os manifestos e as manifestações. Dominados no espaço das classes dominantes, eles estão na melhor posição para oferecerem críticas à ordem social.

Os intelectuais de instituição (religiosos) e de organização política são heterônomos no sentido de que suas pautas são orientadas por poderes externos ao campo

intelectual. Por querer conciliar contrários, a saber, as posturas de militante e de intelectual, sua trajetória caracteriza-se pelas tentativas de adquirir autonomia no seio de uma instituição.

Continuando nos modelos de intervenção que se caracterizam pela heteronomia, tem-se o especialista consultado pelos dirigentes, ou *expert*<sup>14</sup>, que age politicamente salvaguardado por uma série de saberes e competências “neutras” garantidas pelo Estado (a estatística, por exemplo). Esse reconhecimento converte-se em serviço e as políticas públicas ganham respaldo científico.

Contra os *experts*, formou-se, na França, a forma especializada do intelectual crítico, o “intelectual específico”, cujas figuras representativas são Foucault e Bourdieu. Recusando a ligação das ciências sociais com o poder político e econômico, os intelectuais específicos empenham-se em contestar o pensamento pronto e as ideias de senso comum. Baseiam sua forma de ação sobre o conhecimento acumulado da disciplina a partir da qual falam, contribuindo, desse modo, para desenvolvê-la. Sua postura rejeita qualquer tipo de profetismo do tipo sartriano, sendo o privilégio simbólico que sua especialidade lhes concede utilizado em favor dos dominados, dos que “não têm voz”.

Por fim, tem-se o grupo contestatório especializado ou “intelectual coletivo”. Herdeiros de Foucault, os intelectuais que se propõem a agir coletivamente também se baseiam em um tipo de saber específico, especializado. O acúmulo de competências (de diferentes disciplinas ou na mesma disciplina) lhes permite recusar o modelo do *expert*, sujeito que, dentre outros, trouxe a heteronomia para o campo intelectual francês.

O acima exposto permite aproximarmos os *doxósofos* dos intelectuais *experts*, cuja produção híbrida, mesmo em sua faceta midiática, apresenta um ranço político. Longe da produção autônoma dos intelectuais críticos universalistas, das vanguardas e dos intelectuais específicos, coletivos ou individuais, seus saberes refletem a ambição daqueles que, ocupando uma posição dominada no campo intelectual, procuram reverter capitais valorizados em outros campos em capital cultural. Convém salientar que apesar de suas produções estarem orientadas por uma demanda externa, suas obras não são mera reprodução das temáticas que o campo do poder

---

<sup>14</sup> Sobre os *experts*, ver Dezalay e Garth (2000).

lhes impõe. A noção de campo nos informa que não devemos incorrer no erro de curto-circuito, que consiste em estabelecer uma relação direta entre o produto cultural e o contexto em que é produzido. Tampouco devemos nos concentrar apenas na obra e analisarmos internamente. Como universo intermediário, o campo refraza as problemáticas externas que se inserem em seu meio. Daí Bourdieu e Boltanski (2009) separarem os autores produtores da ideologia dominante que, apesar de sua aparente homogeneidade temática, diferenciam-se muito quanto à posição ocupada no campo intelectual. Os “mais intelectuais” se orientam, ainda que negativamente, pelos debates e problemas gerados por esse campo na medida em que aí são mais fortemente reconhecidos. Os dirigentes, contudo, não passam de meros reprodutores dos pensamentos dos intelectuais, adquiridos por meio da aprendizagem nas Escolas do poder francesas. Pinto (2009) também estabelece diferenças entre os “graus de sublimação” da *doxa*, que admite graus diferenciados de proximidade ou de distância para com as tomadas de posição político-ideológicas.

O crítico da *doxa* é o intelectual que põe a descoberto seus fundamentos, investigando cientificamente como ela é produzida, quais são as formas de que ela se reveste e de que modo ela se espalha pelo mundo social. É o intelectual específico: individual, no caso de Bourdieu, cuja obra reflete a preocupação em contestar as noções de senso comum tanto dos leigos quanto dos próprios cientistas; coletivo, no caso de seus colaboradores, que se mobilizaram em torno dos movimentos sociais e do coletivo *Raisons d’agir*, que prolonga o legado da luta de Bourdieu contra o neoliberalismo.

### **Um exemplo brasileiro: da violência escolar ao *bullying***

Como foi dito no início do artigo, a preocupação central que orientou a realização da revisão bibliográfica a respeito da *doxa intelectual* era a questão da sua validade para análises de problemas semelhantes em contexto brasileiro. Por isso, nessa porção final do artigo será dado o exemplo de um caso em que o conceito atuou como ferramenta explicativa do deslocamento da temática da violência escolar para o *bullying*. Em outras palavras, a noção permitiu que fosse perscrutada a lógica das lutas e as estratégias por meio das quais, hoje em dia, somente o *bullying* ocupa tanto a pena dos pesquisadores quanto “a boca do povo”.

O exemplo em questão foi retirado da minha pesquisa de iniciação científica, “Violência escolar: um problema social?”, cujo ponto de partida consistiu na coleta e

sistematização de todas as reportagens sobre violência escolar publicadas no período de 2000 a 2010<sup>15</sup>. Com isso, construiu-se um banco de dados que permitiu serem levadas a cabo três unidades de análise: na primeira, que é composta pelo conjunto de discursos sobre a violência escolar, buscou-se apurar quais representações foram elaboradas sobre o ponto em questão. Evidenciaram-se dois tipos principais, separados em eixos temáticos: no primeiro, como mote dominante, tem-se que a violência que atinge a escola vem de fora dela. O tráfico de drogas, os assaltos, as depredações, o vandalismo, as gangues etc., são meras transposições da violência que está no entorno da escola, que, por sua vez, é consequência de problemas estruturais da sociedade brasileira, a saber: a desigualdade social, a pobreza, a crise social etc. A atenção desse tipo de matéria se volta para a escola pública da periferia das grandes cidades, que deve ser alvo de aplicação de políticas públicas, tarefa que vai além da competência das escolas (e que está diretamente relacionada à aplicação de remédios para problemas estruturais)<sup>16</sup>.

O segundo tipo de representação (segundo eixo temático) sobre violência escolar apresenta-se numa roupagem temática oposta à primeira. Basicamente, reduz a violência ao indivíduo violento e às relações dele com os colegas. É o sujeito em sua individualidade que merece atenção, seu comportamento e conduta precisam ser geridos, medicalizados. As reportagens aqui se concentram sobre um único assunto, o *bullying* escolar.

De modo geral, a definição de *bullying* oferecida pelas reportagens coletadas gira em torno dos seguintes pontos: 1) envolve todo tipo de atitudes intencionais agressivas repetitivas (por exemplo, violência física, xingamentos e difamação pela internet – *cyberbullying*); 2) as agressões ocorrem sem motivo aparente; 3) causam danos físicos e/ou emocionais na vítima; 4) manifestam-se por atos executados por um ou mais alunos contra outro(s) envolvendo uma relação desigual de poder, que pode ser consequência da diferença de idade, tamanho, desenvolvimento físico etc.; 5) envolve preconceito por características físicas e/ou por traços de personalidade;

---

<sup>15</sup> Foram utilizadas matérias sobre violência escolar publicadas no Jornal Folha de S. Paulo e nas Revistas Veja e Nova Escola/Gestão Escolar. A escolha pelo jornal e pela revista Veja deu-se em função de sua ampla circulação e de sua linha editorial voltada para o grande público brasileiro. Optou-se pela inclusão da revista Nova Escola/Gestão Escolar por sua especificidade na área educacional e por sua relativa circulação nesse meio.

<sup>16</sup> É patente a aproximação da temática do primeiro eixo com os assuntos que preocupam a produção acadêmica sobre violência escolar. Ver como exemplos Zaluar e Leal (2001) e Santos (2001).

6) as atividades costumam ser admitidas por pais e professores como naturais, acabando por ignorá-las.

A primeira unidade de análise tornou possível a verificação do surgimento da temática do *bullying* no campo de estudos da violência escolar e de sua paulatina ascensão como representação principal. Isso só foi possível através da contabilização das matérias segundo os eixos temáticos e do cruzamento das informações obtidas com os anos nos quais as matérias foram veiculadas. Esse trabalho revelou a década de 2000 como “ponto de viragem”, no qual a temática do primeiro eixo perde força em favor do *bullying*, que vem ganhando centralidade ao longo dos anos.

Essa separação entre temas e períodos guiou a fase seguinte da pesquisa: a busca por informações a respeito dos agentes (segunda unidade de análise). No tocante ao perfil daqueles que se dedicam a representar a violência escolar enquanto matéria do primeiro eixo temático, tem-se que eles são, em sua maioria, vinculados às áreas da Educação e das Ciências Sociais. Receberam formação universitária nessas disciplinas e possuem um relativo volume de capital cultural acumulado, que pode ser aferido pela posse de títulos acadêmicos consagrados. Sua autoridade para falar no assunto advém da posição que ocupam no mundo universitário e pelos estudos que realizaram na área.

Aqueles que falam sobre o *bullying* nos jornais e revistas são oriundos dos campos os mais díspares. Em sua maior parte, são médicos, psicólogos e psicólogos sociais. Sendo o *bullying* um tema recente, mas que vem se consolidando como *doxa*, no campo dos produtores de discursos, convivem dois tipos de agentes: existem aqueles que assumem o papel de difusores do novo problema social, o que atesta a extensa produção de livros e artigos devidamente incluídos em seus currículos. Somado a isso, apresentam-se ainda como conferencistas e palestrantes. Eles podem atuar ainda como psicólogos clínicos e alguns estão ligados a atividades relativas à docência. Exercendo papel de reprodutores, estão os agentes mais “jovens”, que lidam com o *bullying* na posição de estudantes de pós-graduação que se dedicam ao estudo do “fenômeno”, ou como ativistas de ONGs que promovem campanhas de combate ao *bullying* e ao *cyberbullying*, enfim, são profissionais que atuam sobre o fenômeno já organizado, não questionando sua legitimidade. A posse de capitais os mais diversos e a intensa circulação nos meios midiáticos (sobretudo daqueles indivíduos que atuam como difusores) constituem o que é próprio a esse grupo. Sua aproximação com o universo acadêmico dá-se somente na medida em que há neces-

sidade de recrutar agentes que trabalhem com a temática, inserindo-a no universo intelectual, o que dá aparência de certa legitimidade ao assunto em questão.

Na terceira unidade de análise – as instituições que dão legitimidade aos agentes e aos seus discursos –, observou-se que, ao contrário dos estudiosos que se dedicam às representações do primeiro eixo temático, cuja autoridade deriva, sobremaneira, de sua posição no campo acadêmico (pode ser ela dominada ou dominante), os produtores do “fenômeno *bullying*” firmaram-se enquanto representantes de ONGs e institutos dedicados à defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes. A lógica que guia essas instituições e os agentes que atuam nelas e a partir delas ancora-se na crença de que a difusão de informações sobre o *bullying* pode servir para modificar as condutas e comportamentos agressivos. No limite, a mídia agiria como um elemento catalisador da função dessas ONGs e institutos, que trabalham como intermediários entre o conhecimento científico, com sua linguagem acadêmica, e a população.

O aparecimento do *bullying* enquanto problema social ficou condicionado à realização de pesquisas que tiveram por objetivo fazer crer que, no Brasil, o *bullying* era um tipo de violência escolar real tão perigoso quanto outras violências causadas por fatores externos. A construção social do *bullying* demandou, além do mais, a formação de grupos de debates, conferências, cursos de pós-graduação etc., e, mais importante, a construção de categorias cognitivas, de um conjunto de referências por meio das quais pode haver debate de ideias e formação de saber.

A construção do campo de saberes sobre o *bullying* correlaciona-se com a fragilização da tese de que a violência escolar era causada por fatores estruturais inerentes à sociedade brasileira. O conjunto de problemáticas que representava a violência como efeito do impacto do social no destino do indivíduo, que prescrevia a gerência das situações de risco, de vulnerabilidade, foi aos poucos cedendo lugar para um apanhado de saberes que se centra na gestão dos indivíduos, de seus corpos, mentes e condutas.

Se os remédios para os problemas estruturais baseavam-se no diagnóstico proferido a partir da avaliação, do esquadrinhamento e do conhecimento das situações específicas, apoiando-se no que era “dado a ver”, o conhecimento do indivíduo independe das particularidades do contexto em que está inserido. Os antídotos para o *bullying* podem ser tomados de outras realidades, não importa. O comportamen-

to está inscrito no biológico, que é universal. Dessa forma, o “tratamento” para o *bullying* das escolas brasileiras pode ser o mesmo que o das escolas americanas, norueguesas etc.

Mas onde entra a *doxa intelectual* nisso tudo? É a partir da ação na mídia que os agentes difusores da problemática do *bullying* conseguem impô-la como senso comum sobre a violência escolar. A mídia funciona como “lugar neutro”, no qual é possível a troca de ideias e de informações nacional e transnacionalmente entre atores sociais dos campos mais diversos. Os colóquios, reuniões e comissões sobre *bullying* desempenham o mesmo papel. A produção discursiva resultante desses espaços coordena diferentes vozes num discurso científico (médico, psiquiátrico), encobrindo o verdadeiro trabalho de produção simbólica dos lugares-comuns da *doxa intelectual*. Ademais, são utilizados os “efeitos de intrusão” do campo jornalístico para deslegitimar os agentes mais autônomos, acadêmicos e intelectuais dos campos da Educação e das Ciências Sociais.

O *bullying* tem toda a aparência de *doxa*: opera por pares de oposições, sociedade/ indivíduo, nacional/ transnacional, estrutura/ agência, nova temática/ velha temática, e materializa-se em uma vasta literatura, cujo modo de exposição rejeita qualquer tipo de argumentação laboriosa, bem aos moldes do discurso jornalístico.

Destarte, o ato mais importante para essa pesquisa consistiu em investigar relacionamente dois problemas sociais, demonstrando, portanto, o deslocamento em relação à construção das temáticas no tecido social, passando de um entendimento a outro, ou seja, da violência escolar ao *bullying*. A noção de *doxa intelectual* foi importantíssima para trazer à luz parte das estratégias (pelo menos aquelas que passam pelo campo jornalístico) por meio das quais o *bullying* vem ganhado evidência.

## Conclusão

A exposição acima procurou estabelecer relações entre diferentes textos de inspiração teórica bourdieusiana de modo tal que eles ajudassem a expor os diferentes aspectos do conceito de *doxa intelectual*. Uma vez que ele (o conceito) se conjuga com estudos que tratam diretamente da análise de campos de produção cultural, ressaltaram-se as contribuições que a noção poderia oferecer ao entendimento das dinâmicas desses campos e, de forma menor, das leis gerais que regem os campos como modelos teóricos que orientam pesquisas específicas. Foi dada prerrogativa

às dimensões mais gerais, pois deixamos de lado elementos importantes, tais como: uma melhor exploração da relação entre campo e *habitus*, a *illusio*, o investimento no jogo, campo como espaço de possíveis etc. Contudo, como qualquer empreendimento do tipo, querer trabalhar um conceito bourdieusiano sem colocá-lo “à prova” parece-nos impossível. Por isso, o texto abunda de exemplos. Trata-se de exemplos franceses para um conceito francês. Utilizamos os campos filosófico, intelectual e literário na medida em que foi por meio da análise desses campos específicos que os pesquisadores acharam necessário designar como *doxa intelectual* determinada classe de fenômenos que eles observaram em suas pesquisas.

De maneira mais ambiciosa, e talvez um pouco menos evidente, pretendemos demonstrar que o conceito é produto, ele também, das lutas dentro do campo intelectual. No limite, podemos dizer que, como qualquer conceito, ele é um instrumento de luta. E, no caso, a *doxa intelectual* aparece como uma arma simbólica apontada para os *doxósofos* em nome de uma visão do que seja um intelectual, objeto maior das lutas dentro desse campo.

No final do texto, procurou-se por “à prova” mais uma vez o conceito, desta feita utilizando-o para explicar o processo pelo qual uma temática ligada à violência escolar foi gradualmente deixando de fazer parte do horizonte de possibilidades explicativas de determinado fenômeno social, sendo substituída por outra, que vem pouco a pouco ganhando centralidade em decorrência da forma pela qual os agentes que a produzem e difundem, devido à sua própria posição, conseguem inscrevê-la na realidade social.

## Referências

BOURDIEU, P. (1976). “Le champ scientifique”. *Actes de la recherche em Sciences Sociales*, n. 2-3, p. 88-104, jun.

\_\_\_\_\_. (1984). “Le hit-parade des intellectuels français ou qui sera juge de la légitimité des juges?”. *Actes de la recherche em Sciences Sociales*. Paris, n.52-53, p. 95-100, jun.

\_\_\_\_\_. (1989). *La noblesse d’État: grandes écoles et esprit de corps*. Paris, Éditions de Minuit.

\_\_\_\_\_. (1989). “Os doxósofos”. In: THIOLENT, M. (Org.). *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo, Polis.

\_\_\_\_\_. (1997). *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1998). *Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.

\_\_\_\_\_. (1999). "Le fonctionnement du champ intellectuel". *Regards Sociologiques*, Paris, n.17-18, p. 5-27.

\_\_\_\_\_. (2004). *Os usos sociais da ciência – por uma Sociologia clínica do campo científico*. São Paulo, Ed. UNESP.

\_\_\_\_\_. (2007). *Meditações pascalianas*. Rio de Janeiro, Bertrand.

\_\_\_\_\_. (2008). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, EDUSP.

\_\_\_\_\_. (2010). *As regras da arte, gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo, Companhia das Letras.

BOURDIEU, P.; BOLTANSKI, L. (2009). *La producción de la ideología dominante*. Buenos Aires, Nueva Visión.

CHAMPAGNE, P. (2007). "L'étude des médias et l'apport de la notion de champ". In: PINTO, E. (Org.). *Pour une analyse critique des médias – le débat public en danger*. Bellecombe en Bauges, Éditions du Croquant.

DEZALAY, Y.; GARTH, B. (2000). "A dolarização do conhecimento técnico profissional e do Estado: processos transnacionais e questões de legitimação na transformação do Estado, 1960-2000". *Revista brasileira de Ciências Sociais*, vol. 15, n. 43, p. 163-176.

HALIMI, S. (1998). *Os novos cães de guarda*. Rio de Janeiro, Vozes.

PINTO, L. (1994). "Le journalisme philosophique". *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 101-102, p. 25-38, mar.

\_\_\_\_\_. (2009). *Le café du commerce des penseurs: à propos de la doxa intellectuelle*. Bellecombe en Bauges, Éditions du Croquant.

SANTOS, J. V. T. (2001). "A violência na escola: conflitualidade social e ações civilizatórias". *Educação e Pesquisa*, São Paulo, vol. 27, n. 1, p. 105-122, jan/jun.

SAPIRO, G. (2009) "Modèles d'intervention politique des intellectuels". *Actes de la recherche en Sciences Sociales*, Paris, n. 176-177, p. 8-31, mar.

ZALUAR, A.; LEAL, M. C. (2001). "Violência extra e intramuros". *Revista brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 16, n. 14, p. 145-164.

*Recebido em outubro/2011*

*Aprovado em junho/2012*

## O fim do fim do trabalho: uma crítica à chamada sociedade pós-industrial e sua relação com os movimentos de trabalhadores<sup>1</sup>

Gabriel Gomes Lourenço\*

**Resumo:** A dimensão do trabalho e os trabalhadores enquanto classe social foram objeto de preocupação nuclear em boa parte da história da sociologia, a começar pelos três autores clássicos – Karl Marx, Émile Durkheim e Max Weber –, passando por outros nomes, como Harry Braverman e Manuel Castells. Nos últimos quarenta anos, o trabalho, enquanto atividade fundamental na constituição de relações sociais (não apenas daquelas diretamente relacionadas à produção material), tem sido fortemente questionado, devido tanto a reconfigurações nas formas de trabalho quanto a alterações na formação da identidade dos trabalhadores enquanto grupo social específico. Porém, mesmo que minoritário, há um setor da academia que faz a crítica desse suposto fim da centralidade do trabalho. Este artigo sumariza o que há de central nos propositores do conceito de sociedade pós-industrial, e posteriormente, levanta argumentos contra essas teses que anunciam o fim da centralidade do trabalho. A defesa aqui é de que não há necessidade de buscar novas hipóteses a respeito do fim da centralidade do trabalho, mas sim de iniciar um movimento para entender, a partir do reconhecimento da permanência de tal centralidade, como a subjetividade da classe trabalhadora tem sido periodicamente conformada para que esta classe negue tal centralidade.

**Palavras-chave:** trabalho, fim da sociedade do trabalho, sujeito histórico, classes sociais.

### Introdução

Uma das características mais fascinantes das ciências em geral, e das ciências sociais em particular, é o fato de se caracterizarem, em parte, como o exercício de uma capacidade puramente humana: a reflexão intelectual como mediação entre dois momentos do concreto, entre o início como um conjunto aparentemente caótico de fenômenos particulares e o fim como produto de relações determinadas, uma totalidade. O que será coletado do concreto para ser processado abstratamente não pode ser aleatório, trivial, e a elaboração de hipóteses tem aí um importante papel, para a qual contribui aquilo que C. Wright Mills chamou, em 1959, de *imaginação*

---

<sup>1</sup> Este artigo é uma versão ampliada do trabalho final apresentado na disciplina “Introdução à Sociologia do Trabalho”, ministrada pelo professor Leonardo Gomes Mello e Silva no segundo semestre de 2011.

\* Graduando em Ciências Sociais – USP.

*sociológica*; ou seja, deve-se valorizar uma certa capacidade criativa no fazer científico.

Porém, se considerarmos que alguma diferença deve existir entre ciência e opinião, ela reside no caráter mais objetivo da primeira, quer dizer, no fato da ciência confrontar elaborações dos sujeitos com algo externo a eles mesmos. Desta forma, a sempre árdua busca de novas hipóteses para os mesmos problemas, se por um lado faz parte das ciências humanas e de seu processo de renovação contínua, por outro talvez não seja a melhor forma de explicá-los e solucioná-los; quer dizer, o confronto de proposições teóricas divergentes não só entre si, mas também delas com o próprio fato analisado, em algum momento deve levar à exclusão de pelo menos algumas dessas proposições (novamente, admitindo-se uma diferença fundamental entre ciência e opinião). Isso quando estas novas hipóteses não são meras reciclagens, hibridismos lógico-intelectuais que transformam proposições antes com coesão interna, em quebra-cabeças que não conformam um todo coerente quando vistos em sua integralidade.

Assim, o objetivo deste trabalho não é propor uma nova hipótese (uma nova interpretação, como defendem os weberianos a respeito da dinâmica do exercício sociológico) sobre uma antiga, mas atual, questão, e sim fazer a defesa de um conjunto de respostas para a mesma. No final da década de 1970, mas principalmente durante a década de 1980, foram escritos alguns textos que se tornaram referência para aqueles que defendem a entrada em cena de uma sociedade pós-industrial, caracterizada pelo fim do trabalho, ou, melhor dizendo, pelo fim da centralidade do trabalho. Autores representativos dessa corrente são Claus Offe e André Gorz.

Apesar da predominância acadêmica dessas concepções até hoje, foram elaboradas explicações e contra-argumentos àquelas afirmações. No Brasil, o intelectual que mais se dedicou a isso é provavelmente o sociólogo Ricardo Antunes, mas destacam ainda outros autores (Giovanni Alves, João Bernardo – neste caso, em Portugal – etc). A postura de retomar argumentos que criticam o suposto fim do trabalho deve-se ao entendimento de que guardam muito de seu vigor e, mais do que isso, estão em consonância com o que a realidade tem mostrado.

### **As críticas ao trabalho enquanto fato social principal**

Aqui a opção feita foi centrar-se em Offe e Gorz, cujos textos-referência, apesar de terem quase quarenta anos, representam bem o núcleo dos argumentos que de-

fendem o fim do trabalho, ou o fim da centralidade do trabalho. Antes, porém, será dado um panorama geral das proposições de Daniel Bell em sua obra *O advento da sociedade pós-industrial*, a qual, publicada alguns anos antes dos textos aqui analisados, teve grandes repercussões acadêmicas e tornou-se uma referência para o grupo de autores que se dedicaram a analisar o suposto fim da sociedade do trabalho.

Segundo Bertero (2005), Bell apresenta quatro teses centrais: 1) a sociedade pós-industrial é marcada pela produção ascendente de serviços e produção descendente de bens industriais, e o poder não está mais relacionado nem à propriedade da terra nem à propriedade de capital, e sim à informação; 2) como consequência, a sociedade pós-industrial é marcada pela sindicalização crescente de “empregados de escritório” e funcionários públicos (“sindicalização das classes médias”); 3) na sociedade pós-industrial, o trabalho não tem mais a centralidade anterior e, como consequência, os conflitos a ele relacionados (quer dizer, as lutas de classes) não têm mais a mesma importância; o conflito axial agora se dá “entre os que têm o saber (os sábios) e os que não o têm (o “povão”). O mesmo sucede em relação ao poder, onde o saber ocupa o lugar antes ocupado pela propriedade” (BERTERO, 2005, p. 02); 4) “E a ‘classe’ mais importante dessa sociedade emergente é antes de tudo profissional, apoiada mais no conhecimento que na propriedade [...]. Essa nova sociedade é uma meritocracia” (BERTERO, 2005, p. 2-3).

Agora, passando aos autores de interesse maior para este trabalho, Offe conclui em seu texto *Trabalho: categoria sociológica chave?* da seguinte forma: “É precisamente este poder determinante abrangente do fato social trabalho (assalariado) e de suas contradições que, hoje em dia, se tornou sociologicamente questionável” (1984, p. 171). Segundo o autor, isso podia ser constatado pela mudança das preocupações e hipóteses da pesquisa social. Se antes o trabalho era visto como centro de gravidade de várias práticas sociais, certos indicadores teriam começado a pressionar por um deslocamento do trabalho enquanto preocupação teórica. Relações e identidades estabelecidas no que seria a “vida cotidiana”, em contraposição ao “mundo do trabalho”, teriam, se não ocupado a posição que o trabalho ocupava, ao menos ganho uma potência de determinação semelhante – quando não invertendo certas relações (OFFE, 1984, p. 172). O trabalho seria apenas mais um fato como tantos outros na formação da subjetividade: “Entretanto, esse fato [o aumento crescente do trabalho assalariado] tem cada vez menos importância para o conteúdo da atividade social, para a percepção de interesses, estilo de vida e assim por diante” (OFFE, 1984, p. 175).

Nota-se que a crítica feita por Offe, neste ponto, molda-se em aspectos subjetivos, no sentido de dizerem respeito à subjetividade individual e coletiva. A defesa do enfraquecimento da determinação do trabalho na formação de identidades e interesses, ao mesmo tempo reconhecendo a expansão do trabalho assalariado, permite lançar um primeiro questionamento: não seria a questão da centralidade do trabalho uma questão essencialmente política? Quer dizer, constatada uma permanência de certas relações fundamentais da sociedade capitalista mercantil, mas sob novas formas e com alterações profundas na subjetividade individual e coletiva dos trabalhadores, o problema deveria ser então invertido. O que deve ser buscado não é a nova, ou as novas, fonte de identidade e interesses, mas sim os motivos pelos quais o trabalho – apesar da permanência de sua *centralidade* para a manutenção da forma social capitalista e, por isso, ainda fonte de severos conflitos insolúveis no longo prazo – encontra-se obscurecido como tal fonte. Propomos aqui o entendimento da questão como essencialmente política, porque questionar o trabalho na formação de identidades e interesses, em comparação com o que seria alguma fase anterior na qual o trabalho seria central, envolve o evidente enfraquecimento do movimento sindical, de partidos socialistas e comunistas em todo o mundo, após grandes conquistas trabalhistas em meados do século XX. Como o autor afirma:

De qualquer maneira, é claro que os processos multidimensionais de diferenciação, [...] tornam menos significativo o fato de ser um “empregado” e não mais um ponto de partida para associações e identidades coletivas de fundo cultural, organizacional e político (OFFE, 1984, p. 176).

É comum encontrar nessas abordagens, como ocorre com o próprio Offe, a expansão do contingente no chamado setor de serviços como algo não apenas quantitativa, mas também qualitativamente diferente. Offe argumenta que o serviço “assegura e padroniza as condições e os limites de um tipo de trabalho ao qual ele próprio não pertence” (1984, p. 178), uma regulação feita por um trabalhador que “desafia e questiona a sociedade do trabalho e seus critérios de racionalidade (realização, produtividade, crescimento) em nome dos critérios de valor substantivos, qualitativos e ‘humano’” (OFFE, 1984, p. 181).

Desenvolveremos a crítica contra esse e os argumentos anteriores em tópico posterior. No momento, apenas colocamos a ressalva de que não há indicações que sustentem a afirmação acima. Pelo contrário, os trabalhadores em serviços estão sujeitos a jornadas de trabalho legalmente estabelecidas (e também as ilegais) como

estão os trabalhadores industriais (a título de exemplo ver abaixo a Figura 1 e a Figura 2); a remuneração salarial é fixa para uma jornada determinada, ou ainda relacionada à quantidade em várias categorias (quantidade de pacientes atendidos

**Jornada média semanal dos assalariados por setor da economia  
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2005-2008 (em horas)**

Regiões Metropolitanas	Indústria				Comércio				Serviços <sup>(1)</sup>			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
São Paulo	43	43	43	43	47	46	46	46	42	42	42	42
Porto Alegre	44	43	44	44	46	46	46	46	41	41	41	41
Belo Horizonte	42	41	42	42	44	44	44	44	39	38	38	39
Salvador	44	44	44	44	47	47	47	46	40	40	40	40
Recife	47	47	47	47	50	50	50	50	43	42	42	42
Distrito Federal <sup>(2)</sup>	44	44	43	44	47	47	47	46	40	40	40	40

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Exclui serviços domésticos

(2) A série histórica do Distrito Federal foi revisada de forma a compatibilizar o indicador de setor de atividade econômica com o das demais PEDs

Obs.: a) A média de horas trabalhadas exclui os que não trabalharam na semana

b) A média semanal de horas trabalhadas é resultado das médias semanais durante o ano

Fonte: Anuário dos Trabalhadores, 10ª edição. São Paulo: DIEESE, 2009.

**Assalariados que trabalharam mais do que a jornada legal, por setor da economia - Regiões Metropolitanas e Distrito Federal 2005-2008 (em %)**

Regiões Metropolitanas	Indústria				Comércio				Serviços <sup>(1)</sup>			
	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008	2005	2006	2007	2008
São Paulo	38,8	36,7	33,3	31,6	56,6	55,0	54,6	55,4	36,5	35,2	33,8	35,4
Porto Alegre	26,2	22,5	25,8	24,8	51,6	47,9	50,6	52,2	27,6	25,2	26,4	26,0
Belo Horizonte	37,9	33,6	37,4	39,1	51,9	49,0	48,4	53,7	27,6	25,4	24,9	25,7
Salvador	48,9	49,1	45,8	44,8	64,3	65,9	62,8	61,0	32,5	32,3	31,4	31,6
Recife	59,0	61,5	60,0	58,4	71,6	73,1	69,8	71,9	39,4	39,5	37,0	38,4
Distrito Federal <sup>(2)</sup>	40,6	37,9	37,7	42,3	65,2	61,7	66,1	65,1	20,5	19,7	20,6	21,6

Fonte: DIEESE/Seade, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego  
Elaboração: DIEESE

Notas: (1) Exclui serviços domésticos

(2) A série histórica do Distrito Federal foi revisada de forma a compatibilizar o indicador de setor de atividade econômica com o das demais PEDs

Obs.: a) A média de horas trabalhadas exclui os que não trabalharam na semana

b) A média semanal de horas trabalhadas é resultado das médias semanais durante o ano

Fonte: Anuário dos Trabalhadores, 10ª edição. São Paulo: DIEESE, 2009.

André Gorz, em seu *Adeus ao proletariado* (1982), tece uma crítica semelhante, quer dizer, baseada nos efeitos subjetivos da suposta sociedade pós-industrial. Ao comentar o incremento da mobilidade em detrimento da estabilidade do trabalhador em uma categoria profissional, mobilidade característica do que ele define como neoproletários, afirma que

[a] única coisa certa, para eles, é que não se sentem pertencer à classe operária nem a nenhuma outra. Não se reconhecem na categoria “trabalhador” nem naquela, sua simétrica, de “desempregado”. [...] Dito de outro modo, o trabalho não pertence aos indivíduos que o executam e não é sua atividade própria: pertence ao aparelho de produção social, é repartido e programado por esse aparelho e permanece externo aos indivíduos aos quais se impõe. [...] *Em lugar de engendrar um trabalhador que, transcendendo sua particularidade limitada, concebe-se a si mesmo como trabalhador social em geral, o trabalho é percebido pelos indivíduos como a forma contingente da opressão social em geral* (GORZ, 1982, p. 90-91; grifo nosso).

O que chama atenção é o autor tratar como novidade um fenômeno social iminente às relações capitalistas de produção e que sempre esteve presente na socialização dos trabalhadores, qual seja, a alienação em relação ao próprio trabalho. Gorz recorre, em sua crítica, a uma identidade largamente discutida na tradição marxista, e que só é efetivada na superação da forma capitalista do trabalho (forma definida principalmente pelo assalariamento, pela propriedade privada dos meios de produção e pela forma mercadoria dos produtos do trabalho): a identidade entre indivíduo e gênero humano. Não é novidade, um fato social novo, a percepção do trabalho como opressão.

Diferentemente de outros autores que, além de defenderem o fim do trabalho, negam, parcial ou completamente, as teorias marxistas, André Gorz faz uma defesa da categoria de sujeito histórico. Porém, neste caso a não-classe de não-produtores de Gorz substituiria o proletariado, por encarnar de alguma forma o perfil desenhado por Offe para os trabalhadores em serviços:

A lógica do Capital nos conduziu ao limiar da liberação. Mas esse limiar só será transposto por uma ruptura que substitua a racionalidade produtivista por uma racionalidade diferente. [...] O reino da liberdade não resultará jamais dos processos materiais: só pode ser instaurado pelo ato fundador da liberdade que, reivindicando-se como subjetividade absoluta, toma a si mesma como fim supremo de cada indivíduo. Apenas a não-classe dos não-produtores é capaz desse ato fundador; pois apenas ela encarna, ao mesmo tempo, a superação do produtivismo, a recusa da ética da acumulação e a dissolução de todas as classes (GORZ, 1982, p. 93).

Novamente, não acreditamos que haja evidências empíricas que sustentem a defesa de existir, sob o capitalismo, uma classe (ou uma “não-classe”) exterior ao produtivismo e à “ética da acumulação”. A título de descrição – e não de análise – das tendências contemporâneas, anexamos duas colunas do jornal *Folha de São Paulo* ao final deste trabalho, cujas leituras valem pelos detalhes, pelos adjetivos utilizados; pela analogia do mercado de trabalho ao processo biológico de seleção natural; pela naturalização, por parte dos entrevistados, dos processos de intensificação e extensão das jornadas de trabalho; pela visão otimista acerca da tecnologia para a adaptação dos trabalhadores a tais processos – um discurso que já começava a ser elaborado por Daniel Bell.

Seja no polo do capital, seja no polo do trabalho, não há qualquer classe que se caracterize pela escolha, pela opção, do quanto e como produzir; a dinâmica capitalista é marcada pelo fetichismo e pela reificação<sup>1</sup> justamente por ser, ao mesmo tempo, um produto social que passa a controlar seus reprodutores.

Ainda no debate sobre sujeito histórico, Gorz, na trilha de Offe, recorre à comparação numérica entre proletariado industrial e outros contingentes de trabalhadores, como se a diminuição quantitativa dos trabalhadores industriais relativamente aos trabalhadores em serviços fosse uma demonstração do deslocamento da centralidade do proletariado enquanto sujeito. A partir da próxima seção, passamos à crítica desses argumentos do fim da sociedade do trabalho.

### **A centralidade do trabalho e um novo momento político**

O geógrafo David Harvey, escrevendo na mesma década em que Gorz e Offe publicaram os textos aqui mencionados, defende uma tese possivelmente mais rea-

---

<sup>1</sup> Está fora do escopo deste artigo desenvolver uma discussão sobre os fenômenos do fetichismo e da reificação (que, em verdade, encontram-se na temática da alienação). Como qualquer categoria do universo marxiano, não existem definições sintéticas deles como conceitos, sendo necessário refazer a trajetória das principais obras e manuscritos de Marx para se chegar a uma compreensão mais total daqueles fenômenos. Todavia, a fim de aclarar o argumento que apresentamos, segue importante citação sobre o que tratamos aqui como fetichismo: “O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho como características objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos. Por meio desse quiproquó os produtos do trabalho se tornam mercadorias, coisas físicas metafísicas ou sociais. [...] Não é mais nada que determina a relação social entre os próprios homens que para eles aqui assume a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas. [...] Isso eu chamo o fetichismo que adere aos produtos de trabalho, tão logo são produzidos como mercadorias, e que, por isso, é inseparável da produção de mercadorias.” (MARX, 1996, p. 198-199). José Paulo Netto destaca um traço essencial desse fenômeno: “É de reter aqui um traço fundamental do fetichismo, que, enunciado em outras formulações, alcança nesta uma notável clareza: a supressão das mediações sociais que ele opera, subsumindo-as numa coisa substantiva e autônoma” (1981, p. 51; grifos do autor). Sobre a reificação, como fenômeno complementar ao desenvolvimento do fetichismo, ver *História e Consciência de classe*, de Georg Lukács.

lista em relação aos outros dois autores, pois, ao levar em consideração que o modo de produção capitalista, baseado na exploração no interior das relações de trabalho, definitivamente não se encerrou, consegue captar como aqueles conflitos de classe, próprios da “sociedade industrial” – para recorrer à categorização de Daniel Bell – não se encerraram, e sim mudaram de forma. Se no alvorecer de novas sociedades é muito delicado defender uma teleologia, com a repetição ao longo de séculos de certos fenômenos, os sujeitos tornam-se capazes de entendê-los e, mais do que isso, intervir neles de acordo com certos objetivos.

Na realidade, não se trataria de uma marginalização do trabalho em geral, mas de uma reconfiguração do próprio capitalismo para lidar com suas crises periódicas, as quais sempre são econômicas e políticas concomitantemente. Harvey defende que a recessão de 1973 “pôs em movimento um conjunto de processos que solaparam o compromisso fordista. Em consequência, as décadas de 70 e 80 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político” (HARVEY, 1992, p. 140). Seguir-se-ia a esse período de transição o que o autor denomina de regime de acumulação flexível, o qual se apoiaria

na flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional. [...] *O trabalho organizado foi solapado pela reconstrução de focos de acumulação flexível em regiões que careciam de tradições industriais anteriores e pela reimportação para os centros mais antigos das normas e práticas regressivas estabelecidas nessas novas áreas* (HARVEY, 1992, p.140-141; grifo nosso).

As mudanças na configuração da classe trabalhadora, a sua heterogeneização, em consonância com as transformações nas formas de organização dos processos de trabalho, foram acompanhadas de um extenso e profundo desmonte do movimento sindical. As novidades sociológicas – mas parcialmente novas – na classe trabalhadora encontradas pelos pensadores do fim da sociedade do trabalho envolvem uma diluição da principal instância de conformação das identidades e interesses.

Poderia ser argumentado que as próprias mudanças na esfera do trabalho acarretaram uma desmobilização dos trabalhadores, justamente por sua subjetividade ter transitado, enquanto produto, do trabalho para a “vida cotidiana”. Ocorre que a própria crise mencionada por Harvey forçou o solapamento do sindicalismo enquanto uma solução política:

A gradual retirada de apoio ao Estado do bem-estar social e o ataque ao salário real e ao poder sindical organizado, que começaram como necessidade econômica na crise de 1973-1975, foram simplesmente transformados pelos neoconservadores numa virtude governamental.[...]

Na medida em que o aumento da competição internacional em condições de crescimento lento forçou todos os Estados a se tornarem mais ‘empreendedores’ e preocupados em manter um clima favorável aos negócios, a força do trabalho organizado e de outros movimentos sociais tinha de ser contida (HARVEY, 1992, p. 158).

No fundo, o que está em discussão é a questão da relação entre ser de classe e ter consciência de classe, uma polêmica em aberto que está fora do escopo deste trabalho abordá-la em profundidade. Todavia, há que se reconhecer o papel fundamental – mas não unívoco – exercido pelos sindicatos nessa relação. Se em boa parte da história do modo de produção capitalista, o sindicato foi ao mesmo tempo propulsor e expressão da classe trabalhadora, se reconhecendo enquanto tal, no período da acumulação flexível o advento do toyotismo (ou modelo japonês) na organização da produção e dos processos de trabalho trouxe paralelamente uma reconformação do sindicalismo, agora identificado com o universo patronal valorativo e de interesses:

Parece desnecessário lembrar que essas práticas subordinam os trabalhadores ao universo empresarial, criando as condições para a implantação duradoura do *sindicalismo de envolvimento*, em essência um sindicalismo *manipulado* e *cooptado*. Foi a partir destes condicionantes históricos que se gestou o modelo japonês, que aqui estamos chamando de *toyotismo* (ANTUNES, 2000, p. 33-34; grifos do autor).

Trata-se, assim, de uma nova forma de amoldar os trabalhadores à ordem capitalista. Mais do que a coerção de uma classe que tem consciência de ser uma classe, com interesses próprios, tem-se agora mecanismos de convencimento para que os próprios trabalhadores deslegitimem qualquer possibilidade de sentido em identificarem-se enquanto uma classe social:

A subsunção do ideário do trabalhador àquele veiculado pelo capital, a sujeição do *ser* que *trabalha* ao “espírito” Toyota, à “família” Toyota, é de muito maior intensidade, é *qualitativamente* distinta daquela existente na era do fordismo. Esta era movida centralmente por uma lógica mais *despótica*; aquela, a do toyotismo, é mais *consensual*, mais *envolvente*, mais participativa, em verdade mais *manipulatória* (ANTUNES, 2000, p. 42; grifos do autor).

Assim, a defesa aqui é de que essas drásticas mudanças na organização do trabalho e no perfil da classe trabalhadora – na “forma de ser” da classe, nas palavras

de Ricardo Antunes (2000) – não se traduzem no fim da centralidade do trabalho na definição de identidades e interesses. Ele continua como centro de gravidade na conformação de subjetividades, só que ideologizadas, quer dizer, em compasso com os valores e ideias das classes dominantes. A citação mais longa a seguir traz importantes elementos para entender os desdobramentos desse processo:

Essas transformações também afetaram as ações e práticas de greves, que tiveram sua eficácia em alguma medida reduzida em decorrência da fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores. Ao longo da década de 1980 pôde-se constatar uma diminuição dos movimentos grevistas nos países capitalistas avançados, que por certo advém das dificuldades de aglutinar, numa mesma empresa, os operários “estáveis” e aqueles “terceirizados”, que trabalham por empreitada, ou os trabalhadores imigrantes, segmentos que não contam, em grande parte, nem mesmo com a presença de representação sindical. Tudo isso dificulta ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores, fundada em um sentimento de *pertenecimento de classe* [...] (ANTUNES, 2000, p. 72; grifos do autor).

Ao lado dessa radical alteração no seio do movimento sindical, há que se considerar ainda a ampliação de certos fenômenos que dificultam (quando não impossibilitam) a própria sindicalização. Não casualmente, é justamente o conjunto de trabalhadores de alta mobilidade e rotatividade reunidos por Gorz sob a denominação comum de neoproletariado o segmento da classe trabalhadora mais atingido por esse processo:

Ou seja, enquanto vários países de capitalismo avançado viram decrescer os empregos em tempo completo, paralelamente assistiram a um aumento das formas de subproletarização, através da expansão dos trabalhadores parciais, precários, temporários, subcontratados etc. (ANTUNES, 2000, p. 53).

Quanto ao predomínio numérico dos trabalhadores empregados no setor de serviços (a despeito das polêmicas do que sejam serviços), pode-se contrapor dois argumentos. O primeiro diz respeito ao quanto os trabalhadores de serviços se diferenciam dos trabalhadores industriais. No aspecto concreto, enquanto atividades específicas, há óbvias diferenças; todavia, isso se aplica aos diversos trabalhos executados pelos próprios operários (a atividade de um metalúrgico é muito diferente da atividade do petroleiro, por exemplo), um fato cuja percepção imediata funciona como um primeiro bloqueio para a superação de mobilizações corporativas, restritas a uma única categoria profissional. No aspecto abstrato, enquanto processos de trabalho que produzem ou não valor, aquele predomínio numérico dos trabalha-

dores em serviços não se traduz em um deslocamento da centralidade do trabalho produtivo – quer dizer, do trabalho consumido em processos produtivos não só de valor, mas também de mais-valia –, o que coloca em questão a terceira e quarta teses de Bell (pois trabalhadores em serviços também estão inseridos em relações de valorização de capital, através de contratos de trabalho estabelecidos com proprietários de capital; Bell falha por sua orientação positivista, ao abstrair dos dados estatísticos coligidos as relações sociais correspondentes):

A atual dinâmica do capital, seja ela moderna, contemporânea, pós-moderna, globalizada, ou seja qual for o apelido com que a ideologia capitalista se [reveste], é ainda uma dinâmica do capital, ou seja, ainda existe na extração de mais-valia, de trabalho vivo. [...]

Do ponto de vista do capital, não basta vender a força de trabalho, mas vendê-la para um proprietário privado dos meios de produção, que a consumirá produzindo mais-valia, ou seja, consumi-la no interior de um processo de trabalho “produtivo”. Mas, se assim fosse, proletariado não seriam apenas os trabalhadores “produtivos”, confundindo essa categoria com a dos operários industriais?

Aí está a raiz do erro que identificará o fenômeno da aparente diminuição do proletariado. Primeiro, que o setor produtivo não pode se restringir aos “operários industriais” [...] uma vez que, para Marx, fica evidente que o caráter produtivo de um trabalho ou serviço não se define por sua natureza, mas pela relação que estabelece com o capital, ou seja, produzindo ou não mais-valia. Assim, o mesmo trabalho ou serviço pode ou não ser produtivo (IASI, 2007, p. 116-117).

O segundo argumento diz respeito à discussão do sujeito histórico. Convertê-la em uma questão de maioria/minoria é utilizar um parâmetro de regimes políticos democráticos e, enquanto tais, historicamente definidos. Retomando a primeira tese de Daniel Bell, segundo Bertero:

A classe operária já não é mais tão expressiva quanto o fora. Ela representa agora uma minoria cada vez mais insignificante na sociedade avançada, em franco trânsito à sociedade pós-industrial – digo isso porque, segundo Bell, ela estaria vivendo, no último quartel do século passado, a passagem de uma a outra forma (2005, p. 1).

Mas processos revolucionários – com seus sujeitos históricos – transcendem temporalmente essa regra, que é relativa a certas decisões políticas. Generalizá-la para todas as dimensões da vida social, e, além disso, para todas as épocas históricas<sup>2</sup>, parece-nos muito com uma ideologia pretensiosamente científica, pois a regra

---

<sup>2</sup> Estamos assumindo aqui a alta probabilidade de que, implicitamente, e mais do que isso, inconscientemente, Bell leva em conta, na categorização “pré-industrial, industrial, pós-industrial”, o critério de maiorias/minorias, e não somente na suposta passagem da sociedade industrial para a pós-industrial.

democrática é tomada como pressuposto, como dada, sem qualquer autocrítica de suas determinações e limites, procedimento necessário à ciência social que, sem escapar a certa moldura ideológica, inspira também ao máximo de validade (MÉSZÁROS, 2008).

É por isso que, de partida, pode-se criticar a primeira tese de Daniel Bell como, ao menos, ideológica. Assim, devemos buscar a raiz do sujeito histórico em outra dimensão:

A classe universal representa os interesses gerais da sociedade, mas nada indica que ela deva ser a maioria dessa “sociedade”. O exemplo clássico é a própria burguesia, desde sempre uma classe minoritária, mas que no quadro da crise do modo de produção feudal logrou representar, com sua ação e interesses particulares, o todo da sociedade em movimento (IASI, 2007, p. 114).

De uma forma geral, não apenas a primeira tese, mas todo o conceito formulado por Daniel Bell é ideológico. Isso não quer dizer que os fatos específicos nos quais se apoia sejam incorretos, mas sim que o uso feito deles é equivocado. Como afirmou Mandel, citando o conceito de Bell:

A crença na onipotência da tecnologia é a forma específica da ideologia burguesa no capitalismo tardio. (...) A noção de uma “sociedade pós-industrial”, na qual se supõe que a estrutura social é dominada por normas de “racionalidade funcional”, corresponde à mesma tendência ideológica (1985, p. 351).

O autor defende que essa ideologia tem quatro determinações: 1) é reificada, pois coloca a tecnologia e a ciência como autônomas em relação às decisões humanas (têm um desenvolvimento de leis naturais e incessantes); 2) é incompleta e, por isso, incoerente ao falhar em explicar o retrocesso da razão; 3) promete algo que não se cumpre, pois afirma que a sociedade pós-industrial pode integrar o trabalhador em seu trabalho como uma atividade de autorrealização; 4) é uma mistificação: “*O verdadeiro ídolo do capitalismo tardio é, portanto, o ‘especialista’ cego a todo o contexto global; o equivalente filosófico dessa especialização técnica é o neopositivismo*” (MANDEL, 1985, p. 357; grifo do autor). Quanto à terceira, que nos interessa principalmente pelo significado político, contra-argumenta Mandel, citando ainda obra anterior de Daniel Bell (*O fim da ideologia*):

A tese da abolição, reconciliação ou repressão de todas as contradições – o fim de todas as ideologias – não passa, ela mesma, de ideologia ou falsa consciência. Sua função objetiva é simplesmente convencer as vítimas do trabalho alienado de que não faz sentido

rebelar-se contra ele. Assim, não consegue explicar as novas explosões periódicas de rebelião, a não ser por meio de clichês psicológicos. Mas, como toda ideologia, não é apenas uma “fraude”, mas um reflexo específico e socialmente determinado da realidade que mistifica (MANDEL, 1985, p. 353).

Por fim, também ele chamou a atenção para a *industrialização* dos serviços, quer dizer, para o fato de que as “atividades superestruturais” são incorporadas aos ciclos de produção de valor e mais-valia (lembrando que a consequência direta deste fato é que os trabalhadores em serviços, na medida que forem produtivos, são tão centrais na reprodução da sociedade capitalista quanto os trabalhadores industriais): “Muitas dessas atividades já se organizam hoje em termos industriais: são produzidas para o mercado e têm por objetivo a maximização do lucro” (MANDEL, 1985, p. 352).

### Considerações finais

Essas reconfigurações socioeconômicas e políticas apontam para uma visualização diversa da questão inicial sobre a subjetividade da classe trabalhadora proposta pelos autores aqui criticados. Não é que o trabalho perdeu centralidade na formação de identidades e interesses dos próprios trabalhadores, muito menos que estejamos vivenciando o próprio fim da sociedade do trabalho, o que significaria uma tendência decrescente do contingente populacional reconhecido como força de trabalho, algo não verificado (como indica a Figura 3).

Figura 3:

<b>Força de trabalho, emprego e desemprego na OCDE</b> Países selecionados 1993-2009 (em milhões de pessoas)											
<b>Força de trabalho</b>	<b>1993</b>	<b>1997</b>	<b>1999</b>	<b>2001</b>	<b>2003</b>	<b>2004</b>	<b>2005</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009<sup>(1)</sup></b>
Sete maiores países <sup>(2)</sup>	326,6	337,5	342,7	349,2	353,3	355,3	358,4	361,6	364,3	366,6	367,6
Total dos países menores <sup>(3)</sup>	166,1	180,1	184,2	188,4	192,9	196,5	199,1	202,3	205,2	208,6	210,1
<b>TOTAL OCDE</b>	<b>492,6</b>	<b>517,6</b>	<b>526,9</b>	<b>537,7</b>	<b>546,2</b>	<b>551,8</b>	<b>557,5</b>	<b>563,9</b>	<b>569,5</b>	<b>575,2</b>	<b>577,7</b>
<b>Número de empregados</b>											
Sete maiores países <sup>(2)</sup>	303,6	315,9	322,2	328,9	330,0	332,8	336,4	340,7	344,6	345,2	337,1
Total dos países menores <sup>(3)</sup>	152,4	166,9	171,0	175,4	178,4	181,6	184,6	189,1	193,1	195,9	191,5
<b>TOTAL OCDE</b>	<b>456,0</b>	<b>482,8</b>	<b>493,1</b>	<b>504,4</b>	<b>508,4</b>	<b>514,4</b>	<b>521,0</b>	<b>529,9</b>	<b>537,6</b>	<b>541,1</b>	<b>528,6</b>
<b>Número de desempregados</b>											
Sete maiores países <sup>(2)</sup>	23,0	21,6	20,6	20,3	23,3	22,5	22,0	20,9	19,7	21,4	30,6
Total dos países menores <sup>(3)</sup>	13,6	13,2	13,2	13,0	14,5	14,9	14,5	13,2	12,1	12,7	18,5
<b>TOTAL OCDE</b>	<b>36,6</b>	<b>34,8</b>	<b>33,8</b>	<b>33,3</b>	<b>37,8</b>	<b>37,4</b>	<b>36,5</b>	<b>34,0</b>	<b>31,9</b>	<b>34,1</b>	<b>49,1</b>

■ Fonte: OECD, Economic Outlook 85  
 Elaboração: DIEESE  
 Notas: (1) Estimativas e projeções  
 (2) Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Reino Unido e Estados Unidos  
 (3) Inclui todos os países da OCDE menos os 7 maiores países

Fonte: Anuário dos Trabalhadores, 10ª edição. São Paulo: DIEESE, 2009.

A tabela abaixo compara os crescimentos, no âmbito dos países da OCDE, do contingente empregado como força de trabalho e da população total desses países. Nota-se que o crescimento da força de trabalho é sempre maior que o crescimento populacional (a única exceção ficando entre 2008 e 2009, muito provavelmente como efeito da mais recente crise mundial). Se, por um lado, a diferença percentual é pequena, por outro devemos ter em conta de que falamos da ordem de milhões de pessoas, e, mais importante ainda, o fato de que os países de crescimento mais acelerado a partir de 2003 não compõem a OCDE, ainda que possam participar como observadores. Apenas para citar os casos mais significativos, nestes números não estão inclusos Brasil, Rússia, Índia e China (ressaltando que estes dois últimos têm uma população na casa dos bilhões de pessoas).

	1997	1999	2001	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Força de trabalho	5	1,8	2	2	1	1	1,1	1	1	0,4
População	0,72	0,69	0,72	0,69	0,69	0,6	0,66	0,7	0,68	0,6

Fonte: OCDE. Elaboração do autor.

Adentrou-se um período do modo de produção capitalista no qual os mecanismos de coerção e convencimento, paralelamente às reestruturações produtivas marcantes do regime de acumulação flexível – o que quer dizer fragmentação e dispersão da classe trabalhadora –, disseminam-se em um grau tão profundo na vida social que as novas gerações de trabalhadores mal chegam a ter contato com expressões relativamente autônomas da classe consciente de si, como os sindicatos.

Retomando as ideias desenvolvidas na introdução, a proposição aqui é a de que não há necessidade de mais hipóteses especificamente sobre o suposto fim da centralidade do trabalho. Sem negar que existam dados empíricos propícios à aceitação dessa tese, queremos sugerir a necessidade de se aprofundar estudos para buscar como se constitui a contradição entre centralidade do trabalho como essência e não centralidade do trabalho como aparência (lembrando que este termo não é sinônimo de falsidade, mas se aproxima de “forma de expressão”). Por nada no capitalismo ser estanque, nenhum conflito ser suprimido por longo prazo, deve-se buscar entender como, a partir dessa própria centralidade, as inovações nas formas de organização do trabalho reiteram identidades e interesses divergentes daqueles da classe trabalhadora enquanto sujeito histórico. Nossa preocupação aqui é com o que seja, talvez, uma ciência social simplificadora, positivista, que não ultrapassa o

nível dos “dados”, que não se dedica a reconstruir idealmente o processo a partir do qual eles são produtos. Como exemplo, olhemos para o caso de um gerente de empresa (que é assalariado, não estamos nos referindo a proprietários/acionistas) de capital privado (portanto, produtivo):

Há uma ambiguidade na sua existência, com reflexos na consciência: como membro de classe, pertence ao proletariado; como membro de estrato, pertence aos estratos socialmente mais elevados. *Conquanto isto contradiga a sua situação de classe, não a invalida. Apenas a encobre. Os estratos são categorias empíricas, fenomênicas. As classes, ao contrário, são categorias históricas e estruturais e, por isso mesmo, gerais, abstratas.* Não há relação mecânica entre esses dois níveis da realidade social e sim mediações, assim como entre a existência e a consciência social (BERTERO, 2005, p. 13; grifos nossos).

Melhor dito, talvez estejamos vivenciando uma dinâmica de intensa e periódica (re)construção da subjetividade dos trabalhadores que oculta a centralidade do trabalho na sociedade capitalista.

## Referências

- ANTUNES, R. (2000). *Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho*. São Paulo, Cortez.
- BERTERO, J. F. (2005). *Sobre a sociedade pós-industrial*. Comunicação apresentada no IV Colóquio Marx e Engels em Campinas-SP. Disponível em <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT3/gt3m2c4.pdf>>. Acesso em: 14 jun. 2012.
- GORZ, A. (1982). *Adeus ao proletariado*. Rio de Janeiro, Forense Universitária.
- HARVEY, D. (1992). *A condição pós-moderna*. São Paulo, Loyola.
- IASI, M. (2007). *Ensaio sobre consciência e emancipação*. São Paulo, Expressão Popular.
- MANDEL, E. (1985) *O capitalismo tardio*. São Paulo, Nova Cultural.
- MARX, K. (1996). *O Capital: crítica da economia política*. Vol. I, tomo I. São Paulo, Nova Cultural.
- MÉSZÁROS, I. (2008). *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo, Boitempo.
- NETTO, J. P. (1981). *Capitalismo e reificação*. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas.
- OFFE, C. (1984). *Capitalismo desorganizado*. São Paulo, Brasiliense.

*Recebido em abril/2012  
Aprovado em julho/2012*

## ANEXO 1

### **E-mail e celular estendem jornada de trabalho para casa e até as férias**

Tecnologia eleva número de horas trabalhadas; brasileiro também passa mais tempo no escritório. Expansão da economia e promoções ajudam a explicar aumento da carga horária, aponta pesquisa.

#### **Érica Fraga, de São Paulo**

“Eu olho e-mail em casa, andando na rua, no restaurante. Parece que o trabalho não me deixa”. A declaração da publicitária Júlia Eboli, coordenadora de marketing da Tecla Internet, mostra a realidade de um contingente cada vez maior de profissionais. A combinação entre crescimento mais intenso da economia e avanço nas tecnologias de comunicação tem resultado em aumento das horas trabalhadas no Brasil.

Sete em cada dez profissionais – que ocupam cargos como analista, gerente e supervisor – afirmam que passam mais tempo no escritório hoje do que há cinco anos.

Mais da metade diz que o teto da carga horária no escritório saltou de oito para dez horas diárias, e quase 80% são acionados nos momentos de lazer e descanso via mensagens no celular.

Nem as férias escapam: mais de 50% dos funcionários de empresas que atuam no país respondem a e-mails de trabalho nesse período.

Esses são resultados de pesquisa feita pela Asap, consultoria de recrutamento de executivos, a pedido da **Folha**. Foram ouvidas 1.090 pessoas com renda mensal entre R\$ 5.000 e R\$ 15 mil.

A expansão da economia e as promoções no trabalho são as razões para o aumento da carga horária de trabalho, indica a maior parte dos entrevistados.

“Nossa empresa é vítima positiva da expansão do crédito. Estamos trabalhando mais”, diz Daniel Polistchuck, diretor de tecnologia da Crivo, que desenvolve programas para análise de crédito.

Para Carlos Eduardo Ribeiro Dias, sócio e presidente-executivo da Asap, há um descompasso entre o ritmo do mercado de trabalho e o de formação acadêmica e profissional. “As pessoas estão sendo promovidas mais cedo, mas nem sempre estão preparadas. O resultado: trabalham mais.”

#### **Tecnologia**

O avanço da tecnologia tem aproximado mais o profissional do trabalho. “Hoje, há aplicativos de comunicação instantânea que te acompanham o dia todo no celu-

lar. Tento me policiar, mas passei a trabalhar mais”, diz o espanhol Jose Luis Gallardo, gerente de canais da Kingston no Brasil.

Rodrigo Vianna, diretor da HAYS, empresa de recrutamento de executivos, diz que, sem as novas tecnologias, “as pessoas viveriam praticamente dentro das empresas”.

“Com a globalização, não há mais fuso horário. É preciso ficar ligado o tempo todo. A tecnologia, nesse sentido, veio para ajudar.”

Mas o excesso de trabalho tem consequências. Para Elaine Saad, gerente-geral da Right Management, o brasileiro tem forte apego à tecnologia e exacerba o uso de mensagens pelo celular. “Isso faz que as pessoas trabalhem no horário do descanso. E, se você não responde a um e-mail e seu colega responde, você fica com medo de perder o emprego.”

Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*, Caderno Mercado, 28/11/2011.

## ANEXO 2

### **Ficou mais difícil determinar a hora do lazer e a hora do trabalho**

**Regina Madalozzo, Especial para a Folha**

No livro “Alice Através do Espelho”, de Lewis Carroll, a personagem Alice é confrontada pela Rainha de Copas: “É preciso correr o máximo possível para ficar parado no mesmo lugar”.

O que parece impossível é realidade: no trabalho competitivo, cada pessoa precisa se dedicar ao máximo para manter seu emprego e sua empregabilidade. Foi por meio de computadores portáteis e de telefones com aplicativos que passamos a trabalhar mesmo em horário de folga. Num passado remoto, era plenamente possível separar o tempo gasto no trabalho e o tempo dedicado à vida pessoal.

Hoje, em segundos, é possível enviar e atender demandas. Fica bem mais complicado determinar a hora do trabalho e a hora do lazer. Mas a tecnologia, com implicações terríveis para nosso bem-estar – como doenças relacionadas ao estresse, perda da felicidade, decepção com o trabalho –, permitiu a jornada flexível e o trabalho à distância.

De fato, uma conquista, em algumas empresas, foi permitir que o próprio funcionário escolha quando e de onde trabalhar. O que importa não é o tempo dentro da empresa, mas o que é entregue a ela.

Como a biologia, que estuda a seleção natural das espécies, o mercado de trabalho encontra formas de selecionar os melhores indivíduos. Cabe a cada um estabelecer os limites que julgar necessários, ciente das consequências – seja para a saúde ou para a carreira.

Algumas empresas celebram a corrida da seleção natural, outras buscam coordenar os objetivos de eficiência e lucratividade com indivíduos satisfeitos com o trabalho e a vida pessoal. O que você escolhe?

Regina Madalozzo é Ph.D. pela Universidade de Illinois e professora do Insper.  
Fonte: Jornal *Folha de São Paulo*, Caderno Mercado, 28/11/2011.

## O rio e a montanha: uma análise comparativa das fontes budistas em *Sidarta* de Hermann Hesse e *Os vagabundos iluminados* de Jack Kerouac<sup>1</sup>

Jorge Gonçalves de Oliveira Júnior\*

**Resumo:** O presente artigo tem por objetivo comparar duas obras literárias, a saber: *Os Vagabundos Iluminados* de Jack Kerouac e *Sidarta* de Hermann Hesse, analisando a maneira como elas utilizaram as fontes budistas e como a tradução literária revela os usos ocidentais dessas mesmas fontes, e também a maneira como o conceito de indivíduo, em uma perspectiva mausseana, é tratado por elas.

**Palavras-Chave:** Literatura Comparada, budismo, religião, individualismo, ocidente.

*A veces en las tardes una cara  
nos mira desde el fondo de un espejo;  
el arte debe ser como ese espejo  
que nos revela nuestra propia cara.*

*Jorge Luís Borges – Arte Poética*

### Introdução

Hermann Hesse, último baluarte do Romantismo, um narrador com alma de poeta e estilo elegante, e Jack Kerouac, verborrágico e moderno beatnik, de estilo espontâneo e mais focado no conteúdo que na forma. As diferenças entre os dois são um prato cheio para qualquer estudo de Literatura Comparada, muito mais pelos contrastes do que por qualquer semelhança. Porém, existe pelo menos um elemento capaz de aproximá-los: o interesse pelo Budismo – no caso de Kerouac, uma paixão – e a intenção de transmitir suas experiências e sensações com a religião oriental por meio da estrutura literária ficcional mais difundida no ocidente: o romance.

Os estudos de Literatura Comparada, outrora um ramo da historiografia literária, apresentam-se modernamente como uma área multidisciplinar, interessada não apenas no fenômeno literário em si, mas em evocar diferentes campos das ciências

---

<sup>1</sup> A primeira versão deste artigo foi apresentada como trabalho final à disciplina “Antropologia e Budismo” ministrada, no primeiro semestre de 2011, pela professora Ana Cristina Lopes Nina, a quem agradeço. Agradeço também aos pareceristas pelos comentários, considerações e indicações bibliográficas, e à Patricia Cristina Rodrigues pelas orientações técnicas.

\* Graduando em Ciências Sociais – USP.

humanas a fim de aprofundar e enriquecer o procedimento analítico, conforme esclarece Carvalho (1991, p. 11):

comparar não é justapor ou sobrepor, mas é, sobretudo, investigar, indagar, formular questões que nos digam não somente sobre os elementos em jogo (o literário, o artístico), mas sobre o que os ampara (o cultural, por extensão, o social).

Nesse sentido, este artigo procura cotejar o elemento religioso nas obras literárias em questão, utilizando a teoria antropológica como um “catalisador”, já que ela formula postulados altamente relevantes para o aspecto analisado. Não se pretende, porém, esgotar o assunto, mas apenas demonstrar que é possível levantar aspectos instigantes e até chegar a algumas conclusões interessantes por meio desse tipo de levantamento multidisciplinar.

*Sidarta* de Hermann Hesse foi publicado em 1922 e, assim como outras obras do autor, sempre volta à tona quando o ocidente se vê em crise com seus valores materialistas e busca respostas na inesgotável fonte espiritual e filosófica do oriente. Clarke (1997) analisa cuidadosamente esse fenômeno, mostrando como “ondas” de orientalismos alimentaram o século XX com novos olhares e perspectivas. Foi assim no período pós Primeira Guerra, quando o romance veio a público e também nos anos 60, nos EUA, durante a crise do Vietnã. Atualmente o interesse por esse autor entre as camadas mais jovens também vem se intensificando.

*Os vagabundos iluminados* de Jack Kerouac foi publicado em 1958, um ano antes do início do conflito no Vietnã, e é uma das obras mais lidas do autor – atrás apenas de *On the road* (1957), considerada a “bíblia hippie” – mas com certeza, juntamente com os escritos de Allan Watts, Allen Ginsberg e Gary Snyder, é um dos principais elos literários entre o pensamento budista e a ideologia hippie que se expandiram na década de 60. Assim como em Hesse, a obra contém uma série de críticas ao materialismo e, dessa forma, continua despertando interesse entre os que buscam alternativas para os valores baseados no individualismo e utilitarismo predominantes no ocidente.

Geralmente as análises feitas sobre o budismo nessas duas obras tendem a dois extremos: pode-se interpretá-lo como uma visão “alienada” do mundo, já que propõe uma atitude introspectiva e até escapista em relação à vida e, dessa forma, incentivaria uma postura contrária ao enfrentamento dos problemas históricos em nome de uma trajetória pessoal de iluminação; ou ao contrário, também se costuma

interpretá-lo como índice máximo de rebeldia e crítica ao *status quo*, como pensamento panfletário pela paz mundial. Essas duas tendências podem ser rapidamente vislumbradas na análise panorâmica feita por Otto Maria Carpeaux, na orelha da edição brasileira de *Sidarta*, em 1974:

O budismo de Hesse não é quietista nem evasioneiro; seu livro *Viagem ao Oriente* (*Die Morgenlandfahrt*) é mesmo um dos mais rebeldes que escreveu. Tampouco tem pontos de contato com o budismo ginástico que foi descoberto pelos beatniks americanos, “rebeldes sem causa”. A rebelião de Hesse tem causa: é a paz do mundo, a externa e a interior.

A presente análise deverá evitar um extremo e outro, pois o caminho pretendido é o das fontes budistas presentes nos romances. Dessa forma, a intenção é iluminar alguns aspectos na rede de afinidades que existe entre as duas obras e entre o pensamento budista e ocidental, observando de que maneira certos elementos da religião do Tibete são utilizados por esses dois artistas ocidentais em dois períodos e em dois estilos bem diferentes. Embora algumas considerações estéticas surjam aqui e ali, elas só serão observadas na medida em que lançarem luz sobre o diálogo cultural, foco deste exame.

### ***Sidarta***

O romance *Sidarta* é conhecido como o resultado de uma viagem empreendida pelo alemão Hermann Hesse pela Índia em 1910, quando o autor entrou em contato direto com a história do Buda Gautama, com a filosofia budista e com a tradição hinduísta. Apesar do nome do protagonista e do título parecer se referir diretamente ao Sakiamuni, ou seja, o Buda Gautama, figura central da religião budista; o Sidarta do livro é outro indivíduo, que vive sua trajetória paralelamente ao xará histórico. A estratégia do autor foi contar uma história fictícia paralela e entrelaçada à história consagrada a fim de expressar livremente seu ponto de vista a respeito da “iluminação”, sem precisar ficar preso à narrativa mítica original e correndo menos risco de ferir quaisquer princípios religiosos.

A obra é narrada em estilo solene, típico das histórias sagradas, por um narrador onisciente, como podemos observar logo nas primeiras linhas:

À sombra da casa, ao sol da ribeira, perto dos barcos, na penumbra do salgueiral, ao pé da figueira, criou-se Sidarta, belo filho de brâmane, jovem falcão, junto com Govinda, seu amigo, filho de brâmane (HESSE, 1976[1922], p. 5).

A narrativa é pontuada por descrições ricas, carregadas de impressões sensoriais, que levam a imaginação do leitor a um oriente atemporal, e que encontra correspondências e ecos na imaginação ocidental:

Enquanto passeava pelas sendas rosadas do figueiredo, enquanto se mantinha sentado na penumbra azulada do bosque da contemplação, enquanto abluía o corpo no cotidiano banho expiatório, ou fazia sacrifícios rituais no mangueiral envolto em sombras profundas, fazendo gestos de primorosa correção, despertando amor em toda gente, deliciando a todos, não sentia, ainda assim, nenhuma satisfação em sua própria alma (HESSE, 1976[1922], p. 6).

E também por monólogos interiores do protagonista em discurso indireto livre, que desde as primeiras páginas retratam a angústia que o moverá durante sua trajetória:

Começava a vislumbrar que seu venerando pai e seus demais mestres, aqueles sábios brâmanes, já lhe haviam comunicado a maior e a melhor parte dos seus conhecimentos: começava a perceber que eles tinham derramado a plenitude do que possuíam no receptáculo acolhedor que ele trazia em seu íntimo. E esse receptáculo não estava cheio; o espírito continuava insatisfeito; a alma andava inquieta; o coração não se sentia saciado. As abluções, por proveitosas que fossem, eram apenas água; não tiravam dele o pecado; não curavam a sede do espírito; não aliviavam a angústia do coração. Excelentes eram os sacrifícios e as invocações dos deuses — mas que lhe adiantava tudo isso? Propiciariam os sacrifícios a felicidade? (HESSE, 1976[1922], p. 7).

Na obra, Sidarta é um brilhante filho de brâmane com uma carreira promissora que, insatisfeito com o vazio das liturgias religiosas, as quais para ele estão aquém do verdadeiro sentido do Atman – princípio sagrado no hinduísmo, algo como “essência divina” – resolve abandonar tudo e juntar-se aos ascetas samanas, no que é seguido por um companheiro fiel e amigo de infância: Govinda. Porém, mesmo entre os samanas, Sidarta desconfia que as práticas ascéticas não cumprem o que prometem, pois suas técnicas levam ao esquecimento do próprio eu, mas com resultados pouco duradouros. É então que ouvem falar do iluminado Gotama, este sim o próprio Buda Sakiamuni, e resolvem seguir ao seu encontro. Após ouvir o dharma – o conhecimento, a lei – Govinda resolve aceitar e seguir a nova doutrina; mas Sidarta, mesmo percebendo que tudo o que o iluminado dizia exalava a verdade mais pura, sentia que tudo aquilo só podia ser alcançado por meio da vivência pessoal e não pelo conhecimento; então ele parte mais uma vez. Logo decide não buscar mais nenhum mestre e viver a sua própria experiência individual, olha ao redor e se sente mais vivo do que nunca, como se o mundo surgisse naquele momento. Eis que então

conhece a prostituta Kamala e é através dela que ele conhecerá o mundo e suas delícias: o *Sansara* – o mundo material, na verdade o fluxo de mortes e renascimentos da natureza. Em seguida, consegue emprego com um comerciante rico e aprende a comer em demasia, a tomar vinho, a jogar e a amar, até quase deixar de ouvir a sua voz interior. Nesse ponto de sua história, ao pé de sua mangueira, em seu jardim, sente a inutilidade e o vazio do ato de possuir “coisas” e resolve mais uma vez partir. Pensa em se matar atirando-se em um rio, mas quando vislumbra suas águas resolve proferir o *Om* – o mais importante mantra do hinduísmo, o “som do universo” – então se acalma e dorme. Na manhã seguinte, após um breve reencontro com o monge budista Govinda, que não o reconheceu em suas roupas de rico comerciante, desce o rio até a casa do barqueiro viúvo Vasudeva e decide estabelecer-se com ele e, como ele, tornar-se um discípulo do rio. Ali Sidarta envelhece, mas sua trajetória ainda terá uma surpresa. Kamala, agora convertida ao budismo, atravessa o rio para prestar culto ao falecido Gotama e traz consigo o filho de seu relacionamento com Sidarta, porém, devido ao ataque de uma serpente, Kamala morre, deixando a criança com os barqueiros. Nesse momento, Sidarta sofre sua maior provação: o amor; pois é pelo filho, mimado e ingrato, que o protagonista sentirá mais intensamente esse sentimento. O menino, insensível à bondade e humildade do pai e com saudade dos luxos que possuía, após inúmeras humilhações que infringiu ao seu pobre velho, foge. Sidarta tenta procurá-lo, mas é dissuadido pelo amigo Vasudeva que relembra o fato de que o próprio Sidarta também abandonou seu pai quando iniciou sua busca. Quando Sidarta finalmente se resigna com a inutilidade de seus esforços para agradar ou preservar o filho, Vasudeva parte para a floresta e Sidarta vê, em seu semblante, a calma iluminada que reconhecera no Buda Gotama. Sidarta então permanece em sua atividade cotidiana, de uma margem a outra do rio, até que, certo dia, Govinda vem procurá-lo porque ouviu falar de um barqueiro que também era um grande sábio, sem saber que se tratava de seu antigo amigo de infância. Após reconhecê-lo e conversar com ele, Govinda reconhece o mesmo sorriso que vira no Buda, o sorriso de quem encontrou a paz.

### ***Os vagabundos iluminados***

A obra é um romance autobiográfico em primeira pessoa como a maior parte das obras de Jack Kerouac. A estrutura e o estilo lembram um diário de viagem em que o sublime, o cotidiano e o grotesco se misturam de uma forma muito natural.

Muitos dos diálogos e dos contatos com outros personagens são efêmeros e fragmentários e a realidade se mostra de uma maneira muito mais crua e “suja”, sem o sentido de totalidade que encontramos em Hesse, onde todos os encontros e todas as falas possuem uma relação com o *leitmotiv* da história.

Em um dia qualquer do final de setembro de 1955, bem ao meio dia, peguei um trem de carga que saía de Los Angeles, subi em um vagão aberto e deitei com a cabeça apoiada na minha sacola, com os joelhos cruzados, e fiquei contemplando as nuvens enquanto viajava em direção ao norte, para Santa Bárbara (KEROUAC, 2010[1958], p. 7).

No romance, Ray Smith, alter ego do autor, viaja como clandestino pelas estradas de ferro que cortam os Estados Unidos e, nessas andanças, acaba conhecendo o jovem montanhista e budista Japhy Rider (Gary Snyder) que, apesar de mais jovem, será seu mestre de budismo-zen e de escalada.

Não há uma forma estrutural do tipo “apresentação-complicação-clímax” típica do romance tradicional; as ações se acumulam em uma miscelânea que envolve as figuras humanas encontradas nas caronas pelas estradas e os jovens amigos do narrador, beatnik's e excêntricos, que lhe dão abrigo nos momentos de pouso; além de festas orgiásticas, contato com a natureza, escaladas e sessões de meditação. Chama a atenção a forma como se entrelaçam bebedeiras, sexo e rock'n'roll com as mensagens budistas, sutras e comportamento ascético. Entretanto, pode-se resumir tudo com a expressão do título: “vagabundo do dharma” (*The Dharma Bums*, no original), seres que vislumbraram a inutilidade das convenções materialistas, independentemente de sua compreensão ou conhecimento sobre o budismo. Parece que o narrador inclui nessa categoria qualquer andarilho que comungue com um ideal de simplicidade, negação do individualismo e da busca por prazeres materiais.

Então, após atravessar os Estados Unidos, passar pelo México, correr riscos, fazer amizades e visitar rapidamente a família, Ray Smith despede-se de Japhy, que parte para um mosteiro no Japão, e obedecendo a seus conselhos e orientações, passa um verão inteiro sobre as montanhas, como vigia de incêndio de uma reserva natural no norte dos Estados Unidos, e na solidão eterna das alturas tem sua epifania.

### **As fontes budistas e sua caracterização nas obras**

Hermann Hesse bebeu diretamente de fontes hinduístas, mas ao contrário do que se poderia esperar, sua obra tem uma universalidade que transcende a identi-

ficação com qualquer corrente específica das variantes do budismo existentes. Conceitos-chave como Atman, Sansara, Buda e Nirvana, que já não eram completamente estranhos ao Ocidente, são tratados e explicitados de maneira que qualquer leitor ocidental possa se identificar e se reconhecer neles, pois o autor apresenta-os utilizando uma linguagem e imagens familiares ao público europeu. Dessa forma, seu romance se descola do próprio budismo/hinduísmo enquanto sistemas religiosos, mas é profundo enquanto transmissor do pensamento budista/hinduísta.

Diferentemente, em *Os vagabundos iluminados*, duas vertentes do budismo são representadas por seus personagens principais. Ray/Kerouac, o narrador, se identifica com o budismo mahayana – vertente tibetana, mais ritualizada, mais “colorida” por mitos, divindades e formas rituais – e enxerga relações entre esta vertente e o cristianismo herdado por sua educação familiar; nesse sentido, o personagem também tem uma preferência por uma prática ritualizada e consegue enxergar, em manifestações do cristianismo, mensagens legítimas do dharma. Já Japhy/Snyder, seguidor da doutrina Zen japonesa, não vê sentido nas relações com o cristianismo ou nas manifestações muito ritualizadas, e se concentra basicamente na meditação contemplativa da natureza, possivelmente também por motivos pessoais de origem, pois viveu sua infância em um rancho afastado e em contato íntimo com a floresta. Os diálogos entre Ray e Japhy, em diversos momentos, evidenciam essa disparidade. Neste excerto, Japhy pergunta:

Você gosta mesmo de Cristo, não é?

Claro que gosto. E, afinal, muita gente diz que ele é Maitreya, o Buda profetizado a aparecer depois de Sakyamuni, você sabe, Maitreya significa ‘Amor’ em sânscrito e Cristo só falava de amor.

Ah, não vai começar a pregar o cristianismo para cima de mim [...] (KEROUAC, 2010[1958], p. 208).

Cabe ressaltar que entre os *beat generation* como o próprio Snyder e também Ginsberg o contato mais intenso com o budismo se deu justamente com a vertente Zen-japonesa, através dos escritos e ensinamentos de D.T. Suzuki e seus *Essays in Zen Buddhism*, publicados nos Estados Unidos em 1927. Entretanto, em entrevista para a revista *The Paris Review*, publicada em 1968, Kerouac afirmou serem outras as suas fontes:

What’s really influenced my work is the Mahayana Buddhism, the original Buddhism of Gautama ‘Sàkyamuni, the Buddha himself, of the India of old [...] Zen is what’s left of his Buddhism, or Bodhi, after its passing into China and then into Japan (BERRIGAN, 1968).

Tais diferenças de concepção acabam por revelar a variedade que existe dentro do budismo, mas também o fato de que o homem ocidental, mesmo se inclinando para uma religião que tem por princípio a anulação do ego, tende a buscar a vertente que melhor se adapta a suas inclinações individualistas. Também é necessário considerar que após as reflexões de Mauss (2006[1938]) sobre o a noção de pessoa e de “eu”, compreender a negação da individualidade possui significados diferentes em contextos diversos. Em seu artigo “Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de ‘Eu’”, Mauss afirma que, apenas no ocidente, essa trajetória histórica implicou no “ser indivisível e moral” que acreditamos, erroneamente, ser intrínseca a toda condição humana.

Para Mauss, a partir do sentido primordial de “máscara”, em Roma, desenvolveu-se a “persona” como caráter jurídico, ou seja, como direito das famílias nobres de se identificarem a uma casa, a um “nome”, então *persona* começa a adquirir o sentido de “verdadeira natureza do indivíduo”. Com o cristianismo, a *persona* é dotada de consciência e, assim, de unidade; finalmente, as considerações filosóficas de Descartes, Hume, Kant e Fichte, respectivamente, acrescentaram à complexidade do “Eu” o ser psicológico, como condição da consciência e da ciência: *cogito ergo sum*. Logo, nossa concepção ocidental de “pessoa”, teria se formado há apenas dois séculos, e ainda estaria em processo.

Em *Sidarta* também encontramos uma busca *individualista* no centro da obra – engenhosamente construída em torno de uma estratégia narrativa que busca a identificação do leitor. A grande diferença na trajetória do Buda Gautama com o fictício Sidarta está na inversão da ordem das experiências dos personagens. É sabido que Gautama foi um príncipe que vivia cercado de prazeres, sem saber o que era dor, doença, morte ou velhice, e quando descobriu esses elementos de degradação, partiu em busca de sua cessação, tornando-se um asceta antes de alcançar a iluminação. Pois bem, Sidarta segue um caminho invertido, como descrito no resumo anterior, ele primeiramente é brâmane, depois asceta e só depois de ouvir o precioso dharma do Iluminado é que segue para a vida de prazeres. Para um budista, é como se os “atos” da vida de Buda se manifestassem às avessas, mas para o leitor ocidental o efeito de identificação é muito forte, pois o narrador descreve em detalhes as delícias experimentadas pelo protagonista durante sua vida adulta, que as valoriza e vai se encantando com elas; tal valorização está em consonância com a tradição grego-romano na raiz do ocidente: a elevação do corpo físico, do amor erótico, do

universo dos sentidos, tão bem expressados pela temática horaciana do *carpe diem* e também por dramas sociais muito comuns para o *ethos* ocidental, principalmente nas primeiras décadas do século XX: uma infância e adolescência marcadas pela educação religiosa rígida e por crises místicas, e um encontro com um mundo de dissoluções e de valorização das liberdades individuais no início da vida adulta.

Entretanto, no caso de Sidarta, a própria experiência do Materialismo e do mundo das delícias do Sansara acaba se esvaziando, quase levando o personagem à destruição. Diferentemente de Sakiamuni, que abandona o palácio por compaixão pelas criaturas que sofrem, Sidarta abandona seu palacete porque o mundo da fruição dos prazeres esgotou-se como sentido para sua busca pessoal, ou seja, uma razão centrada na sua busca individualista por iluminação.

Aqui também podemos fazer outras considerações. Hesse, em sua narrativa, faz com que Sidarta siga exatamente os quatro estágios da vida segundo o hinduísmo, os Ashramas: Brahmacharya ou pastar em Brahma (dos 0 aos 24 anos), período de aprendizado e abstinência em que se pratica a autodisciplina e se aprende o dharma e a meditação; Grihasthya ou Samsara (dos 25 aos 49 anos), estágio em que se forma família e se obtém uma carreira profissional; Vanaprastha ou Sannyasin (dos 50 aos 74 anos), momento em que o homem deve viver como eremita, voltando à abstinência e buscando a vida espiritual; e, por último, a fase Sanyasa (75 aos 100 anos) quando o homem se liberta da vida material e abraça a medição definitivamente. Mas também, ao passar por essas fases, Sidarta não apenas as cumpre, como também experimenta a idiosincrasia de caminhos opostos, como se a plenitude, a totalidade só pudesse ser alcançada com a experimentação de todos os dualismos e contradições.

Kuschel (1991), analisando a biografia religiosa de Hesse, percebeu uma dinâmica de crises e reconciliações místicas repercutindo em suas obras, e classificou *Sidarta* como um dos momentos de apaziguamento entre as origens pietistas do autor, os estudos hinduístas (seu avô materno e seus pais eram estudiosos e entusiastas da cultura indiana) e suas angústias pessoais que o levaram, na adolescência, a desfraldar seu niilismo. Assim, o amor universal que tudo aceita e absorve pode ser entendido como a chave para a iluminação do protagonista que, diferentemente do seu amigo Govinda, não se contenta com a contemplação do mundo, mas busca abraçá-lo e vivenciá-lo em todos os conflitos existenciais. O próprio Hesse destacou:

O fato de meu Sidarta não privilegiar o conhecimento, mas o amor, e o fato de recusar o dogma e conferir à vivência e à unidade um papel central apontam para um reencontro

com o cristianismo e marcam até mesmo um traço verdadeiramente protestante (ZELLER apud Carandell, 19??, p. 149).

O “amor” aqui só faz sentido em sua acepção mais universal; como Cristo abraça a cruz por amor, Sidarta abdica do conhecimento para viver intensamente as contradições do Sansara. Assim, o materialismo no mito do Buda e em *Sidarta* são questionados e abandonados de maneiras diferentes: pela compaixão ao próximo, no primeiro e pelo esvaziamento e desencanto, no segundo. A compaixão fez Buda ir buscar o conhecimento capaz de livrar o homem da morte e, no caso de Sidarta, foi o conhecimento que o levou à compaixão (e ao amor), ou seja, a mergulhar no abismo do Sansara.

Com relação ao cristianismo, na mesma entrevista à *The Paris Review*, Kerouac, ao ser questionado por que escrevia sobre Buda e não sobre Jesus, respondeu que só escrevia sobre Jesus; quando o entrevistador então perguntou qual era diferença entre Jesus e Buda, sua resposta foi, simplesmente: “That’s a very good question. There is no difference” (BERRIGAN, 1968).

Esses autores, em sua postura contrária ao materialismo e ao individualismo ocidentais, criaram narrativas inspiradas em uma cultura e em uma religião que busca justamente negar esse indivíduo materialista. Porém, ao fazê-lo, sincretizaram Buda e Jesus, e trouxeram à baila a cultura e a religião que, na perspectiva de Mauss, contribuíram de maneira decisiva para a formação da própria noção de indivíduo. A questão é: teria esse procedimento empreendido uma espécie de giro de 360 graus? Em outras palavras, para fugir do materialismo individualista, buscaram a compaixão por tudo quanto existe (ou não existe na perspectiva budista), mas essa mesma compaixão só pode se manifestar a partir de um indivíduo determinado no tempo e no espaço e em sua existência pessoal e indivisível.

Em Kerouac essa questão fica ainda mais evidente quando percebemos as tensões existentes entre a necessidade da austeridade e da disciplina monástica, para negação e controle das vontades, e o impulso hedonista das festas, drogas e bebidas, o que, conforme ilustra Clarke (1997, p.104), foi avaliado como distorções e incompreensões dos ensinamentos originais. Com relação ao sentimento de comunidade ou compaixão com o mundo, ainda na entrevista à *The Paris Review*, quando Kerouac foi perguntado se havia algum senso de comunidade entre os da geração Beat, sua resposta foi:

That community feeling was largely inspired by the same characters I mentioned, like Ferlinghetti, Ginsberg; they are very socialistically minded and want everybody to live

in some kind of frenetic kibbutz, solidarity and all that. I was a loner. Snyder is not like Whalen, Whalen is not like McClure, I am not like McClure, McClure is not like Ferlinghetti, Ginsberg is not like Ferlinghetti, but we all had fun over wine anyway. We knew thousands of poets and painters and jazz musicians. There's no "Beat crowd" like you say [...] What about Scott Fitzgerald and his "lost crowd," does that sound right? Or Goethe and his "Wilhelm Meister crowd"? The subject is such a bore. Pass me that glass. (BERRIGAN, 1968).

Kerouac reconhece: há sentimentos comunitários, mas também cada integrante da "Beat crowd" é único, é um indivíduo com suas próprias preocupações estéticas, seu estilo, sua consciência. Cabe ressaltar que esse espírito da contracultura beatnik não era fruto apenas da importação de doutrinas orientais, mas também era alimentado pelo pensamento crítico antiburguês provindo das obras de autores como Walt Whitman e Fiódor Dostoiévski.

Mas a ênfase no indivíduo também é perceptível em Hesse. Em uma análise minuciosa sobre a recepção crítica do autor alemão no Brasil, Souza (2007) mostra que a questão do individualismo é ponto pacífico em quase todas as análises sobre esse escritor, e exemplifica com um artigo de Pedro Moacyr Campos de 1958:

Praticamente toda a obra de Hesse está impregnada deste princípio de aceitação incondicional da existência, da vida permanentemente em mutação, em "werden", sem outro motivo para o homem além de sua autoformação, através de provações, através de contínuas experiências, pelas quais se distribuem as etapas de realização individual (CAMPOS apud Souza, 2007, p. 29).

No budismo, o sentimento de compaixão não tem a mesma centralidade como no cristianismo, mas é, tanto em *Sidarta* quanto em *Os vagabundos iluminados*, parte essencial da busca dos protagonistas. Grosso modo, para o budismo, a Iluminação se alcança por meio da contemplação e da meditação; a compaixão é valorizada de formas diferentes pelas diversas correntes budistas existentes; por exemplo, é importante para a vertente Mahayana, mas nem tanto no budismo Theravada. No caso do cristianismo, o amor ao próximo e a compaixão fazem parte do próprio caminho para a salvação, e é pré-requisito essencial.

Logo, estamos lidando com o indivíduo de moral cristã, ou melhor dizendo, com a "camada moral" do indivíduo formada pelo cristianismo no ocidente, de acordo com Mauss. Dessa forma, o budismo aparece muito mais como um ponto de vista a partir do qual se pode reavaliar a noção de "Eu" sem que seja necessária uma adesão completa a seus dogmas. Vejamos a concepção de Mauss sobre a formação da noção de indivíduo na Índia:

A Índia parece-me ter sido a mais antiga das civilizações que teve a noção do indivíduo, de sua consciência, digo eu, do “Eu”; a *ahamkara*, a “fabricação do eu”, é o nome da consciência individual, *ahan* = eu (é a mesma palavra indo-europeia que ego). A palavra *ahamkara* é evidentemente uma palavra técnica, criada por alguma escola de sábios videntes, superiores a todas as ilusões psicológicas. O *samkhya*, a escola que justamente deve ter precedido o budismo, afirma o caráter composto das coisas e dos espíritos (*samkhya* quer dizer precisamente composição), considera que o “Eu” é algo ilusório; quanto ao budismo, numa primeira parte de sua história, ele decretava ser esse apenas um composto, divisível, separável de *skandha*, e buscava seu aniquilamento no monge (MAUSS, 2006[1938], p. 383).

Assim, a noção de indivíduo, no oriente, foi construída para ser destruída, enquanto no ocidente ela foi amplificada ao receber novas camadas de significação a ponto de perder sua origem histórica e se dissolver no senso comum, como se fosse algo latente à própria existência humana.

Dessa maneira, é razoável imaginar que algum contato da visão de mundo hinduísta/budista com o ocidente, mesmo que não seja tão profunda a ponto de possibilitar a negação da noção de “Eu” ou de indivíduo, serve ao menos como elemento desnaturalizador dessa noção. Tal desnaturalização permite que se visualize o indivíduo sob outros prismas: o da possibilidade e o da transitoriedade, e isso permite aos protagonistas de Hesse e Kerouac a possibilidade da “peregrinação”, ou seja, a fuga de uma realidade massificante em busca de sua trajetória pessoal. Sim, pois tanto para Sidarta como para Ray, a angústia não nasce tanto da dúvida com relação a real existência do “Eu”, mas da alienação do indivíduo em uma sociedade capitalista e de consumo generalizado, que reduz o indivíduo a mera existência materialista. Observemos o momento em que Sidarta se dá conta do vazio de sua vida como administrador abastado:

Ainda se mantinha sentado, quando caiu a noite. Enquanto levantava os olhos e deparava com as estrelas, pensou: “Aqui estou, ao pé da minha mangueira, no meu jardim”. E esboçou um leve sorriso, ao ponderar se era necessário, importante e certo, e não apenas um brinquedo tolo possuir uma mangueira e um jardim? (HESSE, 1976[1922], p.70).

E comparemos com uma das falas de Japhy/Snyder, quando, em meio a uma noite de bebedeira, delírios e poemas surreais, ele praticamente profetiza a chegada do movimento hippie:

Vagabundos do Darma, que se recusam a concordar com a afirmação generalizada de que consomem a produção e portanto precisam trabalhar pelo privilégio de consumir, por toda aquela porcaria que não queriam, como refrigeradores, aparelhos de TV,

carros, pelo menos os carros novos e chiques, certos óleos de cabelo e desodorante e bobagens em geral que a gente acaba vendo no lixo depois de uma semana, todos eles aprisionados em um sistema de trabalho, produção, consumo, trabalho, produção, consumo, tenho a visão de uma grande revolução de mochilas, milhares ou até mesmo milhões de jovens americanos vagando por aí com mochilas nas costas (KEROUAC, 2010[1958], p.102).

É bom ressaltar que essas críticas ao materialismo tiveram fortes repercussões em movimentos de contracultura nos países dos autores, na Alemanha com o *Jugendbewegung* nos anos 20, e com o movimento hippie dos anos 60 nos Estados Unidos.

Assim encontramos, nos dois romancistas, a mesma imagem arquetípica: *o peregrino*. Personagens que percorrem longos caminhos físicos e espirituais vão dialogando com a paisagem e com os eventos que encontram e que os encontram, para, enfim, mergulharem tão profundamente na descoberta de seus “eus” que acabam por superá-los, por transcendê-los e também à própria realidade que os cerca. É a própria história do Buda, recontada, em essência. Curiosamente, o metódico e contemplativo Sidarta vai encontrar sua iluminação no leito de um rio, imagem simbólica da passagem e da constante inconstância do mundo; enquanto o inquieto e verborrágico Ray encontrará a paz sobre uma montanha, símbolo de eternidade e solidão. Coincidência ou não, os argumentos das duas obras utilizam imagens complementares como o elemento que revela aos personagens a experiência do todo para, em seguida, tomarem consciência do *vazio*. Este que é um conceito budista dos mais viscerais e difíceis de traduzir para o Ocidente materialista, já que é a mais radical negação da matéria. Vejamos como os autores o traduzem nos momentos finais de suas obras:

Será que somos anjos caídos que não quiseram acreditar que o nada é nada e portanto nascemos para perder aqueles que amamos e os amigos queridos um por um e afinal a nossa própria vida, para ter essa comprovação? [...] Mas a manhã fria retomava, com nuvens escapando da garganta Lightning como se fossem uma fumaça gigante, o lago lá embaixo sempre de um cerúleo neutro, e o vazio o mesmo de sempre. Ó dentes da terra que rangem, para onde tudo isso nos levaria a não ser para alguma eternidade dourada, para comprovar que sempre estivemos errados, para comprovar que a comprovação em si mesma não valia nada [...] (KEROUAC, 2010[1958], p.247).

Talvez seja essa a razão por que não encontres a paz: o excesso de palavras. Pois, Govinda, também a redenção e a virtude, o Sansara e o Nirvana são meras palavras. Não existe coisa alguma que seja *Nirvana*. O que existe é a palavra *Nirvana* (HESSE, 1976[1922], p. 116).

O conceito é tão complexo que são necessárias páginas e mais páginas dos romances para se tentar transmiti-lo. Em Kerouac, o próprio Ray tenta, por várias vezes, explicar para alguns de seus amigos e também para seus familiares o que é o *vazio* e como ele é a *única coisa que é*, mas sempre sem sucesso, e mesmo para o leitor, o trecho mais esclarecedor é esse que se encontra nas páginas finais. Também Sidarta, ao entrar em contato com o dharma do Iluminado, apesar de compreender e reconhecer a verdadeira doutrina, afasta-se da vida monástica em busca de um aprendizado empírico. Não há, portanto, uma conclusão simples sobre essa “iluminação” sentida pelos protagonistas. Nirvana? Mokhsa? Resignação niilista? Nas últimas páginas de *Sidarta*, não temos mais acesso às angústias do protagonista, pois parecem que as mesmas cessaram, e só com o reaparecimento de Govinda é que podemos, por meio de sua percepção, saber do sorriso perfeito que Sidarta manifesta: sorriso que abarca um dualismo apaziguador e perturbador ao mesmo tempo:

E Govinda percebeu que esse sorriso da máscara, o sorriso da unidade acima do fluxo das aparências, o sorriso da simultaneidade muito além do sem-número de nascimentos e mortes, o sorriso de Sidarta, era idêntico àquele sorriso calmo, delicado, indevasável, talvez bondoso talvez irônico, de Gotama, o Buda, tal como ele próprio o observara centenas de vezes com profundo respeito. Era assim – Govinda o sabia – que sorriam os seres perfeitos (HESSE, 1976[1922], p.120).

Mas o sentido desse sorriso não nos é revelado plenamente. Da mesma maneira, ao se despedir de sua montanha e do barraco que o abrigou durante o verão, Ray descreve, nas últimas linhas do romance:

[...] voltei-me e ajoelhei na trilha e disse: “Obrigado, barraco”. E depois acrescentei: “Blá”, com um sorrisinho, porque eu sabia que aquele barraco e aquela montanha compreenderiam o que aquilo significava, e me virei e continuei seguindo a trilha que me conduziria de volta a este mundo (KEROUAC, 2010[1958], p. 252).

E esse outro sorriso e essa interjeição que só a montanha e o barraco podem compreender? O que significam? Ambos os romances concluem-se no limite do que se torna inominável.

### **Conclusões finais**

É temerário fazer interpretações sobre a *intenção* que move um artista, mas levando em consideração que eles escolheram o romance para transmitir suas leituras particulares sobre a filosofia budista; que o romance possui um poder de divulgação

e penetração no ocidente maior do que qualquer outra forma narrativa, e também que graças a esse tipo de divulgação, muitos convertidos ao budismo tiveram o seu primeiro contato com essa religião/filosofia, não seria tão extravagante afirmar que o romancista que se propõe a tão intensa expressão do dharma procura agir como um verdadeiro *bodisatva* – pessoa sábia que busca ajudar os outros seres do mundo a se tornarem livres das ilusões do sansara – e isso se pode afirmar com certeza no caso de Kerouac que também escreveu uma biografia de Buda com intenções declaradamente doutrinárias – *Despertar: uma vida de Buda* (2010 [2008]).

Entretanto, apesar de os textos sagrados do budismo também utilizarem formas narrativas para enunciar o dharma, ao se comparar as narrativas míticas do Buda Gautama com os dois romances modernos, temos que levar em consideração o mesmo tipo de relação que Lukács (1916) fez entre as epopeias antigas e o romance. Há nas epopeias, como nos textos sagrados tradicionais do budismo, uma totalidade nos personagens, personalidades “acabadas” e linearmente construídas; enquanto no romance, após a ruptura moderna entre o sujeito e o mundo, o que através de Mauss (1938) podemos relacionar com a criação do sujeito psicológico, predominam personagens incompletos e angustiados, em busca de sua totalidade, exatamente como Sidarta e Ray Smith. Tais personagens refletem certos antagonismos e paradoxos da prática ocidental do budismo, pois a concepção do “Eu” no Ocidente admite complexidades de tal ordem que, no mais das vezes, através das práticas como a psicanálise ou da autoajuda, procura-se muito mais a construção ou compreensão desse “Eu”. O budismo, ao entender essa individualização como uma ilusão do Samsara, opõe-se à noção de indivíduo e busca negá-lo por meio do conceito de *vazio*. No ocidente, essas concepções encontram consonância com a crítica ao individualismo, mas até que ponto essa negação não passa de uma marca individual, muitas vezes, de rebeldia? Se entendermos o “Eu” como uma construção histórica dinâmica, então tentar negá-lo pode refletir inúmeros significados.

## Referências

BERRIGAN, T. (et. al). (1968). Jack Kerouac: the art of fiction: entrevista com Jack Kerouac. *The Paris Review*. Disponível em: <<http://www.theparisreview.org/interviews/4260/the-art-of-fiction-no-41-jack-kerouac>>. Acesso em 10 abr. 2012.

CARANDELL, J. M. (19??). *Conhecer Hermann Hesse*. Lisboa, Ulisseia.

CARVALHAL, T. F. (1991). “Literatura Comparada: a estratégia interdisciplinar”. *Revista brasileira de Literatura Comparada*, Niterói, Abralic, n. 1, p. 9-21.

CLARKE, J. J. (1997). "Orientalism in the twentieth century". *Oriental enlightenment: the encounter between Asian and Western thought*. London, Routledge.

HESSE, H. (1976[1922]). *Sidarta*. Tradução de Herbert Caro. 12ª e 16ª edições. Inclui orelha de Otto M. Carpeaux (1974) e prefácio de Luiz Carlos Maciel. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira.

KEROUAC, J. (2010[1958]). *Os vagabundos iluminados*. Porto Alegre, L & PM Pocket.

\_\_\_\_\_. (2010[2008]). *Despertar: uma vida de Buda*. Porto Alegre, L & PM Pocket.

KUSCHEL, K. (1999[1991]). "Hermann Hesse e a insondabilidade da alma". In: \_\_\_\_\_. *Os escritores e as escrituras: retratos teológicos literários*. São Paulo, Loyola.

LUKÁCS, G. (2009[1916]). *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. São Paulo, Duas Cidades.

MAUSS, M. (2006[1938]). "Uma categoria do espírito humano: a noção de pessoa, a de 'Eu'". In: \_\_\_\_\_. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo, Cosac Naify.

NINA, A. C. L. (2006). *Ventos da impermanência: um estudo sobre a re-significação do budismo tibetano no contexto da diáspora*. São Paulo, EDUSP.

SOUZA, J. P. F. (2007). *Um lobo nos trópicos: a recepção crítica de Hermann Hesse no Brasil (1935-2005)*. Dissertação de mestrado em Letras. Assis, Universidade Estadual Paulista, 296 p.

*Recebido em outubro/2011*

*Aprovado em junho/2012*

**TROTTA, Felipe (2011). *O samba e suas fronteiras: “pagode romântico” e “samba de raiz” nos anos 1990.* Rio de Janeiro, Ed. UFRJ**

**Luã Ferreira Leal\***

**A moderna invenção musical brasileira**

A questão central do livro de Trotta é a transformação no cerne daquele que é considerado o gênero musical representativo da nacionalidade brasileira: o samba. De acordo com o autor, a partir da década de 1990 foram soerguidas por músicos, pesquisadores da música brasileira e jornalistas as trincheiras estéticas entre o “samba de raiz” e o “pagode romântico”, dois tipos de samba que apresentam diferenças nas temáticas das letras, nos padrões rítmicos e na sonoridade. *O samba e suas fronteiras* poderá contribuir profundamente para as pesquisas que aproximam questões sobre indústria cultural com a problemática do campo artístico. Trotta identifica uma nova configuração do mercado de bens simbólicos no Brasil, sendo uma das principais consequências a profissionalização da prática artística.

Publicado em 2011 pela Editora UFRJ, *O samba e suas fronteiras* é resultado da tese de doutorado defendida por Felipe Trotta em 2006 no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRJ. O sucinto prefácio de Carlos Sandroni destaca a interdisciplinaridade presente na elaboração da pesquisa e na formação acadêmica do autor, graduado e mestre em Música pela UNIRIO. Sandroni indica que o livro poderá ser inserido em dois conjuntos da bibliografia sobre a música brasileira: um que pode ser considerado o cânone composto por reflexões sobre o samba; e o outro sobre os gêneros “americanizados”, tratados por alguns críticos musicais brasileiros como gêneros de baixa qualidade.

Ao analisar o processo de criação de novas categorias mercadológicas e suas consequências no plano cultural, Trotta não aprofunda o debate sobre o campo semântico dos estudiosos da música popular brasileira. Como a proposta do livro é

---

\* Graduando em Ciências Sociais – FGV/RJ.

levantar questões acerca das transformações do campo musical, destacando os dilemas enfrentados pelos músicos situados na intersecção entre a esfera comercial e a esfera artística, deveria ser tratada, mesmo que de forma breve, a trajetória da utilização de determinados conceitos-chave para o pensamento social brasileiro, como nacional e popular, bem como a sua incorporação no debate sobre a autenticidade do samba.

Destaco outro aspecto que mereceria maior atenção no livro de Trotta: a declaração de Rildo Hora, “o samba é um gênero que tem uns braços tão longos que abraça toda a nação brasileira”, utilizada como epígrafe do livro, pressupõe a capacidade do samba amalgamar a identidade nacional. O autor não aborda do ponto de vista analítico, tampouco cita como referência bibliográfica, algumas das obras fundamentais sobre construção da nacionalidade, como as propostas teóricas de Benedict Anderson (2008) e de Eric Hobsbawm em *Nações e nacionalismos desde 1870* (1984) e *A invenção das tradições*, escrito em parceria com Terence Ranger (1990).

O livro *O samba e suas fronteiras*, além da “Introdução” e da “Conclusão”, é dividido em seis capítulos: “O mercado da música”, “O samba no mercado – a construção de um paradoxo”, “Música popular e legitimidade”, “O pagode romântico”, “Samba ‘de raiz’ versus pagode romântico: a legitimidade em disputa” e “Samba e diversidade estética”. À medida que avança, o livro torna-se menos frágil do ponto de vista de comprovação de hipóteses e torna-se menos recorrente a bricolagem de teoria social, a qual deveria ter sido instrumentalizada com parcimônia. No início do capítulo “Música popular e legitimidade”, as proposições de Bourdieu sobre as regras que conformam as disputas e as tensões no campo artístico poderiam ter sido incorporadas à análise. Considero que em algumas passagens houve um apressamento no tratamento de questões teóricas centrais sobre o gosto, o valor artístico e a criação de uma identidade nacional vinculada a um gênero musical.

Em razão da perspectiva interdisciplinar ressaltada por Carlos Sandroni no prefácio, *O samba e suas fronteiras* não deveria demonstrar fragilidade na exposição da narrativa histórica. Nos dois primeiros capítulos, “O mercado da música” e “O samba no mundo – a construção de um paradoxo”, diversos trechos compõem de forma apenas expositiva os passos iniciais para o embasamento do argumento central do livro. Tal construção do argumento, contudo, fica prejudicada com o pouco apurado olhar historiográfico sobre o objeto tratado. Verifica-se, por exemplo, uma parcela importante de informações sobre a história das empresas do mercado fonográfico, as *majors*, ser condensada na segunda nota do primeiro capítulo. Faltou

clareza também na apresentação dos dados históricos acerca da produção da sonoridade denominada samba, sendo um dos principais pontos negativos do livro a reduzida quantidade de fontes utilizadas.

Com a fluência da escrita aliada ao interessante tema abordado, Trotta trata na segunda metade do livro dos conflitos estéticos, oriundos da valoração comparativa entre estilos envolvendo as duas trincheiras do samba. Apesar de conseguir com a escrita palatável manter o interesse do leitor sobre o livro, é imprescindível ressaltar que o autor alcançaria um notável resultado com maior rigor na utilização de fontes diversificadas para a construção do argumento central.

Ao tratar das disputas pela legitimidade estética, o livro envereda pelo mais importante debate entre os artistas do samba “de raiz” e os do “pagode romântico”. Os critérios de legitimidade para o primeiro grupo estariam ligados à qualidade da produção, ao passo que a quantificação seria a principal marca dos artistas vinculados ao “pagode romântico”. O pagode, de acordo com esse viés interpretativo, se afastaria de valores compartilhados pelos sambistas “autênticos”, que consideram a informalidade, o improviso e a intimidade da roda de samba como forma de defender a trincheira do samba “de raiz” e entendem as escolas de samba como instâncias de legitimação. A profissionalização, portanto, incide como o fator de divisão dos sambistas tradicionais em relação aos artistas do “pagode romântico”. Nei Lopes, um dos principais opositores dos grupos de pagode surgidos na década de 1990, afirma que as músicas viraram produtos e indaga sobre quem pode utilizar a denominação samba. A legitimidade dos sambistas “de raiz”, portanto, é estabelecida pela defesa da tradição. O surgimento de novas classificações no interior da categoria samba e a profissionalização dos artistas permitiram, por um lado, a consolidação dos grupos de pagode no mercado fonográfico brasileiro e, por outro, abriram novos espaços para o samba “raiz”.

Além das tensões entre a “roda” e o “mercado” – esferas aparentemente antitéticas no bojo da categoria samba – o autor utiliza para estudo de caso três grupos de pagode que redefiniram a categoria e promoveram a sua desterritorialização. Os grupos paulistas Raça Negra e Negritude Júnior e o mineiro Só Pra Contrariar se consolidaram no mercado com o estilo simples da letra, da harmonia e do ritmo, abordando a temática do amor feliz ou de casos de solidão, saudade e sofrimento, devido ao fim do relacionamento amoroso. A sonoridade próxima às baladas român-

ticas é uma indicação de que esses grupos inserem em sua estética musical algumas influências da música pop internacional.

Nos capítulos “Música popular e legitimidade” e “O pagode romântico”, Trotta levanta interessantes questões acerca da invenção da categoria MPB e das peculiaridades do campo musical brasileiro. Ao tratar da constituição de uma categoria mercadológica denominada “pagode”, o autor apresenta dados sobre a sedimentação de uma estética pop, definindo-a como música jovem dançante, e sobre a massificação do samba, que teve como consequência a ampliação dos mercados consumidores desse segmento estético. As diferentes formas de legitimação no mercado da música e os juízos de valor que determinam os critérios de qualidade da produção artística são abordados no capítulo “Samba ‘de raiz’ versus pagode romântico: a legitimidade em disputa”. No capítulo “Samba e diversidade estética” e na “Conclusão”, Trotta sinaliza que os grupos de “pagode romântico” favoreceram a recuperação dos sambistas “de raiz” por determinados segmentos do mercado, apesar das críticas à precariedade das letras, à utilização do “padrão rítmico Ben Jor”, diferentemente do padrão hegemônico conhecido como “paradigma do Estácio”, largamente utilizado pelos músicos vinculados ao “samba de raiz”, e à construção de uma performance atrelada ao consumo de bens da classe alta.

Com este livro, é possível compreender o surgimento, a ascensão e a queda de diferentes grupos de “pagode romântico” durante a década de 1990. No período analisado, o mercado fonográfico brasileiro sofreu uma diversificação de bens culturais lançados pelas *majors*, que acompanhou a diversificação do público consumidor. O paradoxo entre samba e mercado continua a existir, porém a relação se tornou mais próxima, sobretudo com a bem-sucedida empreitada das gravadoras ao lançar vários grupos que conseguiram grande vendagem de CDs. Com a diversificação da produção de bens culturais, Raça Negra, Só Pra Contrariar, Negritude Júnior e outros grupos de “pagode romântico” abriram espaço para a recuperação por outras frações do mercado fonográfico do samba de “raiz”, vinculado, no discurso dos músicos que representam essa corrente, à autenticidade e considerado herdeiro das tradições africanas que se enlevaram no Brasil. Alguns pontos teóricos poderiam ser tratados de forma mais densa no livro; contudo, ressalto que Felipe Trotta conseguiu tratar com êxito os impactos da moderna invenção musical brasileira no mercado fonográfico brasileiro durante a década de 1990.

## Referências

ANDERSON, B. (2008). *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução de Denise Bottman. São Paulo, Companhia das Letras.

HOBBSAWM, E. (1990). *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Tradução de Maria Celia Paoli e Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

HOBBSAWM, E.; RANGER, T. (1984). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

ORTIZ, R. (1991). *A moderna tradição brasileira*. 3ª edição. São Paulo, Brasiliense.

*Recebido em abril/2012*

*Aprovado em maio/2012*

## Antropologia do conhecimento<sup>I</sup>

Emma Cohen<sup>II</sup>

Tradução de Daniela Quirino Medalla\*

**Resumo:** Relatos explicativos sobre a emergência, disseminação, armazenamento, persistência e transformação do conhecimento enfrentam numerosos desafios teóricos e metodológicos. Este artigo argumenta que, embora antropólogos estejam posicionados de forma privilegiada para dirigir-se a alguns desses desafios, seu engajamento conjunto com pesquisas relevantes de disciplinas adjacentes apresenta promessa considerável de trazer avanços para a área. Pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas e sociais estão cada vez mais reconhecendo a importância de mecanismos corporais, cognitivos, neurais e sociais – que são conjuntamente operacionais e mutuamente contingentes – substanciando a geração e a comunicação do conhecimento. Alguns trabalhos científicos sobre cognição foram aqui revisados e usados para ilustrar como a antropologia pode, potencialmente, contribuir de forma rica não apenas em empreitadas descritivas e interpretativas, mas também para o desenvolvimento e embasamento de relatos explicativos.

Os antropólogos, em seus vários papéis – como quando percebem, aprendem, registram, comunicam e teorizam sobre o conhecimento –, já reconheceram há tempos a importância central da experiência corpórea no conhecimento humano. Como aprendizes de diferentes formas de conhecimento cultural, eles sustentam e demonstram a importância do “estar lá” como participantes e observadores da experiência. Como comunicadores de conhecimento, eles são desafiados a transcreever suas experiências para formas de conhecimento que sejam fiéis à riqueza dos dados. E, como participantes totalmente engajados na miríade de aspectos do comportamento humano em contextos culturais e de aprendizagem variáveis, os antropólogos estão posicionados de maneira privilegiada para produzir descrições e

---

<sup>I</sup> Publicado originalmente em: (2010) “Anthopology of knowledge”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 16, Issue suplement S1, p. 193-202. Revisão técnica: Joana Cabral de Oliveira.

<sup>II</sup> Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Antropologia Cognitiva Comparada, ligado ao Instituto Max Planck de Antropologia Evolutiva, Leipzig, e ao Instituto Max Planck de Psicolinguística, Nijmegen. Ela tem conduzido trabalho de campo em tradições religiosas afro-brasileiras em Belém, norte do Brasil, focando primordialmente em conceitos, comportamentos e práticas associadas a incorporação de espíritos. Atualmente, ela está pesquisando as maneiras pelas quais as pessoas (em contextos culturais e religiosos) representam a relação entre mentes, corpos e indivíduos.

\* Graduada em Ciências Sociais e graduanda em Letras – USP.

considerações teóricas precisas sobre a criação de diversas formas de conhecimento. Os trabalhos neste volume ilustram esses aspectos da pesquisa antropológica “corporificada” (*embodied*), ampliando nossa apreciação não apenas da diversidade de ambientes de aprendizagem com os quais os antropólogos hoje se ocupam, mas também dos desafios que qualquer relato explanatório sobre criação de conhecimento enfrenta.

Três desafios são especialmente claros. Em primeiro lugar, esses trabalhos conjuntamente demonstram que, para nos dirigirmos satisfatoriamente às amplas questões de enquadramento relativas à “como conhecemos” e “como chegamos a conhecer”, precisamos de mais do que uma única consideração explicativa. Como os pesquisadores têm mostrado tão vividamente, “aquilo” que nós sabemos assume diferentes formas. Os mecanismos e processos sociais e cognitivos pelos quais diferentes formas de conhecimento são geradas são múltiplos, envolvendo diferentes condições de ativação e produzindo resultados distintos. Em segundo lugar, a geração de considerações explicativas sobre criação de conhecimento nessas formas diversas necessariamente requer o engajamento conjunto de múltiplas disciplinas e modos de investigação. Se realmente desejamos entender “como chegamos a conhecer”, se desejamos abraçar teorias de aquisição, armazenamento, recuperação e processos de comunicação de conhecimento, e dar conta de explicar a importância dos estados mental e corporal na aprendizagem e no desempenho, não podemos simplesmente nos furtar a ignorar a vasta e cada vez mais sofisticada produção acadêmica sobre essas questões em disciplinas vizinhas. Em terceiro lugar, precisamos de questões empíricas precisas e hipóteses testáveis que tanto sejam geradas como gerem dados relevantes. O teste de hipóteses precisas sobre os mecanismos sociais e cognitivos que subjazem e facilitam a transmissão de conhecimento pode não ser percebido como um desafio particularmente “antropológico”. Sem clareza, precisão e rigor metodológico, entretanto, asserções teóricas permanecem, em última instância, empiricamente intratáveis, insustentáveis, e, logo, de valor obscuro para toda a empreitada.

Muitas outras observações gerais poderiam ser listadas. Os desafios são imensos. Nesta breve discussão, contudo, vou tentar corroborar essas três observações, não simplesmente como uma mensagem pronta e sintética, mas como uma série de princípios orientadores para a futura pesquisa antropológica sobre o conhecimento humano. Ao invés de resumir e focar cada um dos três tópicos isoladamente, vou de-

monstrar sua interdependência na prática, focando em um tema central desta edição especial, que é “como fatores corpóreos influenciam na criação do conhecimento humano?”. Trabalhos anteriores oferecem ricas análises descritivas que apontam para a ubiquidade e centralidade do “conhecimento corporificado” na transmissão cultural, e que caracterizam a complexidade social dos processos de transmissão (ver também HUTCHINS, 1995; LAVE, 1988). Mas, e quanto aos mecanismos que estabelecem e canalizam tal conhecimento? Para evocar Downey, quais são as dimensões materiais do processo de aprendizagem? Como eles permitem e restringem a transmissão da cultura? Nas próximas páginas, vou tentar oferecer algumas afirmações gerais, respostas parciais e princípios orientadores relevantes para essas perguntas.

### **Cognição enraizada (*grounded cognition*)**

A transmissão cultural – isto é, a emergência, aquisição, armazenagem e comunicação de ideias e práticas – é fortemente influenciada pelo contexto físico no qual ela ocorre. Mais especificamente, aquilo que nós sabemos depende dos cérebros, corpos e ambientes entre e dentre os quais a transmissão ocorre. As disciplinas diferem com relação à ênfase relativa que elas colocam nos fatores neurocognitivos, corporais e histórico-sociais na transmissão cultural. Cada vez mais, no entanto, pesquisadores das ciências humanas e sociais estão reconhecendo que os mecanismos corporais, cognitivos, neurais e sociais, que permitem e restringem a transmissão do conhecimento, são conjuntamente operativos e mutuamente contingentes.

Nos modelos cognitivos científicos, a perspectiva tradicional de que o conhecimento reside neuralmente de forma independente do caminho e maneira específicos pelos quais ele foi adquirido, está gradualmente perdendo terreno. Nos últimos anos, um novo quadro teórico emergiu, o qual apresenta processos cognitivos como percepção, concepção, atenção, memória e motivação como “enraizados” (*grounded*) ao contexto físico (BARSLOU, 2008). De acordo com essa visão, o conhecimento reside em modalidades específicas do sistema neurocognitivo (por exemplo, os que processam visão, movimento, audição, emoção, motivação, etc.), e é reativado por meio da simulação parcial dos estados cognitivos e corporais, interações sociais e situações ambientais que contribuem para a sua aquisição. Por exemplo, há evidências para sugerir que, para que pianistas identifiquem se uma gravação musical foi executada por eles próprios, eles tacitamente e internamente simulam as ações mo-

toras que compõem a performance (REPP; KNOBLICH, 2004). De maneira importante, essas abordagens recentes não mesclam cérebros, corpos e ambientes, ou veem todas e quaisquer formas de conhecimento como equivalentemente dependentes de cada um desses fatores; antes, elas reconhecem ligações causais específicas e variadas entre eles. Foi demonstrado que estados corporais específicos, por exemplo, produzem estados cognitivos específicos (ex.: a ativação da musculatura responsável pelo sorriso por meio do posicionamento horizontal de um lápis entre os dentes produz afetos positivos) e estímulos sociais específicos produzem estados cognitivos específicos (ex.: perceber a risada de outrem pode produzir afetos positivos em si mesmo) (ver BARSLOU; NIEDENTHAL; BARBEY; RUPPERT, 2003).

Como essa produção acadêmica pode contribuir para a nossa compreensão acerca dos micromecanismos subjacentes ao conhecimento humano? As análises etnográficas apresentadas aqui<sup>1</sup> demonstram, de forma convincente, a centralidade dos estados corpóreos na criação do conhecimento, como aprender a escutar, aprender a tecer e a bordar, e aprender a refinar e afinar os sentidos para um novo domínio de habilidades (Makovicky, Portisch, Rice, Venkatesan). Além disso, as pesquisas complementares sobre cognição enraizada, e investigações sobre fenômenos cognitivos e comportamentais implícitos, indicam que estados cognitivos, afetivos e corpóreos estão intimamente interconectados por sobre um leque excessivamente vasto e diversificado de formas de conhecimento. Pesquisas sobre as ligações tácitas entre conceitos e estados corpóreos demonstram que o conhecimento corporificado permeia até mesmo categorizações conceituais de nível básico. Em um conhecido estudo realizado por Bargh, Chen e Burrows (1996), quando estereótipos sociais associados com palavras particulares foram estimulados tacitamente, efeitos corporificados foram produzidos. Adultos estimulados pela palavra *idoso*, por exemplo, levaram mais tempo para caminhar do laboratório ao elevador do que adultos do grupo de controle. A estimulação do estereótipo associado com *idoso*, particularmente a asserção de que idosos tendem a se mover de forma mais lenta, pareceu gerar efeitos corporais correspondentes nos participantes. Efeitos similares foram

---

<sup>1</sup> Nota da tradutora: este artigo foi publicado originalmente em uma edição especial (Special Issue: Making Knowledge) da publicação Journal of the Royal Anthropological Institute. Emma Cohen se refere aos artigos apresentados nesse volume, que estão disponíveis em <<http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/jrai.2010.16.issue-s1/issuetoc>>.

obtidos em outro estudo realizado por Aarts e Dijksterhuis (2002), no qual os participantes foram estimulados com nomes de animais velozes ou lentos (como *leopardo* ou *tartaruga*).

Barsalou explica esses efeitos nos termos do que ele chama “reconstituição modal” (*modal re-enactment*). De acordo com essa pesquisa, o conhecimento não é armazenado em uma espécie de arquivo neural, separado das estruturas que são ativadas em sua aquisição. Antes, a recuperação do conhecimento implica a reconstituição parcial da situação(s) específica que levou a sua codificação. Mesmo a recuperação das mais básicas informações relacionadas com objetos e entidades cotidianos implica na simulação da situação de “estar lá” com esses objetos e entidades. Barsalou e seus colegas, por exemplo, pediram aos participantes da pesquisa que listassem propriedades de objetos que seriam tipicamente encontrados acima deles (como um pássaro) ou abaixo deles (como uma minhoca). Quando listavam as propriedades dos objetos que estariam acima de si, os participantes tendiam a olhar para cima e levantar o rosto e as mãos para o alto, mais do que quando estavam pensando sobre objetos tipicamente encontrados abaixo de si (ver BARSLOU *et al*, 2003).

Essas descobertas e aquelas advindas de um *corpus* crescente de evidências, apoiam a visão de que simulações subjazem o processamento conceitual. Em outras palavras, os sistemas neurais que produzem experiências são ativados em sua representação subsequente – a modalidade –, estados específicos ativados por uma experiência afetiva, visual e motora, tal como um salto de *bungee jump*, são usados em performances subsequentes dessa experiência, em comentários descritivos dela e assim por diante. Essa explicação pode ajudar a explicar por que a redescrição desse tipo de experiência em linguagem proposicional falha em comunicar adequadamente muitas de suas dimensões mais entusiasticamente sentidas, ou por que ao contarmos histórias e anedotas cotidianas, muitas vezes acabamos nos resignando com a conclusão de que “você tinha que ter estado lá” (ou sucumbimos à tentação de enfeitar o relato).

Ao aplicar e desenvolver teorias, descobertas e metodologias desse novo referencial teórico de “cognição enraizada”, os antropólogos podem se esforçar para identificar mais precisamente como o corpo, o cérebro e o ambiente informam e restringem a criação do conhecimento. O que queremos dizer com “corporificação” (*embodiment*), como termo e talvez como “abordagem” ou “paradigma” na antropologia, é muito frequentemente obscurecido em prolongadas cadeias de reinterpret-

tação metafórica e reformulação. Claro, o exame e o refinamento dos nossos conceitos analíticos são essenciais para o estabelecimento de sua utilidade interpretativa. Entretanto, se desejamos não apenas descrever e interpretar, mas também *explicar* como o corpo está implicado na aquisição do conhecimento, conceitos problematizados devem eventualmente ser suplementados com conceitos operacionalizados. Como Downey (neste volume) argumenta ao relatar como o conhecimento é adquirido, precisamos nos ocupar com a matéria orgânica do corpo, com dimensões materiais, físicas e neurológicas específicas, e com a forma como elas impactam fenômenos perceptuais, conceituais, comportamentais e sociais, e vice-versa. Em sua introdução, Marchand lista numerosos estudiosos das ciências cognitivas, incluindo a antropologia, que já fizeram isso. Há considerável escopo para o envolvimento sustentado e mais disseminado em tal empreitada.

Muitos antropólogos, claro, sentem-se desconfortáveis com a ideia de simplesmente emprestar descobertas das ciências cognitivas sobre os fatores que contribuem para os padrões de transmissão de conhecimento. As questões relevantes podem não ter sido estruturadas e investigadas de forma proveitosa, e as populações amostradas frequentemente não são representativas no tocante a várias dimensões importantes. Consequentemente, os antropólogos estão, de maneira crescente, desenvolvendo seus próprios – ou colaborativos – programas de pesquisa científica nascidos de suas observações do trabalho de campo (por exemplo, ASTUTI, 2001; ASTUTI; HARRIS, 2008; BARRETT; BEHNE, 2005). Reconhecendo que os fatores que estão por trás dos padrões de transmissão observados podem não ser prontamente descobertos ou confirmados através de participação e observação imersivas, entrevista direta e outras técnicas etnográficas convencionais, esses antropólogos tem adaptado e incorporado métodos desenvolvidos fora da antropologia, que buscam cuidadosamente por conhecimento para além da consciência e por vieses do raciocínio. Considerando mais amplamente o leque de fatores – cognitivos, sociais, ambientais, etc. – que governam o comportamento, os antropólogos podem desenvolver explicações plausíveis para padrões de comportamento que, de outra forma, talvez permanecessem enigmas insolúveis. Permitam-me ilustrar essa afirmação com um exemplo do meu próprio trabalho.

### **A cognição da incorporação**

A partir do meu trabalho de campo com um grupo de médiuns afro-brasileiros em Belém, no norte do Brasil, vários fenômenos me intrigaram enquanto eu re-

fletia sobre os comportamentos e afirmações dos participantes da pesquisa. Uma dessas inquietações dizia respeito às aparentes inconsistências na maneira como meus amigos no campo falavam sobre indivíduos incorporados e na maneira como se comportavam perto deles. A incorporação, diziam-me com frequência, envolve a entrada de um espírito no corpo da pessoa, mais especificamente na cabeça. Quando o espírito entra no corpo da pessoa, esta sai, e o local para onde se considera que ela vai depende de para quem se pergunta. Alguns sugerem, por exemplo, que essas pessoas deitam e dormem; outros dizem que elas voam embora; outras disseram que elas permanecem no local em que estavam no momento em que o espírito entrou em seus corpos. Em contraste, existe um largo consenso sobre o que a incorporação implica para o corpo e para o espírito. O espírito habita o corpo temporariamente, assumindo seu controle e usando-o a serviço de atividades mediúnicas, como cura e aconselhamento. Os comportamentos subsequentes são considerados atribuíveis às intenções, desejos, etc. do espírito, e não do médium.

Essas descrições de incorporação, entretanto, geralmente conflitam com comentários de observadores sobre comportamentos particulares em episódios específicos de incorporação. Os médiuns foram frequentemente provocados a dançarem ou cantarem de maneira inadequada ou a se comportarem inapropriadamente enquanto incorporando. As interações das pessoas com os médiuns incorporados mostraram impressionantes continuidades com as interações com os médiuns em estado “puro” (não incorporando). Por exemplo, se uma pessoa em particular nutria sentimentos negativos em relação a um médium específico, essa atitude parecia influenciar no comportamento em relação a esse médium também quando este estava incorporando.

O líder da comunidade, o pai de santo, uma vez relatou uma história na qual um número de filhos de santo cometeu severas infrações às regras do terreiro enquanto estavam incorporados. Ele descreveu como quatro desses filhos de santo, incorporando entidades, se serviram de bebidas alcoólicas que pertenciam ao terreiro. A infração teve duas facetas: o consumo de álcool era terminantemente proibido no terreiro, e o álcool consumido nessa ocasião era específica e exclusivamente reservado para libações rituais para as entidades do terreiro. O relato do pai de santo revelou certo grau de ambivalência sobre quem devia ser culpado – se os filhos de santo, ou se os espíritos que estavam neles incorporados.

Ele começou por mencionar nomes, não das entidades espirituais, mas dos filhos de santo. Então, ele detalhou suas reações à situação:

Primeiro, eu acho que não era necessário que as entidades fizessem isso. “Olha, eu quero beber – ah, não pode – tá bom então, eu vou embora.” Tudo bem! Segundo, as entidades conhecem as regras da casa. Terceiro, eles estavam roubando. Claro, essa família [de espíritos] tem fama de gostar de uma bebida, mas... Eu não consegui engolir isso, e continuo sem superar o fato<sup>2</sup>.

Momentos depois, a culpa parecia recair mais na direção dos filhos de santo:

Olha, as pessoas mais importantes do terreiro – em termos de hierarquia – estavam envolvidas. O mais interessante é que as entidades espirituais sabem que essas pessoas não podem beber... Eu simplesmente não entendo isso de forma nenhuma.

E, no final do relato do incidente, estava bastante claro que o desapontamento era principalmente com os filhos de santo:

Eu pensei que estava compondo uma sociedade estável, rígida, obediente... Eu pensei que podia morrer em paz – que a comunidade continuaria seguindo em frente, mas agora eu não tenho essa certeza. Se eu morrer, o que vai acontecer? [...] Eu pensei que eu tivesse um grupo de filhos de santo que fosse fiel e sincero, mas infelizmente isso não era verdade. Uma traição no terreiro significa muito pra mim, especialmente porque eu tenho um jogo aberto com os filhos de santo.

Uma pergunta óbvia, então, diz respeito às maneiras pelas quais várias formas de conhecimento, em vários níveis de entendimento, interagem e informam umas às outras no pensar sobre incorporação. A incorporação, de modo abstrato, requer que os filhos de santo não estejam mais presentes como agentes sociais, tendo sido deslocados de seus corpos por entidades espirituais incorpóreas. Entretanto, em episódios reais de incorporação e em interações interpessoais em tempo real, parece que essa definição abstrata de incorporação não informa de maneira consistente as representações das pessoas sobre agência, intencionalidade e responsabilidade. Outros antropólogos reportaram padrões parecidos, mas poucos lograram explicar precisamente *como* esses padrões emergem. Niko Besnier, por exemplo, afirma que “os espíritos e seu mundo não podem ser entendidos por meio de uma busca por uma *resolução* de tais ambiguidades e contradições; pelo contrário, essas qualida-

---

<sup>2</sup> Nota da tradutora: A fala do pai de santo foi produzida em português e traduzida para o inglês pela autora. Infelizmente, no momento, as transcrições originais não estavam disponíveis e tive que realizar uma tradução da tradução para esses trechos.

des devem ser percebidas como constitutivas da natureza específica dos espíritos” (1996, p. 76; grifo original).

Sugiro que um leque de descobertas científicas sobre cognição pode facilitar o desenvolvimento de um entendimento explicativo das aparentes contradições entre o que as pessoas falam e o que fazem, não apenas em cenários de incorporação, mas em variados contextos sociais, culturais, ambientais, motivacionais e emocionais. Explicações sobre tais fenômenos são frequentemente recusadas de forma precipitada, por causa de sua suposta imposição de coerência e rigidez a processos e discursos culturais “fluidos”, “inconstantes”, “complexos” e “conflituosos”. Ainda assim, uma considerável e crescente literatura – investigando como a psicologia humana reage com estímulos corpóreos, sociais e ambientais – aponta agora para a presença de restrições significativas e tendências previsíveis no raciocínio humano.

A percepção e interpretação de cenários de incorporação são guiadas por um conjunto de ferramentas mentais implícitas que lidam com a percepção social em uma vasta gama de contextos interpessoais. Por meio de outras pesquisas etnográficas e experimentais sobre a cognição da incorporação, o psicólogo Justin Barrett e eu descobrimos que a definição abstrata de incorporação – aquela que implica a substituição da agência (*displacement of agency*) do médium quando da entrada do espírito – parece estar realmente reforçado por fortes vieses cognitivos. Como resultado, a estrutura desse conceito parece ser significativamente mais notável, por exemplo, do que outros conceitos comparáveis de incorporação (por exemplo, o que implica a fusão da agência do médium e do espírito no corpo do médium). Isso pode explicar, em parte, a disseminada incidência em diferentes culturas de tais conceitos de substituição da agência (ver COHEN; BARRETT, 2008a e 2008b).

Na percepção em tempo real de indivíduos incorporados, entretanto, um conjunto diferente de mecanismos cognitivos é ativado, direcionando tendenciosamente indivíduos para representações alternativas dos indivíduos incorporados. Evidências neurocientíficas e psicológicas sobre os processos concernentes à percepção de rostos, por exemplo, indicam que a observação do rosto de um indivíduo conhecido ativa a informação semântica e afetiva que o observador possui sobre esse indivíduo (LEVERONI *et al*, 2000; SHAH *et al*, 2001). Porque o caminho da ativação – dos sistemas envolvidos na percepção de rostos, àqueles envolvidos no reconhecimento facial, e por fim o reconhecimento de pessoas – é automático, não podemos imediatamente atribuir novas identidades a rostos familiares. Nas nossas observações de

como as pessoas representam episódios de incorporação, devemos, portanto, esperar ambivalência e ambiguidade no que os observadores dizem e fazem.

Partindo de nosso entendimento dos processos cognitivos implícitos e explícitos envolvidos no reconhecimento de pessoas, novos prognósticos podem ser gerados no tocante à importância variável de diferentes indícios corpóreos e comportamentais para os processos de percepção de pessoas incorporadas e em contextos relacionados (por exemplo, em audições para escolha de atores). Quais transformações corpóreas e comportamentais são mais propensas a fazer com que as pessoas, de forma mais imediata e consistente, representem a outrem como ‘não mais presentes’, e vejam aqueles corpos como agora habitados por uma identidade diferente? Podemos prever, por exemplo, que o uso de máscaras produziria efeitos curiosamente diferentes daqueles obtidos em situações nas quais tais acessórios não são usados. Quais tipos de fatores motivacionais e emocionais, e outras expectativas interpessoais, são importantes para explicar a ambivalência com a qual o pai de santo entendeu o comportamento dos filhos de santo incorporados acima descrito?

Essas questões são possivelmente interessantes, mas certamente difíceis de responder. A maneira como as pessoas raciocinam sobre a incorporação é produzida pela interação do cérebro, do corpo e do ambiente social, e varia de acordo com as maneiras pelas quais elementos desses três domínios são configurados diferentemente em contextos diferentes. Isso não é equivalente, entretanto, a um caos incoerente e impenetrável. As propriedades materiais de cada uma dessas dimensões têm efeitos variáveis, previsíveis e frequentemente mensuráveis na criação, armazenamento, recuperação e comunicação do conhecimento. Os antropólogos não podem sempre depender de outras disciplinas para investigar como essas dimensões contribuem para os padrões de comportamento e transmissão cultural que eles observam. Pelo contrário, a geração de explicações plausíveis sobre as complexidades da criação e da ativação de conhecimento frequentemente requer um esforço interdisciplinar colaborativo e conjunto, além do compartilhamento de ferramentas metodológicas, dados e insights teóricos.

### **Do trabalho de campo para a ressonância magnética?**

Falar sobre a centralidade dos corpos e cérebros na transmissão do conhecimento, junto com apelos às teorias neurocognitivas sobre reconstituições simuladas e evidências neurocientíficas nos processos de reconhecimento de pessoas, pode

dar a impressão de que a abordagem explicativa que estou defendendo necessariamente requer que, em determinado momento, nós troquemos nossos cadernos e lápis por aventais brancos e caros aparatos de escaneamento cerebral. A escolha, entretanto, não é entre fenômenos sociais, culturais e históricos, de um lado, e mecanismos cerebrais, de outro; tampouco os métodos tradicionais de trabalho de campo e os métodos ostentosos de escaneamento que constituem, ainda que remotamente, todo o conjunto disponível de técnicas potencialmente relevantes. Os métodos convencionais na psicologia da aprendizagem e do conhecimento, incluindo técnicas de observação sistemáticas e estudos do movimento dos olhos, tempo de reação, estimulação implícita e estudos de *recall*, são altamente relevantes para indagações antropológicas perenes e para questões sobre a transmissão da cultura.

Tome a imitação, por exemplo. A aprendizagem por imitação tem sido um foco central da pesquisa em psicologia do desenvolvimento. Apesar da riqueza e da importância dos avanços nessa área, a descoberta neurocientífica de que as capacidades de imitação são neuralmente enraizadas em uma classe especialmente dedicada de células cerebrais, chamadas de neurônios espelho, se tornou rapidamente um dos empréstimos mais exitosos que as ciências cognitivas fizeram às ciências sociais. Os neurônios-espelho têm recebido atenção especial, em particular, em discussões sobre aquisição de habilidades e transmissão cultural de maneira mais ampla (inclusive neste volume). O fato de eles operarem inconsciente e automaticamente é, de maneira frequente, usado para sugerir que comportamentos motores aprendidos são simples emulações, ou cópias comportamentais, de comportamentos observados nos outros. Muito da transmissão cultural é, por extensão, explicado em termos do que é, com efeito, uma máquina de cópia neural de alta fidelidade. Pesquisas com crianças, entretanto, sugerem que a imitação não consiste apenas de reconstituições de ações demonstradas. Ao contrário, comportamentos imitativos são frequentemente seletivos, e os vieses de processamento inferencial que governam essa seleção são firmemente estabelecidos no começo da infância.

Em uma série de estudos simples, mas revolucionários, György Gergely, Gergely Csibra e colegas, pela primeira vez demonstraram não apenas que bebês de 12 meses são capazes de atribuir objetivos a ações observadas, mas que eles também podem avaliar a eficiência com a qual o objetivo é atingido por meio do ato específico, e conforme as limitações físicas do sujeito atuante (GERGELY; NÁDASDY; CSIBRA; BÍRÓ, 1995; CSIBRA; GERGELY; BÍRÓ; KOÓS; BROCKBANK, 1999). Eles então investi-

garam se considerações sobre eficiência influenciariam os comportamentos imitativos de bebês de 14 meses. Em uma adaptação de um estudo seminal de Andrew Meltzoff, no qual as ações demonstradas por um agente adulto foram copiadas por crianças depois de um período de uma semana, Gergely, Bekkering e Király (2002) mostraram que bebês de 14 meses tendem a reproduzir uma ação direcionada a um objetivo somente se eles percebem essa ação como um meio efetivo de atingir o objetivo pretendido. As crianças observaram uma agente acender um painel luminoso usando a testa. Em uma situação, as mãos da agente estavam livres enquanto ela executava a ação, e na outra situação, suas mãos estavam ocupadas (fingindo estar com frio, ela se enrolou em um cobertor que segurava com as duas mãos). Os cientistas reportaram uma significativa diferença em relação ao número de crianças que copiou a ação demonstrada em cada uma das situações. Quando as mãos da demonstradora estavam livres, 69% das crianças imitou a ação com a cabeça. Quando as mãos da demonstradora estavam ocupadas, apenas 21% das crianças copiou a ação com a cabeça, e o restante escolheu acender a luz com suas mãos. Os cientistas concluíram que “a imitação primordial de ações direcionadas a objetivos é um processo inferencial e seletivo que envolve a avaliação da racionalidade dos meios em relação às limitações da situação” (GERGELY *et al*, 2002, p. 755).

Estudos de desenvolvimento como estes sugerem que a emulação – ou simples cópia comportamental – é uma capacidade componente da aprendizagem cultural, mas que ela é recrutada juntamente com capacidades cognitivas adicionais que nos permitem detectar objetivos e avaliar a eficiência relativa e a relevância dos trajetos variáveis escolhidos para a obtenção desses objetivos (todos os quais podem ser facilitados por meio da ativação de circuitos de neurônios espelho; ver BARSLOU, 2008, p. 623; GALLESE; KEYSERS; RIZZOLATTI, 2004). Onde a base racional funcional de um comportamento demonstrado é desconhecida, contudo, é mais provável que as ações sejam simplesmente emuladas. Isto se dá porque, para o observador ingênuo, os elementos relevantes da ação podem não ser prontamente distinguíveis dos componentes irrelevantes. Gergely e Csibra (2006) sugerem que a transmissão seletiva de conhecimento relevante é realçada por demonstradores, ou professores, por meio de uma variedade do que eles chamam de “indícios ostensivo-comunicativos” (*ostensive-communicative cues*). Tais indícios incluem o contato visual, a reatividade contingente, o direcionamento do olhar, o ato de apontar, as demonstrações comportamentais, o levantar de sobrancelhas, entre outros. Gergeley e Csibra propõem

uma inclinação pedagógica bilateral especificamente humana para “ensinar” uns aos outros, ou para transmitir informação relevante por meio do uso desses indícios ostensivos, e para aprender uns dos outros, ou ser receptivo a esses indícios (GERGELY; EGYED; KIRÁLY, 2007). Tal “postura pedagógica”, se confirmada, seria um componente extremamente importante de qualquer relato de transmissão cultural, e, de fato, da sociabilidade humana em geral. Evidências etnográficas sobre se os indícios ostensivo-comunicativos são tão disseminados quanto essa visão sugere, serão seguramente requeridas para testar essas hipóteses. Nestes contextos culturais e situações de aprendizagem, onde etnógrafos relataram a ausência de ensino proposicional direto, encontraremos, ainda assim, um leque de indícios ostensivo-comunicativos na transmissão? O repertório de tais “ferramentas pedagógicas” é amplamente similar? E há recorrências nos padrões de ativação de vários componentes do repertório?

Essas ferramentas e descobertas podem demonstrar a relevância e importância do pluralismo metodológico, para além do trabalho de campo e dos escaneamentos cerebrais. Entretanto, essa questão é mais do que metodológica. Ao saltar da cultura para os cérebros e vice-versa, ignorando a cognição no meio do caminho, nos arriscamos a perder o que está acontecendo nos níveis psicológico e comportamental. Explicar fenômenos do nível sócio-cultural em termos de padrões de ativação de neurônios em cérebros individuais é análogo a explicar falhas de *hardware* de computador em termos da estrutura atômica dos materiais dos quais esse é composto. É no nível dos mecanismos, processos, regularidades e vieses psicológicos – que constituem (e que podem ser constituídos por) ideias, expectativas, intenções, comportamentos, crenças, sentimentos, atitudes e assim por diante, os quais por sua vez constituem um ambiente sócio-cultural – que nós podemos potencialmente descobrir fatores que expliquem, de forma significativa, padrões macroculturais. Se vamos concentrar nossos esforços colaborativos em algum domínio do amplo agregado de disciplinas e especialidades que compõe a ciência cognitiva, uma aliança com a psicologia poderia ser particularmente frutífera.

Devido à complexidade da cultura, sociabilidade, comportamento e pensamento humanos, questões sobre os fatores que contribuem para padrões de transmissão de conhecimento estão raramente alinhados com um único conjunto qualquer de instrumentos ou descobertas. *O como chegamos a conhecer* necessariamente impli-

ca em interações complexas e contingentes entre cérebros, corpos e ambientes. Há uma tarefa importante para os antropólogos no sentido de identificar essas interações – não apenas como intérpretes sensíveis do comportamento humano, mas também como etnógrafos metódicos do comportamento humano, na medida em que este pode ser testemunhado por meio de uma potencialmente ampla variedade de técnicas. As contribuições deste volume oferecem tanto dados ricos como questões especulativas sobre relatos de conhecimento corpóreo, direcionando a antropologia para uma posição na qual a disciplina pode avançar em seu engajamento colaborativo com teorias relevantes e descobertas das ciências cognitivas sobre cognição, corporificação, aprendizagem e conhecimento. Como tentei argumentar, a geração de análises interpretativas perspicazes sobre comportamento não têm que ser o ponto final do processo etnográfico. Descrições fiéis e análises podem engendrar questões e hipóteses orientadas pelos dados sobre os mecanismos e processos causais que nos permitem “vir a saber”. Em última análise, entretanto, o “estar lá” e a importância da observação participante contínua na geração de retratos descritivos do comportamento humano são intensamente defendidos pelos modelos emergentes de “cognição enraizada” do conhecimento humano. Um rico entendimento de conceitos e categorias locais no sentido em que eles informam ideias e práticas, e o progressivo afastamento dos (mal) entendimentos exclusivamente etnocêntricos podem ser atingidos de forma ótima por meio da exposição direta e repetida aos contextos linguísticos, sociais, corpóreos, motivacionais e afetivos, nos quais esses conceitos e categorias aparecem. Os artigos neste volume são fortes testemunhos desse fato.

### Referências

AARTS, H.; DIJKSTERHUIS, A. (2002). “Category activation effects in judgement and behaviour: the moderating role of perceived comparability”. *British Journal of Social Psychology*, vol. 41, p. 123-138.

ASTUTI, R. (2001) “Are we all natural dualists? A cognitive developmental approach”. *Journal of the Royal Anthropological Institute*, vol. 7, p. 429-447.

ASTUTI, R.; HARRIS, P. (2008). “Understanding mortality and the life of the ancestors in rural Madagascar”. *Cognitive Science*, vol. 32, p. 713-740.

BARGH, J. A.; CHEN, M.; BURROWS, L. (1996). “Automaticity of social behaviour: direct effects of trait construct and stereotype activation on action”. *Journal of Personality and Social Psychology*, vol. 71, p. 230-244.

BARRETT, H.; BEHNE, C. T. (2005). "Children's understanding of death as the cessation of agency". *Cognition*, vol. 96, p. 93-108.

BARLOU, L. W. (2008). "Grounded cognition". *Annual Review of Psychology*, vol. 59, p. 617-645.

BARLOU, L. W.; NIEDENTHAL, P. M.; BARBEY, A. K.; RUPPERT, J. A. (2003). "Social embodiment". In: ROSS, B. H. (Ed.). *The psychology of learning and motivation*. San Diego, Academic Press.

BESNIER, N. (1996). "Heteroglossic discourses on Nukulaelae spirits". In: MAGEO, J.M.; HOWARD, A. (Ed.). *Spirits in culture, history and mind*. New York, Routledge, p. 75-97.

COHEN, E.; BARRETT, J. (2008a). "When minds migrate: conceptualizing spirit possession". *Journal of Cognition and Culture*, vol. 8, p. 23-48.

\_\_\_\_\_. (2008b). "Conceptualizing spirit possession: ethnographic and experimental evidence". *Ethos*, vol. 36, p. 245-266.

CSIBRA, G.; GERGELY, G.; BÍRÓ, S.; KOÓS, O.; BROCKBANK, M. (1999). "Goal attribution without agency cues: the perception of 'pure reason' in infancy". *Cognition*, vol. 72, p. 237-267.

GALLESE, V.; KEYSERS, C.; RIZZOLATTI, G. (2004). "A unifying view of the basis of social cognition". *Trends in Cognitive Science*, vol. 8, p. 396-403.

GERGELY, G. H.; BEKKERING, H.; KIRÁLY, I. (2002). "Rational imitation in preverbal infants". *Nature*, vol. 415.

GERGELY, G. H.; CSIBRA, G. (2006). "Sylvia's recipe: the role of imitation and pedagogy in the transmission of human culture". In: ENFIELD, N. J.; LEVINSON, S. C. (Ed.). *Roots of human sociality: culture, cognition, and human interaction*. Oxford, Berg.

GERGELY, G. H.; EGYED, K.; KIRÁLY, I. (2007). "On pedagogy". *Developmental Science*, vol. 10, p. 139-146.

GERGELY, G. H.; NÁDASDY, H. Z.; CSIBRA, G.; BÍRÓ, S. (1995). "Taking the intentional stance at 12 months of age". *Cognition*, vol. 56, p. 165-193.

HUTCHINS, E. (1995). *Cognition in the wild*. Cambridge, MIT Press.

LAVE, J. (1988). *Cognition in practice*. Cambridge, University Press.

LEVERONI, C. L.; SEIDENBERG, M.; MAYER, A. R.; MEAD, L. A.; BINDER, J. R.; RAO, S. M. (2000). "Neural systems underlying the recognition of familiar and newly learned faces". *Journal of Neuroscience*, vol. 20, p. 878-886.

REPP, B. H.; KNOBLICH, G. (2004). "Perceiving action identity: how pianists recognize their own performances". *Psychological Science*, vol. 15, p. 604-609.

SHAH, N.; MARSHALL, C.; ZAFIRIS, O.; SCHWAB, A.; ZILLES, K.; MARKOWITSCH, H. J.; FINK, G. R. (2001). "The neural correlates of person familiarity: a functional magnetic resonance imaging study with clinical implications". *Brain*, vol. 124, p. 804-815.

*Recebido em março/2011*  
*Aprovado em agosto/2012*

## Coalizões governamentais na democracia brasileira<sup>I</sup>

Argelina Cheibub Figueiredo<sup>II</sup>

Tradução de Gabriela Rodrigues da Guia Rosa & Leandro de Pádua Rodrigues

### Introdução

A enciclopédia online Wikipedia define “coalizão governamental” como “um gabinete de um governo parlamentarista, no qual diversos partidos cooperam. A razão comum conferida a esse tipo de arranjo é que nenhum partido consegue atingir, por conta própria, uma maioria no parlamento” (ênfase nossa). Até muito recentemente, essa visão do senso comum predominou nos círculos acadêmicos. Estudos sobre coalizões governamentais se restringiam a países com sistema parlamentarista, e a literatura comparada partia da premissa de que presidentes não teriam incentivos para formá-las, pois possuem mandatos fixos e independentes do Poder Legislativo. A suposição segundo a qual coalizões governamentais são peculiares ao sistema parlamentarista foi, no entanto, demolida tanto empírica como teoricamente<sup>1</sup>. Coalizões governamentais ocorrem em 53,6% das situações nas quais o partido do presidente não obtém um número suficiente de cadeiras para governar sozinho (CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEGH, 2004, p. 574). Em outras palavras, presidentes também procuram formar governos que aumentem o seu apoio na legislatura, e as razões que os fazem agir dessa forma não são muito diferentes daquelas que motivam os primeiros-ministros.

Embora a literatura sobre governos de coalizão no presidencialismo seja pequena, ela está crescendo. Além disso, a sua trajetória é diferente daquela das pesquisas sobre coalizões em países parlamentaristas. Em 1990, no livro cujo objetivo

---

<sup>I</sup> Nota dos editores: agradecemos a prof<sup>a</sup>. Argelina Figueiredo por autorizar a tradução do artigo. Publicado originalmente em: (2007). “Coalition government in the Brazilian democracy”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 1, n. 2, p. 182-216.

<sup>II</sup> Professora do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (IESP – UERJ) e pesquisadora do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CNPq).

<sup>1</sup> Ver Cheibub, Przeworski e Saiegh (2004) e Cheibub (2007).

era consolidar o conhecimento construído sobre coalizões de governo no parlamentarismo, Laver e Schofield (1990, p. 7-11) mostraram a existência de uma sólida tradição europeia, a qual continha tanto trabalhos empíricos como importantes estudos de caso, e que também avançara em termos de comparações entre países. A literatura comparada acerca das coalizões governamentais em sistemas presidencialistas apresenta importantes resultados por dois motivos: maior disponibilidade de informação e, também, porque se beneficia das análises de modelos aplicados aos sistemas parlamentaristas. Entretanto, estudos de caso individuais ou análises comparadas de pequenos casos ainda podem realizar uma importante contribuição ao nosso conhecimento sobre o processo de formação, funcionamento e desempenho de governos de coalizão em sistemas presidencialistas.

Porém, mesmo nos dias de hoje, não é possível realizar análises de governos parlamentaristas sem levar em conta estudos de caso. Pelo contrário: recentemente, estudos orientados teoricamente tentam, de modo mais sistemático possível, organizar os aspectos da coalizão política que seriam dificilmente examinados sem uma detalhada análise individual dos países<sup>2</sup>.

Esta nota de pesquisa, que é parte de um estudo maior sobre o desempenho das coalizões governamentais na democracia brasileira, tem por objetivo identificar e analisar as principais características dos governos formados durante as duas últimas constituições democráticas. O primeiro período começa com a promulgação da Constituição de 1946 e se encerra com o golpe militar de 31 de março de 1964. O período que se inicia em outubro de 1988, com a promulgação da nova Constituição, é examinado até a 52<sup>a</sup> Legislatura do Congresso Nacional em 31 de janeiro de 2007. Portanto, tal recorte inclui o primeiro mês do segundo mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, período no qual o então presidente não realizou nenhuma mudança nos ministérios. Esta nota também tem por objetivo contribuir com novos estudos, e talvez servir como um exemplo, de tal modo que pesquisadores possam realizar esforços parecidos em seus respectivos países. Neste sentido, ela pode contribuir com um objetivo mais geral, ultrapassando os limites do projeto do qual surgiu: a produção de estudos comparados baseados em informações mais detalhadas e confiáveis.

---

<sup>2</sup> Ver especialmente Laver e Shepsle (1994) e Müller e Strøm (2000).

### **A formação de coalizões governamentais: critérios e cargos considerados**

O critério aqui utilizado para demarcar o fim e o começo das coalizões de governo nos sistemas presidenciais é o mesmo definido por Müller e Strøm para os sistemas parlamentares: “1) qualquer mudança no conjunto de partidos que fazem parte do gabinete; 2) qualquer mudança na identidade do primeiro-ministro; e 3) qualquer eleição geral, seja porque foi exigida pelo fim de um período constitucional intereleitoral, ou porque foi precipitada pela dissolução prematura do parlamento” (2000, p. 12). Com pequenas alterações que não afetam a comparabilidade com países parlamentares, esses critérios são suficientemente gerais para que sejam aplicáveis à formação e às mudanças nos governos com sistema presidencial.

Presidentes não apenas formam coalizões governamentais, mas também as alteram ao longo de seus mandatos, procurando construir uma base de apoio no Legislativo. A regra constitucional que dá aos presidentes a prerrogativa de escolher os membros do gabinete não lhes concede total autonomia para formar os seus governos. Se tomarmos como certo o fato de que o objetivo dos presidentes é obter apoio na legislatura, não há razão para acreditar que a escolha de futuros membros do governo não levará em conta a força dos partidos no Legislativo.

Para Müller e Strøm, os membros do gabinete são “apenas aqueles partidos que designaram representantes com direitos de voto no gabinete” (ibidem, p. 12), fato que exclui partidos que apoiam o governo, mas que não possuem um posto no gabinete. O ponto que deve ser enfatizado é a diferença entre coalizões governamentais e coalizões legislativas. A formação de coalizões legislativas resulta de negociações ad hoc ou simplesmente de uma identidade de preferências. Por outro lado, coalizões governamentais implicam o acesso a cargos e posições de poder em troca de apoio legislativo.

Os critérios (2) e (3) são facilmente aplicáveis ao estudo de formação de coalizões governamentais nos sistemas presidencialistas. Trocas de presidente, o chefe do governo, correspondem exatamente a alterações na identidade do primeiro-ministro em sistemas parlamentaristas. No que diz respeito às eleições, embora nos sistemas presidencialistas elas não possam ser antecipadas, as que já ocorrem de maneira regular, de acordo com o calendário eleitoral, alteram igualmente a correlação de forças no governo. Assim, as mudanças do resultado no número de cadeiras devem ser consideradas quando se definem alterações nas coalizões governamen-

tais<sup>3</sup>. Entretanto, algumas particularidades na formação de um governo no sistema presidencial tornam a identificação da composição partidária do governo um pouco mais complexa, embora não afetando a aplicabilidade do primeiro critério.

No sistema parlamentarista, o líder do partido que obtém o maior número de votos é geralmente quem vem a ser o Primeiro-Ministro, e assume o papel de formar um governo, que surge após um período de negociação durante o qual os partidos convidados a fazer parte do governo expressam sua concordância em ocupar os postos no gabinete. O governo só é considerado formado quando as posições partidárias estão definidas e – mesmo quando não há um voto formal para a investidura oficial no cargo – é aprovado pelo Legislativo. Nesse momento, a composição partidária do governo é também definida. No sistema presidencialista, as negociações entre o presidente, que convida os partidos para participar do governo, e os partidos convidados a constituírem o governo ocorrem de modo similar. Posto, porém, que a última palavra é do presidente, podem ocorrer indicações de ministros cujos partidos não assumiram uma posição definitiva, ou mesmo que se recusaram a apoiar o governo. No sistema presidencialista, muitas vezes, líderes dos partidos assumem cargos ministeriais sem um acordo formal de seus partidos.

Estudos sobre coalizões governamentais em sistemas presidencialistas geralmente determinam a composição partidária do governo por meio da afiliação partidária dos ministros, mesmo que eles não tenham apoio de seus respectivos partidos. Em estudos que comparam um grande número de países, não há, por enquanto, alternativa para isso. Não estão disponíveis as informações sobre o posicionamento assumido pelos partidos. Entretanto, estudos de caso não apenas podem, mas devem verificar se o ministro participa do governo em nome de seu partido; ou seja, se a participação se deve a um compromisso de natureza partidária ou se é decorrente da decisão individual do ministro.

Se assumirmos como nosso ponto de partida o fato de que presidentes buscam alianças tendo em vista adquirir apoio legislativo, a estratégia de cooptar membros de partidos que não aceitam fazer parte do governo não pode ser considerada a mais eficiente. Por mais que os presidentes tenham a prerrogativa de escolher seus mi-

---

<sup>3</sup> Além disso, existem sistemas parlamentaristas, tal como o da Noruega, nos quais o mandato parlamentar é fixo, ou seja, independente do Poder Executivo.

nistros unilateralmente, se agirem de forma racional, buscarão apoio partidário na Câmara Legislativa. Caso contrário, estaríamos fazendo diferentes suposições comportamentais para o mesmo cargo, o de chefe de governo. Ademais, o argumento sofre de um tipo de hiperinstitucionalismo que falha em considerar as condições políticas sob as quais os chefes de governo operam. Sendo esse o caso, a análise do funcionamento e do desempenho das coalizões governamentais nos sistemas presidencialistas requer do pesquisador que verifique o compromisso dos partidos, cujos membros aceitam fazer parte do governo. Essa é a única possibilidade de checar o retorno ao governo em termos de apoio parlamentar.

Por fim, faremos alguns comentários sobre os cargos considerados para definir a composição partidária das coalizões de governo. A participação dos partidos no governo foi definida tendo-se em mente apenas as posições ministeriais. Há, no entanto, diferenças relevantes entre os dois períodos. Primeiramente, é possível observar um significativo aumento do número de ministérios no período atual. De um lado, isso indica a existência de uma estrutura governamental mais complexa. Por outro, considerando a variação entre um governo e aquele que o sucede, isso mostra a importância dos ministérios para a negociação da formação do governo. Entre os anos de 1946 e 1964, o número de ministros permaneceu largamente estável aumentando de 10 para 13 com a divisão do Ministério da Educação e Saúde e do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Além disso, há poucos ministérios extraordinários. Apenas dois para todo o período, e ambos em 1963: o Ministério Extraordinário do Planejamento, cuja principal tarefa era preparar o Plano Trienal, e o Ministério Extraordinário da Reforma Administrativa. No atual período, pelo contrário, diferentes governos criaram uma profusão de ministérios extraordinários e/ou Secretarias de Estado, alguns transformados em ministério posteriormente.

A segunda diferença entre os dois períodos é que a Presidência da República ganhou também uma estrutura organizada que cresceu e se tornou institucionalizada, com cargos cujo status se equivale ao dos ministérios. Por exemplo, durante os anos de 1946-1964, o Gabinete Civil (posto que abrigava o corpo de assistentes civis do presidente), criado em 1938, era mais um grupo de conselheiros pessoais do presidente. O chefe do Gabinete Civil juntou-se à estrutura ministerial durante o governo Geisel em meados dos anos 1970. O Gabinete Civil foi transformado em Casa Civil após o governo do presidente Collor (que o aboliu), permanecendo assim até hoje. Os postos de alto nível da Presidência também incluem o Gabinete

do Secretário-Geral, os departamentos de Estado para a administração pública, comunicação, relações institucionais e outros. Todos esses departamentos com status ministerial foram levados em consideração. Além deles, a estrutura da Presidência também inclui funcionários militares, por exemplo, no Departamento de Assuntos Estratégicos e na Casa Militar, entre outros departamentos – a maioria criado no governo Cardoso – como o de Advogado-Chefe e Controlador-Chefe, que não foram levados em consideração. Na verdade, os ministérios militares também não foram considerados, dada a natureza não política destas posições. No entanto, o Ministério da Defesa, criado em 1999, foi incluído nos cálculos da composição das coalizões identificadas, mesmo porque passou a ser ocupado por um civil<sup>4</sup>.

Os quadros 1 e 2 sumarizam o número de postos por governo em cada período, considerando apenas o detentor do cargo<sup>5</sup>.

Quadro 1. Número de posições ministeriais, por tipo e por coalizão governamental – 1946-1964

COALIZÃO/PRESIDENTE	MINISTÉRIO	DEPARTAMENTOS SUBMINISTERIAIS (SECRETARIAS)	MINISTÉRIOS EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL
DUTRA I	7	-	-	7
DUTRA II	7	-	-	7
DUTRA III	7	-	-	7
VARGAS I	8	-	-	8
VARGAS II	8	-	-	8
VARGAS III	8	-	-	8
CAFÉ FILHO	8	-	-	8
CAFÉ FILHO	8	-	-	8
N. RAMOS	8	-	-	8
JK I	8	-	-	8
JK II	8	-	-	8
QUADROS	10	-	-	10
GOULART I (NEVES I)	10	-	-	10
GOULART II (NEVES II)	10	-	-	10
GOULART III (B. ROCHA)	10	-	-	10
GOULART IV (H. LIMA)	10	-	1	11

<sup>4</sup> Em todos os cálculos referentes aos ministros independentes, Amorim Neto (2000) considera um dos três ministérios militares antes da criação do Ministério da Defesa.

<sup>5</sup> Ministros interinos foram considerados apenas para o período 1988-2007 nas seguintes situações: quando sua permanência no cargo foi superior a 30 dias; e por sua saída definitiva. Foram apenas 18 ministros interinos em todo o período.

GOULART V	10	-	2	12
GOULART VI	10	-	1	11
GOULART VII	10	-	1	11

\*Excluídos ministérios militares.

Quadro 2. Número de cargos ministeriais, por tipo e por coalizão governamental – 1988-2007.

COALIZÃO/ PRESIDENTE	MINISTÉRIOS	DEPARTAMENTOS SUBMINISTERIAIS (SECRETÁRIAS)	MINISTÉRIOS EXTRAORDINÁRIOS	TOTAL*
SARNEY 2	18	3	1	22
COLLOR 1	9	7	-	16
COLLOR 2	9	7	-	16
COLLOR 3	9	7	-	16
COLLOR 4	11	7	1	19
FRANCO 1	18	3	-	21
FRANCO 2	18	3	-	21
FRANCO 3	18	3	-	21
CARDOSO I 1	18	2	1	21
CARDOSO I 2	18	2	3	23
CARDOSO II 1	19	7	3	29
CARDOSO II 2	21	5	-	26
LULA I 1	24	6	1	31
LULA I 2	24	7	-	31
LULA I 3	24	7	-	31
LULA I 4	24	7	-	31
LULA I 5	24	6	-	30

\* Excluídos os ministérios militares; incluído o Ministério da Defesa desde 1999.

### Composição partidária e duração dos governos

Nesta seção, o objetivo é identificar a composição partidária dos ministérios, adotando como critérios não só a afiliação dos ministros, mas também se tomaram parte no governo representando o seu partido. Esta tarefa nem sempre é fácil, pois muitas vezes é do interesse do partido manter alguma ambiguidade, especialmente quando ele é dividido. No entanto, antes de apresentar os casos mais polêmicos e as decisões tomadas, alguns comentários sobre as fontes são necessárias.

A identificação da filiação dos partidos dos ministros foi baseada em fontes oficiais disponíveis em publicações e/ou sites que continham dados eleitorais e legislativos, bem como publicações de resumos biográficos e estudos acadêmicos. Outras fontes utilizadas para verificar a participação dos partidos no governo foram testemunhos e, sobretudo, a sessão de política dos jornais diários, especialmente para o período 1946-1964 que exigiu mais pesquisa sistemática (ver Apêndice 1).

Nos periódicos, foram examinadas notícias e análises jornalísticas de negociações anteriores à formação dos ministérios, tanto no início dos governos, quanto nas alterações ocorridas no decorrer do mandato presidencial. Essas notícias são frequentes na imprensa nacional nos dois períodos. A expressão “presidencialismo de coalizão”, cunhada em 1988 por Abranches (1988), foi incorporada aos estudos acadêmicos e tornou-se corrente na imprensa. No período 1946-1964, análises políticas e reportagens utilizavam a expressão “governo de coalizão”<sup>6</sup>. Essas fontes permitiam determinar a natureza da participação dos partidos nos vários governos, uma vez que lidavam não só com o processo de negociação, identificando os agentes que participaram, mas também com o resultado final.

Em um número grande de casos, o acordo do partido implica na própria recomendação de um nome para representá-lo no governo. Quando o presidente revela uma preferência por um nome específico, precisa, de qualquer maneira, da aprovação do partido. Quando algum ministro participa do governo contra a vontade do partido, duas situações podem ocorrer. Primeiramente, o partido expulsa ou suspende temporariamente o seu membro. No segundo caso, o partido não impõe qualquer tipo de punição, mas continua na oposição ativa ou manifesta ao governo. Nesses casos, não há dúvida quanto à natureza individual da participação no ministério, mas uma terceira situação também existe: apesar de apoiar informalmente a participação de um dos seus membros, o partido não define uma posição inequívoca ou unitária em relação ao governo. Neste caso, as decisões tomadas sobre a inclusão de partidos em coligações são relatadas detalhadamente a seguir.

As tabelas 1 e 2 mostram a composição partidária das coligações de governo identificadas nos dois períodos, indicando também o evento que lhes deu origem e

---

<sup>6</sup> O uso da expressão pode ser em razão da importância atribuída pelos jornais da época, às notícias internacionais, que, em geral, faziam as manchetes de primeira página. Notícias de mudança de governo em países europeus eram frequentes.

sua duração, bem como a porcentagem de cadeiras ocupadas pelos partidos da coalizão e pelo partido do presidente.

De um modo geral, não foi muito difícil identificar o nível de comprometimento dos partidos com os governos formados nos dois períodos. No entanto, certos casos são controversos, sendo os principais o da UDN no período 1946-1964 e do PMDB no período atual.

A UDN era o principal partido de oposição à aliança PSD-PTB que governou o Brasil por quase todo o período de 1946-1964, chegando ao poder somente no breve governo Jânio Quadros. Nominalmente, contudo, membros desse partido participaram em quase todos os governos do período. Conforme observado na Tabela 1, no entanto, a participação da UDN como partido foi muito mais restrita. Vejamos por quê.

Com as eleições para a Presidência e o Legislativo nacional, em 1945, o governo e o Congresso tiveram como sua principal tarefa a restauração da ordem constitucional. No mesmo momento em que se formava o governo, ocorria a Assembleia Nacional Constituinte (ANC). Uma das primeiras decisões da ANC referia-se ao seu próprio escopo de atuação: ela teria também funções legislativas ordinárias, ou seria apenas uma assembleia constituinte?

Tabela 1. Coalizões de governo – outubro de 1946 a março de 1964

Coalizão / Presidente	Partido do Presidente	Partidos na Coalizão	Data da Coalizão		Fato que dá início à nova coalizão	Dias	Meses	% de cadeiras na Câmara dos Deputados	
			Início	Fim				Partido do Presidente	Coalizão
Dutra I	PSD	PSD-PTB	31/1/1946	13/10/1946	Eleições Presidenciais e Legislativas	253	8	52,8	60,5
Dutra II	PSD	PSD-PR- UDN	14/10/1946	30/3/1950	Sai o PTB, entram UDN e PR.	1246	42	52,0	81,3
Dutra III	PSD	PSD-UDN	1/4/1950	30/1/1951	Sai o PR	299	10	52,0	78,0
Vargas I	PTB	PSD-PTB- PSP	1/2/1951	15/6/1953	Eleições Presidenciais e Legislativas	854	28	15,6	57,4
Vargas II	PTB	PSD-PTB	15/6/1953	2/6/1954	Sai o PSP	347	12	15,6	50,0
Vargas III	PTB	PSD-PTB- PSP	3/6/1954	24/8/1954	Entra o PSP	81	3	15,6	57,4
Café Filho	PSP	PSD-PR- UDN	25/8/1954	31/1/1955	Suicídio de Vargas	156	5	0,0	78,2

Café Filho	PSP	PSD-PR-UDN	1/2/1955	11/11/1955	Eleição Legislativa	280	9	0,0	80,7
N. Ramos	PSD	PSD-PTB-PSP-PR	11/11/1955	31/1/1956	Crise Político-Militar	80	3	35,0	67,8
JK I	PSD	PSD-PTB-PSP-PR	1/2/1956	31/01/56	Eleição Presidencial 1080			35,0	67,8
JK II	PSD	PSD-PTB-PSP-PR	1/2/1959	31/1/1961	Eleição Legislativa	720	24	35,3	68,4
Quadros	PTN	UDN-PSP-PR	1/2/1961	24/8/1961	Eleição Presidencial	204	7	0,0	34,4
Ranieri Mazzili*		Presidente interino	25/8/1961	7/9/1961	Crise Político-Militar	13	0	0,0	0,0
Goulart I (Neves I)	PTB	PSD-PTB-PDC	8/9/1961	12/10/1961	Assume o Primeiro-Ministro	34	1	20,2	57,7
Goulart II (Neves II)	PTB	PSD-PTB-PDC-PSP	13/10/1961	12/7/1962	Entra o PSP	269	9	20,2	65,3
Goulart III (B. Rocha)	PTB	PSD-PTB-PSB	13/7/1962	17/9/1962	Mudança no Primeiro-Ministro	64	2	20,2	58,3
Goulart IV (H. Lima)	PTB	PSD-PTB-PSB	18/9/1962	23/1/1963	Mudança no Primeiro-Ministro	125	4	20,2	58,3
Goulart V	PTB	PSD-PTB-PSP-PSB	24/1/1963	7/6/1963	Mudança para o Sistema Presidencial /Eleição Legislativa	133	4	28,4	63,6
Goulart VI	PTB	PSD-PTB-PDC	8/6/1963	19/12/1963	Sai o PSB Entra o PDC	191	6	28,4	62,1
Goulart VII	PTB	PSD-PTB	20/12/1963	31/3/1964	Golpe de Estado	101	3	28,4	57,2
Total (para o período)						6530	216	26,6	60,1

\* Presidente da Câmara dos Deputados (Casa Baixa do Congresso) que exerceu o cargo de presidente da República interinamente até que a mudança constitucional para o sistema parlamentarista fosse aprovada, permitindo que o vice-presidente João Goulart tomasse posse. Doravante, o governo Mazzilli será excluído das coalizões governamentais.

Tabela 2. Coalizões de governo – outubro de 1988 a janeiro de 2007

Coalizão / Presidente	Partido do Presidente	Partidos na Coalizão			Fato que dá início à nova coalizão	Duração		% de cadeiras na Câmara dos Deputados	
			Início	Fim		Dias	Meses	Partido do Presidente	Coalizão
Sarney 2	PMDB	PMDB-PFL	6/10/1988	14/3/1990	Promulgação da Nova Constituição	518	17	41,4	63,03
Collor 1	PRN	PRN-PFL	15/3/1990	12/10/1990	Eleição Presidencial	207	7	5,1	33,94
Collor 2	PRN	PRN-PFL-PDS	13/10/1990	31/1/1991	Entra o PDS	108	4	6,1	
Collor 3	PRN	PRN-PFL- PDS	1/2/1991	14/4/1992	Eleição Legislativa	433	14	8,0	34,59
Collor 4	PRN	PRN-PFL-PDS -PTB-PL	15/4/1992	30/9/1992	Entram PTB e PL	165	6	6,2	43,54
Franco 1	Nenhum Partido	PFL-PTB- PMDB- PSDB- PSB	1/10/1992	30/8/1993	Impeachment do presidente	329	11	-	60,0
Franco 2	Nenhum Partido	PFL-PTB- PMDB - PSDB-PP	31/8/1993	24/1/1994	Sai o PSB, entra PP	144	5	-	59,64
Franco 3	Nenhum Partido	PFL-PMDB PSDB-PP	25/1/1994	31/12/1994	Sai o PTB	336	11	-	55,27
Cardoso I 1	PSDB	PSDB-PFL PMDB-PTB	1/1/1995	25/4/1996	Eleições Presidenciais e Legislativas	474	16	12,5	56,14
Cardoso I 2	PSDB	PSDB-PFL PMDB-PTB- PPB	26/4/1996	31/12/1998	Entra o PPB	965	32	16,6	77,19
Cardoso II 1	PSDB	PSDB-PFL - PMDB PPB	1/1/1999	5/3/2002	Eleições Presidenciais e Legislativas	1.144	38	18,3	73,88
Cardoso II 2	PSDB	PMDB-PSDB -PPB	6/3/2002	31/12/2002	Sai o PFL	295	10	18,2	45,22
Lula I 1	PT	PTB-PDT - PPS-PV	1/1/2003	22/1/2004	Eleições Presidenciais e Legislativas	381	13	18,0	42,88
Lula I 2	PT	PT-PL-PCdoB PSB-PTB-PPS PV-PMDB	23/1/2004	31/1/2005	Entra o PMDB Sai o PDT	368	12	17,7	62,38
Lula I 3	PT	PT-PL-PCdoB -PSB-PTB-PV -PMDB	1/2/2005	19/5/2005	Sai o PPS	108	4	17,7	57,7
Lula I 4	PT	PT-PL- PCdoB- PSB-PTB- PMDB	20/5/2005	22/7/2005	Sai o PV	62	2	17,7	58,28
Lula I 5	PT	PT-PL-PCdoB	23/7/2005	31/1/2007	Entra o PP	548	18	17,7	69,59
Total (para o período)						6.586	220	13,0	55,9

A UDN, como um partido de oposição e, naquela época, abrigando em suas fileiras deputados de esquerda que lutaram contra a ditadura de Vargas, propôs que o Congresso Constituinte desempenhasse também um papel legislativo ordinário. A lógica por trás dessa posição foi a seguinte: se a sua função fosse estritamente constituinte, o presidente continuaria governando por decreto, de acordo com a Constituição autoritária de 1937 que ainda estava válida. Os partidos do governo, o PSD e o PTB, em especial o primeiro (o partido do presidente), defenderam posição oposta. E uma vez que constituíam maioria, prevaleceram. O Congresso desempenharia apenas o papel constituinte, sem participação nas tarefas de governo. Assim, a liderança da UDN recusou-se a participar da primeira coalizão do governo Dutra, apesar do seu convite, permanecendo na oposição até a promulgação da nova Constituição.

Com o restabelecimento da democracia constitucional, a ANC elegeu o vice-presidente da República, também do PSD, e organizou-se para participar da formulação de políticas de governo a partir de então. A reforma ministerial era esperada para logo após a promulgação da Constituição, mas ocorreu lentamente, começando em outubro e terminando apenas em dezembro, com a incorporação de dois ministros da UDN. O vice-presidente era uma figura central na reforma ministerial. Ele era visto como “o chefe virtual da política brasileira” que estava “fazendo um esforço para rearticular as negociações com vistas a restabelecer a coalizão”, sugerindo “novas possibilidades para a UDN de cooperar no futuro com o trabalho administrativo do governo, em dois ou três ministérios” (Mundo da Política, Correio da Manhã, 1º de outubro, 1946).

Para o partido da oposição, a principal questão em jogo agora era a eleição para os governos estaduais, marcada para outubro de 1947. Isto porque eles ainda estavam nas mãos de interventores (nomeados governadores), muitos dos quais foram substituídos pelo novo presidente da República. A UDN, que participou de alguns desses governos nomeados após a democratização, previu algumas dificuldades para garantir eleições legítimas se permanecesse completamente fora da máquina administrativa dos estados. Se mantivesse sua oposição ao governo federal, poderia encontrar-se numa posição de ter que abandonar seus postos também nos governos estaduais.

O novo ministério marcaria de fato o início do primeiro governo democrático, com a participação do legislativo na formulação de políticas governamentais. O decreto já não existia na nova Constituição e o Legislativo passaria a ter importante

função decisória. A oposição descomprometida, que tinha caracterizado as ações da UDN durante a ANC, agora ameaçava os objetivos eleitorais do partido. A posição dos deputados estaduais do partido foi pragmática. Eles queriam permanecer nos governos estaduais e aumentar o seu potencial eleitoral. Em meados de outubro, o presidente convidou Clemente Mariani para o Ministério da Educação e Saúde. Mariani ligou a sua aceitação à solução do “caso da Bahia”, ou seja, o apoio de todos os partidos à candidatura de Octavio Mangabeira, presidente da UDN, para o cargo de governador do estado da Bahia (Jornal do Brasil, 17 de outubro de 1946). O acordo foi feito, mas Mariani e seu correligionário Raul Fernandes só ocuparam as pastas da Educação e Saúde e das Relações Exteriores, respectivamente, em dezembro. Em meio a esses eventos, as negociações com a UDN oscilavam muito. Apesar de todas as razões práticas que a levaram a aderir ao governo, ela sentiu-se obrigada a manter os seus princípios políticos. Com relação aos convites de Clemente Mariani e Raul Fernandes, em meados de novembro, o presidente da UDN afirmou que:

A hipótese do convite em si não inclui qualquer compromisso por parte da UDN a cooperar com o governo, uma vez que é apenas uma honra pessoal concedida ao Sr. Fernandes e ao Sr. Mariani. No entanto, fora da disciplina e da ética do partido, esses dois militantes da UDN só serão capazes de receber e, eventualmente, aceitar o convite do Sr. Presidente da República depois de serem autorizados para tal pela UDN. As consultas dentro e fora da esfera do partido têm por objetivo estabelecer uma opinião em relação ao assunto [...] (Correio da Manhã, 14 de novembro de 1946).

A Direção Nacional da UDN, finalmente, aprovou a participação de seus membros no governo, por 26 votos a 16, mas não a participação do partido, como explica seu presidente. Para isso, ele afirma, seria necessário haver um “programa previamente acordado”; ele também precisaria saber “em quais ministérios estas políticas deveriam ser implementadas e, finalmente, seria essencial um ambiente que garantisse as políticas em cada estado sem distinção” (Correio da Manhã, 4 de dezembro de 1946). Com essa decisão, a diretoria da UDN procurou estabelecer a diferença entre a participação do partido, com base no compromisso de um programa, e a participação dos membros do partido. De qualquer forma, a participação dos novos ministros foi aprovada por um órgão de decisão do partido, o qual certamente colheria os benefícios de tal decisão. Por essa razão, a participação de ministros da UDN nas coalizões do governo Dutra era considerada uma decisão partidária.

De fato, essa reforma ministerial foi um ponto decisivo, ou, simplesmente, definiu a linha de ação do governo Dutra. Devemos observar que o PTB deixou de ter

um representante oriundo do seu quadro partidário no interior do governo. O Ministério do Trabalho foi para Morvan Dias de Figueiredo, uma figura importante na comunidade empresarial de São Paulo e membro da liderança da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo). Além disso, um novo partido, o PR, foi agregado à coalizão.

Quando o gabinete foi remodelado em abril de 1950, os representantes do PR deixaram os seus postos no Executivo para focar nas eleições, mas os ministros da UDN foram mantidos. Naquele mês, a UDN apresentou a candidatura presidencial do brigadeiro Eduardo Gomes. As notícias previam a saída dos ministros da UDN. Esta consultou formalmente o partido do presidente, que autorizou a permanência dos ministros, argumentando que a candidatura presidencial do partido não representava um ato de hostilidade ao governo. O presidente da República concordou com o argumento e solicitou aos dois ministros que permanecessem em seus respectivos cargos (Jornal do Brasil, 22 de abril de 1950). Portanto, não se alterou a situação que levou a considerar a participação da UDN na primeira coalizão do governo como formal.

No caso do governo Vargas, a situação é diferente. Vargas convidou a UDN formalmente, mas o partido colocou-se claramente em oposição ao governo desde o início (Jornal do Brasil, 23 de janeiro de 1951 e 2 de fevereiro de 1951). A participação de João Cleofas, da UDN de Pernambuco, teve um caráter regional, pois contava com o apoio das seções estaduais tanto da UDN como do PSD. No nível nacional, o partido manteve-se em oposição ao governo que chegou ao fim com o suicídio de Vargas. Por essas razões, não é possível identificar a UDN como um partido pró-governo durante o mandato varguista. Pelas mesmas razões, a participação dos ministros da UDN no governo Goulart é considerada individual. No governo de Café Filho, é o PTB que se retira da coalizão, dada a sua proximidade com a UDN. Como vice-presidente, Café Filho tinha publicamente rompido com Vargas no auge da crise liderada pela UDN, o que levou o então presidente da República a cometer suicídio<sup>7</sup>. O breve governo de Nereu Ramos, que substituiu Café Filho, como resultado de uma ação preventiva contra um potencial golpe militar, que buscou garantir os resultados da eleição presidencial de 1955, trouxe a aliança PTB-PSD de volta ao governo<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> O PTB proibiu seus membros de participar da nova administração. O ministro indicado para o Ministério do Trabalho, Alencastro Guimarães, tornou-se um dissidente do partido (SKIDMORE, 1988, p. 182).

<sup>8</sup> Ver detalhes em Skidmore (1988, p. 185-198).

Passemos agora à participação do PMDB no período pós-1988. Nos primeiros três governos, a natureza dessa participação é incontroversa. Foi o principal partido de oposição ao regime militar e, por meio de uma eleição indireta, foi também o principal ator na transição para um regime civil. No governo Sarney, o PMDB aliou-se ao PFL, uma ala dissidente do partido que apoiou os militares, para formar o primeiro governo civil desde 1964. Essa é a única coalizão de governo composta por apenas dois partidos, sendo que o partido do presidente detinha a maioria na Câmara Baixa do Congresso. No governo Collor, o primeiro a ser eleito diretamente, Bernardo Cabral, membro do PMDB, assumiu o cargo no Ministério da Justiça, mas o seu partido não só aprovou essa participação, como também liderou uma oposição contra o governo Collor no Congresso<sup>9</sup>. O PMDB se juntou novamente em todas as coalizões formadas por Franco, ex-líder partidário de grande importância, que saiu do partido para se candidatar a vice-presidente de Collor.

No entanto, a participação do PMDB nos governos FHC e Lula foi objeto de uma considerável disputa interna, muitas vezes transformada em batalhas judiciais que na maioria das vezes não chegavam a uma conclusão. Como o PMDB é um partido de dimensão nacional, com líderes de relevância, uma das questões que o dividia era sua intenção de lançar um candidato próprio para concorrer às eleições presidenciais. Essa questão tornou-se o foco de atritos entre as suas facções internas sempre que precisava decidir se apoiaria ou não o governo. No primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso, o ex-presidente e então governador de Minas Gerais, Itamar Franco, defendeu uma candidatura do PMDB, apontando o seu nome para a suposta candidatura, mas foi derrotado por decisão da convenção do partido, realizada em março de 1998, para apoiar Fernando Henrique Cardoso à sua reeleição. No fim de seu segundo mandato, o apoio para o governo foi mais uma vez desafiado, mas a convenção do partido novamente selou a aliança eleitoral com o PSDB, e o PMDB participou com a candidatura à vice-presidência. No governo Lula, a questão surgiu muito antes. Além disso, o partido não conseguiu chegar a uma posição majoritária quanto à sua participação no governo. Em dezembro de 2004, menos de um ano depois de entrar no governo, a executiva nacional do PMDB decidiu, por 9 votos contra 8, retirar seus ministros do governo. O partido estava dividido. Por um lado,

---

<sup>9</sup> Para as ações do PMDB em relação ao Plano Collor, ver Figueiredo e Limongi (1999, p. 184-191).

a liderança nacional e os governadores defendiam a saída dos ministros. Por outro, os parlamentares – 20 dos 22 senadores e 58 dos 76 deputados federais, de acordo com a imprensa – defendiam suas respectivas permanências em seus cargos<sup>10</sup>. A decisão da executiva do partido foi ratificada pela convenção realizada imediatamente após, mas permaneceu sub judice em razão de recursos interpostos pelos grupos pró-governo. Apesar de sua vitória, a liderança do partido não foi capaz de implementar a decisão da convenção. Os ministros permaneceram nos cargos sem sofrerem as punições adequadas – expulsão ou censura pública. Por esse motivo, o PMDB manteve-se como parte do governo. Esse parece ser um caso em que manter uma ambiguidade era de interesse do partido, pois poderia ser usada como moeda de troca em futuras negociações. E isso foi o que, de fato, aconteceu. Na primeira coalizão do segundo mandato de Lula, o partido aumentou significativamente a sua representação no ministério.

Algumas observações são necessárias com relação à inclusão ou exclusão de outros partidos identificados na Tabela 2. No governo Lula, o PSB foi mantido em todas as coalizões, apesar de não assumir posições ministeriais na última delas, porque o ministro apontado para o Ministério de Ciência e Tecnologia, controlado pelo PSB desde o início do governo, era do mesmo estado dos dois ministros anteriores, e, ainda que não filiado, tinha ligações com o partido no estado de Pernambuco, onde teve cargos na administração pessebista. O PL (hoje chamado PR) também não ocupou nenhuma posição ministerial após a saída do vice-presidente José Alencar do Ministério da Defesa. Mas, como partido do vice-presidente, ele de fato nunca deixou de fazer parte do governo. Com os outros partidos, o critério estrito prevaleceu. O PTB, por exemplo, não foi considerado membro da primeira coalizão de governo do segundo mandato de FHC, a despeito do fato de que o partido compunha as alianças eleitorais que elegeram e reelegeram Cardoso; do fato de que detinha pastas ministeriais durante todo o primeiro mandato; apesar de ter ocupado cargos em empresas estatais ou nos baixos escalões da administração durante o período; e, finalmente, apesar de apenas romper formalmente com o governo para lançar sua própria candidatura nas eleições presidenciais de 2002.

---

<sup>10</sup> O Estado de S. Paulo, 09/12/2004.

Por último, faço uma observação acerca do governo Itamar Franco. Seu governo começou após uma longa crise política que culminou com o impeachment de Collor. Uma vez que incluía vários dos partidos responsáveis por tal resultado, ele pode ser considerado um governo de unidade nacional. Dois partidos, entretanto, recusaram-se a participar: o PDT, cuja decisão levou o senador Maurício Correa, nomeado para o Ministério da Justiça, a romper com o partido e seu presidente e amigo pessoal Leonel Brizola (entrevista com Maurício Correa, *Correio Braziliense*, 1º de janeiro de 2005); e, o PT, por não ratificar a nomeação da ex-prefeita de São Paulo Luiza Erundina para o Ministério da Administração, ainda que não a tenha obrigado a sair do partido. Estes dois partidos, portanto, não podem ser incluídos na coalizão formada durante este governo.

Comparemos agora algumas características das coalizões formadas nos dois períodos considerados. Entre 1946 e 1964, foram formadas 19 coalizões de governo (excluindo a breve presidência do interino Ranieri Mazzilli em setembro de 1961), enquanto no período seguinte foram 17. Essas coalizões duraram em média 13 e 11,5 meses, respectivamente. Mais de um terço das mudanças no governo (um pouco maior no primeiro período, 37%) ocorreu no calendário eleitoral regular, não resultando, portanto, de conflitos dentro da coalizão. Eleições legislativas no Brasil também levaram a mudanças de ministros nos meses que as sucederam, já que os ministros precisam deixar seus cargos para candidatar-se.

O tempo médio dos ministros em seus cargos varia consideravelmente, como mostrado pelas Tabelas 3 e 4, mesmo levando em conta a diferença na duração dos governos, já que alguns terminaram antes do fim do mandato presidencial. No período entre 1946-64, o tempo que cada ministro passou em ofício é correspondente à média de duração das coalizões. Um ponto a ser explorado é se a maior ou menor estabilidade dos ministros está relacionada às áreas de ação política de suas pastas.

Considerando o número de coalizões formadas, os governos menos estáveis foram os de Lula e Goulart, o primeiro com sete coalizões e o último com cinco. Apesar disso, o tempo médio dos ministros em seus cargos no governo Lula foi longo, praticamente o mesmo do primeiro mandato de Cardoso, que tem a maior média. No segundo mandato de Cardoso, a média de tempo de permanência dos ministros caiu sensivelmente, mesmo tendo em vista que a sua primeira coalizão foi a mais duradoura dos dois períodos analisados.

Os quadros 1 e 2 mostram que apenas o primeiro presidente em cada período era membro de um grande partido e que a maioria das coalizões envolve um número elevado de partidos. Entre 1946-64, das 19 coalizões formadas, apenas uma era minoritária. No pós-1988, seis das 17 coalizões contavam com apoio minoritário, e somente no governo Collor todas as coalizões foram minoritárias. A formação de coalizões minoritárias no referido governo deve-se muito à estratégia antipartido do presidente, ainda que ele tenha tentado expandir a sua base partidária com a reforma ministerial de abril de 1992, no começo da crise que levou ao seu impeachment. A coalizão minoritária do fim do segundo mandato de Cardoso pode ser explicada pela saída do PFL para apoiar seu próprio candidato às eleições presidenciais. O presidente Lula, por sua vez, procurou manter em sua primeira coalizão apenas os partidos aliados ao seu nas eleições. Dito de outro modo, todos os partidos da esquerda mais o PL, um partido à direita, ao qual pertencia o vice-presidente. Até pouco antes da posse do novo governo, José Dirceu, presidente do PT e o novo chefe da Casa Civil, tentou negociar a entrada do PMDB no governo, mas a decisão do presidente foi a de dar início ao seu governo com um ministério composto apenas por partidos da aliança eleitoral. Com essa decisão, Lula evitou incluir no governo o partido que havia concorrido às eleições com o candidato a vice-presidente de seu principal adversário, o peessedebista José Serra. Na verdade, o presidente não precisava arcar com os custos de formar um governo majoritário. Tendo em vista a agenda legislativa originada dos compromissos assumidos no processo eleitoral, ele sabia que teria o apoio da oposição e, por exemplo, teria uma maioria legislativa (LAVIER; SCHOFIELD, 1990; STRØM, 1990).

Um aspecto não mencionado aqui, mas que merece ser melhor explorado, é a composição ideológica dos partidos na coalizão, bem como a posição ideológica do presidente ou de seu partido. Esses fatores podem ser de grande impacto na durabilidade e na performance das coalizões governamentais.

Tabela 3. Tempo dos ministros em cada ministério, por governo – 1946-1964

GOVERNO	TEMPO NO MINISTÉRIO* (DIAS)				
	MÉDIA	NÚMERO	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
DUTRA	565	22	427,6	174	1546
VARGAS	495	19	290,1	81	854
CAFÉ FILHO	232	15	140,1	30	436
NEREU RAMOS	79	8	0,0	79	79

KUBITSCHKEK	599	24	422,9	30	1800
QUADROS	203	10	0,0	203	203
GOULART	197	51	111,3	21	553
TOTAL (para o período)	352	149	323,4	21	1800

\* Excluídos ministérios militares.

Tabela 4. Tempo dos ministros em cada ministério, por governo - 1988-2007

GOVERNO	TEMPO NO MINISTÉRIO* (DIAS)				
	MÉDIA	NÚMERO	DESVIO PADRÃO	MÍNIMO	MÁXIMO
SARNEY	305	29	179,7	96	518
COLLOR	346	44	245,2	18	915
FRANCO	322	53	219,3	11	810
CARDOSO I	731	43	486,7	36	1440
CARDOSO II	549	69	441,2	54	1440
LULA I	696	65	423,4	120	1470
TOTAL (para o período)	514	303	404,4	11	1470

\*Excluídos ministérios militares; incluídos Ministério da Defesa desde 1999.

### **Graude integração entre os Poderes Executivo e Legislativo e proporcionalidade das coalizões**

Na teoria de Cox e Morgenstern (2002, p. 258), os sistemas presidenciais latino-americanos ocupam uma posição intermediária entre o “parlamentarismo puro” e o “presidencialismo puro”. Este lugar é definido pelo grau de integração do Poder Executivo no processo legislativo, e determinado por dois fatores: participação do Executivo no processo legislativo e controle sobre a agenda do Congresso. Trato, aqui, do primeiro fator.

Com relação à integração do Executivo no processo legislativo, uma das dimensões consideradas por esses autores é a possibilidade de os ministros ocuparem, simultaneamente, postos no governo e no legislativo. Ou a possibilidade de membros da legislatura não perderem seus postos legislativos ao ocuparem um cargo no gabinete. No caso brasileiro, os ministros devem licenciar-se de seus postos de deputados e senadores, mas podem facilmente tê-los de volta a fim de, por exemplo, participarem de discussões, negociações e votações de matérias importantes para o governo. Em certos casos, quando o posicionamento do parlamentar substituto do ministro em uma comissão parlamentar é contrário ao do governo, ou mesmo ape-

nas duvidoso, o ministro pode deixar seu cargo por um único dia para votar e, então, retomar o ministério. Isto pode ocorrer também em casos de votações apertadas no plenário.

Este mecanismo institucional coloca o sistema presidencial brasileiro muito mais próximo do modelo parlamentar do que do rígido sistema de separação de poderes em vigor nos Estados Unidos. Entretanto, isto não explica completamente o grau de integração entre os poderes Executivo e Legislativo que é perceptível ao analisarmos a formação de coalizões no país. O padrão observado permite-nos ir além e sugerir a seguinte hipótese: a lógica que preside a formação de coalizões no Brasil não difere substancialmente daquela dos países com sistemas parlamentares. Observemos os dados.

As três primeiras colunas das tabelas a seguir mostram a predominância das coalizões partidárias. Em outras palavras, grande parte dos ministros que participam da base de apoio dos governos, o fazem como representantes de seus partidos. A porcentagem de ministros que, quando convidados para fazer parte do governo, possuíam um mandato parlamentar (como deputado federal ou senador) é significativa<sup>11</sup>. Além disso, a maioria dos ministros já ocupou um posto legislativo em âmbito federal, pelo menos uma vez.

Tabela 5. Grau de integração entre os poderes executivo e legislativo e proporcionalidade nas coalizões de governo – 1946-1964

COALIZÕES DE GOVERNO	GRAU DE PARTIDARISMO <sup>a</sup>	MANDATO PARLAMENTAR <sup>b</sup>	EXPERIÊNCIA LEGISLATIVA <sup>c</sup>	PROPORCIONALIDADE <sup>d</sup>
Dutra I	85,7	28,6	57,1	0,84
Dutra II	72,7	50,0	63,6	0,68
Dutra III	66,7	50,0	75,0	0,67
Vargas I	87,5	75,0	87,5	0,88
Vargas II	77,8	55,5	77,8	0,78
Vargas III	75,0	25,0	50,0	0,75
Café Filho	75,0	37,5	50,0	0,83
Café Filho	46,2	38,5	58,3	0,56
N. Ramos	87,5	37,5	50,0	0,84
JK I	100,0	40,0	73,3	0,92
JK II	100,0	41,2	58,8	0,92
Quadros	60,0	50,0	80,0	0,56

<sup>11</sup> Ver Tabelas 1 e 2, no apêndice 2, para a baixa porcentagem de deputados estaduais e municipais / vereadores.

Goulart I (Neves I)	70,0	90,0	90,0	0,64
Goulart II (Neves II)	63,6	81,8	81,8	0,58
Goulart III (B. Rocha)	60,0	22,2	40,0	0,45
Goulart IV (H. Lima)	45,5	9,1	27,3	0,32
Goulart V	83,4	58,3	83,3	0,68
Goulart VI	68,7	62,6	68,8	0,64
Goulart VII	72,7	63,6	63,6	0,73
TOTAL (para o período)	75,0	48,8	65,3	0,71

<sup>a</sup>Grau de Partidarismo: Porcentagem de cadeiras ocupadas por ministros com apoio do partido.

<sup>b</sup>Mandato Parlamentar: Porcentagem de ministros com mandatos como Deputado Federal ou Senador ou que estiveram no Congresso imediatamente antes.

<sup>c</sup>Experiência Legislativa: Porcentagem de ministros com mandato legislativo nas suas carreiras, excluindo aqueles que os ocupavam quando nomeados.

<sup>d</sup>Proporcionalidade: Relação entre a porcentagem de ministros e as cadeiras por partido, incluindo ministros apartidários (Ver fórmula em AMORIM NETO, 2000, p. 485).

Tabela 6. Grau de integração entre os poderes executivo e legislativo e proporcionalidade nas coalizões de governo – 1988-2007

COALIZÕES GOVERNAMENTAIS	GRAU DE PARTIDARISMO <sup>a</sup>	MANDATO PARLAMENTAR <sup>b</sup>	EXPERIÊNCIA LEGISLATIVA <sup>c</sup>	PROPORCIONALIDADE <sup>d</sup>
SARNEY 2	77,3	36,4	54,5	0,77
COLLOR 1	18,8	15,4	18,8	0,19
COLLOR2	25,0	21,4	18,8	0,25
COLLOR 3	18,8	14,3	12,5	0,19
COLLOR 4	42,1	35,3	36,8	0,42
FRANCO 1	57,1	52,4	57,1	0,48
FRANCO 2	52,4	42,9	52,4	0,44
FRANCO 3	23,8	19,0	23,8	0,20
FHC I 1	66,7	30,0	28,6	0,56
FHC I 2	65,2	38,1	34,8	0,59
FHC II 1	69,0	33,3	41,4	0,64
FHC II 2	46,2	20,0	28,0	0,46
LULA 1	87,1	41,9	54,8	0,59
LULA 2	87,1	45,2	54,8	0,53
LULA 3	83,9	45,2	54,8	0,54
LULA 4	83,9	46,7	58,1	0,53
LULA 5	80,0	35,7	36,7	0,53
TOTAL (no período)	62,7	35,7	41,6	0,49

<sup>a</sup>Grau de Partidarismo: Porcentagem de cadeiras ocupadas por ministros com apoio do partido.

<sup>b</sup>Mandato Parlamentar: Porcentagem de ministros com mandatos como Deputado Federal ou Senador ou que estiveram no Congresso imediatamente antes.

<sup>c</sup>Experiência Legislativa: Porcentagem de ministros com mandato legislativo nas suas carreiras, excluindo aqueles que os ocupavam quando nomeados.

<sup>d</sup>Proporcionalidade: Relação entre a porcentagem de ministros e as cadeiras por partido, incluindo ministros apartidários (Ver fórmula em AMORIM NETO, 2000, p. 485).

Quando comparados os dois períodos, percebe-se que os indicadores de integração entre os poderes Executivo e Legislativo são maiores no período 1946-64 do que atualmente. Os baixos níveis de partidarismo no governo Collor são fundamentalmente responsáveis pela média relativamente baixa no pós-1988. Collor venceu as primeiras eleições diretas presidenciais após o restabelecimento da democracia. Ele adotou, em sua campanha, a estratégia de apresentar-se como um *political outsider*. Isto, aliado à enorme impopularidade do governo e do partido de Sarney, o PMDB, garantiu a vitória ao novo presidente. Ao formar o seu gabinete, Collor manteve sua promessa de campanha: afastar os partidos do governo. Sua estratégia, porém, alterou-se em meio à crise no seu terceiro ano de mandato, momento em que passou a buscar a base de um partido – o que já não era mais possível. Ainda assim, em sua última coalizão, é evidente um aumento nos três indicadores de integração.

Mesmo Quadros, no período anterior, com estratégia similar a de Collor e também com um governo minoritário, formou um governo no qual 60% dos ministros tinham apoio partidário. A coalizão formada pelo primeiro-ministro Hermes Lima, a última do governo parlamentarista de Goulart instituída durante a crise instaurada pela renúncia de Quadros, teve as mais baixas taxas de partidarismo para o período de 1946-64. Durante este governo, nota-se também a menor proporção de ministros ocupando mandatos legislativos, apenas 9%. Isso pode ser explicado pelo fato de já existir um acordo entre os partidos para apoiar o referendo que restabeleceria o presidencialismo. O grau de partidarismo das coalizões formadas sob o regime misto (as quatro primeiras de Goulart) é menor que o das formadas no sistema presidencial, enquanto as duas primeiras coalizões articuladas no novo regime têm a maior participação de parlamentares no gabinete.

O mecanismo institucional que obriga os ministros a deixarem o cargo seis meses antes das eleições pode contribuir para uma queda no número de ministros com mandato parlamentar em andamento e até afetar o grau de partidarismo nas coalizões formadas no fim dos mandatos presidenciais, fato notável em várias coalizões dos dois períodos. Um exemplo é o segundo governo de FHC que, em razão das eleições de 2002, fez uma reforma ministerial para substituir todos os ministros que concorreriam nas próximas eleições. Disto decorreu uma queda significativa nesses indicadores, inclusive em relação às coalizões previamente formadas pelo mesmo presidente.

Uma apresentação mais detalhada das posições ocupadas pelos ministros no momento de sua nomeação, por governo, pode ser encontrada no conjunto de tabelas no Apêndice 2. Entretanto, é válido sublinhar alguns pontos a esse respeito. A escolha presidencial tende a recair sobre pessoas que já ocupam cargos políticos, sejam eles funcionários eleitos, burocratas indicados do setor público ou burocratas dos partidos. Uma maioria expressiva dos ministros ocupava tais posições no momento de sua nomeação: 83% entre 1946-64 e 79% após 1988. Entre 1946-64, 56% desses ministros ocupavam cargos eleitos, enquanto no pós-1988 40%, ocupavam tais posições. No entanto, a maior parte dos políticos com funções nomeadas na administração ou cargos no partido ocuparam, anteriormente, postos para os quais foram eleitos. Nos dois períodos, portanto, menos de 20% dos ministros eram técnicos, funcionários administrativos de carreira, empresários ou membros de sindicatos.

Votando às Tabelas 5 e 6, examinemos a última coluna que mostra o grau de proporcionalidade entre o número de cadeiras legislativas dos partidos que pertencem à coalizão governamental e o número de pastas ministeriais ocupadas por esses partidos, incluindo a porcentagem de ministros independentes, ou seja, aqueles que não têm cadeiras legislativas. Amorim Neto (2002) compôs e usou esse indicador no estudo das coalizões governamentais em sistemas presidencialistas na América Latina e no Brasil. Proponho-me, assim, a discutir o seu trabalho e as vantagens e limites desse indicador mais detalhadamente<sup>12</sup>.

De acordo com Amorim Neto, “[...] proporcionalidade na divisão do gabinete é a solução de equilíbrio para os problemas de barganha enfrentados pelos presidentes e partidos com relação à divisão do bolo (executive pie)”; sendo este o caso, conclui: “quanto mais a divisão do gabinete desviar da proporcionalidade, menos coalizado é o gabinete” (ibidem, p. 52). A lógica que leva o autor a essa conclusão é a seguinte: é impossível identificar, em governos de coalizão sob o presidencialismo, a condição que Laver e Schofield (1990, p. 130) estabelecem para tais governos também em regimes parlamentaristas, i.e., a existência de um contrato que compromete

---

<sup>12</sup> Amorim Neto, inicialmente, chamava esse indicador de Índice de Congruência do Gabinete Partidário (1998, p. 57), depois o renomeou para grau de coalescência (2000, 2002, 2006).

te os partidos com a coalizão. No presidencialismo, os acordos para a formação de coalizões não funcionam da mesma maneira que no parlamentarismo, uma vez que é possível nomear um político sem o apoio de seu partido. Além disso, dada a atmosfera de segredo em torno das negociações políticas, seria difícil observar o alcance dos acordos. Deste modo, faz-se necessário distinguir entre gabinete de coalizão e governo de coalizão (AMORIM NETO, 2002, p. 51-52). Na perspectiva desse autor, a proporcionalidade entre ministérios e cadeiras parlamentares caracteriza o primeiro tipo: “Um gabinete de coalizão define-se por possuir ao menos dois partidos e um alto grau de proporcionalidade entre divisão do gabinete e os seus respectivos pesos legislativos” (ibidem, p. 50).

Entretanto, o grau de proporcionalidade pode ser um indicador bastante limitado para definir o tipo de governo. Isto, primeiro, porque a proporção de ministros independentes, uma importante variável na fórmula de proporcionalidade, não é peculiar apenas ao sistema presidencialista. Mesmo que no parlamentarismo a correlação entre participação no ministério e cadeiras legislativas seja muito alta, certamente existem variações. Por exemplo, na Noruega entre 1945 e 1978, 52% de todos os membros do gabinete não tinham experiência parlamentar anterior e, além disso, os seus membros não podem atuar como representantes enquanto ocupam o cargo de ministro; nesse país, nos ministérios com clientela bem organizada, “é muito mais desejável aos membros do gabinete ter bons laços com um grupo de interesse a ter experiência parlamentar” (STRØM, 1994, p. 43). Na França, de acordo com Thiébault, a participação de funcionários civis nos postos ministeriais, 35% entre 1945 e 1985, “gerou a ideia de que os governos franceses são dominados por um ‘mandarinato’ no qual as ‘grandes écoles’ (como a ‘École nationale d’administration’ e a ‘École polytechnique’) têm um importante papel” (ibidem, p. 143).

Em segundo lugar, é impossível definir o ponto a partir do qual se pode identificar um governo de coalizão. Amorim Neto adverte-nos contra uma “aplicação frouxa do conceito de governo de coalizão para sistemas presidenciais” (2002, p. 48) e conclui que no Brasil apenas o governo Cardoso pode ser entendido como tal (AMORIM NETO; COX; MCCUBBINS, 2003). Contudo, as taxas de proporcionalidade na segunda coalizão do governo FHC – a mais duradoura e a que manteve a mesma composição partidária na maior parte do segundo mandato – e da primeira coalizão do governo Lula são idênticas: 0,59. Este dado pode ser explicado pelo fato de o número de ministros apartidários ser alto na coalizão de FHC, enquanto a de Lula

carrega uma desproporção nas pastas alocadas para o seu partido, representando uma diferença de 30% em relação à sua representação legislativa. O governo Lula tem, no entanto, um maior grau de partidarização, mais ministros com experiência e mandatos parlamentares. O que pode ser considerado o fator mais importante na definição de um governo de coalizão?

Acerca das dificuldades para identificar coalizões, é relevante lembrar que nem todos os governos de coalizão no sistema parlamentarista são constituídos por acordos formais. Uma análise de 238 coalizões governamentais mostra que apenas 63% são baseadas em algum tipo de “acordo identificável”, e que o alcance dos acordos tem sua variação relacionada à extensão de sua publicidade e generalidade (MÜLLER; STRØM, 2000, p. 573-75). Por último, vale notar que a condição imposta por Laver e Schofield, à qual se refere Amorim Neto, intenta distinguir entre coalizões executivas e legislativas. Essa distinção é feita de forma muito precisa pelos autores, sendo importante citá-la:

Uma coalizão legislativa não é mais que um grupo de legisladores que votam juntos em uma pauta particular. Este conceito de coalizão não carrega, em absoluto, uma conotação de permanência, de status institucional ou de alguma função executiva. Uma coalizão de governo engendra uma pesada conotação de estabilidade, de ajustamento sobre uma grande variedade de questões, de status institucional formal que é apenas ocasionalmente experimentada no legislativo, e de controle executivo sobre todas as áreas-chaves de políticas públicas, por meio das pastas nos gabinetes (LAVER; SCHOFIELD, 1990, p. 129).

A definição acima de coalizão de governo, assim como a de coalizão legislativa, parece-me ser aplicável também para os governos presidenciais. Isto porque, para obter-se um governo de coalizão, tudo o que é necessário é que o partido que forma o governo ofereça postos ministeriais aos outros, os quais, por decisão do partido e não de indivíduos, são aceitos. Consequentemente, esses partidos passam a fazer parte no Executivo. É esperado seu apoio legislativo, o que nos leva a tratar também dos governos de coalizão minoritários. Se os últimos são bem-sucedidos – ou seja, se governos minoritários de partido único são bem-sucedidos – isso depende da formação das coalizões legislativas. Daí, portanto, a importância da distinção, enfatizada por Laver e Schofield (*ibidem*, p. 129-131). Mas, para que o apoio seja possível, é necessário identificar o comprometimento dos partidos para com os governos dos quais fazem parte, mesmo que o risco de subjetividade seja maior.

A comparação entre os dois períodos fortalece o argumento de que a proporcionalidade dos gabinetes não pode ser considerada como característica definidora de governos de coalizão, mesmo sendo um indicador importante da estratégia presidencial, que pode explicar tanto a performance do governo quanto o comportamento parlamentar. A estratégia de “cooptação”, em oposição ao que Amorim Neto chama estratégia de coalizão (2002, p. 49), é demonstrada considerando apenas o grau de partidarismo de dois governos, por exemplo, 15% no governo Collor e 100% no de Kubistchek. A taxa de proporcionalidade, porém, tem a vantagem de sintetizar, em um mesmo indicador, tanto a “cota” de ministros do presidente quanto a distribuição de pastas de acordo com o peso dos partidos no legislativo. Mesmo em relação ao anterior – e talvez mais nos casos extremos, como os governos Collor e Kubistcheck, com taxas de proporcionalidade de 0,19 e 1,92, respectivamente –, ela nos fornece informação adicional importante. Um exemplo é que as duas primeiras coalizões do governo Lula tiveram exatamente o mesmo grau de partidarismo (81,7%), mas a taxa de proporcionalidade do gabinete cai de 0,59 para 0,53. Esta redução representa uma distribuição menos equitativa das pastas na segunda coalizão, mesmo com o seu aumento após a entrada do PMDB.

Neste caso, a taxa de proporcionalidade deve ser utilizada apenas como um fator descritivo do tipo de governo e, assim, como algo que explica resultados relevantes ou que precisa ser explicado. Não pode, no entanto, ser entendida como o fator que define um tipo de governo e nem aplicada para diferenciar a lógica de formação de coalizões de diferentes sistemas.

### **A dimensão regional da formação de coalizões**

A dimensão regional é considerada, tanto pelo jornalismo político quanto pelos estudos acadêmicos, um componente importante na escolha dos ministros pelo presidente (ABRANCHES, 1988, p. 25). As tabelas de 7 a 10 mostram a distribuição de pastas ministeriais nos dois períodos, divididas entre os estados e as cinco regiões do país.

O principal ponto a destacar com relação a este conjunto de tabelas é a similaridade do padrão observado nos dois períodos. Em primeiro lugar, há uma maior concentração de ministros da região Sudeste, mais precisamente dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro (a participação do estado do Espírito Santo é mínima). Desde 1988, a participação do estado do Rio de Janeiro cai drasticamente,

enquanto a de São Paulo aumenta. O Nordeste aparece nos dois períodos em segundo lugar, bem atrás do Sudeste, mas entre 1946-64 teve uma representação quase três vezes maior que a do Sul, uma diferença que diminuiu muito na época atual: 19,9% versus 15,4% do total. Nos dois períodos, pois, a representação em gabinete dos estados do Norte e Centro-Oeste é muito pequena.

O terceiro aspecto a ser destacado é que a predominância do Sudeste na constituição do gabinete não se altera significativamente nos vários governos em ambos os períodos. No primeiro, a participação do Sudeste fica abaixo de 50% em apenas três coalizões, quando ocorre uma inversão completa: a porcentagem de ministros desta região cai para 10%, enquanto a do Nordeste chega a 50%. A partir de 1988, a participação do Sudeste fica reduzida a um terço nas primeiras duas coalizões do governo Collor, mas ultrapassa 50% nas outras duas. Finalmente, em duas coalizões do governo Lula as estatísticas ficam abaixo, mas muito próximas dos 50%.

Tabela 7. Composição regional dos ministérios, por coalizão de governo – 1946-1964

GOVERNOS	REGIÕES (em %)					
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
Dutra I	...	14,3	...	71,4	14,3	100,0 (7)
Dutra II	...	9,1	...	72,7	18,2	100,0 (11)
Dutra III	...	25,0	...	75,0	...	100,0 (8)
Vargas I	...	25,0	...	62,5	12,5	100,0 (8)
Vargas II	...	37,5	...	37,5	25,0	100,0 (8)
Vargas III	...	42,9	...	42,9	14,3	100,0 (7)
Café Filho	...	12,5	...	75,0	12,5	100,0 (8)
Café Filho	...	15,4	...	69,2	15,4	100,0 (13)
N. Ramos	...	42,9	...	57,1	...	100,0 (7)
JK I	...	13,3	...	66,7	20,0	100,0 (15)
JK II	...	23,5	...	70,6	5,9	100,0 (17)
Quadros	...	30,0	10,0	50,0	10,0	100,0 (10)
Goulart I (Neves I)	...	40,0	...	60,0	...	100,0 (10)
Goulart II (Neves II)	9,1	45,5	...	45,5	...	100,0 (11)
Goulart III (B. Rocha)	...	44,4	...	44,4	11,1	100,0 (9)
Goulart IV (H. Lima)	...	36,4	...	54,5	9,1	100,0 (11)
Goulart V	...	33,3	8,3	58,3	...	100,0 (12)
Goulart VI	6,7	26,7	...	53,3	13,3	100,0 (15)
Goulart VII	10,0	50,0	...	10,0	30,0	100,0 (10)

TOTAL <sup>a</sup>	1,5	28,9	1,0	57,4	11,2	100,0
(no período)	(3)	(57)	(2)	(113)	(22)	(197)

<sup>a</sup> Refere-se a cada nomeação de um novo ministro, e não apenas à primeira coalizão de governo.

Este padrão de distribuição regional de pastas ministeriais não parece adequar-se bem à importância atribuída à dimensão regional na formação dos governos de coalizão no Brasil. É evidente que em um país de dimensões continentais e estrutura federativa, no qual alguns partidos têm características claramente locais, o critério regional deve ser considerado. Não se trata, aqui, de exigir paridade na divisão das pastas ministeriais, como ocorre em países como a Bélgica – um exemplo extremo de formação bidimensional de gabinete, no qual o critério de distribuição regional paritária transformou-se em regra constitucional (MÜLLER; STRØM, 2000, p. 333). Entretanto, se de fato a dimensão regional fosse determinar a distribuição dos ministérios no Brasil, poder-se-ia esperar que ela fosse menos enviesada em favor do Sudeste e do Nordeste, onde residem aproximadamente 70% do eleitorado e os grandes partidos são politicamente mais influentes. Isso é ainda mais surpreendente ao considerar-se o fato de que as regiões Norte e Centro-Oeste são sobrerrepresentadas no Poder Legislativo. Em teoria, seu peso em número de assentos os colocaria em uma posição privilegiada para a demanda de maior representação no governo. Para dar um exemplo extremo em outra direção: em um país em que a barganha política mal pode ser entendida como bidimensional, o Reino Unido, ainda assim a questão regional é levada em conta na partilha das pastas ministeriais (NORTON, 1991 p. 201). Tais considerações indicam que uma análise mais profunda da natureza bidimensional da barganha política é ainda necessária para que seja possível afirmar a importância da questão regional na formação de coalizões governamentais no Brasil.

Tabela 8. Composição regional dos ministérios, por coalizão de governo – 1988-2007

GOVERNOS	REGIÕES (%)					TOTAL para o período
	CENTRO-OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	
SARNEY 2	4,0	36,0	4,0	44,0	12,0	100,0 (25)
COLLOR 1	20,0	20,0	10,0	30,0	20,0	100,0 (10)

COLLOR2	20,0	20,0	10,0	30,0	20,0	100,0 (10)
COLLOR 3	5,9	17,6	5,9	52,9	17,6	100,0 (17)
COLLOR 4	6,3	25,0	...	50,0	18,8	100,0 (16)
FRANCO 1	7,4	14,8	3,7	63,0	11,1	100,0 (27)
FRANCO 2	5,6	16,7	5,6	61,1	11,1	100,0 (18)
FRANCO 3	11,1	16,7	...	66,7	5,6	100,0 (18)
FHC I 1	...	16,7	...	61,1	22,2	100,0 (18)
FHC I 2	2,9	20,6	...	55,9	20,6	100,0 (34)
FHC II 1	14,9	19,1	2,1	55,3	8,5	100,0 (47)
FHC II 2	8,7	13,0	8,7	65,2	4,3	100,0 (23)
LULA 1	6,9	17,2	3,4	55,2	17,2	100,0 (29)
LULA 2	3,1	18,8	9,4	53,1	15,6	100,0 (32)
LULA 3	3,1	21,9	9,4	46,9	18,8	100,0 (32)
LULA 4	3,0	24,2	6,1	45,5	21,2	100,0 (33)
LULA 5	5,4	24,3	5,4	45,9	18,9	100,0 (37)
TOTAL <sup>a</sup>	6,8	20,4	4,7	52,8	15,3	100,00
(no período)	(29)	(97)	(20)	(225)	(65)	(426)

<sup>a</sup> Refere-se a cada nomeação de um novo ministro, e não apenas à primeira coalizão de governo.

Tabela 9. Estado de origem dos ministros, por governo – 1946-1964

ESTADO	PORCENTAGEM DE MINISTROS							TOTAL
	DUTRA VARGAS		CAFÉ FILHO	NEREU RAMOS	KUBITSCHECK	QUADROS GOULART		
AM	...	...	...	...	...	...	1,3	0,5 (1)
BA	11,5	13,0	...	14,3	...	10,0	15,4	10,2 (20)
CE	...	...	...	14,3	9,4	...	5,1	4,1 (8)
DF	...	4,3	4,8	...	...	...	...	1,0 (2)
ES	...	...	...	...	3,1	...	...	0,5 (1)
GB	...	...	...	...	...	10,0	5,1	2,5 (5)
GO	...	...	...	...	...	...	1,3	0,5 (1)
MG	15,4	13,0	4,8	14,3	28,1	10,0	19,2	17,3 (34)
MT	...	...	...	...	...	...	2,6	1,0 (2)
PA	...	...	...	...	...	10,0	...	0,5 (1)
PB	...	8,7	...	...	6,3	10,0	2,6	3,6 (7)
PE	7,7	13,0	9,5	...	3,1	10,0	14,1	10,2 (20)
PR	...	...	14,3	...	...	...	3,8	3,0 (6)
RJ	23,1	4,3	38,1	...	9,4	10,0	11,5	14,2 (28)
RN	...	...	4,8	14,3	...	...	1,3	1,5 (3)
RS	11,5	17,4	...	...	9,4	10,0	5,1	7,6 (15)

SC	...	...	...	...	3,1	...	...	0,5 (1)
SP	30,8	26,1	23,8	42,9	28,1	20,0	11,5	21,3 (42)
TOTAL <sup>a</sup>	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
(no período)	(26)	(23)	(21)	(7)	(32)	(10)	(78)	(197)

<sup>a</sup> Refere-se a cada nomeação de um novo ministro, e não apenas à primeira coalizão de governo.

Tabela 10. Estado de origem dos ministros, por governo - 1946-1964

PORCENTAGEM DE MINISTROS							
ESTADO	SARNEY	COLLOR	FRANCO	CARDOSO I	CARDOSO II	LULA I	TOTAL
AC	...	...	...	...	...	3,1	1,2 (5)
AL	...	6,0	...	1,9	2,9	1,8	2,1 (9)
AM	...	2,0	...	...	4,3	2,5	1,9 (8)
BA	12,0	4,0	3,2	5,8	2,9	6,1	5,2 (22)
CE	8,0	6,0	1,6	3,8	...	5,5	4,0 (17)
DF	...	...	4,8	...	7,1	4,3	3,5 (15)
ES	...	...	1,6	...	2,9	...	0,7 (3)
GO	4,0	12,0	1,6	1,9	4,3	...	2,8 (12)
MA	4,0	...	4,8	...	1,4	1,2	1,7 (7)
MG	28,0	...	42,7	15,4	7,1	20,2	18,9 (80)
MS	...	...	1,6	...	1,4	...	0,5 (2)
PA	4,0	4,0	3,2	...	...	...	1,2 (5)
PB	...	...	...	...	2,9	...	0,4 (2)
PE	...	...	1,6	5,8	4,3	6,7	4,3 (18)
PI	4,0	...	1,6	1,9	1,4	...	0,9 (4)
PR	4,0	10,0	3,2	5,8	1,4	1,8	3,5 (15)
RJ	...	14,0	1,6	5,8	4,3	3,7	4,7 (20)
RN	4,0	...	1,6	...	1,4	...	0,7 (3)
RO	...	...	...	...	...	1,2	0,5 (2)
RS	8,0	8,0	6,3	15,4	7,1	12,9	10,4 (44)
SC	...	2,0	...	...	...	3,7	1,7 (7)
SE	4,0	...	3,2	...	...	...	0,7 (3)
SP	16,0	32,0	15,8	36,5	42,9	25,3	28,4 (120)
TOTAL <sup>a</sup>	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
(no período)	(25)	(50)	(63)	(52)	(70)	(163)	(423)

<sup>a</sup> Refere-se a cada nomeação de um novo ministro, e não apenas à primeira coalizão de governo.

## Apêndice 1

Fontes dos dados

Páginas da internet

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Brasil. <[www.presidencia.gov.br/info\\_historicas/galeria\\_pres/](http://www.presidencia.gov.br/info_historicas/galeria_pres/)>.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Brasil. <[www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)>.

SENADO FEDERAL. Brasil. <[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)>.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). Brasil. <[www.tse.gov.br](http://www.tse.gov.br)>.

WIKIPÉDIA. <[www.wikipedia.org](http://www.wikipedia.org)>.

GOOGLE. <[www.google.com.br](http://www.google.com.br)>.

### Publicações oficiais

Alzira Alves Abreu et al., (Eds.). (2001). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro Pós-1930. 5 vols. Rio de Janeiro, Editora FGV / CPDOC.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. (1981). Deputados brasileiros: repertório biográfico dos Senhores Deputados, abrangendo o período de 1946-1967. Org. David V. Fleischer. Brasília, Câmara dos Deputados.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. (1983). Deputados brasileiros: 47<sup>a</sup>. Legislatura, 1983-1987: repertório biográfico. Brasília, Centro de Documentação e Informação.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. (1989). Deputados Brasileiros: Constituinte, 1987-1988: repertório biográfico. Brasília, Centro de Documentação e Informação.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. 1995. Deputados brasileiros: 50<sup>a</sup>. Legislatura, 1995-1999: repertório biográfico. Brasília, Centro de Documentação e Informação.

Brasil. Congresso. Câmara dos Deputados. (1999). Deputados Brasileiros: 51<sup>a</sup>. Legislatura, 1999-2003: Repertório Biográfico. Brasília: Centro de Documentação e Informação.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (1964). Dados Estatísticos Eleitorais TSE: Eleições Federal, Estadual e Municipal realizadas no Brasil a partir de 1945. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (1955). Dados Estatísticos TSE: Eleições Federais, Estaduais realizadas no Brasil em 1952, 1954 e 1955 e em confronto com os anteriores, vol. 3, parte I. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (1966). Dados Estatísticos TSE: Eleições Federais, Estaduais realizadas no Brasil em 1958 e em confronto com anteriores, referendado 6.163, vol. 4. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (1963). Dados Estatísticos TSE: Eleições Federais, Estaduais realizadas no Brasil em 1960 e em confronto com anteriores, vol. 5. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (1964). Dados Estatísticos TSE: Eleições Federais, Estaduais realizadas no Brasil em 1962 e em confronto com anteriores, referendado 6.163, vol. 6. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. (1973). Dados Estatísticos TSE: Eleições Federais e Estaduais – Quadros Comparativos dos Pleitos entre 1945 e 1963. Rio de Janeiro, Departamento de Imprensa Nacional.

### **Jornais**

O Correio da Manhã. Edições selecionadas de janeiro 1946 a março de 1964.

Jornal do Brasil. Edições selecionadas de janeiro 1946 a março de 1964.

O Globo. Edições selecionadas de outubro de 1988 a janeiro de 2007.

Folha de São Paulo. Edições selecionadas de outubro de 1988 a janeiro de 2007.

### **Fontes Secundárias**

HIPPOLITO, L. (1985). De raposas e reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra.

MENEGUELLO, R. (1998). Partidos e governos no Brasil contemporâneo (1985-1997). São Paulo, Paz e Terra.

NICLOAU, J. (Ed.). (1998). Dados Eleitorais do Brasil (1982-1996). Rio de Janeiro, Revan / Iuperj-UCAM.

SANTOS, W. G. (Ed.). (1990). Que Brasil é este? Manual de indicadores políticos e sociais. Rio de Janeiro, Vértice.

**Nota:** A principal fonte do conjunto de dados acerca do período entre 1946-64 foi o Apêndice de Hippolito (1985), no qual a autora lista todos os ministérios com seus respectivos ministros e afiliações partidárias. Algumas mudanças foram, entretanto, feitas quando novas informações foram encontradas em fontes oficiais. A principal fonte para o conjunto de dados acerca do período entre 1988 e 2007 foram as informações colhidas na página da Presidência na internet, ainda que o Apêndice apresentado por Meneguello (1998) tenha sido também valorosa fonte de informação. Os dados a respeito dos dois períodos estão disponíveis com o autor, podendo ser solicitados.

## Apêndice 2

Tabela 1. Posição ocupada no momento da nomeação, por governo: 1946 – 1964

POSIÇÃO	GOVERNO							TOTAL (para o período)
	DUTRA VARGAS	CAFÉ FILHO	NEREU RAMOS	KUBITSCHKEK	QUADROS	GOULART		
SENADOR	4,0	8,0	14,3	...	6,3	10,0	6,3	7,0 (14)
DEPUTADO FEDERAL	40,0	44,0	23,8	37,5	34,4	40	49,9	41,8 (84)
DEPUTADO ESTADUAL	...	...	...	...	...	...	...	...
PREFEITO	...	...	...	...	...	...	...	...
EXECUTIVO	8,0	8,0	4,8	...	18,8	20,0	1,3	7,0 (14)
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - NOMEADO	8,0	24,0	14,3	37,5	37,4	10,0	23,7	22,9 (46)
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - CARREIRA	...	8,0	...	...	...	...	5,0	3,0 (6)
ADMINISTRAÇÃO (ESTADOS OU MUNICÍPIOS)	4,0	4,0	...	...	...	...	...	1,0 (2)
EQUIPE TÉCNICA	20,0	4,0	19,0	25,0	3,1	10,0	12,5	11,9 (24)
EMPRESÁRIO OU LÍDER SINDICAL	...	...	4,8	...	...	...	...	0,5 (1)
LÍDER OU MILITANTE PARTIDÁRIO	16,0	...	19,0	...	...	10,0	1,3	5,0 (10)
TOTAL*	100	100	100	100	100	100	100	100
(no período)	(25)	(25)	(21)	(8)	(32)	(10)	(80)	(201)

Tabela 2. Posição ocupada no momento da nomeação, por governo: 1988 – 2007

POSIÇÃO	GOVERNO						TOTAL
	SARNEY	COLLOR	FRANCO	CARDOSO I	CARDOSO II	LULA	
SENADOR	3,4	10,8	15,4	15,0	9,1	10,8	11,1 (32)
DEPUTADO FEDERAL	31,0	21,7	15,4	25,0	22,8	30,7	24,2 (70)
DEPUTADO ESTADUAL	...	...	...	2,5	1,5	...	0,7 (2)
PREFEITO	...	...	...	...	...	1,5	0,3 (1)
EXECUTIVO	10,3	...	3,8	...	...	7,7	3,5 (10)
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - NOMEADO	24,1	16,2	27,0	22,5	24,2	10,8	20,4 (59)
ADMINISTRAÇÃO FEDERAL - CARREIRA	3,4	16,2	17,3	2,5	7,6	3,1	8,3 (24)
ADMINISTRAÇÃO (ESTADOS E MUNICÍPIOS)	...	5,4	5,8	2,5	1,5	3,1	3,1 (9)
EQUIPE TÉCNICA	13,9	18,9	11,5	10,0	7,6	1,5	9,3 (27)
EMPRESÁRIO OU LÍDER SINDICAL	...	10,8	1,9	...	1,5	4,6	3,1 (9)
MILITANTE OU LÍDER PARTIDÁRIO	13,9	...	1,9	20,0	24,2	26,2	15,9 (46)
TOTAL* (no período)	100 (29)	100 (37)	100 (52)	100 (40)	100 (66)	100 (65)	100 (289)

\* Refere-se apenas às nomeações em cada uma das novas coalizões de governo (excluídos ministérios militares; incluído o Ministério da Defesa desde 1999).

Tabela 3. Tipo de posição ocupada no momento da nomeação, por governo: 1946 – 1964

GOVERNO	TIPO DE POSIÇÃO		OCUPADA QUANDO DA NOMEAÇÃO		
	ELEITOS	NOMEADOS OU BUROCRACIA DO PARTIDO	CARREIRA ADMINISTRATIVA OU TÉCNICO	EMPRESA/ SINDICATO	TOTAL MINISTROS*
DUTRA	69,3	3,8	19,2	7,7	100,0
VARGAS	72,0	16,0	12,0	...	100,0
CAFÉ FILHO	60,0	15,0	25,0	...	100,0
NEREU RAMOS	75,0	12,5	12,5	...	100,0
KUBITSCHKE	71,9	25,0	...	3,1	100,0
QUADROS	80,0	...	10,0	10,0	100,0
GOULART	67,9	12,3	19,8	...	100,0 (81)
TOTAL* (para o período)	69,3 (140)	13,4 (27)	15,3 (31)	2,0 (4)	100,00 (202)

\* Refere-se apenas a nomeações em cada nova coalizão governamental (excluindo ministérios militares).

Tabela 4. Tipo de posição ocupada no momento da nomeação, por governo: 1988 – 2007

GOVERNO	TIPO DE POSIÇÃO OCUPADA QUANDO DA NOMEAÇÃO				
	ELEITOS	NOMEADOS OU BUROCRACIA DO PARTIDO	CARREIRA ADMINISTRATIVA OU TÉCNICO	EMPRESA/ SINDICATO	TOTAL MINISTROS*
SARNEY	44,9	37,9	17,2	...	100,0 (29)
COLLOR	32,4	21,6	35,2	10,8	100,0 (37)
FRANCO	34,6	34,6	28,9	1,9	100,0 (52)
CARDOSO I	42,5	45,0	12,5	...	100,0 (40)
CARDOSO II	33,3	50,0	15,2	1,5	100,0 (66)
LULA I	50,8	40,0	4,6	4,6	100,0 (65)
TOTAL (para o período)	39,8	39,4	17,6	3,1	100,0 (289)

\* Refere-se apenas a nomeações em cada uma das novas coalizões de governo (excluídos ministérios militares; incluído o Ministério da Defesa desde 1999).

Ver Tabelas 1 e 2 no Apêndice 2 para a baixa percentagem de deputados estaduais e vereadores. Amorim Neto chamou inicialmente este indicador de Índice de Congruência do Gabinete-Partido (1998:57), posteriormente, o renomeou para Grau de coalescência (2000, 2002, 2006).

## Abreviações

### Partidos políticos

#### Período: 1946-1964

PDC	Partido Democrata Cristão
PR	Partido Republicano
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSD	Partido Social Democrático
PSP	Partido Social Progressista
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
UDN	União Democrática Nacional

#### Período: 1988-2007

PCBdoB	Partido Comunista do Brasil
--------	-----------------------------

*PDS/PPR	Partido Democrático Social/Partido Progressista Reformador
PPB/PP	Partido Progressista Brasileiro/Partido Progressista
PDT	Partido Democrático Trabalhista
**PL	Partido Liberal
PMDB	Partido do Movimento Democrático Brasileiro
***PP	Partido Progressista
PPS	Partido Popular Socialista
PRN	Partido da Reconstrução Nacional
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PTB	Partido Trabalhista Brasileiro
PV	Partido Verde

\* PDS foi um sucessor da ARENA, o partido do governo durante o Regime Militar; o PPR foi criado em 1993, incorporando o PDC - Partido Democrata Cristão; em 1995, o PPR mudou o seu nome para PPB e, em 2005, para PP.

\*\* Em 2005, o PL é incorporado ao novo partido criado com o nome de PRB - Partido Republicano Brasileiro.

\*\*\* Criado em 1993 da união com o PTR - Partido Trabalhista Renovador - e com o PST - Partido Social Trabalhista; em 1995, foi incorporado ao PPR o qual mudou o nome para PPB.

## **Estados**

AC – Acre

AL – Alagoas

AM – Amazonas

AP – Amapá

BA – Bahia

CE – Ceará

DF – Distrito Federal

ES – Espírito Santo

GO – Goiás

MA – Maranhão

MG – Minas Gerais

MS – Mato Grosso do Sul

MT – Mato Grosso

PA – Pará

PB – Paraíba

PE – Pernambuco

PI – Piauí

PR – Paraná

RJ – Rio de Janeiro

RN – Rio Grande do Norte

RO – Rondônia

RR – Roraima

RS – Rio Grande do Sul

SC – Santa Catarina

SE – Sergipe

SP – São Paulo

TO – Tocantins

## Referências

ABRANCHES, S. H. (1988). “Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 31 (1), p. 5-34.

AMORIM NETO, O. (1998). *Of presidents, parties and ministers: cabinet formation and legislative decision-making under separation of power*. Ph.D. diss., University of California, San Diego.

\_\_\_\_\_. (2000). “Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil”. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, 43 (3), p. 479-519.

\_\_\_\_\_. (2002). “Presidential cabinets, electoral cycles, and coalition discipline in Brazil”. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Ed.). *Legislative politics in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

\_\_\_\_\_. (2006). *Presidencialismo e governabilidade nas Américas*. Rio de Janeiro Ed. FGV/ Konrad Adenauer Stiftung.

\_\_\_\_\_. COX, G.; MCCUBBINS, M. (2003). “Agenda power in Brazil’s Câmara dos Deputados, 1989-98”. *World Politics*, 55 (4), p. 550-578.

CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A.; SAIEGH, S. (2004). “Government coalitions and legislative success under parliamentarism and presidentialism”. *British Journal of Political Science*, 34, p. 565-87.

\_\_\_\_\_. (2007). *Presidentialism, parliamentarism, and democracy*. Cambridge, Cambridge University Press.

COX, G.; MORGENSTERN, S. (2002). “Epilogue: Latin America’s reactive assemblies and proactive presidents”. In: MORGENSTERN, S.; NACIF, B. (Ed.). *Legislative politics in Latin America*. Cambridge, Cambridge University Press.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. (1999). *Executivo e legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro, FGV.

LAVÉR, M.; SCHOFIELD, N. (1990). *Multiparty government: The politics of coalition in Europe*. Ann Arbor, The University of Michigan Press.

LAVÉR, M.; SHEPSLE, K. A. (Ed.). (1994). *Cabinet ministers and parliamentary government*. Cambridge, Cambridge University Press.

MÜLLER, W.; STRØM, K. (Ed.). (2000). *Coalition governments in Western Europe*. London, Oxford University Press.

NORTON, P. (1991). *The British polity*. New York, Longman.

SKIDMORE, T. (1988). *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro, Paz e Terra.

STRØM, K. (1994). “The Political Role of Norwegian Cabinet Ministers”. In: LAVÉR, M.; SHEPSLE, K. A. (Ed.). *Cabinet ministers and parliamentary government*. Cambridge, Cambridge University Press.

THIÉBAULT, J. (1994). “The Political Autonomy of Cabinet Ministers in the French Fifth Republic.” In: LAVÉR, M.; SHEPSLE, K. A. (Ed.). *Cabinet ministers and parliamentary government*. Cambridge, Cambridge University Press.

## Entrevista com José de Souza Martins

Por Isabel Furlan Jorge & Romulo Lelis

José de Souza Martins é Professor Emérito da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, onde foi Professor Titular do Departamento de Sociologia e docente de 1965 a 2003. Foi Professor Visitante da Universidade da Flórida e da Universidade de Lisboa. Professor Titular da Cátedra Simón Bolívar na Universidade de Cambridge, entre 1993-1994, e “fellow” de Trinity Hall. Foi membro da Junta de Curadores do Fundo Voluntário das Nações Unidas contra as Formas Contemporâneas de Escravidão, em Genebra, designado pelo Secretário Geral, de 1996 a 2007. Recebeu três Prêmios Jabuti (1993, 1994, 2009), o Prêmio Érico Vanucci Mendes (1993), do CNPq, pelo conjunto de sua obra, e o Prêmio Florestan Fernandes (2007), da Sociedade Brasileira de Sociologia. Dentre outros livros, é autor de *Uma Arqueologia da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica* (2011).

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Prof. Martins, conte-nos um pouco sobre sua época de estudante da graduação. O que o motivou a fazer Ciências Sociais e qual foi o impacto do saber adquirido na universidade em sua vida e em sua visão de mundo?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** A vida não é feita apenas de motivos e de impactos, mas também de circunstâncias e contradições, incertezas e relutâncias. Sem elas fica difícil entender um depoimento como este. De família pobre e de trabalhadores, eu havia começado a trabalhar com 11 anos de idade, em 1950, quando terminei o curso primário e minha família voltou da roça. Era operário de uma fabriqueta de fundo de quintal, que pertencia a um operário, meu vizinho. O primeiro burguês para quem trabalhei era um operário altamente qualificado, explorado numa grande fábrica, que me explorava em sua pequena fábrica clandestina de fundo de quintal. Ele queria subir na vida e o meu trabalho de criança era um dos seus degraus. O salário mínimo do adulto era de 380 cruzeiros. Eu ganhava 100 cruzeiros por mês e trabalhava 8 horas por dia, seis dias por semana. Como a lei mandava pagar ao trabalhador menor de idade metade do salário do adulto, a pretexto de que era apenas um aprendiz, eu recebia, na verdade, pouco mais de um terço, cerca de metade do salário que deveria

legalmente receber, que já era mínimo. Ao receber o primeiro pagamento, antes de entregá-lo a minha mãe, operária, fui ao bar da esquina e me empanturrei de doces. Dentre outras coisas, comprei um sorvete de copinho, de duas bolas, um luxo na época, uma caixa de chiclé, das grandes, outro luxo, uma maria-mole e uma cocada: gastei 20 cruzeiros. Em casa, quase apanhei, pois meu salário pertencia à família. Naquela época, as crianças, ao começarem a trabalhar, na verdade pagavam aos pais o débito feito com seu sustento até ali. Em minutos, gastara 20% do que levava um mês trabalhando duro para ganhar, em serviço pesado e sujo. Isso dá a medida de quanto eu ganhava. Fui proletário de um proletário, que sabia me explorar. As famílias de trabalhadores também cobravam tributos dos filhos.

Anos depois, dei-me conta de que aquela experiência fora minha primeira aula de Sociologia: as categorias explicativas, como a de classe social, são abstratas e puramente conceituais. Na prática, a teoria é outra. Uma das funções das ciências sociais é, justamente, a de decompor e desconstruir esses enganos, as armadilhas ideológicas embutidas na indevidamente chamada de “sociologia militante”, as limitações da arquitetura conceitual. Pimenta ideológica e partidária na realidade do sociólogo não arde; só na dos outros.

Começar a trabalhar depois de completar o curso primário, como clandestinos, estava no roteiro de vida das crianças e adolescentes de minha classe social, no subúrbio operário. De certo modo, ainda é assim. Uma das fábricas em que trabalhei, já na adolescência, quando consegui minha carteira de trabalho, a Cerâmica São Caetano, estimulou-me a fazer o curso secundário noturno, para que eu continuasse trabalhando durante o dia, e bancou meus estudos numa escola particular. A empresa passava por acentuada modernização tecnológica e estava interessada na formação de técnicos de nível médio e na diversificação de um operariado sem escolarização, constituído por gente como meu padrasto, analfabeto, operário na mesma fábrica, imigrado da roça. Uma nova geração de operários estava sendo formada, em novos padrões tecnológicos, para a reestruturação produtiva dos anos cinquenta.

Ao terminar o curso secundário e ingressar no colegial, criei coragem e decidi abandonar tudo para fazer o curso normal, o curso de formação de professores primários numa escola pública. Desde quando havia feito o curso primário no povoado de Guaianases, quando morava na antiga Fazenda Santa Etelvina, na Zona Leste, hoje Cidade Tiradentes, estava tentado a me tornar um dia professor de uma escola rural. Nessa decisão, fui empurrado por uma solitária viagem de trem que fiz através

da América do Sul, em 1958, durante o mês de minhas férias na fábrica em que trabalhava. Havia lido a notícia da inauguração do Ferrocarril Brasil-Bolívia, uma ferrovia em território boliviano com que o Brasil pagava parte da dívida contraída com o governo daquele país na aquisição do Território do Acre. Pouco depois do meio dia, do dia 4 de janeiro de 1958, embarquei na estação da Luz para uma travessia de quase um mês. Fui a Bauru, onde tomei o trem da Noroeste para Corumbá, na fronteira com a Bolívia. Lá, embarquei no trem da nova ferrovia para Santa Cruz de la Sierra, uma viagem de uma semana para percorrer 600 km, atravessando o território dos índios Chiquitanos. Viagem tensa porque no trem viajava, de luto pesado, a mãe da única vítima fatal de uma revolta havida em Santa Cruz semanas antes. Em cada carro, havia um policial armado. De Santa Cruz, fui para Cochabamba de ônibus. E de Cochabamba para La Paz de trem, viagem esticada de trem até Tiahuanacu, quase na fronteira com o Peru e perto do Lago Titicaca. Dinheiro contado e pouco, nos últimos dias de viagem só tinha o suficiente para uma média e um pão com manteiga. Na volta, em Cochabamba, dormi num cortiço, numa cama de casal em que dormiam oito índios, num quarto sem a folha da porta, em noite de frio insuportável. Cheguei aqui com pneumonia. Mas eu havia descoberto a América Latina das diferenças étnicas, sociais, linguísticas e culturais. Outros povos, outros costumes. Como havia descoberto o Brasil do Pantanal e do rio Paraguai. Ao voltar, minha geografia desta América estava substancialmente mudada.

Com o coração na mão, pedi demissão à fábrica e dei adeus ao proletariado. Fiz o vestibular, que havia, para ingressar no curso normal. Passei por um período difícil, cursando, em Santo André, a Escola Normal no período da manhã e vivendo de pequenas e mal pagas ocupações, à tarde e à noite.

Foi no curso normal da escola pública, no Instituto de Educação “Américo Brasileiro”, cujos excelentes professores eram, na maioria, formados pela Faculdade de Filosofia da USP, que fui abalado por duas disciplinas ministradas em alto nível e erudição: a Sociologia e a História. As professoras, Aracy Ferreira Leite e Margarida Amyr Silva eram formadas pela USP. Comecei a pensar se não seria o caso de tentar o ingresso na Universidade, apesar da situação pessoal adversa. Na dúvida entre as duas disciplinas, frequentei um ciclo de conferências, na Biblioteca Mário de Andrade, sobre distintas profissões de formação universitária. A conferência que me fez decidir pelas Ciências Sociais foi a de uma psicóloga, renomada especialista em Psicologia Social, a Professora Noemy Silveira Rudolfer, do Curso de Psicologia da Faculdade de Filosofia da USP.

No curso normal eu já fazia leituras dirigidas de Sociologia e Antropologia, cada vez mais deslumbrado pelos textos que lia. Li *O Homem* (1987), de Ralph Linton, no segundo ano do curso. Aliás, a professora de História tratava de história social numa perspectiva que era, na verdade, sociológica. No meio do curso eu já estava praticamente seguro de que queria tentar o ingresso no curso de Ciências Sociais. Dei adeus ao sonho do magistério primário na roça, o meu segundo adeus. Troquei-o pelo sonho de ser professor de Sociologia em alguma escola normal do interior. Fiz o vestibular para o curso de Ciências Sociais na antiga Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, lá na Rua Maria Antonia, e fui aprovado, para minha imensa surpresa. Subi os degraus de pedra da velha escola, com os papéis na mão, para fazer minha matrícula, tomado por intensa emoção. Aquele era o portal de um outro mundo. Eu havia sido um dos primeiros membros de minha família extensa a fazer o curso primário, o segundo a fazer o curso secundário e o primeiro a ingressar num curso superior e ainda por cima na melhor Universidade do país. Era muita incerteza e era muito desafio reunidos numa pessoa só e sem arrimo. Em minha família de trabalhadores só havia certeza no trabalho, na profissão e no emprego. Estudar era uma traição, uma doença, como narro no meu livro de memórias<sup>1</sup>, o que descobri quando minha mãe, operária, ao saber que eu saíra do emprego para estudar e ser professor, me trouxe os papéis da Previdência Social para que eu me aposentasse como inválido.

Meu ingresso na Universidade não representou, propriamente, um impacto em minha vida e no meu modo de pensar. O impacto ocorrera com as desistências, a renúncia ao destino traçado pela família e pela classe social. Ao desistir do que estava previsto, fiquei sozinho, privado das mínimas certezas que desenham os rumos de uma vida, privado das referências culturais e sociais que, no dia a dia, me diziam onde colocar o pé para o passo seguinte. O impacto estava nas perdas, no vazio de referências, e não nos ganhos.

As incertezas próprias da classe trabalhadora, de certo modo, me haviam educado para a possibilidade, ainda que não para a certeza, do inesperado e do diferente, aquilo que se propõe fora dos marcos definidos do dia a dia. Minha socialização caipira e minha socialização operária me haviam preparado para inserir-me crítica-

---

<sup>1</sup> *Uma arqueologia da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica* (2011).

mente na pequena sociedade elitista da Universidade, de professores e alunos no geral bem nascidos e suas imensas contradições e, também, para o amplo descor-tínio crítico da vida social que as ciências sociais abrem. Quem nasce assim, nasce para o inesperado. A Faculdade de Filosofia da USP era o inesperado de minha vida.

Houve recíproco impacto. Tenho certeza de que minha história pessoal e meu modo de fazer Sociologia têm sido perturbadores, tanto para professores quanto para estudantes, não raro prisioneiros do limitado horizonte da classe média afluen-te. Quem tem tudo não está preparado para entender o que pensa quem pensa o mundo e o interpreta na perspectiva da economia moral da migalha, do pouco que é muito. Ver o mundo através das coisas pequenas e do pouco é sociologicamente revelador de um mundo substantivamente diverso do mundo da abundância e das quantidades. A sociedade do trabalho é o oposto da sociedade do consumo, embora face e contraface do mesmo processo social e histórico: a alegria e a tristeza são di-ferentes, as distâncias são outras, as proximidades são diversas, as incógnitas e os mistérios não coincidem. Sociologia? Sociologia é pra isso mesmo, descrever, expli-car e compreender os mundos que há no mundo.

Creio que fui dos primeiros operários e caipiras a ingressarem na Universi-dade sem disfarçar as origens, sem enganar e sem enganar-se, trazendo consigo a cultura e a socialização de origem como marco legítimo de desvendamento das imensas e belas possibilidades das ciências sociais. Trouxe comigo meu orgulho de classe e de nascimento. Não entrei na USP envergonhado e cabisbaixo, relutante, tentando esconder o que era para mostrar o que não era. Mas, também, não entrei na USP apontando o dedo para os outros, para censurá-los tolamente por serem o que são, diferentes de mim, por terem nascido nas condições vantajosas em que nas-ceram. Seria uma tolice. Eu nunca teria aceitado ingressar na Universidade por meio dos artifícios de cotas e privilégios, se existissem, para não ter que renunciar ao meu orgulho de origem e ao desafio de provar que mesmo sendo quem eu era tinha competência para demonstrar o que poderia ser. Eu tinha imenso pavor do rótulo de coitado da porta dos fundos. Ou era juridicamente igual para entrar pela porta da frente ou não era e, então, o papo teria sido outro. A USP, para quem nela entra, abre gratuitamente a imensa porta do saber e da formação pessoal e profissional, o que num país como o Brasil é muitíssimo, um enorme privilégio, que se conquista, não uma esmola. Como esmola não seria nada, apenas uma realização pessoal cosmética.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Como se deu sua iniciação à pesquisa na graduação? O senhor disse, certa vez, que teve o privilégio de fazer uma graduação com qualidade de pós-graduação. Conte-nos um pouco sobre o seu significado.*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** A Faculdade de Filosofia preparava seus alunos, sobretudo, para o magistério secundário. Quem a escolhia, fazia-o porque queria ser professor dos cursos ginásial e colegial. Essa era sua função histórica. O curso de graduação não tinha por objetivo principal formar pesquisadores, embora os alunos dele saíssem preparados também para a pesquisa científica. Em algumas áreas, como química, biologia e geologia, iam também para a indústria, aí sim como pesquisadores, personagens da revolução industrial que estava ocorrendo no país. Eu conhecera técnicos oriundos da Faculdade na Cerâmica São Caetano, nos anos cinquenta.

Isso era próprio de todos os cursos da Faculdade de Filosofia, não só dos cursos de Humanas. A formação específica de pesquisadores ocorreria na pós-graduação, que não era propriamente curso, mas um trabalho pessoal de orientação de um professor em relação a um aluno. Nesse sentido, minha vida na graduação foi exceção, foi um “a mais”, porque fui convidado a trabalhar como auxiliar de pesquisa do Professor Luiz Pereira, que o Professor Florestan Fernandes convidara para ser seu assistente, transferido da Faculdade de Filosofia de Araraquara. Luiz Pereira, que era formado em Pedagogia e não em Ciências Sociais, fora seu aluno de Sociologia da Educação e seu orientando no mestrado e no doutorado. Iria desenvolver um projeto de pesquisa sobre “A qualificação do operário na empresa industrial”, um estudo sobre a educação técnica direta e informal em nove indústrias dos ramos têxtil, mecânico e de marcenaria. Eu tinha a meu favor a experiência de trabalho em fábricas. Sabia o que era uma fábrica, pequena e grande. Isso foi decisivo na pesquisa.

Além disso, já estudante do curso de graduação, havia trabalhado no Departamento de Pesquisa de Mercado de uma grande empresa e estava familiarizado com técnicas de pesquisa e trabalho de campo. Era, também, um autodidata. Ainda na escola secundária, me dedicara à pesquisa histórica no Arquivo do Estado e no Arquivo Municipal de São Paulo e até mesmo publicara um livro de história local. Já havia aprendido a fazer buscas documentais e a fazer leitura paleográfica de documentos antigos, conhecia a literatura histórica, a linguagem de outras épocas e a caligrafia arcaica. Eu havia conseguido da fábrica autorização para me ausentar uma manhã de sábado por mês, numa época em que os arquivos e bibliotecas abriam também nesse horário. Talvez por isso, toda a pesquisa de Luiz Pereira nas fábricas de São

Paulo acabasse ficando a meu cargo. Conversávamos diariamente sobre os resultados, mas não sobre o modo de fazer a pesquisa, embora nela seguisse o roteiro e as técnicas por Luiz definidos. Aprendi muito nessa relação, pois Luiz dominava amplamente a teoria sociológica e era um interlocutor educativo, formador. Aluno da graduação, eu tinha o privilégio de conversar diária e extensamente com ele sobre temas sociológicos, bibliografia e leituras.

A graduação, com o nível do que seria hoje a pós-graduação, era uma característica dos cursos de graduação da Faculdade. Eram cursos teoricamente densos, que obrigavam a muitas leituras, muito mais do que hoje, numa época em que quase não havia livros traduzidos. Por isso, é compreensível que alunos de Claude Lévi-Strauss, Roger Bastide, Florestan Fernandes, já publicassem textos antes da conclusão da graduação. O próprio Florestan fizera isso. Foi nessa condição que fez a pesquisa e escreveu “*As trocinhas do Bom Retiro*”, o primeiro estudo sociológico brasileiro sobre a infância e a sociabilidade infantil, que Roger Bastide mandou publicar. Foi nessa condição que Octavio Ianni fez a pesquisa que resultou em seu artigo sobre “O samba de terreiro em Itu”. Meu primeiro artigo<sup>2</sup> foi um trabalho de aproveitamento num curso optativo de Octavio Ianni, de Sociologia do Desenvolvimento, no terceiro ano do curso, que ele mesmo decidiu publicar na *Revista Brasiliense*, de Caio Prado Júnior, em 1963, um ano antes de que eu concluísse o curso de Ciências Sociais.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Quais foram os professores e os cursos que o senhor fez durante a graduação que o marcaram? Quando o senhor decidiu dedicar-se exclusivamente à carreira acadêmica?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** O elenco das disciplinas obrigatórias, até 1962, era bem mais amplo do que o de hoje. Em virtude de um movimento dos alunos, várias disciplinas foram equivocadamente suprimidas ou tiveram sua duração reduzida: Lógica, História da Filosofia, Psicologia Social, Complementos de Matemática, Estatística. No fundo, foi uma reforma que começou a afastar as nossas ciências sociais, especialmente a Sociologia, da pesquisa empírica e do próprio magistério e a favorecer

---

<sup>2</sup> “O Plano Trienal e a marcha da Revolução Burguesa” (1963).

o ensaísmo pretensamente teórico e especulativo. O elo entre o teórico e o empírico começou a se romper. Os danos se acumulariam lentamente.

Antes da reforma, as disciplinas eram anuais, em dois semestres, o que levava a uma convivência demorada com o professor de cada uma. Não me passa pela cabeça que alguns dos meus professores tivessem me marcado mais do que outros. Todos eram muito exigentes consigo mesmos e eram professores possuídos pela paixão da ciência e do ensino. Aos alunos era impossível deixar por menos, evitar o contágio dessa paixão. Havia diferenças de estilos, de ênfases, de perspectiva e de experiência. Mas todos eram fascinantes, mesmo aqueles de disciplinas menos atraentes, como Complementos de Matemática, do paciente Professor Castanho, e Estatística, do não tão paciente, mas exigente e didático Professor Lindo Fava. Eram cursos obrigatórios, requisitos para o trato da pesquisa quantitativa.

É claro que o maior interesse dos estudantes era pelas ciências sociais propriamente ditas. Era menor o interesse pelas disciplinas auxiliares, o que talvez explique o erro da reforma de 1962. A Sociologia era muito popular e o primeiro professor a entrar na sala de aula de minha turma foi Fernando Henrique Cardoso, que dava eruditas aulas de Introdução à Sociologia. No segundo ano, havia Octavio Ianni, responsável pela disciplina de Métodos e Técnicas de Pesquisa, na verdade um curso de teoria sociológica, com ênfase nos métodos lógicos e explicativos de Durkheim, Weber e Marx, além de extenso interesse nas técnicas da sociologia artesanal, e nos métodos qualitativos, de autores como C. Wright Mills. Marialice Mencarini Foracchi e Maria Sylvia de Carvalho Franco encarregavam-se de seminários teóricos, ensinavam-nos a decompor e esmiuçar um texto, a lê-lo.

Ruy Coelho, assistente de Fernando de Azevedo, que já se aposentara, dava um curso sobre organização e estrutura social. Fizera parte, com Antonio Candido, Paulo Emílio Salles Gomes, Décio de Almeida Prado, Gilda de Mello e Souza e Lourival Gomes Machado do grupo de alunos da Faculdade de Filosofia que, com apoio de Alfredo Mesquita, publicara a marcante revista de crítica literária, *Clima*, entre 1941 e 1944. O mesmo grupo seria ativo na edição do famoso Suplemento Literário de *O Estado de S. Paulo*, que ao longo de sua existência acolheria textos de professores e alunos da Faculdade de Filosofia, como Florestan Fernandes, Roberto Schwartz e Bento Prado Júnior, e jovens iniciantes, Eduardo de Oliveira e Oliveira, um dos primeiros negros a nela ingressar, e eu. Ruy Coelho dava o curso de teoria da organização social e nos punha em diálogo com Claude Lévi-Strauss (fundador da nossa Cadeira de Sociologia, então ocupada por Florestan Fernandes) e com Marcel

Mauss. Portanto, uma Sociologia aberta para as influências decisivas da Antropologia. Florestan Fernandes, que era o catedrático e que fizera mestrado e doutorado em Antropologia, entrava no fim do curso com sua pluralista e espantosa erudição sociológica.

Maria Isaura Pereira de Queiroz, aluna de Roger Bastide, já famosa por seus estudos sobre milenarismo, estava na França no ano em que, no calendário escolar, eu teria oportunidade de fazer o seu curso. Apanhado no meio das mudanças da reforma curricular de 1962, não tive condições de fazer o curso de Azis Simão, que vinha do grupo dos intelectuais militantes do antigo movimento operário, como Edgard Leurenroth. O curso de Azis fora encaixado em período de minha formação anterior àquele em que já me encontrava. Tornamo-nos amigos. Esse é um detalhe importante para compreender aquela época: muito da formação dos alunos de graduação vinha também das conversas informais do corredor e do saguão da escola, dos encontros casuais. O livro era uma extensão da sala de aula. Não fui aluno de Antonio Candido, que se transferira para o curso de Letras. Mas com facilidade me familiarizei com sua obra sociológica através dos comentários, das sugestões dos outros professores e das leituras. O mesmo se deu com a obra de Maria Isaura e de Azis.

Antropologia começava com a bela filigrana interpretativa do curso de Antropologia Física de Gioconda Mussolini e as teorias da evolução. Ela fora aluna de Claude Lévi-Strauss. Está citada em *Tristes trópicos*, um relato da experiência antropológica do grande antropólogo no Brasil, que é também um relato dos tempos iniciais da Faculdade de Filosofia e da USP. O conceito internacional de Gioconda, apesar de ter publicado pouco, ficou evidente quando George Simpson impôs como condição a um editor brasileiro que só autorizaria a tradução para o português de seu famoso livro *The meaning of evolution* se a tradutora fosse Gioconda Mussolini.

Ruth Cardoso, Eunice R. Durham e Amadeu Lanna davam seminários de leitura de monografias antropológicas, decompondo textos, ensinando-nos a descobrir e compreender como é que se produz um relato científico na Antropologia. Egon Schaden, o catedrático, ministrava um curso centrado na cultura guarani, o que nos dava a impressão de estarmos no terreiro de uma aldeia, pois era um curso bem etnográfico.

Oliveiros da Silva Ferreira dava História das Ideias Políticas e Célia Galvão nos iniciava nos fundamentos de uma Ciência Política que estava apenas nascendo. Paula Beiguelman, responsável pela cadeira, dava um curso de Ciência Política que tinha

como referência a organização política do Brasil, um curso marcante e definitivo, sobre a dimensão histórica dos fatos políticos discretos. Uma lição de metodologia sobre a reconstrução histórica dos fatos políticos e as conexões de sentido entre fatos cronológicos e dispersos no marco das grandes significações do processo político.

Dentre os cursos preliminares, das chamadas disciplinas auxiliares, havia o curso de História da Filosofia, de João Cunha Andrade, poeta, autor de *A Árvore da Montanha*, um dos primeiros alunos da Faculdade a se tornar dela docente, que havia publicado seus primeiros poemas na *Revista do Grêmio da Filosofia* e fora preso político na época do Estado Novo. Era um professor divertidamente empenhado em demolir o senso comum pequeno-burguês dos recém-chegados àquele verdadeiro templo do grande mundo do conhecimento. De Economia Política, as reflexões introdutórias eram feitas por Wladimir Pereira. Mas, foi decisivo o curso da Professora Diva Benevides Pinho, que se interessava por cooperativismo e que junto com o Professor Teodoro Henrique Maurer Júnior, de Filologia Românica, fundou na Faculdade uma cooperativa de livros, de que participavam alunos e professores. Eu era filiado a essa cooperativa, jeito de comprar livros com descontos e até mesmo a prestações. Fui, também, aluno do último professor da Missão Francesa, Paul Hugon, de Economia.

Havia, ainda, como disciplinas obrigatórias, Geografia Humana e História Econômica e Social Geral e do Brasil. Os professores de Geografia tinham fortíssima tradição de trabalho de campo, que lhes fora deixada por professores como Pierre Monbeig e Pierre Deffontaines, da Missão Francesa, que ministrara a aula inaugural da USP, em 1934. Minha turma foi aluna de Lea Goldenstein e de Pasquale Petrone, que se esmeravam na narrativa teoricamente articulada, a realidade geográfica exposta aos nossos olhos como construção humana plena de sentido, mediação de que a Sociologia não tinha como abrir mão. As aulas de Geografia eram as únicas ministradas num dos poucos edifícios da Cidade Universitária, que nascia, o da chamada Reitoria Velha. A viagem era uma epopeia para os alunos do noturno, como eu: de bonde até Pinheiros, de ônibus até o Butantã e, depois, a pé pela rua de terra e de barro até o prédio das aulas. Como havia provas orais, além das escritas, em dia de prova era preciso voltar a pé até Pinheiros, em altas horas, para alcançar o último bonde destinado ao centro.

De História, fui aluno de Fernando Novais, dono de uma espantosa erudição, formado na tradição da historiografia francesa, que com Fernand Braudel e outros

fora tão marcante na fundação da Faculdade de Filosofia e da USP. Fernando Novais tem como traço forte de sua atividade pedagógica não “baratear” a reconstrução e a interpretação histórica. Nenhum detalhe da complexa realidade histórica pode ficar fora da explicação. Tinha e tem particular ojeriza pelas simplificações do marxismo vulgar, de que nos fala Lukács. Novais participava do grupo de leitura de *O Capital*, de Marx, com Fernando Henrique Cardoso, Octavio Ianni, Marialice Menchini Foracchi, Maria Sylvia de Carvalho Franco, Paul Singer, Ruth Cardoso, Roberto Schwartz e outros. E, como os demais, era exigente na questão do método e na qualidade das leituras.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Como foi percorrer o caminho da graduação para o mestrado e o doutorado em Sociologia, desde a escolha dos temas até a elaboração propriamente da pesquisa? Comparadas às regras e aos procedimentos da pós-graduação atualmente, eram muito diferentes as condições de um estudante de pós?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** O caminho da pós-graduação depende, decisivamente, de uma formação sólida obtida na graduação. É uma bobagem imaginar que a pós é apenas uma promoção automática ao nível seguinte. Não o é. Quem não tem formação não saberá formular temas cientificamente apropriados à investigação e à explanação. Uma tese não é uma lição de casa. A pós depende, também, de maturidade, de competência para tomar decisões apropriadas aos dilemas que se apresentam no correr da pesquisa e da redação da tese. Muitos acham, equivocadamente, que o orientador tem a obrigação de “dar papinha na boca do nenê”. Puro engano. O orientador é um interlocutor. Se o aluno não sabe fazer e fundamentar as perguntas das sessões de orientação, não só estará perdendo tempo, como estará tomando tempo.

Na época de minha pós-graduação, iniciada em 1965, ela não era estruturada como hoje. Não havia aulas. Os pós-graduandos eram pouquíssimos. Tratava-se de uma relação pessoal e artesanal entre orientador e orientando, o que estimulava um acentuado autodidatismo. Tanto no mestrado (que se chamava especialização) quanto no doutorado fui, em razoável medida, um autodidata. O eventual candidato, já na graduação, preparava um projeto de pesquisa, cuja densidade teórica era a condição de sua aceitação, e o apresentava ao orientador escolhido, na verdade ao catedrático. Se aceito, recebia recomendações de leituras e de procedimentos e periodicamente voltava para um colóquio com o orientador. E só voltava com tarefas cumpridas, leituras feitas, etapas da pesquisa realizadas. No início, não havia pro-

priamente prazos, como não havia bolsas de estudo. O aluno de pós não era considerado aluno e já atuava no magistério secundário ou mesmo universitário.

Ao ser convidado para me tornar auxiliar de ensino do Professor Florestan Fernandes, antes mesmo de terminar a graduação, já ficou implícito que eu faria a especialização. Em função da crise política que alcançou a Faculdade em 1964 e seu agravamento em 1969, com as cassações de professores, acabei fazendo teses sobre temas alternativos e não sobre os extensos resultados das complicadas pesquisas de campo que havia feito especificamente para as teses. Minha trajetória foi completamente diferente da trajetória da pós-graduação de hoje e mesmo da pós-graduação daquela época. Na própria graduação, eu havia aprendido a formular temas de tese, isto é, indagações teóricas para, com a pesquisa empírica, preencher lacunas do conhecimento e da interpretação. De certo modo, ao ler uma notícia de jornal ou ao testemunhar uma situação, eu já conseguia traduzir o que lia e via num problema de investigação. Do mesmo modo, conseguia identificar indagações investigativas na própria literatura sociológica. Isso é decisivo na formação de um pesquisador de qualquer área.

A urgência, invocada tanto por Florestan, no mestrado, quanto por Luiz Pereira, que o substituiu, no doutorado, impôs-me a aceleração da conclusão tanto da dissertação quanto da tese, depois. A prisão de Florestan, pelo Exército, em 1964, no recinto da própria Faculdade, deixou-o preocupado com o destino das Ciências Sociais na Faculdade de Filosofia. Seu assistente, Fernando Henrique Cardoso, logo depois do golpe, havia sido o primeiro a ser procurado por investigadores da Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS). Iam prendê-lo quando estivesse entrando na sala de aula, no período da tarde. Organizamo-nos e nos distribuímos pelos arredores da Faculdade para alertá-lo de que a polícia o estava esperando. Enquanto, por engano, detinham o Professor Bento Prado Júnior, Fernando Henrique foi avisado, procurando refúgio na casa de amigos, de onde partiu para o exílio. Foi a nossa primeira perda. Ele só retornaria alguns anos depois, meses antes do movimento de 1968 e seria cassado em abril de 1969. Foi uma perda enorme, sobretudo para os alunos, porque era uma grande vocação de professor.

Florestan insistiu com os poucos pós-graduandos, que eram também seus auxiliares de ensino, para que se apressassem. Na eventualidade de que fosse demitido ou cassado, queria assegurar que o maior número possível de seus assistentes ainda

permanecesse na Universidade. Queria evitar aqui que ocorresse o que acontecera na Universidade de Brasília, de que foram varridos todos os docentes de Humanas para lá levados por Darcy Ribeiro ou porque demitidos ou porque se demitiram. Para Florestan, ficar era teimar e resistir. Se quisesse acabar com a tradição da Sociologia da USP, a ditadura teria que demitir um a um os docentes, o que teria muita repercussão.

Para o mestrado, eu havia feito, em 1965, uma pesquisa extensa na zona rural da Alta Sorocabana, da Baixa Mojiana e do Alto Paraíba sobre as repercussões sociais das transformações na agricultura, comparando agricultura tradicional e agricultura moderna como eixos de mudanças sociais e de mentalidade. Por aquela época, no próprio grupo de Sociologia da USP, pensava-se que a falta de inovações e de mudanças sociais decorria de uma resistência social à mudança por parte das populações definidas, então, como rústicas. A questão se propunha, portanto, no âmbito cultural, como variante de uma situação de anomia.

Preparei um projeto baseado na hipótese teórica oposta, em confronto com a Sociologia da cadeira à qual eu me vinculava, a de Florestan. Minha hipótese era a de que a agricultura tradicional, não moderna, a que não seguia padrões de racionalidade econômica, porque baseada no mero costume, tinha uma função no próprio processo de acumulação de capital e, portanto, uma função moderna. Seus padrões, supostamente atrasados, não constituíam resistência à mudança. A dinâmica e o âmbito da mudança é que eram diversos dos supostos nos estudos realizados até então. O tradicionalismo, em minha hipótese, não era anticapitalista, embora o agricultor estivesse distante do empresário de tipo weberiano. Ele não acumulava necessariamente, mas era peça decisiva no processo de acumulação e, portanto, da modernização, que viabilizava, mas da qual não se beneficiava. Mais tarde, eu reuniria os trabalhos resultantes das pesquisas que fiz com base nessa suposição teórica no livro *Capitalismo e tradicionalismo* (1975). Eu havia deslocado o eixo teórico da discussão de *moderno* para *capitalista*. Meus primeiros artigos resultantes dessa pesquisa foram publicados por Florestan Fernandes, em 1969, na *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros* da USP, e na revista *América Latina* do Centro Latino-americano de Pesquisas em Ciências Sociais, do Rio de Janeiro. Ainda que, curiosamente, não citados, esses textos foram influentes na chamada crítica da razão dualista, a que me filiava na linha de leitura crítica da literatura desenvolvimentista que Octavio Ianni

propusera em seus cursos aqui na Faculdade e em seus livros desse período, cursos que frequentei e livros que li.

Na situação de emergência, Florestan perguntou-me se não havia condições de abreviar o tempo de conclusão da redação do mestrado. Talvez, utilizando os dados de pesquisas monográficas que eu havia feito para o Professor Maurício Vinhas de Queiroz, do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Brasil, atual Universidade Federal do Rio de Janeiro, no projeto sobre Grupos Econômicos no Brasil. Maurício havia estado na USP, ainda durante minha graduação, e conversado com Florestan e com Fernando Henrique Cardoso sobre seu pioneiro projeto, já em andamento. Pedira indicação de auxiliares de pesquisa para realizar a parte do projeto relativa a São Paulo. Fernando Henrique indicou meu nome e me convenceu de que a participação no projeto era de interesse do grupo de Sociologia da USP.

Naquele tempo, falava-se muito em capitalismo sem atentar para suas especificidades em diferentes sociedades. Na Universidade, capitalismo começava a ser um tema também de investigação. Por via diversa, era, porém, tema político-partidário do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e suas dissidências, que influenciava os debates políticos e chegava até os corredores e o saguão da Faculdade. O PCB passava adiante a concepção de capitalismo difundida pelo Partido Comunista Soviético, concepção que atendia menos as conveniências da análise e da interpretação e atendia mais as conveniências estratégicas da geopolítica da Guerra Fria. Nessa concepção, havia um capitalismo inaceitável, o do imperialismo americano, e um capitalismo aceitável, o da chamada burguesia nacional, que seriam antagônicos por suposto conflito de interesses. A suposição, puramente ideológica, era a de que a burguesia nacional não tinha alternativa senão a de ser progressista e, portanto, nacionalista, opondo-se ao capital e aliando-se ao proletariado. Além disso, a burguesia nacional teria um inimigo interno, o latifúndio, porque supostamente feudal, que impedia a difusão de modernas relações capitalistas de trabalho no campo e, portanto, impedia a ampliação do mercado interno.

O desenvolvimentismo convivia bem com essas suposições. O problema é que não havia pesquisas, e menos ainda pesquisas sérias, sobre o que era concretamente o capitalismo no Brasil. Fernando Henrique Cardoso, em sua tese de doutorado sobre *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional*, de 1961, orientada por Florestan Fernandes, e Octavio Ianni, em sua tese de doutorado sobre *Metamorfoses do escravo*, também de 1961 e também orientada por Florestan Fernandes, começavam a

investigar e a interpretar as singularidades do capitalismo brasileiro. Faziam-no na perspectiva realmente dialética e numa linha sociológica e não-economicista, em clara discrepância e oposição ao marxismo vulgar. A questão teórica que se pôs, na tese de Fernando Henrique, foi a da contradição entre a forma mercantil da economia e as relações escravistas de produção. O que só era possível entender com base na premissa metodológica da totalidade, a contradição como constitutiva da realidade e não como anomalia.

A pesquisa de Maurício Vinhas de Queiroz agregava preciosas e decisivas informações sobre o capitalismo no Brasil e robustecia a linha de investigação inaugurada no grupo de Florestan. Sua pesquisa já mostrara que o nosso era um capitalismo organizado com base em grupos econômicos, de que as empresas eram apenas células, e que os grupos econômicos se desdobravam numa ampla teia de relacionamentos que não excluía as empresas e os grupos estrangeiros. Era nesse âmbito que se podia falar, apropriadamente, de classe social, muito mais do que uma junção de empresários capitalistas individuais.

Eram várias as indicações de associação de interesses entre o capital nacional e o capital estrangeiro, confrontando frontalmente as formulações meramente ideológicas que falavam em burguesia nacional em oposição a imperialismo. De fato, nessa perspectiva, a pesquisa de Maurício revelou que a chamada burguesia nacional era, no Brasil, constituída de apenas dois empresários, o que anulava sua suposta força e competência políticas e históricas. A categoria não tinha nem historicidade nem protagonismo, o que se confirmará com o golpe de Estado de 1964. No fundo, nem mesmo existia uma burguesia nacional, embora existisse um nacionalismo ideológico.

Os grupos econômicos estavam também no campo, na agricultura, sem que houvesse em seu interior qualquer estranhamento do tipo “capitalismo contra feudalismo”. Caio Prado Júnior foi dos primeiros a ler, citar e comentar os relatórios iniciais da pesquisa, publicados como artigos na *Revista do Instituto de Ciências Sociais*. Esses resultados confirmavam sua fundamentada e histórica interpretação de que não se podia falar em feudalismo no Brasil, tema que compareceu várias vezes às páginas de sua *Revista Brasiliense*. De uma família de empresários e grandes fazendeiros de cana e de café, desde o século XVIII, tinha uma visão “de dentro” do que era efetivamente o capitalismo no Brasil.

Em função do projeto de Maurício, pesquisei em detalhe a formação e o processo de acumulação de capital de onze grupos econômicos multibilionários brasileiros e sugeri que meu colega de turma de graduação, Antonio Carlos de Godoy, assumisse pesquisa similar em relação a outros onze grupos. Sobre cada um, redigi pequena, mas documentada, monografia, a mais densa das quais era a relativa ao Grupo Matarazzo, um grupo emblemático do capitalismo brasileiro. Godoy também preparou seus relatórios e escolheu um de seus grupos, o grupo Votorantin, para a monografia de mestrado.

Sugeri ao Professor Florestan que, temporariamente, eu poderia deixar de lado a pesquisa realizada na roça e transformar a monografia sobre o Grupo Matarazzo num estudo de caso. Por essa época, o livro de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, de 1959, era lido e relido nos cursos de Ciências Humanas e de Economia e se tornara a obra referencial da releitura de nossa história econômica e da explicação nacional-desenvolvimentista do capitalismo brasileiro. Eu havia notado, porém, vários problemas nessa obra. Em primeiro lugar, ele não fizera pesquisa original. Apenas reinterpretrara, como é lícito, os dados de dois autores clássicos de nossa história econômica: Roberto Cochrane Simonsen, engenheiro, industrial e fundador da Escola de Sociologia e Política de São Paulo, e Caio Prado Júnior, que não foi citado. Lembrado da omissão pelo próprio Caio Prado, reconheceu esse débito intelectual.

Mas havia também uma inconsistência que afetava a própria tese de Furtado. O livro não tem um capítulo sobre o processo da industrialização brasileira, embora trate da transição para a economia industrial. O vácuo é preenchido por uma hipótese imaginosa, a de que a industrialização se tornara possível em decorrência da crise do café de 1929, o declínio das exportações e a adoção da política de compra e queima dos estoques de café pelo Governo Provisório, originado da Revolução de Outubro de 1930. Recurso, aliás, para socialização das perdas da crise, já que os tributos da sociedade inteira por esse meio pagavam aos cafeicultores os prejuízos da crise. O conseqüente fluxo de renda, assim gerado, manteve a demanda de industrializados, que já não podendo ser importados, pela falta das divisas oriundas da exportação, acabou atendida pela produção industrial interna. Uma política keynesiana antes de Keynes e de sua teoria do emprego, o governo gerando um fluxo de renda que se tornou, inconscientemente (como ele reiteradamente assinala), um fator de transição para a economia industrial.

As pesquisas que eu estava fazendo, há bom tempo, contrariavam amplamente a hipótese de Furtado. Essa hipótese explica a consolidação da indústria, mas não o processo de industrialização. Se já não houvesse uma base industrial instalada, os efeitos industrialistas da política de socialização das perdas não teriam existido. Minha pesquisa mostrava que o surto industrialista no Brasil se dera com o fim da escravidão, particularmente durante o chamado período do Encilhamento, logo após a proclamação da República, com a inflação que gerara demanda sem gerar divisas. Muito antes, portanto, do período indicado pelo economista paraibano. A chamada Grande Imigração, de 1886-1888, trouxera para o Brasil, em período muito curto, milhares de imigrantes estrangeiros, sem contar os nativos e os escravos libertos, que, na dinâmica da economia do café, entraram quase que abruptamente no mercado de consumo. No plano individual, o nível de inserção no mercado de consumo era relativamente modesto, mas a soma da população nessa condição era suficientemente significativa para provocar uma verdadeira mudança no eixo da economia. Sem contar que, sociologicamente, o trabalhador livre, como pessoa, mentalidade e categoria social, revolucionava a sociedade inteira.

Também aí havia outro problema, envolvendo os vários autores que trataram da substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre. Difundiu-se por meio deles a concepção de que o trabalho escravo fora substituído pelo trabalho assalariado e não simplesmente pelo trabalho do trabalhador juridicamente livre. Na verdade, a abolição tinha sido cautelosa e laboriosamente preparada, por várias décadas, pelos representantes políticos dos fazendeiros, especialmente os de café, o mais destacado dos quais foi, sem dúvida Antonio da Silva Prado, parente e antepassado, relativamente próximo, de Caio Prado Júnior. O trabalho escravo fora, na verdade, substituído pelo regime de colonato, que combinava várias relações arcaicas de trabalho, como a prestação gratuita de serviços, a renda em trabalho e a produção direta dos meios de vida. Só em pequena parte essas modalidades de uso da terra foram complementadas pelo pagamento propriamente salarial da colheita de café pela família do colono.

Esse fluxo relativamente parcimonioso de dinheiro foi suficiente para criar, já no século XIX, um estímulo à constituição de um mercado interno de produtos industrializados que não dependia de ingressos obtidos com as exportações agrícolas para que os produtos consumidos fossem a contrapartida de divisas estrangeiras.

Esse capitalismo de dupla face caracterizou-se por ter parte da economia voltada para fora e dependente das exportações e parte voltada para dentro e dependente de formas pré-modernas de organização do trabalho. Ele se manteve como característico de nossa economia até praticamente o fim do regime democrático, em 1964. Para o capital e a indústria era irrelevante que os consumidores de suas mercadorias utilizassem em suas compras dinheiro originário ou não da parte salarial da remuneração do colonato. Isto é, aquela que era apenas a fração capitalista de uma relação formalmente não-capitalista, disponível em grande parte porque a reprodução da força de trabalho agrícola dependia pouco de dinheiro e no essencial não vinha do salário, mas da produção direta dos meios de vida. Constituiu-se o que chamei, num livro posterior<sup>3</sup>, a reprodução capitalista de relações não capitalistas de produção, na dialética de tempos históricos desencontrados e articulados, tão própria do capitalismo no Brasil.

A falta da pesquisa propriamente empírica e original, por outro lado, não permitira que Furtado conhecesse e lesse o relatório do Ministro da Fazenda do Governo Provisório, o banqueiro paulista José Maria Whitaker, publicado em 1933. Nele é descrito minuciosamente o mecanismo da compra e queima dos estoques de café e a clara explicitação da intenção de que por esse meio se assegurasse o fluxo de renda para manter a economia em funcionamento. Era como se o café queimado tivesse sido vendido, gerando a contrapartida de um fluxo de renda e emprego. Portanto, não era uma política inconsciente nem era política que se constituía em fator da industrialização, que já ocorrera por fatores outros. O fluxo de renda manteve o mercado e o ampliou, que já era abastecido parcialmente e, em relação a alguns produtos, como tecidos, quase que completamente, pela produção industrial interna.

Havia relatórios e estudos sobre essa industrialização desde pelo menos a Primeira Guerra Mundial. Celso Furtado não recorreu a eles e não recorreu, também, aos relatórios americanos, que podem ser definidos como de espionagem econômica, feitos nos anos 1920. Furtado tampouco deu atenção aos livros do banqueiro alemão de J. F. Normano, *The struggle for South America: economy and ideology*, de 1931, publicado no Brasil, em 1944, e *Evolução econômica do Brasil*, aqui publicado em 1939. Normano utilizara preciosas fontes americanas em seu estudo. Fiz uma

---

<sup>3</sup> *O cativo da terra* (2010).

lista dessas fontes e escrevi para o Department of Commerce, em Washington, para saber como poderia fazer para ter acesso e ler os relatórios, publicados, já que não tinha condições de deslocar-me do Brasil. Para minha surpresa, semanas depois recebi um telefonema do Consulado Americano em São Paulo dizendo-me que os volumes haviam sido enviados dos Estados Unidos pelo correio diplomático e estavam à minha disposição para consulta no próprio Consulado. Os relatórios indicavam que, alarmados com a vitalidade da industrialização brasileira, já antes da crise de 1929, os americanos haviam enviado pesquisadores para observar as características e o grau de desenvolvimento de nossa indústria, que já era significativo, como se vê pelas informações detalhadas por eles aqui colhidas.

Portanto, eu tinha um conjunto de dados e de razões para sustentar uma hipótese, oposta à de Furtado, para explicar a industrialização brasileira. O caso Matarazzo revelava-se um caso emblemático para seu estudo numa perspectiva original e sociológica. Florestan aceitou minha alternativa e me pus a trabalhar.

Em poucas semanas, eu tinha a dissertação quase pronta. Na fase final, em 1966, quando ainda a estava redigindo, fui preso e fichado pelo DOPS, responsável pela repressão política. Era a época das primeiras grandes passeatas contra a ditadura, de uma das quais eu havia participado, justamente na véspera da prisão. Florestan viu nessa prisão um indício de agravamento do risco em que se encontrava seu grupo e voltou a me pressionar para conclusão do trabalho. Pouquíssimo tempo depois, já entregue a tese, eu estava na sala de aula dando prova para meus alunos de graduação e ele me mandou chamar: sem prévio aviso. A banca já estava composta e reunida para me examinar. Fiz a defesa do mestrado sem pompa nem circunstância. Depois de três horas, voltei para a sala de aula, para onde Florestan mandara outro professor, que me substituíra no meio tempo.

Para o doutorado, meu projeto era o de uma ampla pesquisa sobre a modernização na agricultura do Alto e do Médio Paraíba, a transição da agricultura caipira para a agricultura empresarial, a crise da cultura caipira a partir de seu eixo econômico e a criatividade social do caipira alcançado pelas mudanças sociais profundas que estavam ocorrendo. Pela primeira vez, no Brasil, foi utilizada uma amostragem estatística baseada no levantamento aerofotogramétrico do Estado. Consegui um pequeno financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP) para as despesas do deslocamento da equipe de pesquisa e sua alimentação, além de uma pequena remuneração a cada pesquisador. Nenhum aluno do

nosso curso de Ciências Sociais quis participar do projeto. Já se difundira aqui o preconceito reacionário de que intelectual que é intelectual, mesmo sendo ainda apenas intelectual em projeto, tem o traseiro no Brasil e a cabeça e o interesse em Paris, não no rústico mundo caipira de lugares como o Alto Paraíba. Pesquisa de campo e ainda por cima na roça era tida como coisa de sociólogos menores, por isso mesmo supostamente incapazes dos grandes e pretensiosos voos dos nascidos para as elucubrações exclusiva e pretensamente teóricas. Esqueciam-se de que um primoroso e referencial estudo da Sociologia brasileira tratava da roça: era de Antonio Candido, *Parceiros do Rio Bonito*, publicado não fazia muito tempo. E que um nome já internacional da Sociologia brasileira e da USP era o de Maria Isaura Pereira de Queiroz, destacada estudiosa dos processos sociais do mundo rústico, especialmente de seus movimentos messiânicos e milenaristas, assunto em que se tornara autoridade mundialmente reconhecida. Ela teria trabalho traduzido para o inglês por Eric J. Hobsbawm.

Acabei recrutando uma equipe de estudantes do curso de Ciências Sociais, da Fundação Santo André, para me acompanharem. Foi um mês inteiro de trabalho intenso e de variada e rica experiência de leitura e interpretação do material colhido no próprio campo. Quando terminei a pesquisa, Florestan e outros professores já haviam sido cassados e afastados da Universidade. Luiz Pereira, que o substituíra, achou que não haveria tempo para esperar pela conclusão da análise dos dados de uma pesquisa tão complexa quanto a que eu realizara. Como eu havia feito, fazia algum tempo, uma pesquisa sobre o início da imigração italiana para São Paulo e a formação do Núcleo Colonial de São Caetano, sugeri que eu utilizasse esse material e fizesse um estudo monográfico sobre o tema para o doutorado.

Também aí havia um arcabouço teórico possível, mesmo em face da pobreza do material empírico: a sociabilidade comunitária de um grupo de imigrantes originário de uma mesma aldeia e aqui diluído nas relações societárias que estavam se constituindo entre nós, no processo da grande e radical transformação social da transição do trabalho escravo para o trabalho livre. A concepção de comunidade é uma concepção fundante da Sociologia: como o demonstrou Robert Nisbet, é uma das ideias-elementos do pensamento sociológico. Embora em Weber decorra residualmente da categoria de sociedade, em Durkheim é um conceito central, articulador do sistema conceitual durkheimiano. O grande teórico da comunidade é o sociólogo alemão Ferdinand Tönnies, que lhe analisa toda a densa consistência.

Embora comunidade apareça nas diferentes correntes da Sociologia como contraponto de sociedade, oposição e diferenciação radical uma em relação a outra, preferi trabalhar com hipótese distinta, de fato mais na linha de Tönnies do que na de outros autores: a comunidade como momento e tensão dos processos societários, não propriamente como estrutura, mas como utopia e, portanto, como mediação autodefensiva no interior mesmo dos processos societários. Dei, por isso, à tese o título de *A comunidade na sociedade de classes*. Ela seria publicada com o título menos significativo de *A imigração e a crise do Brasil agrário* (1973).

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Prof. Martins, o senhor começou a dar aulas no curso de Ciências Sociais enquanto ainda concluía seu doutorado. A Faculdade de Filosofia passava por uma situação adversa, com a aposentadoria compulsória de muitos professores da casa, como Florestan Fernandes. Há uma espécie de vácuo institucional a respeito da história desse período, quer dizer, há uma ruptura no continuum da história da nossa Faculdade ainda muito mal esclarecida, entre o final da década de 60 e o início de 80. Gostaríamos que o senhor nos contasse um pouco sobre essa sua experiência e resgatasse o contexto da Faculdade naquele período.*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** Comecei a dar aulas, como auxiliar de ensino, em abril de 1965, alguns meses após a conclusão do curso de graduação, convidado pelo Professor Florestan. Portanto, antes de fazer o mestrado, em 1966. Todos os docentes daquela época começavam a carreira desse modo. Preparavam e defendiam suas teses já na carreira docente. Já era assim antes da ditadura. Títulos de mestre e doutor não eram requisitos para que alguém se tornasse docente. Na verdade, ainda hoje não é. Os catedráticos, que eram vitalícios, escolhiam para assistentes seus melhores alunos e os nomeavam. Tinham, também, o poder de demiti-los ou de colocá-los em disponibilidade, no caso de que já tivessem obtido estabilidade na função, uma forma de demissão branca: eram afastados da cátedra a que serviam, mas não do serviço público. O critério atual, de exigência do título de doutor para ingresso na carreira (não, necessariamente, para contratação), foi estabelecido com a reforma universitária.

A ruptura, o vácuo, veio com o fim da cátedra, que ia acontecer de qualquer modo. Era uma exigência do movimento estudantil de 1968, não era, de fato, uma carência da Universidade. Os estudantes queriam o fim da cátedra porque imaginavam

que com isso criariam um sistema universitário baseado na paridade de professores e alunos e por esse meio seria possível ganhar a Universidade para a revolução, vago e indefinido projeto ideológico e partidário. Demoliram a cátedra, que era a instituição que sustentava o sistema universitário, e nada puseram no lugar. A cassação dos professores, nos primeiros meses de 1969, se deu após o movimento de 68 e após a desocupação da Faculdade de Filosofia, na Rua Maria Antônia. A reforma universitária ocorreu depois das cassações. Na verdade, o movimento estudantil demoliu a Universidade criada em 1934 e aplainou o caminho para uma reforma de que estavam ausentes alguns dos grandes nomes da USP, num contexto dominado pelo medo, pela repressão e pela incerteza. O sistema de departamentos, no lugar da cátedra, não democratizou o poder na Universidade. Antes, instituiu uma problemática estrutura oligárquica na gestão das disciplinas e na administração dos serviços departamentais.

Embora a presença dos cassados estivesse na prática vetada na Universidade, a cassação tinha efeitos difusos e seu maior ou menor alcance dependia da ousadia dos que ficaram. Aí ocorreu o que cada vez mais me parece ter sido a segunda cassação dos docentes já cassados, uma cassação branca, interna, um veto não explícito ao contato entre os que ficaram e os que saíram, um suspeito silêncio sobre a obra dos que haviam sido afastados. A segunda cassação não foi feita pela “direita”, foi feita pela “esquerda”. É evidente que a ditadura não tinha o poder de interromper o relacionamento pessoal entre os cassados e os que ficaram. Mas me dei conta de que havia um veto quando incluí na proposta de banca examinadora do mestrado de um dos meus orientandos o nome do Professor Octavio Ianni, cassado. A comissão de pós-graduação não aceitou a indicação. Fui severamente advertido pelo Professor Luiz Pereira, membro da comissão, que substituíra o Professor Florestan no grupo de Sociologia. Ele praticamente me acusou de ser um irresponsável porque, com o atrevimento, punha em perigo o grupo inteiro. Na verdade, não punha em perigo ninguém. Indicar não era crime. A indicação era perfeitamente legal, aos cassados estava vedado o emprego público, mas não a prestação de um serviço gratuito em universidade pública, como era o exame de tese. Além do que, Ianni havia sido consultado e aceitara o risco. O aluno havia expressamente assumido o risco de, no limite do absurdo, ter sua tese examinada e seu mestrado invalidado, obrigado a fazer outro.

Vários de nós continuamos a manter contato regular com os que se foram, a trocar ideias, a receber sugestões e orientação. Em 1972, por iniciativa do historiador Professor Jaime Pinsky, da Faculdade de Filosofia de Assis, depois UNESP, e mais tarde da UNICAMP, foi fundada a revista *Debate & Crítica* – Revista Quadrimestral de Ciências Sociais, publicada pela Editora Hucitec. Foi constituído um Conselho Editorial com Pinsky, Florestan Fernandes e eu. Luiz Wejs, jornalista e antigo aluno da Faculdade e dos professores cassados, tornou-se o jornalista responsável, mais tarde substituído por Tamás Szmrecsányi, que também fora aluno de Florestan e seria depois professor de economia da UNICAMP. Foi formado, ainda, um Conselho de Redação: Anatol Rosenfeld, Antonio Candido, Carolina Martuscelli, Dante Moreira Leite, Fernando Henrique Cardoso, Francisco Weffort, Francisco Iglesias (Minas Gerais), Luiz Pereira, Maria da Conceição Tavares, Octavio Ianni, Pasquale Petrone, Paul Singer, Roberto Cardoso de Oliveira (Brasília), Sérgio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo (Bahia). Dos quinze membros, onze eram ou haviam sido professores da Faculdade de Filosofia da USP ou haviam sido seus alunos. Dos dezoito membros dos dois conselhos, quatro haviam sido cassados. Constituíamos um elo entre os que foram cassados e os que permaneceram, uma espécie de Universidade “fuori muri”, viva nas reuniões do Conselho. Além desses nomes, a revista estava aberta à colaboração dos que dele não constavam.

Em 1972, começava o pior período da ditadura, da repressão, das perseguições políticas, da tortura e dos desaparecimentos. Sempre convém lembrar, por meio do livro *Tortura nunca mais*, de que constam mortos e desaparecidos da USP, que muitos deles eram de unidades ou departamentos oriundos da antiga Faculdade de Filosofia, sobretudo Psicologia e Letras. A revista aguentou até 1975, quando a Polícia Federal mandou chamar a Brasília o diretor-responsável para comunicar-lhe a imposição da censura prévia, já vigente em vários jornais e revistas. Seriam publicados apenas os artigos lidos e liberados pela polícia. *Debate & Crítica* foi a única revista acadêmica e científica brasileira a sofrer a imposição. Aqui na Faculdade, no meio acadêmico e entre os próprios estudantes não houve a menor reação. Decidimos, então, resistir isoladamente à censura e fechar a revista, para tentar reabri-la alguns meses depois, quando saísse do foco de interesse da repressão.

Nós a reabriríamos em 1976, com o nome de *Contexto*. Suprimimos o Conselho Editorial, Jaime Pinsky assumiu a direção, Tamás continuou como diretor responsável, Florestan e eu passamos para o Conselho de Redação, porém mantendo as funções próprias do Conselho Editorial. Com a aquiescência dos membros do antigo

Conselho de Redação, o novo passou a ter outra composição para configurar a maquiagem e não expor as pessoas que participaram do primeiro Conselho. Os nomes eram agora, além de nós dois e de Francisco Iglésias, Sergio Buarque de Holanda e Thales de Azevedo, do Conselho anterior: Alfredo Bosi, Brás José de Araújo, Carlos Nelson Coutinho, Carlos Osmar Barriero, Celso de Rui Beisiguel, Elza Berquó, Enio Candotti, Fúlvia Rosenberg, Gianfrancesco Guarnieri, Gilda de Mello e Souza, Guilherme Rodrigues da Silva, Luís Antônio Cunha, Manuel Correia de Andrade, Moacir Gracindo S. Palmeira, Newton-Freire Maia, Nilo Odália, Oriowaldo Queda, Perseu Abramo, Roberto Cardoso de Oliveira, Simão Mathias, Tito Ryff e Zulmira Ribeiro Tavares. A revista seria publicada até 1978. Durante sete anos havíamos conseguido manter essa ponte, “por fora”, entre cassados e permanecidos.

O “vácuo”, que é um vácuo de memória, era, portanto, preenchido de vários e eficazes modos, não obstante o desinteresse da instituição, em particular do que era, então, o Departamento de Ciências Sociais, pela preservação dos vínculos com os cassados. Isso se refletiria na dolorosa situação que se apresentou, em 1979, com a anistia decretada pelo regime militar. Ela não era automática. Cada cassado deveria dirigir-se ao governador do Estado e manifestar por escrito o seu interesse em ser anistiado. Em São Paulo, o governador era Paulo Maluf, um político gestado pela ditadura. Quem não se manifestasse, seria aposentado definitivamente, agora com vencimentos integrais, já que a aposentadoria das cassações era proporcional ao tempo de serviço e em vários casos insuficiente para garantir a sobrevivência do professor cassado e sua família. O departamento manifestou um interesse puramente formal e superficial pelo retorno dos cassados, que se ressentiram e decidiram não retornar. Com exceção de Paula Beiguelman, de Ciência Política, os outros professores de Ciências Sociais declararam expressamente que preferiam não voltar. Só Fernando Henrique Cardoso estava disposto a voltar e a lecionar gratuitamente na Faculdade, recusando-se, porém, ao constrangimento de pedir anistia a Maluf. Aposentava-se definitivamente. Era claro o ressentimento de todos com o ostracismo, o abandono, o veto e o vácuo. Com exceção dos remanescentes do tempo da cátedra, os novos docentes não tinham contato com os cassados, não haviam sido seus alunos e, com surpreendente frequência, nem mesmo estavam interessados em sua obra. A ditadura conseguira quebrar a espinha dorsal da chamada “escola sociológica da USP”.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Qual o significado da expressão geração órfã, presente na dedicatória de um de seus livros, Introdução crítica à Sociologia Rural (1981)? O senhor chegou a mencioná-la em outras oportunidades.*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** As cassações, que atingiram profundamente a Faculdade de Filosofia, interromperam uma história em andamento, tanto na pesquisa quanto no ensino quanto, ainda, nas orientações temáticas de cursos e pesquisas. Algumas coisas importantes aconteceram nesse período de suposto vácuo. Suposto vácuo porque as circunstâncias mudavam, a realidade propunha novos desafios e isso era particularmente verdadeiro aqui na USP e na Faculdade de Filosofia. Como é comum nas circunstâncias de ditaduras demoradas, o país não ficou esperando o retorno dos exilados nem a anistia dos cassados e perseguidos. Muitos intelectuais exilados imaginaram que o país não se movia sem eles. Movia-se. Ao retornar foram surpreendidos com o desenvolvimento da ciência e das artes. Em condições adversas, os desafios foram aceitos pelos que haviam ficado. O apelo que Florestan Fernandes fizera, em sua casa, na noite das cassações, em 1969, para que os membros de seu grupo não se demitissem em solidariedade nem se dispersassem, revelou seu pleno sentido por ocasião da anistia.

De vários modos, a geração órfã, a que fora privada da presença, da convivência e da orientação da madura geração que fizera a ponte entre a Missão Francesa e ela, conseguiu superar os obstáculos e superar-se. Foi aí que se revelou toda a força do denso curso de graduação de nossa formação no período anterior às cassações. As perguntas fundamentadas são as referências da ciência, do progresso do conhecimento. Quando houve as cassações, as perguntas científicas de uma era já haviam sido feitas e o código das respostas já havia sido assimilado. Isso, a repressão não podia cassar. Não se tratava de imitar, repetir e manter, mas de criar interpretativamente no marco de um código de produção de conhecimento que já dominávamos. Tudo dependia apenas da competência para ir adiante.

Nesse interregno, o governo federal criou os cursos de pós-graduação no Brasil inteiro e nós tivemos que nos adaptar, institucionalizando os nossos cursos. Nem havia como não fazê-lo. Passamos a receber um grande número de alunos das universidades federais e de outros Estados, que não tinham pós-graduação e precisavam do doutorado para implantação dos cursos de pós em suas universidades de origem. O que modificou o cenário estudantil, diversificou a demanda de conhecimento e forçou a ampliação do corpo docente com o recrutamento de recém-mes-

tres e recém-doutores para a graduação, já que os professores mais antigos estavam também na pós. Na Sociologia, Marialice Mencarini Foracchi, que faleceria em 1972, e Luiz Pereira, antigos assistentes de Florestan, desdobraram-se para assegurar a continuidade dos cursos de Sociologia com qualidade. Em outros cursos da Faculdade houve esforços semelhantes.

Em 1970, a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras fora desagregada, os antigos departamentos de Física, Psicologia, Biologia, Química, Matemática etc tornaram-se autônomos e deram lugar a novos institutos. Sobraram apenas os cursos de Humanas e Letras, criando-se, então, a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, um instituto residual e sem identidade. Estamos nesse impasse até hoje.

Todas essas mudanças introduziram uma acentuada descontinuidade, tanto na Sociologia quanto na Ciência Política. Na antiga Cadeira de Sociologia I, de Florestan Fernandes (que fora a Cadeira de Claude Lévi-Strauss e, depois, de Roger Bastide), havia uma articulação temática, na pesquisa, decorrente de um projeto de estudo que Florestan elaborara, *Economia e sociedade no Brasil*. Com as cassações, os projetos de pesquisa foram interrompidos ou reorientados. Pouca coisa teve continuidade. Eram temas marcados pelas possibilidades históricas do nacional-desenvolvimentismo, possibilidades que cessaram com o golpe de Estado de 31 de março de 1964. Alguns temas se tornaram obsoletos da noite para o dia. Apesar de teoricamente sólida e original, internacionalmente reconhecida e respeitada, a Sociologia brasileira que se fazia aqui na Faculdade, em torno de Florestan Fernandes, foi aos poucos sendo marginalizada em nome dos modismos, sobretudo europeus. Hoje pensamos o Brasil com uma cabeça estrangeira. Resistiram, justamente, de um modo ou de outro, os sobreviventes da geração órfã, cuja obra é o elo perdido entre o que fomos e o que agora somos. O grupo de Florestan nunca desdenhou a Sociologia oriunda dos países ricos, obras referenciais do pensamento sociológico. Ao contrário, era dela grande e respeitado conhecedor. Seus membros estavam muito familiarizados com essa Sociologia de referência, como se pode ver pelas citações fundamentadas que dela fazem. Não há como achar que uma Sociologia de província é boa Sociologia. Mas o grupo de Florestan tinha, também, o projeto histórico de criar, e estava criando, uma Sociologia enraizada, uma rejeição dos equívocos da Sociologia da cópia. Aliás, a Sociologia de imitação é melancolicamente provinciana, justamente por falta de enraizamento.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Vamos, agora, falar sobre o campo da Sociologia, começando pelos clássicos. Para o senhor, o que é um autor clássico e por que alguns autores, na*

*sua visão, adquiriram esse status? Qual a importância/relevância desses autores para o desenvolvimento da Sociologia?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** Um autor clássico é um autor imprescindível pela universalidade de suas formulações e inovações teóricas. O clássico é o único, o que abriu um caminho original de compreensão da realidade, de produção do conhecimento, definiu uma perspectiva nova, o que formulou problemas de indagação teórica numa perspectiva original e inovadora. Um “inventor” teórico, como Durkheim, Marx, Weber, Mannheim, Parsons, Nisbet, Lefebvre e outros mais. E aqui na província: Florestan, sem dúvida, Gilberto Freyre, Fernando Henrique, Octavio Ianni, Maria Isaura Pereira de Queiroz, autores reconhecidos fora do Brasil. São os autores das perguntas teóricas que provocaram uma inflexão no que se conhecia e no modo de conhecer, perguntas que ainda estão sendo respondidas, que ainda norteiam pesquisas e hipóteses.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *O senhor coordenou durante cerca de 12 anos um seminário sobre a obra de Marx. Esse seminário convergiu com a sua preocupação de recuperar uma metodologia de pesquisa marxiana para trabalhar em suas pesquisas. Conte-nos um pouco sobre essa difícil tarefa de apropriação de um clássico, como Marx, para refletir sobre temas pouco tradicionais dentro da Sociologia de inspiração marxista. Como conciliar a análise teórica e a investigação empírica nas Ciências Sociais?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** Com as cassações de professores pela ditadura militar, abriu-se aqui na escola um território de invasão ideológica que se materializou numa cultura política supostamente de esquerda, proposta por partidos e militantes, sobretudo através de estudantes, como cultura acadêmica alternativa, como se a escola oficial fosse mero aparelho do Estado repressivo. Propunham o que Lukács denominou “marxismo vulgar”, um marxismo meramente conceitual e rotulador. Era uma orientação que desestimulava os alunos à leitura e às aulas. Vinha de autores de questionamentos que não favoreciam nem a pesquisa nem a indagação teórica. Frequentemente, pesquisadores foram colocados na defensiva para assegurar o andamento de seu trabalho científico. Tudo era recusado e vetado em nome de uma suposta e inevitável revolução iminente que cassava a legitimidade das ciências sociais, em particular da Sociologia. Essa contestação os alunos levavam para a sala de aula, convencidos de que os partidos clandestinos e as chamadas dissidências

tinham tanta legitimidade quanto a Universidade, na produção do conhecimento, e convencidos de que não havia um abismo entre conhecimento ideológico e conhecimento científico. O questionamento era impertinente. Marx não era uma novidade no curso de Ciências Sociais. Muito antes da ditadura Florestan e seu grupo já tratavam da obra de Marx na perspectiva científica e não na perspectiva ideológica.

Florestan fora um dos pioneiros, na literatura sociológica, a reconhecer a competência de Karl Marx como sociólogo, um autor a ser lido como teórico de Sociologia e não apenas nem necessariamente como ideólogo de revolução. Nesse caso específico, objeto de conhecimento e não autoridade em conhecimento. O reconhecimento de Marx como cientista social comparável aos clássicos das Ciências Sociais, que já estava proposto em *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*, dos anos cinquenta, só aparecerá na Sociologia de autores renomados de outros países dez a vinte anos depois de formulado por Florestan Fernandes.

De fato Marx fora teórico da Sociologia e militante da política e nessa segunda condição autor de textos de ocasião, da militância e da circunstância. Portanto, uma obra com momentos e densidades bem definidos e desiguais. Não há como nivelar a obra marcada pelas diferenças significativas desses momentos. Marx sociólogo preocupou-se com o método de explicação e o método de investigação. Recorreu ao método técnico da história de vida. Interessou-se pela técnica do formulário e propôs até mesmo a “Enquete Ouvrière”, um formulário distribuído pelo correio aos informantes, técnica que se difundira na Sociologia americana. Mas nem tudo que escreveu é propriamente sociológico, embora mesmo os textos panfletários possam ser interpretados sociologicamente, como documentos das ideias políticas. O modo de ler Marx é proposto, por Florestan, no confronto com as orientações metodológicas alternativas de Durkheim e de Weber. Para Florestan, corretamente, Marx eram *um* sociólogo e não *o* sociólogo, autor de teoria cuja adoção depende do problema sociológico de investigação, isto é da pergunta teórica que o pesquisador se faça em função das peculiaridades do tema que investiga.

Eu havia me familiarizado com o método de Marx nos cursos de Fernando Henrique Cardoso e de Octavio Ianni, que na época participavam do famoso seminário de fim de semana sobre *O Capital*, organizado pelo Professor José Arthur Gianotti, do curso de Filosofia. A circunstância adversa, o questionamento da Sociologia em nome de um Marx mal lido e pior compreendido, o assédio ideológico ao curso, me estimularam a abrir na pós-graduação um seminário sobre a questão do método na

obra de Marx, aí por 1975. Fizemos em conjunto a leitura e releitura de boa parte da obra de Marx durante 12 anos, às sextas-feiras de manhã. Terminado esse período, o seminário sobre o método dialético teve continuidade na leitura de um marxista contemporâneo de envergadura clássica, Henri Lefebvre, o autor que fazia uma leitura propriamente sociológica da obra de Marx. O autor que trazia Marx cientista para o século XX. Lemos e analisamos boa parte da obra de Lefebvre nos seis anos seguintes. É Lefebvre quem propõe que a Sociologia marxiana é uma coisa e o marxismo é outra. Meu seminário não era sobre marxismo, mas sobre o método. Cheguei, aliás, a ter uma breve troca de correspondência com ele.

O seminário sobre o método dialético foi concluído em maio de 1993, com um grande Colóquio sobre “A aventura intelectual de Henri Lefebvre”, cujos trabalhos seriam por mim reunidos num livro<sup>4</sup>. O seminário tem tido repercussão até hoje. Não só contribuiu para a formação de um extenso número de docentes, nesta e em outras universidades, como também ganhou reconhecimento internacional, especialmente entre os lefebvrianos. Antigos participantes do seminário têm presença no conselho de redação e nas páginas da revista lefebvriana eletrônica *La Somme et le Reste*, publicada na França. O seminário foi destacado, recentemente, no livro de Lukasz Stanek, *Henri Lefebvre on space: architecture, urban research, and the production of theory* (2011).

Lefebvre dedicou especial interesse e atenção, na linha, justamente, da Sociologia marxiana e da Sociologia clássica, à pesquisa empírica e suas conexões com o trabalho teórico, à articulação entre método de investigação e método de explicação.

Sua obra interpretativa é toda marcada pela centralidade do empírico. Para realização das descobertas teóricas que estão nos fundamentos de seus livros sobre o espaço e a cidade, Lefebvre tornou-se motorista de táxi em Paris. Realizou observação participante, portanto. Sem pesquisa empírica, a Sociologia é mera especulação e com facilidade pode resvalar para a reles ideologia. Foi inovador ao trabalhar teoricamente e descobrir elementos explicativos na própria situação da pesquisa empírica, os analisadores-reveladores, e ao descobrir o caminho da conciliação entre investigação e explicação na própria realidade empírica, como momento do trabalho teórico.

---

<sup>4</sup> *Henri Lefebvre e o retorno à dialética* (1996).

Sobretudo, sua interpretação marxiana do método dialético indicou o caminho metodológico que mantém juntos o empírico e o teórico, salvando-o das colagens artificiosas que remeteram a dialética para o mecanicismo anti-histórico. A formulação de Lefebvre foi devidamente ressaltada por Sartre em *Questão de método* (1979). Foi por essa via que Lefebvre desvendou as tensões entre produção social e reprodução social, a reprodução ampliada de capital como reprodução ampliada de contradições sociais. Portanto, abriu o caminho para a compreensão da cotidianidade e o reprodutivo e o âmbito desdobrado da revolução como revolução urbana e como revolução na vida cotidiana. Algo bem mais complexo e bem mais sociológico do que as quimeras esquemáticas que no marxismo oficial fizeram da revolução um jogo de palavras e uma arquitetura de conceitos. Lefebvre devolveu a revolução e a reiteração ao âmbito da práxis.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Suas pesquisas abrangem diversas áreas, tais como Sociologia rural, Sociologia dos movimentos sociais, Sociologia visual e Sociologia da vida cotidiana. Que elementos dão unidade a sua obra, composta de temas aparentemente tão diversos?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** O que dá unidade a minha obra é a investigação da historicidade nas diferentes manifestações da vida social, isto é, a identificação das condições e fatores da mudança social e da transformação social nos diferentes âmbitos da realidade, mesmo na realidade mínima e cotidiana. Ainda quando o objeto se propõe aparentemente desprovido de historicidade, de tensão e de contradição. Percorro um caminho de busca de uma concepção do objeto que não se fragmenta em face de perspectivas metodológicas dotadas de legitimidade própria e nesse sentido discrepantes. Oriento-me pela identificação do histórica e concretamente possível e dos obstáculos e cerceamentos à sua manifestação e realização. Dou continuidade, numa perspectiva peculiar, ao que foi o centro das preocupações teóricas e empíricas da chamada “escola sociológica de São Paulo”, que teve em Florestan Fernandes o centro e a referência. A dialética, no resgate de Lefebvre, foi fundamental para dar a dimensão de conjunto aos meus livros e artigos, mesmo os artigos de jornal, que publico semanalmente. Basicamente, interrogo a história e o possível que se escondem no cotidiano, no banal, no repetitivo e nas meras formas do aparente.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Gostaríamos que o senhor comentasse um pouco sobre a gênese e as preocupações que o motivaram a escrever seus últimos livros, Uma arqueologia*

da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica (2011) e A política do Brasil lúmpen e místico (2011).

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** *Uma arqueologia da memória social* é minha autobiografia, relativa ao período que vai até meu ingresso na Universidade. Sempre achei esquemática, estereotipada e simplista a concepção que dos pobres e dos trabalhadores têm os acadêmicos e mesmo quem, não sendo acadêmico, na classe média fala em nome da classe operária e em nome dela reivindica. Sempre achei isso uma tremenda usurpação. Sendo alguém que viveu e trabalhou na roça e na fábrica, compreendi que minha história pessoal constitui um documento sociologicamente desconstrutivo das fantasias sobre o mundo do trabalho. Reconstruir e interpretar sociologicamente e sem preconceitos a história pessoal é algo que todos os profissionais das Ciências Sociais deveriam fazer. Especialmente os estudantes, como modalidade de autoidentificação sociológica, como modo de situar-se e ver-se objetivamente na trama dos processos sociais. Eu já havia usado material autobiográfico no livro sobre A aparição do demônio na fábrica (2008). Adolescente, testemunhara as tensões resultantes da aparição do diabo para operárias de uma das seções da fábrica em que trabalhava e que estavam relacionadas com inovações tecnológicas de impacto na organização e no ritmo do trabalho. Não há nada sobre isso na literatura de Sociologia do Trabalho, nada sobre o imaginário cotidiano do trabalhador. Descobri-me depositário de informações que se perderiam se não fossem registradas e analisadas. Foi o que fiz, como também fiz com a memória de cheiros, cores e ruídos, uma mediação sociologicamente importante na vida cotidiana e na reprodução social, na crise de transição para a modernidade, a consciência social dos odores, cores e ruídos como variante e integrante da consciência potencialmente política das mudanças sociais.

Já *A política do Brasil lúmpen e místico* (2011) incorpora, reedita e amplia *O poder do atraso (Ensaio de Sociologia da história lenta)*, livro que escrevi e concluí quando fui Professor da Cátedra Simon Bolívar, na Universidade de Cambridge, em 1993/1994. Estava para começar o governo de Fernando Henrique Cardoso, que foi professor de Sociologia aqui na Faculdade, como todos sabem, e era a primeira vítima da ditadura a chegar ao poder. Além de ser um intelectual de alto nível, expressão da intelectualidade que, a partir do fim da Era Vargas, contribuiria significativamente para a elaboração de um novo ideário político para o Brasil. Com ele, a mentalidade de uma nova geração de políticos iria, finalmente, governar o país. Mas,

desde o fim da ditadura militar, as forças politicamente conservadoras compunham o cenário e definiam o marco da governabilidade possível. Diferente do que pressupunha o voluntarismo fluido de vários grupos de esquerda, as condições políticas do exercício do poder não eram, como não são, estabelecidas necessariamente por quem recebe o mandato de governar.

Agora, no livro acrescido de outros e atualizados ensaios, retomo o tema, depois do governo de Lula e do PT, que se propunha a realizar as mudanças profundas que a esquerda preconizara antes do golpe militar e que supostamente não haviam sido viabilizadas durante o governo FHC. De certo modo, com os governos do PT, um ciclo da história política se completou e se consumou, oferecendo um quadro propício à sua compreensão sociológica do ciclo como todo e momento. Na verdade, os mesmos fatores e forças da resistência à mudança governaram e governam as decisões políticas do PT e de seus aliados. Pouca coisa mudou e muda, por força do que é próprio do processo histórico, regulado e mediado por aquilo que Lefebvre e Guttermann, em *La conscience mistifiée*, obra de 1936, definiram como o poder das formas, que se sobrepõe às formas do poder. O PT não realizou as reformas sociais associadas à sua ascensão política, tolhido pelas mesmas forças que cercearam o governo de FHC. O PT, sobretudo o PT católico, pretendia atuar em nome da população lúmpen e em nome de valores que são mais religiosos do que políticos. Não deu certo. O governo de Lula, e agora o de Dilma, recuou em relação à reforma agrária, compôs-se com o agronegócio e tem tido que governar na corda bamba da conciliação dos contrários.

Nesse sentido, há no livro um contraponto discordante à compreensão de André Singer, que foi porta-voz da Presidência da República e é professor de Ciência Política aqui na Faculdade, em trabalho recente, publicado na revista *Novos Estudos* do CEBRAP. A de que um segundo mandato para Lula, que as pesquisas de opinião eleitoral apontavam como improvável em face da crise do mensalão, tornou-se possível como decorrência inesperada do Bolsa-família. Ele não faz nenhuma referência ao fato de que a rede de distribuição do Bolsa-família foi montada por funcionários recrutados nas pastorais sociais da Igreja e vinculadas à poderosa ala católica do petismo e ao trabalho de base da Igreja nas regiões pobres e atrasadas. A resistência em reconhecer a crescente força política e manipuladora das igrejas, por parte dos cientistas sociais, é uma das omissões que aponto e questiono. O livro constitui uma contribuição à compreensão do Brasil real, cujo passado iníquo está vivo e governa

como um pesadelo a consciência dos vivos, como disse Marx a propósito de um tema político parecido.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Prof. Martins, como o senhor pensa a tensão entre a unidade das Ciências Sociais e a especialização – crescente – das subáreas que compõem o curso? Tendo em vista a separação das áreas, dos departamentos, como garantir uma formação una em Ciências Sociais que não seja mera soma das partes?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** As ciências sociais especializadas e tendentes à especialização cada vez maior constituem um fato que se observa em todas as partes. A fragmentação fica melancolicamente evidente nas reuniões periódicas dos profissionais das três áreas – Antropologia, Ciência Política e Sociologia. A supressão das pontes necessárias entre essas disciplinas, a rigor nascidas do mesmo ventre, mutila e reduz a concepção do social e do que é a própria sociedade. Curiosamente, no momento em que as outras ciências trabalham criativamente os nexos fecundos que possam ser estabelecidos entre elas, as Ciências Sociais fazem o contrário. Explodem as pontes da comunicação vital entre elas, como se fossem exércitos em retirada perseguidos por exércitos inimigos. Nas outras ciências, o encontro da genética com a engenharia abre horizontes e promove descobertas; o encontro da medicina com a física, a matemática, a química, cria campos de inovação no diagnóstico, no tratamento e na cura de doenças; o encontro da botânica com a genética vem revolucionando a agricultura e a indústria. Hoje os campos de encontro das ciências são áreas profissionais fecundas e reveladoras.

Nas Ciências Sociais, no entanto, a própria reunião anual da ANPOCS – Associação Nacional de Pós-graduação em Ciências Sociais – que junta as três áreas, tende a ser um concerto dodecafônico, algo como o *Ensaio de Orquestra*, de Federico Fellini, apesar da animada e simpática convivência dos pesquisadores e docentes que ali se dá. Sem contar os distanciamentos, como o que houve em relação à Psicologia e à Psicanálise. E, num país marcado pelo desencontro de temporalidades, nosso distanciamento da História suprime, em nosso objeto de referência, uma determinação social que é o nervo do nosso possível.

No meu modo de ver, a especialização abriu caminhos e horizontes, mas fechou veredas e atalhos de compreensão dos muitos, pequenos e singulares aspectos de que o real é feito. Na verdade, levou os especialistas das diferentes áreas de Humanas a uma solidão danosa, falsamente superada pelos encontros festivos e ruidosos.

O declínio do interesse pela questão do método pode ser o responsável por essa perda das conexões entre âmbitos do conhecimento e abandono do pressuposto da totalidade na teoria e na pesquisa.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Em algumas oportunidades, o senhor defendeu a necessidade do estudante de Ciências Sociais passar por um processo de ressocialização na faculdade. Comente um pouco sobre o porquê dessa necessidade e quais os prejuízos quando a faculdade e o curso não conseguem, de fato, ressocializar o estudante.*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** Assim como quem opta pelo curso de Psicologia precisa ser ressocializado para lidar profissionalmente com a alteridade e, nessa perspectiva, com o outro e consigo mesmo, também o estudante de Ciências Sociais precisa de ressocialização para compreender a diversidade social e as múltiplas singularidades que a caracterizam, muito além do marco da socialização que recebeu.

Hoje, no Brasil, o estudante de Ciências Sociais carrega o fardo da mentalidade e da visão de mundo da classe média, está alienado de sua própria sociedade, no geral cego para as diferenças que fazem do Brasil uma sociedade singular. O aluno deveria ser estimulado a descobrir-se como diferente e estrangeiro, como somos todos, para poder ver e compreender o quanto ele não é o todo e o quanto ainda desconhece a sociedade que se propõe a decifrar e compreender, o quanto o seu senso comum é limitado e limitante.

Num país como o Brasil, marcado por profundas diferenças culturais, históricas e sociais, há o enorme risco de uma compreensão meramente folclórica dessa diversidade e, portanto, de formarmos sociólogos do pensamento linear e unívoco, carentes da informação antropológica que nos permite saber e entender que somos diferentes não só dos franceses e chineses, mas também dos guarani do bairro de Santo Amaro, dos operários do ABC e dos moradores de rua.

Compreender a imensa diversidade do mundo atual é complicado e trabalhoso e nos compreendermos como sujeitos dessa diversidade é mais ainda. Não depende apenas da leitura de jornal, do bate-papo de boteco e da leitura de livros. Depende de uma certa renúncia provisória ao que somos, para nos exercitarmos na alteridade que nos ressocializa e abre os nossos olhos para ver o que até então não víamos nem podíamos ver. Para nos vermos “de fora” e “de longe” de nós mesmos, único meio de aprendermos a admitir a legitimidade de quem e do que não coincide com o modelito do nosso nascimento. Se conseguirmos nos ver como estranhos, estaremos

em condições de fazer o que toda Sociologia deve ser, uma ciência do estranhamento, para nos dotarmos da competência para lidar com a Sociologia como autoconsciência científica da sociedade, como propõem Hans Freyer e Florestan Fernandes. Aliás, de certo modo, isso é também durkheimiano.

Falar em classe operária não é suficiente para compreender sociologicamente a classe operária e a sociedade que por meio dela se constitui. Falar piedosamente no negro, nesta sociedade cheia de culpa pela escravidão do negro, mas sem nenhuma culpa pela escravidão genocida do índio, que cessou formalmente, mas não de fato, em 1755, e nenhuma culpa pela terceira escravidão, que se estende até nós, é antissociológico, pura hipocrisia pequeno-burguesa, porque a culpa não contempla superações. O reconhecimento de culpas desse tipo é bom para levar ao céu, mas é inútil na construção histórica e política da universalidade do genérico, do gênero humano. O antirracismo da culpa é racista e leva apenas a uma práxis maniqueísta e teatral, anti-histórica, perdida nos enganos da simulação. A práxis transformadora, revolucionária, como demonstra Henri Lefebvre, em *A Sociologia de Marx* (1979), e também Marx, em *A questão judaica*, só o é se orientada no sentido da universalidade que ao emancipar um o faz no marco da emancipação de todos. Ninguém poderá ser sociólogo, antropólogo ou cientista político se não passar por essa ressocialização libertadora.

**PRIMEIROS ESTUDOS:** *Qual a avaliação que o senhor faz do curso de graduação em Ciências Sociais? O que é preciso mudar e o que é preciso preservar e valorizar em nosso curso?*

**JOSÉ DE SOUZA MARTINS:** Aqui na Faculdade, o curso deve continuar no caminho da busca e da inovação, como é próprio da ciência. Mas precisa reencontrar-se com suas origens, reconquistar sua alma perdida, rever suas omissões e esquecimentos, desestrangeirizar-se, isto é, reaprender a ler os clássicos e os autores de referência, sem barreiras nem objeções ou preconceitos, para reencontrar o caminho da universalidade e da originalidade, fugir da cópia e da imitação, deixar de ser província, ampliar o elenco de suas inquietações, descobrir o Brasil, um país fascinante e problemático que precisa urgentemente de desvendamentos sociológicos. Como eu disse, numa aula magna na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em março deste 2012, eu reordenaria o curso de Ciências Sociais com grande ênfase em Antro-

pologia e Literatura. Se poder tivesse para fazê-lo, eu devolveria a poesia ao curso de Ciências Sociais.

## Referências

- ANDRADE, J. C. (1961). *A árvore da montanha: poesias*. São Paulo, Fulgor.
- CANDIDO, A. (2010). *Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida*. Rio de Janeiro, Ouro sobre Azul.
- CARDOSO, F. H. (1962). *Capitalismo e escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. São Paulo, Difusão Européia.
- FERNANDES, F. (1959). *Fundamentos empíricos da explicação sociológica*. São Paulo, Editora Companhia Nacional.
- \_\_\_\_\_. (2004). "As 'trocinhas' do Bom Retiro". In: \_\_\_\_\_. *Folclore e mudança social na cidade de São Paulo*. São Paulo, Martins Fontes.
- FURTADO, C. (1959). *Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura.
- IANNI, O. (1956). "O samba de terreiro em Itu". *Revista de História*, n. 26, p. 403-426.
- \_\_\_\_\_. (1962). *Metamorfoses do escravo: apogeu e crise da escravatura no Brasil meridional*. São Paulo, Difusão Européia.
- LEFEBVRE, H. (1979). *Sociologia de Marx*. Rio de Janeiro, Forense.
- LEFEBVRE, H.; GUTERMAN, N. (1936). *La conscience mistifiée*. Paris, Gallimard.
- LÉVI-STRAUSS, C. (2010). *Tristes trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras.
- LINTON, R. (1987). *O homem: uma introdução à antropologia*. São Paulo, Martins Fontes.
- MARTINS, J. de S. (1963). "O Plano Trienal e a marcha da Revolução Burguesa". *Revista Brasiliense*, n. 49, São Paulo, set.- out, p. 41-52.
- \_\_\_\_\_. (1973). *A imigração e a crise do Brasil agrário*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1975). *Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil*. São Paulo, Pioneira.
- \_\_\_\_\_. (1994). *O poder do atraso: ensaios de Sociologia da história lenta*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (2008). *A aparição do demônio na fábrica: origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo, Ed. 34.
- \_\_\_\_\_. (2010). *O cativo da terra*. 9ª edição. São Paulo, Contexto.

- \_\_\_\_\_. (2011). *A política do Brasil lúmpen e místico*. São Paulo, Contexto.
- \_\_\_\_\_. (2011). *Uma arqueologia da memória social – autobiografia de um moleque de fábrica*. São Paulo, Ateliê Editorial.
- MARTINS, J. de S. (Org.). (1981). *Introdução crítica à Sociologia rural*. São Paulo, Hucitec.
- \_\_\_\_\_. (Org.). (1996). *Henri Lefebvre e o retorno à dialética*. São Paulo, Hucitec.
- NORMANO, J. F. (1931). *The struggle for South America, economy and ideology*. Boston, Houghton Mifflin Company.
- \_\_\_\_\_. (1939). *Evolução econômica do Brasil*. São Paulo, Companhia Editora Nacional.
- SARTRE, J. (1979). *Questão de método*. São Paulo, Difusão Européia.
- SIMPSON, G. G. (1967). *The meaning of evolution: a study of the history of life and of its significance for man*. New Haven, Yale University Press.
- STANEK, L. (2011). *Henri Lefebvre on space: architecture, urban research, and the production of theory*. Minneapolis, University of Minnesota Press.

**PRIMEIROS  
estudos**